

Carlos José Pereira

O Desenvolvimento Econômico do Oeste Catarinense

Mestrado em Gestão de Negócios

Universidade Católica de Santos

Santos

2007

Carlos José Pereira

O Desenvolvimento Econômico do Oeste Catarinense

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Negócios, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Moura Freddo.

Universidade Católica de Santos

Santos

2007

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SIBIU

Pereira, Carlos José

O Desenvolvimento Econômico do Oeste Catarinense/Carlos José Pereira, Santos:
[s.n.], 2006.

f.; cm (Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado
em Gestão de Negócios)

I. Pereira, Carlos José. II. Título

CDU

Comissão Julgadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Dedicatória

A meus Pais, Raul e Aniela, razão da minha existência.

A minha família, Regina, Mariana e Priscilla, razão motivacional para o meu cotidiano.

A meus irmãos, Ana Maria, Terezinha Odete, Antonio Carlos, Raul Fernando, Maria Angelina e Maria José, razão dos momentos infanto-juvenis que embasaram minha personalidade, sensibilidade e visão do mundo.

A meus pares da S. E. XV de Novembro, espalhados pelo Brasil e pelo Mundo, razão da visão de que a competição deve sempre ser limpa e justa.

Ao Dr. Alexandre Muniz de Queiroz, meu primeiro professor de Economia Política e Sociologia, razão do meu interesse pelas ciências humanas e sociais.

Agradecimentos

Especial agradecimento preciso consignar ao meu Professor Orientador, Dr. Antonio Carlos de Moura Freddo, pela lhanza, paciência e crédito de confiança com que fui distinguido na consecução deste trabalho. Dotado de vasta cultura, seus ensinamentos foram utilíssimos para elaborar esta dissertação. Evidentemente que os erros e imperfeições que possam ser encontrados são de minha inteira responsabilidade.

Aos Professores Belmiro do Nascimento João e Francisco Antonio Serralvo, que participaram da minha Banca de Qualificação pela grande ajuda que prestaram com seus comentários e críticas para a melhora do trabalho final. Nenhuma responsabilidade cabe-lhes, todavia, pelas falhas que sejam detectadas, as quais são totalmente minhas.

Aos Professores do Programa de Mestrado *stricto sensu* da Unisantos - Universidade Católica de Santos, pelo apoio e motivações constantes, através de comentários, críticas, sugestões, palavras de apoio e encorajamento, os quais cito em ordem alfabética: Getulio Kazue Akabane, Icaro Aronovich da Cunha, João Eduardo Prudêncio Tinoco, José Osvaldo de Sordi, Léo Tadeu Robles, Luciano Antônio Prates Junqueira, Maria Aparecida Ferreira de Aguiar, Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal.

Ao Dr. Vanderlei Silveira, pelas frutíferas discussões, durante nossas longas caminhadas de fins de semana, sobre aspectos práticos do desenvolvimento econômico e da importância que representa o crescimento de cada empresa, para o País e para cada indivíduo e seu grupo familiar, que pode ser caracterizada como o microcosmo do macrocosmo que é a economia do Brasil.

Ao economista Juvenal S. P. R. F. C. Amaral, pela inestimável colaboração prestada na discussão acadêmica dos temas desta dissertação.

A S. P. F. Alfredo A. C. Rodrigues, J. S. P. C. F. C. Chaves Westphal, Antônio S. C. C. P. Carvalho, S. Cláudio E. P. Arcuri e G. Funaro, pelos infundáveis debates econômicos que ajudaram, com sua sapiência, a definir pontos fundamentais metodológicos e estruturais deste trabalho.

Aos colegas do Programa de Mestrado da UniSantos, pela ajuda e apoio recebidos, em sala de aula ou fora delas, em especial aos prezados Jorge Monteiro Jr., Carlos T. Haddad e Juracy V. de Carvalho.

Aos funcionários da Coordenação, Secretaria, Biblioteca e demais setores da UniSantos, em especial mas não só aos do Campus Vila Mathias, “laboratório” em que nossas idéias e concepções científicas foram sendo desenvolvidas e incrementadas. Igual agradecimento aos funcionários das Prefeituras Municipais e Cooperativas Agrícolas de Caçador, Chapecó, Concórdia, Itapiranga, Joaçaba, Videira, Xaxim, Xanxerê, pelo apoio na cessão de dados históricos, administrativos e econômicos dos respectivos municípios, em especial a J. X. Y. Yamamoto e B. M. B. Inocêncio, pela ajuda nas pesquisas bibliográficas.

A Perstorp Aktiebolaget, patrocinadora dos primeiros estudos sobre este tema.

Resumo

O território objeto deste estudo não pertencia a Portugal, conforme consta dos documentos firmados entre Portugal e Espanha. Através da ocupação física e pacífica feita pelos portugueses, eles obtiveram a efetiva titularidade. Posteriormente a Argentina tentou sua posse. Os Estados de São Paulo e Paraná também demonstraram interesse nele. Afinal, o Estado de Santa Catarina obteve-o. No início do século XX, o Oeste Catarinense era uma região quase que totalmente inabitada. Aos poucos seu território foi sendo ocupado por descendentes de europeus, alemães e italianos, majoritariamente. A construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul despertou o interesse pela região. As pequenas vilas foram se formando, evidenciando que o território poderia gerar riquezas. A distribuição delas não se mostrou equânime. Insatisfações surgiram à medida que as diferenças sócio-econômicas foram sentidas. O movimento do Contestado, em parte alimentado por tais diferenças, conturbou a região e a construção da ferrovia, a qual pode ser concluída com o fim do movimento do Contestado. A partir daí a região desenvolveu-se através da agricultura e pecuária. Os empreendedores da região foram ampliando suas atividades e a economia regional que era, em seus primórdios, quase que de subsistência, e totalmente focada no setor primário, ou seja, na agricultura e pecuária cresceu de tal forma que hoje se destaca nacionalmente como grande produtora agro-pecuária, agasalhando em seu território frigoríficos de escol, como Aurora, Chapecó, Perdigão e Sadia.

Palavras-chave

Desenvolvimento econômico, economia regional, agricultura, pecuária, frigoríficos, Oeste Catarinense, ferrovia, Contestado.

Abstract

The territory, which is object of this study, did not belong to Portugal, as it consists of the official documents firmed between Portugal and Spain. Through the physical and pacific occupation made by the Portuguese, they have obtained the effective ownership. Later, Argentina tried its ownership. The states of São Paulo and Paraná have also demonstrated interest in it. Eventually, the state of Santa Catarina got it. At the beginning of the 20th century, the West of Santa Catarina was an almost uninhabited region. Little by little its territory was settled by descendants of Europeans, Germans and Italians, mainly. The construction of the railroad, which was going to connect São Paulo to Rio Grande Do Sul, arouse interest in the region. Small villages were being created, evidencing that the territory could generate wealth. The distribution of them was impartial, though. Disappointment appeared when social economic differences began to be felt. The movement of Contestado, partly fed by such differences, agitated the region, as well as the construction of the railroad, which could be concluded with the end of the movement of Contestado. From then on the region was developed through cattle agriculture. The entrepreneurs of the region started to broaden their activities and the regional economy, which had been, in its beginning, almost only of subsistence, and totally focused on the primary sector, that is, in cattle agriculture, has broaden in such a way that it currently appears nationally as great agro cattle producer, sheltering in its territory the most distinct slaughterhouses, such as Aurora, Chapecó, Perdigão and Sadia.

Key words

Economic development, regional economy, cattle agriculture, slaughterhouse, West of Santa Catarina, railroad, Contestado.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - Mapa do Brasil com a divisão em capitanias, no Roteiro de todos os sinaes..., c. 15 86, atribuído a Luís Teixeira. Biblioteca da Ajuda, Lisboa,	19
Ilustração 2 – Mapa do Brasil com as fronteiras determinadas pelo Tratado de Tordesilhas,	85
Ilustração 3 - Mapa de Santa Catarina em 1872,	87
Ilustração 4 - Mapa de Santa Catarina em 1907,	88
Ilustração 5 - Mapa de Santa Catarina em 1930,	90
Ilustração 6 - Mapa de Santa Catarina em 1944,	91
Ilustração 7 - Mapa de Santa Catarina em 1954,	92
Ilustração 8 - Mapa de Santa Catarina em 1967,	93
Ilustração 9 – Mapa do Oeste Catarinense,	94

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Censos Demográficos do Estado de Santa Catarina 1712-1920,	69
Tabela 2 – Municípios criados em Santa Catarina até 1920 e populações em 1900 e 1920,	70
Tabela 3 – População residente Oeste Catarinense x Santa Catarina - 1920-2000,	72
Tabela 4 – População residente 1920-2000,	74
Tabela 5 – População residente 1920-2000 – evolução percentual,	75
Tabela 6 – Os dez municípios mais populosos do Oeste Catarinense – 1970-2000,	76
Tabela 7 – Densidade demográfica ¹ de territórios brasileiros – 1920-2000,	78
Tabela 8 – Densidade demográfica: territórios brasileiros e outros territórios – 2000,	79
Tabela 9 – População no ano 2000, taxa anual de crescimento %, km2 e densidade de alguns territórios economicamente desenvolvidos,	81
Tabela 10 – População Oeste Catarinense x outros territórios – 1950-2000,	82
Tabela 11 - Área média dos estabelecimentos agropecuários – hectares,	114
Tabela 12 - Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares - 1940-1995,	115
Tabela 13 – Área dos estabelecimentos agropecuários: aumento/(redução) em % - 1940-1995,	116
Tabela 14 - Área dos estabelecimentos agropecuários por atividade econômica – Censo: 1996,	116
Tabela 15 – PIB - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional – 1920-2000 – BR/Região Sul/SC/OC,	117
Tabela 16 - Valor adicionado - 1920-2000 – % por território-setor da economia: BR/R. Sul/SC/OC,	119
Tabela 17 - PIB de SC/OC/demais regiões - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional – 1920-2000,	120
Tabela 18 - Valor adicionado – % por território-setor da economia: SC/OC/demais regiões (R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional) - 1920-2000,	121

¹ População dividida pela área.

Tabela 19 - Porcentagem da população residente que é economicamente ativa 1960-2000,	121
Tabela 20 - PIB do Oeste Catarinense - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional - 1920-2000,	123
Tabela 21 - Evolução % do PIB do Oeste Catarinense - R\$ Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional - 1920-2000,	124
Tabela 22 - PIB do OC em relação ao de SC/Região Sul/BR em % - R\$ de 2000 – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional – 1920-2000,	127
Tabela 23 - PIB valores absolutos – agropecuária SC/SC/R. Sul/BR - valor adicionado - preços básicos - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo deflator Implícito do PIB nacional,	130
Tabela 24 - PIB valores relativos- agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R\$ de 2000 - Deflacionado pelo deflator Implícito do PIB nacional,	131
Tabela 25 - PIB per capita - agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional,	131
Tabela 26 – A mudança da fronteira agrícola – PIB - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000 - Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional,	132
Tabela 27 - O Oeste Catarinense e o valor da produção agrícola brasileira,	137
Tabela 28 - Brasil – composição % do valor da produção das lavouras temporárias e permanentes – 1990-2000,	138
Tabela 29 - Área dos territórios brasileiros em km ² ,	139
Tabela 30 – Valor da produção agrícola do Censo 2000 por habitante e por km ² ,	140
Tabela 31 – Principais classificações de SC e OC no Censo de 2000 - Culturas das lavouras,	140
Tabela 32 – Nº de tratores utilizados em propriedades agrícolas do OC e SC, em 1975 – até 50 h ^a e com mais de 50 h ^a ,	143
Tabela 33 - Incremento no número de tratores utilizados na agropecuária: BR/R. Sul/SC/OC - 1970 – 1995,	143
Tabela 34 - Nº médio de hectares servidos por uma unidade de trator: BR/R. Sul/SC/OC - 1970 – 1995,	144
Tabela 35 - Bovinos: plantel e análise - BR, R. Sul, SC e OC,	146
Tabela 36 - Suínos: plantel e análise - BR, R. Sul, SC e OC,	146

Tabela 37 - Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos: plantel e análise – BR, R. Sul, SC e OC,	147
Tabela 38 - Custo de produção de frangos, em porcentagem,	165
Tabela 39 – Nº de produtores: lucro ou prejuízo, por classe de preço de suíno recebido,	167
Tabela 40 – Custo e preço unitário do frango,	168
Tabela 41 - Evolução de preços em números-índice, 1972-78,	170
Tabela 42 – Dados da integração frigorífico-produtor,	171
Tabela 43 - PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional,	173
Tabela 44 - PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos - % de participação do OC em relação aos demais territórios (R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional),	174
Tabela 45 - PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos - Evolução percentual (R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional),	174
Tabela 46 – Crescimento percentual do produto interno bruto do Oeste Catarinense, total e por setor da economia, anos de 1939 e 1980,	175
Tabela 47 – Nº médio de pessoas por estabelecimento ou unidade industrial,	176
Tabela 48 - OC 1970-1995: número de unidades industriais, pessoal ocupado e nº médio de pessoas/unidade industrial,	177
Tabela 49 – Participação % salários/produção ou vendas – Censo 1940,	179
Tabela 50 - Participação % salários/produção ou vendas do OC em % – Censo de 1940,	181
Tabela 51 – Participação % salários/produção ou vendas – Censo 1950,	182
Tabela 52 - Participação % salários/produção ou vendas do OC em % – Censo de 1950,	183
Tabela 53 - Valor de produção/vendas e salários, em porcentagem. de vários setores de atividade, das regiões fisiográficas do Oeste Catarinense - Censo de 1950,	184
Tabela 54 - Renda per capita (índice) - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	185
Tabela 55 - Rendimentos do OC em % para as mesorregiões de Chapecó e Joaçaba - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	186
Tabela 56 - Rendimentos do OC em % para as mesorregiões de Chapecó e Joaçaba - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	186

Tabela 57 - Renda per capita do Oeste Catarinense/mesorregiões x SC – Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	187
Tabela 58 - Renda per capita do Oeste Catarinense/microrregiões x SC - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	187
Tabela 59 - Renda per-capita do Oeste Catarinense/mesorregiões x São Paulo - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	188
Tabela 60 - Índice de evolução da renda per capita - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	188
Tabela 61 - Rendimentos gerados/km2 - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000,	189

Lista de Abreviaturas

A. – Autor

A. Luz – Abelardo Luz

C. Erê – Campo Erê

C. Porã – Cunha Porã

Cel. Freitas – Coronel Freitas

BR – Brasil

F. Guedes – Faxinal dos Guedes

H^a – hectare(s)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

L. Régis – Lebon Régis

OC – Oeste Catarinense

PIB – Produto interno bruto

R. Sul - Região Sul

SC – Santa Catarina

S. J. Cedro – São José do Cedro

S. M. Oeste – São Miguel do Oeste

Lista de Quadros

Quadro 1 – Código das microrregiões que compõem a mesorregião 4201-Oeste Catarinense,	20
Quadro 2 - Municípios criados em Santa Catarina até 1920,	89
Quadro 3 – Posição de Santa Catarina no cenário agrícola nacional, safra 1977/78. Fonte de dados: SC. Secretaria da Agricultura. Proinfra,	135

Lista de Anexos

Anexo 1 – Tratado de Tordesilhas,	204
Anexo 2 – Tratado de Madri,	242
Anexo 3 – Acordo de Limites,	259
Anexo 4 – Dados básicos dos Municípios que formam o Oeste Catarinense,	278

Sumário

Introdução, 17

Capítulo 1 - Desenvolvimento econômico: alguns conceitos elementares, 23

As origens do “pensar econômico”, 26

O ciclo econômico, 33

O modelo de desenvolvimento é único?, 37

David Ricardo, o crescimento e o desenvolvimento econômicos, 39

As cinco etapas do desenvolvimento de Rostow, 44

A visão desenvolvimentista de Celso Furtado, 51

O desenvolvimento sob a visão de um não-economista, 55

O confronto das teorias do crescimento e desenvolvimento com a realidade d(n)o Oeste Catarinense, 57

Capítulo 2 – A Formação populacional do Oeste Catarinense, 62

Os primeiros povoadores, 62

Os dados censitários, 67

Capítulo 3 – A Formação Geopolítica do Oeste Catarinense, 84

Capítulo 4 – A Importância Histórica da Ferrovia, 95

Capítulo 5 – A Agricultura e a Pecuária na Região Oestina, 111

A importância da região no contexto agrícola estadual, 111

O setor primário: alavanca do desenvolvimento econômico, 122

A agricultura: sua posição na economia regional, 133

Tecnologia agrícola e produtividade, 141

Pecuária: importância na renda regional e no abastecimento dos frigoríficos, 145

Frigoríficos e os sistemas integrados de produção, 151

O progresso trazido pela industrialização, 172

Capítulo 6 – Fluxo de Renda e sua Distribuição, 179

Conclusão, 191

Referências Bibliográficas, 195

Anexos,

Anexo 1, 204

Anexo 2, 242

Anexo 3, 259

Anexo 4, 278

Introdução

Este trabalho objetiva estudar a forma de ocupação de parte do território do Oeste Catarinense, as razões que levaram pessoas a sair do *habitat* para desbravar uma região desconhecida e pouco povoada, conseqüentemente desprovida do que à época eram as condições de conforto possíveis. Procurar-se-á entender os motivos e atrativos que colaboraram para a fixação do homem à terra, mais especificamente os imigrantes alemães e italianos, as duas etnias dominantes dentre outras que definiram o caldo cultural hoje lá existente, como portugueses, espanhóis e poloneses.

A região a ser estudada engloba as cidades de Caçador, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Videira, proeminentes na região, assim como aquelas que se desenvolveram periféricamente a elas. Mister se faz citar, como veremos adiante, que a região hoje conhecida como Oeste Catarinense derivou de apenas dois municípios, criados por decisão do governo estadual através Lei No 1.147, em 25 de agosto de 1917, a saber: Chapecó e Joaçaba, ambos hoje com área territorial muito inferior à existente por ocasião da sua constituição.

Ênfase será dada na identificação das razões que levaram a região a dedicar-se às atividades que hoje nela predominam, sejam atividades do setor primário, secundário ou terciário, assim como as razões de foro íntimo dos seus primeiros ocupantes que, somadas às necessidades elementares da busca pela sobrevivência e ao seu empreendedorismo e gerenciamento, constituíram a base para a decisão que levou à formação econômica da região, enfocando os principais fatos ocorridos durante o século XX.

O estudo está baseado em documentos com informações:

a) qualitativas, representados por folhetos das prefeituras municipais, associações e cooperativas locais e regionais, secretarias estaduais e organizações públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento econômico e social;

b) quantitativas, obtidas nos documentos dos vários censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e seus antecessores, além de relatórios das secretarias estaduais do Estado de Santa Catarina, institutos estaduais dedicados ao estudo da economia local, prefeituras municipais, cooperativas e associações locais e regionais. Devido à dessemelhança metodológica verificada entre distintos geradores de dados, foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na elaboração quantitativa.

A pesquisa foi executada através de duas visitas feitas às Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como à Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, à Biblioteca da Fundação ITEP, todas em Florianópolis; Bibliotecas Municipais das Prefeituras de Chapecó, Itapiranga e Joaçaba; Bibliotecas das Universidades de Chapecó e Joaçaba; além de várias visitas à Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em São Paulo.

A coleta e a seleção dos dados foram efetuadas após leitura dos documentos com teores qualitativo e quantitativo e da respectiva análise para avaliar a aderência dos mesmos ao objetivo maior deste estudo que é o entendimento dos vetores econômicos, sociais e outros que sejam relevantes para explicar a formação econômica da região.

No estudo histórico-econômico e na definição do perfil atual da região serão consideradas as lutas do Contestado, a construção da estrada de ferro, bem como os demais fatos que serviram de pano de fundo para o desenvolvimento econômico e social do Oeste Catarinense, cuja área geopolítica tem sido alterada no decorrer dos anos devido a injunções políticas e econômicas.

No início do século XVI, a região correspondente ao atual Oeste Catarinense, bem como a quase totalidade do Estado de Santa Catarina, não pertenciam à Coroa Portuguesa, mas à Espanhola. Portugal e Espanha desenvolviam, naquela época, seu colonialismo

expansionista, tendo quase chegado à guerra pela posse das terras do continente americano. O Tratado de Tordesilhas² pôs fim à lide e determinou que as terras seriam de Portugal ou Espanha, conforme se situassem a leste ou a oeste de uma linha divisória imaginária, estabelecida de pólo a pólo a 370 léguas do Arquipélago de Cabo Verde.



Ilustração 1 - Mapa do Brasil com a divisão em capitâncias, no Roteiro de todos os sinaes, c. 1586, atribuído a Luís Teixeira. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Capitanias.jpg>

O Estado do Rio Grande do Sul e a quase totalidade do Estado de Santa Catarina, portanto, couberam à Coroa Espanhola. Os portugueses, entretanto, tendo primeiro aportado em nossas costas, entenderam que a terra lhes pertencia e trataram de ir se fixando nela. E o fizeram lenta, mas decididamente. No início do século XVIII, Portugal dominava serenamente a região.

² Vide Anexo 1.

Economicamente, o Brasil vivia a época da mineração. A perspectiva mercantil do fornecimento de gado para alimentar essas populações interessava aos paulistas, que optaram pelo gado existente no sul do país.

A partir de Lages, foram ocupadas as terras de Curitibanos e Campos Novos, de onde partiram os desbravadores do Oeste Catarinense.

Foram essas entradas de brasileiros, feitas no sentido leste-oeste, que permitiram ao Brasil garantir a posse da área de que hoje dispõe a Região Sul.

Atualmente, o Oeste Catarinense é entendido como porção de Santa Catarina que está situada entre as proximidades da ferrovia que liga as cidades gêmeas de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) localizadas ao norte com a cidade de Uruguai (SC), ao sul, cabendo à ferrovia, em muitos trechos, o papel de fronteira leste, enquanto o limite a oeste é a fronteira Brasil-Argentina.

Para efeito de delimitação da área objeto deste estudo foi utilizado o conceito de mesorregiões adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A mesorregião geográfica 4201, denominada **Oeste Catarinense**, é composta por cinco unidades territoriais, ou microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê. Em Censos mais antigos as regiões tinham outras denominações, porém os dados apresentados referem-se sempre ao OC como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Código das microrregiões que compõem a mesorregião 4201-Oeste Catarinense

Nome da unidade territorial	Código
<u>Chapecó</u>	42002
<u>Concórdia</u>	42005
<u>Joaçaba</u>	42004
<u>São Miguel do Oeste</u>	42001
<u>Xanxerê</u>	42003

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/tabunitsub.asp?codunit=310&nsup=9&z=t&o=4&i=P2>

Geograficamente, está compreendido entre os paralelos 26° 15' e 27° 30' e os meridianos 50° 28' e 53° 50' a oeste de Greenwich.

Os movimentos migratórios foram intensos e a população que se fixou na região foi atraída pela riqueza do solo, à época em que começaram a aportar seus primeiros povoadores, por volta de 1920.

Parte do atual Oeste Catarinense constituiu, durante a 2ª Guerra Mundial, juntamente com o Sudoeste do Paraná, o Território do Iguçu.

Considerações elementares sobre o processo de desenvolvimento econômico estão descritas no Capítulo 1, em que são feitas revisões bibliográficas de quatro autores, sendo dois estrangeiros: Ricardo e W. W. Rostow, e dois brasileiros: Celso Furtado e Caio Prado Jr. Elas estão antecedidas, no mesmo capítulo, pela evolução científica do pensamento econômico, remontando, ainda que superficialmente, aos principais pensadores da humanidade, a partir de Aristóteles e Platão.

No Capítulo 2, é apresentada a formação populacional de Santa Catarina, discorrendo sobre os principais eventos históricos que foram se sucedendo, a partir da chegada dos primeiros descobridores ao litoral do Estado, e ao processo de ocupação do território, passando pelos tratados firmados entre Portugal e Espanha, até chegar aos desbravadores que no início do século XX iniciaram a ocupação do atual Oeste Catarinense, terras que deveriam ser espanholas e passaram a Portugal, pelo destemor e também ardil usado pelos portugueses.

O território do Oeste Catarinense foi retalhado em 118 municípios, a partir dos dois primeiros a serem oficialmente constituídos no início do século XX: Chapecó e Joaçaba. Este desmembramento geopolítico está demonstrado no Capítulo 3.

O Capítulo 4 trata da importância da ferrovia ao rasgar o território no sentido norte-sul, por estabelecer um meio de comunicação terrestre e também por aumentar em 1/3 a população da região por volta de 1910, ocasião em que foi anunciada sua construção e começou a arregimentação de operários.

O Capítulo 5 analisa a importância da agricultura e da pecuária no desenvolvimento da região e sua relevância no contexto estadual e nacional. A impressão que fica é que a agricultura e a pecuária foram as molas mestras no desenvolvimento do Oeste Catarinense. Elas deram viço ao comércio e indústria que foram se desenvolvendo como apoiadoras daquelas. Comparando-se a economia do Oeste Catarinense do final do século XX com a do início e do meio do século, fica evidente que agricultura e a pecuária efetivamente impulsionaram o progresso que a região desfruta hoje, inclusive por fomentar o comércio e a indústria locais.

No Capítulo 6, em que são abordados o fluxo de renda e sua distribuição na região estudada, demonstra-se que o esforço empreendido pelos responsáveis pelo desenvolvimento da região não foi proporcional à apropriação da riqueza.

Capítulo 1

Desenvolvimento econômico: alguns conceitos elementares

Os termos crescimento e desenvolvimento econômico se referem a diferentes situações vividas pelas economias em seus estágios ou ciclos. Destinam-se a aquilatar o nível de evolução de uma dada economia. Mais precisamente, permitem saber se o crescimento é de natureza meramente quantitativa ou se também engloba aspectos qualitativos.

Crescimento é um conceito que...

deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, em modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo. Pode-se conceber expansão da produção de um setor decorrente da absorção de fatores antes disponíveis ou retirados a outros setores de mais baixa produtividade, sem que intervenham modificações nas funções de produção. (FURTADO, 1971, p. 83).

Desta forma, crescimento econômico significa o evoluir da economia, o aumento quantitativo da produção, porém mantidos os fatores de produção e tecnologia sem alteração que represente sofisticação tecnológica, a qual pode ser caracterizada pelo aumento da produtividade média da economia tomada em seu todo, ou por inovações tecnológicas decorrentes de acumulação de capital. O fator de produção trabalho pode até ser deslocado de um setor para outro visando otimizá-lo, considerando que ele é, como os demais, um fator escasso e que seu deslocamento é feito apenas em nome da racionalidade econômica, sem que os produtos gerados após tal deslocamento tenham obrigatoriamente mais qualidade ou tecnologia.

Igualmente é preciso considerar que se o deslocamento do fator trabalho gerar aumento de produção no setor que o acolheu, movimentos nas demais funções de produção

precisam ocorrer para que não haja alteração na estrutura econômica de tal forma que não se verifique aumento de produtividade. Assim teremos a ocorrência do crescimento econômico.

O desenvolvimento, por sua vez, será considerado quando ocorrer aumento do fluxo de renda, devido a aumento da produtividade média do fator de produção trabalho. Para que tal ocorra, a economia deverá registrar aumento da acumulação do estoque de capital e incremento da técnica, a qual pode ser caracterizada como a inovação em equipamentos ou a inovação em processos.

A quantificação do crescimento pode ser demonstrada como nos ensina Furtado (Id, p. 85) por um índice do volume físico da produção, o qual leva ao índice do fluxo de renda real, que demonstra detalhadamente o total dos pagamentos efetuados aos fatores de produção durante dado período de tempo.

Tais conceitos ajudam a entender o tamanho da riqueza que a economia desfruta. A obtenção do “quantum” desta riqueza é preocupação que ronda as cabeças dos economistas há muito tempo.

A evolução da produção por si só não é o único fator a ser analisado, mas também é preciso inquirir como se distribui a riqueza de uma nação ou de uma região entre os seus habitantes. Já em 1776, Adam Smith (1981, p. 6) dizia que...

é a grande multiplicação da produção de todas as diferentes técnicas, em consequência da divisão do trabalho, que ocasiona, numa sociedade bem governada, aquela opulência universal que se estende às classes mais baixas do povo.

Aparentemente temos três pontos a considerar:

- a) crescimento;
- b) desenvolvimento;
- c) distribuição equitativa da renda.

Crescer é obter aumentos de produção de tal forma que os agentes econômicos, participantes ou não no processo de produção, continuem a desfrutar o mesmo estilo de vida

que tinham no estágio anterior, quer em termos de meio ambiente, como qualidade do ar e da água; quer em termos de alimentos e saúde; quer em termos de bens de vestuário ou habitação; ou ainda no que diz respeito a bens que exijam mais tecnologia como os do setor de informática, fotografia e congêneres.

O desenvolvimento vai além do conceito de crescimento. Ele abarca a idéia de que os agentes econômicos têm, ao longo do tempo, acesso a uma quantidade maior de bens e serviços, os quais devem incorporar alguma evolução ou inovação, que produza ou gere mais satisfação ou mais conforto aos seus consumidores. Indistintamente, todos devem ter acesso a estes “novos” bens e serviços, independente da classe socioeconômica em que cada indivíduo se situe. Aceitas e respeitadas tais diferenças de classe social entre os indivíduos, sejam elas por quociente intelectual, nível de escolaridade, origem familiar ou oportunidade, o desenvolvimento econômico desejado é o que não discrimina ou impede o acesso a quem quer que seja aos benefícios da modernidade³, exceto nos casos em que o indivíduo por si só opte por não aproveitar os bens e serviços que o mercado coloca à sua disposição.

Para que todos possam usufruir os benefícios da modernidade, é preciso que o sistema econômico faça uma distribuição equitativa da renda, que não pode ser tomada com o rigor matemático que ela nos faz pressupor. Caso o sistema procedesse desta maneira, as diferenças verificadas em um determinado momento iriam perpetuar-se. É preciso reduzir tais disparidades. Dadas as implicações para a economia que o fluxo de renda representa, o índice de crescimento será tão maior quanto maior for a procura agregada dos agentes econômicos. E o consumo dos agentes econômicos localizados na base da pirâmide pode ser elevado caso sejam aumentados os níveis de remuneração que auferem. Portanto a distribuição dita

³ Usada aqui como algo novo e que é mais evoluído do que o estado da arte que se desfrutava até o surgimento desta inovação.

“equitativa” precisa ser usada para reduzir o fosso que separa os níveis superior e inferior de remuneração.

Mister se faz referir que, para que ocorra o desenvolvimento econômico, o conjunto territorial analisado, regra geral um país, não deve ter diferenças tão marcantes que os seus extremos sejam os do país teórico denominado Belíndia⁴. Como dito acima, diferenças sempre existirão, pois os talentos individuais levam a esta situação. O estágio de desenvolvimento de um ente nacional ou regional precisa levar em conta este fato. De nada valerá a um país, estado ou cidade, ter um elevado nível de renda e consumo em alguns bolsões, enquanto em outros, as pessoas vivem em torno da linha de pobreza.

Essa discriminação acentuada pode insuflar atritos conforme o grau de insatisfação e revolta dos não acolhidos pelo sistema, capaz de solapar as estruturas da sociedade que, imersa na violência e instabilidade, corre o risco de iniciar o caminho inverso: o que era crescimento e potencial desenvolvimento pode se deteriorar em involução contínua de investimentos e progresso.

As origens do “pensar econômico”

Dentre as preocupações diuturnas do homem, em todos os períodos da sua história, desde o início da humanidade até os tempos atuais, a obtenção dos meios que permitam a sua sobrevivência e dos que o cercam é uma das mais latentes. Mas o pensar em economia em termos estruturados, de forma organizada e científica, só ocorreu mais recentemente.

⁴ O economista Edmar Bacha cunhou essa expressão, em 1974, para expressar o que ele entendia ser a distribuição de renda no Brasil de então, ou seja, uma mescla entre uma pequena e rica Bélgica e uma imensa e pobre Índia.

Em fins do século XVIII, a Economia Política com feição científica estabeleceu-se, conforme nos ensina Schumpeter (1968a, p. 11-45) sobre dois pilares que constituíam o conhecimento acumulado até então:

- a) as obras dos filósofos que consideravam a vida em sociedade e as formas de organização como problema e elemento da concepção que tinham do Universo;
- b) a preocupação das pessoas comuns com os problemas práticos gerados no cotidiano que as envolvia.

A literatura filosófica inicia-se na antiguidade clássica⁵ quando os problemas políticos eram considerados mais importantes do que os econômicos. O pensamento científico não estava, portanto, centrado na economia, o que ocorreu posteriormente.

Aristóteles e Platão trataram do assunto superficialmente. A aristocracia agrária e a classe dos comerciantes em busca de melhora de vida são as referências dignas de nota.

Aristóteles (2001, p. 20-35), todavia, foi o que mais colaborou com o pensamento econômico, pois:

- a) foi o primeiro dos pensadores a mencionar que a atividade econômica do homem era um problema, envolto em aspectos da economia doméstica, da empresa, e seus aspectos legais analisando o ato econômico pela ótica da ética. Para ele a economia era a “ciência da riqueza”. No século XVIII, aproximadamente 20 séculos depois, a filosofia moral e o direito natural consideravam a economia quase como Aristóteles o fazia;
- b) iniciou a discussão sobre a teoria do valor e do preço. Diferenciava valor de uso e valor de troca. A sua teoria do valor evoluiu até chegar a uma teoria de mercado

⁵ Período que vai aproximadamente do século VIII a.C., à queda do Império Romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476. A Grécia e a Roma antigas sobressaíram-se nesta época.

denominada *crematística*. Relacionou o conceito de “bem econômico” ao da “mensurabilidade do valor em dinheiro”;

- c) demonstrou a diferença entre dinheiro e riqueza;
- d) elaborou uma teoria de juros, examinando os empréstimos para consumo. Todavia, seus conceitos de produção foram considerados elementares;
- e) criou os debates sobre propriedade privada e escravatura, entre outros, sob a ótica social;
- f) construiu o arcabouço para a sociologia, combatendo o individualismo em benefício do fenômeno social psicológico da sociedade. Afinal, suas idéias foram as de um autêntico reformador social.

Schumpeter (1968a, p. 12-16) afirma que Platão, por seu turno, não proporcionou uma colaboração do nível daquela produzida por Aristóteles. Descreveu as relações econômicas consoante seus princípios éticos destinados a um Estado supostamente ideal. Talvez seja esta ética que permite aos Estados manter todas as suas estruturas sócio-jurídicas no nível de coexistência dita pacífica e civilizada.

Os estóicos⁶ e os epicuristas⁷ contribuíram para o pensamento econômico, porém de forma mais modesta.

Todos eles, porém, com variações de intensidade, deram alguma contribuição ao desenvolvimento da Economia Política, pois os seus escritos chegaram até os autores romanos e medievais, para daí alcançarem os modernos. O pensamento dos gregos foi marcante para o

⁶ Escola fundada no século III a.C. por Zenão de Cítio. Propõe viver de acordo com a lei racional da natureza e aconselha a indiferença (*apathea*) em relação a tudo que é externo ao ser. O homem sábio obedece à lei natural reconhecendo-se como uma peça na grande ordem e propósito do universo.

⁷ Escola fundada no século IV a.C. por Epicuro de Samos. Epicuro propunha uma vida de contínuo prazer como chave para a felicidade, esse era o objetivo de seus ensinamentos morais. Para Epicuro, a presença do prazer era sinônimo de ausência de dor, ou de qualquer tipo de aflição: a fome, a abstenção sexual, o aborrecimento, etc.

desenvolvimento da economia, inclusive depois do Renascimento, tendo influenciado diretamente os modernos.

Todas as disciplinas próximas à Economia permitiram que se chegasse à construção do pensamento econômico como ele é hoje considerado, cabendo destaque especial à Filosofia, bem como à História. Todo o seu desenvolvimento foi muito complexo. Influíram nesta evolução histórica e progressiva não só o conhecimento acumulado pelas ciências sociais, como todo o cenário em que ocorreu, eivado de revoluções políticas, sociais e religiosas, que levaram a um novo conceito de Estado e Sociedade.

A primeira teoria econômica formulada teria sido de caráter monetário, no entender de Schumpeter (Id, p. 18). Foi elaborada no século XIV por Nicolas de Oresme, pensador do período escolástico. A teoria do juro decorreu da teoria do preço, tendo igualmente sido uma contribuição dos escolásticos⁸, baseada em opiniões sobre fatos do quotidiano e não de investigações académico-científicas.

Todos os conhecimentos foram sendo amalgamados, substituídos, melhorados, enfim fluíram para os períodos de enorme efervescência cultural que foram o Renascimento⁹ e a Reforma¹⁰, quando o pensamento escolástico continuou vigorando. As Ciências Sociais foram aos poucos sendo transformadas pelos novos tempos. Foi quando o mundo social deixou de ser um mistério e foi encarado como digno de ser estudado por meios naturais.

Passou-se a buscar o entendimento do social pelo racional e não pelo que o sobrenatural poderia impingir no imaginário individual ou coletivo; as causas e efeitos deveriam demonstrar o quê e o porquê dos fatos econômicos. A filosofia deixou de ser tão

⁸ Pensadores que pontificaram do começo do século IX até o fim do século XVI, sendo São Tomás de Aquino o mais famoso deles, embora não tenha deixado nenhuma contribuição de monta à Economia.

⁹ Período compreendido entre 1300 e 1650; reviveu a antiga cultura greco-romana, superando-a. Seu ideal era a valorização do homem (Humanismo) e da natureza. Contrapôs-se ao divino e ao sobrenatural, conceitos vigorantes durante a Idade Média.

¹⁰ Começou no século XVI, objetivando reformar a Igreja Católica Romana; redundou no Protestantismo. Colocou em evidência a moral do indivíduo. Destacaram-se o Luteranismo (de Martinho Lutero), as igrejas reformadas e os Anabaptistas, sendo seus mentores Jan Huss, Martinho Lutero e João Calvino. A reação da Igreja foi a Contra-Reforma.

dependente da teologia como tinha sido até então, passando a definir sua ética de forma autônoma. A Economia Política tinha estreita ligação com esta nova forma de pensar.

Igualmente importante na formação do pensamento econômico foi o Direito Natural, que no século XVI se transformou em disciplina autônoma. Até o século XVIII, a teoria da natureza geral do direito ajudava os economistas a identificar um sistema de regras legais concretas.

Mas quais economistas contribuíram decisivamente para determinar a maioria dos ensinamentos econômicos? Schumpeter, ao fazer a análise dos fundamentos da economia, declara (Ibid, p. 23) não ter dúvidas de que foram os fisiocratas¹¹ os mais importantes dentre todos os economistas que sedimentaram esta ciência, se bem que ele discorra sobre quase todos os grandes pensadores da economia.

Os fisiocratas foram, portanto, a primeira escola econômica. Constituída por franceses que, juntos, elaboraram uma explicação geral da vida econômica. Suas obras se situam entre 1756 e 1778. Tinham um líder, Doutor Quesnay, que era médico da Corte e do Rei. Tido como sábio, por volta de 1756, encaminhou suas pesquisas para os problemas econômicos. Seus principais discípulos foram: Mirabeau, o pai do tribuno da Revolução; Mercier de la Rivière, conselheiro do Parlamento; o abade Baudeau; le Tronse, representante do Parlamento de Orléans; Dupont de Nemours, secretário da Escola, e Turgot, o futuro ministro de Luís XVI. Reuniam-se em Versalhes e trabalhavam com paixão, sinceridade e aquela fé na força da razão, peculiar à filosofia da época.

Fisiocracia é uma palavra composta por dois vocábulos gregos que significam: *natureza e governo*.

Todos os pensadores até aqui citados elaboraram suas proposições a partir de um tipo de conhecimento que pode ser chamado de puro ou filosófico.

¹¹ Pensadores franceses dedicados ao estudo da natureza. Diziam que a riqueza era exclusivamente oriunda do solo (SELDON e PENNACE, 1968, v. 1, p. 264).

Outra forma de pensar economia foi a que foi surgindo após ter ocorrido a sua formulação puramente teórica. São autores que passaram a se interessar, mais e mais, por questões práticas. Eles usaram os fatos do cotidiano para fazer suas análises. Nem sempre solucionaram problemas ou apresentaram propostas, pois o que geralmente faziam era discutir o problema baseado em experiências de vida ou de negócios, mas sem o necessário embasamento científico.

Apesar de não agregar conhecimento científico àquele que a economia já tinha, estes autores ajudaram a discutir problemas que à sua época exigiam solução, para o que colaboraram vários pensadores, especialmente na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII.

Os temas à época desenvolvidos foram, entre outros, questões monetárias, agrícolas, regulamentação de circulação, incentivos para comerciantes estrangeiros, monopólios comerciais e exportação de lã. A discussão desses e de outros temas borbulhantes naqueles dias levou à formação de conceitos econômicos, de sistemas de pensamentos e de conhecimentos descritivos.

Hale (Ibid, p. 28) escreveu em forma de diálogo, em 1549, *A compendius and brief examination of certain ordinary complaints of drivers of our countrymen in these our days*, em que demonstra, com base em sua experiência, mas sem nenhum embasamento teórico, seus “*complaints*”¹² contra a importação de metais preciosos da América.

Na obra *England looking, in and out*, de 1640, Maddison discorre sobre as cotações e o seu efeito sobre a balança comercial. Mun, em 1664, foi muito feliz e muito objetivo ao abordar processos econômicos em *England Treasure by Forraing Trade*. Obras práticas, mas revestidas de um certo academicismo foram publicadas pelos seguidores de Mun (Ibid, p. 29), rerepresentando a passagem para o cientificismo da economia. Dois exemplos são

¹² Queixas, reclamações

Observations concerning Trade and the Interest of Money, publicada em 1668 por Child, e *Trade and Navigation of Great Britain*, de Gee, em 1729 (Ibid, p.29).

Muito utilizada no século XVIII foi a obra de Sir James Stewart, *Inquiry into the Principles of Political Economy*, de 1767, considerada a mais relevante deste período em que as discussões estavam centradas no quotidiano das suas vidas e do entorno em que se encontravam (Ibid, p.29).

O pensamento introspectivo, mesclando as questões práticas com os preceitos filosóficos fica evidente em Locke, *Some Consideration of the Consequence of Lowering of Interest and Raising the Value of Money*, de 1695, e na obra seguinte *Further Considerations*, 1696, (Ibid, p. 30), em que são discutidos teoria monetária e valor, especialmente o valor-trabalho, teoria de distribuição e o bem-estar de uma nação.

Quem se contrapôs a Locke foi Nicholas Bardon, na obra *A Discours of Trade*, de 1690 (Ibid, p. 30). Bardon elaborou uma teoria legal da moeda e seus argumentos são considerados uma antecipação aos de Hume. Porém o que é considerado mais importante em sua obra é a forma de abordagem dos problemas econômicos, a qual consistia em afastar-se o mais possível do problema, para ir acercando-se dele passo a passo, analisando um a um, teórica e praticamente, todos os seus elementos. Ao elaborar sua teoria do juro, abandona o conceito que vigorava em sua época de que o pagamento do juro representava o custo para obter dinheiro, ao antecipar em dois séculos a teoria do capital. Igualmente inovadora é *The Interest on Money Mistaken, or a Treatise proving that the abatement of Interest is the effect and not the cause of the Richness of a Nation*, de 1668.

Obra com conceitos que só serão superados por Ricardo¹³ foi *Discourses upon Trade*, publicada em 1691, por Sir D. North (Ibid, p. 31). Nela contrapõe-se a teoria econômica científica aos conceitos vulgares e ordinários. Demonstrou: a) o que hoje se denomina

¹³ Viveu de 1772 a 1823.

mercado global, que ele chamou de conjunto comercial representado por todas as nações; b) a ineficácia da fixação de preços pelo governo; c) o efeito de auto regulação que o mercado efetua, quando há livre cunhagem de moedas.

David Hume, no século XVIII, continuou a elaborar sua teoria a partir de North. Seu pensamento filosófico influenciou muitos economistas, a partir dos seus *Essays*. Ele publicou *Essays, Moral and Political*, tida como análise brilhante e que serve para demonstrar a evolução da ciência econômica (Ibid, p. 32).

Foi um autor francês, Cantillon (Ibid, p. 33), que publicou em 1734 seu *Essai sur la nature du commerce en general*, quem fez o primeiro estudo bem elaborado e sistemático de Economia Política, escrito de forma científica, análise sintética ampla, sem as velhas idéias eivadas de erros primários.

Taxes and contributions, de 1662, *Political Arithmetik*, de 1682, e *Political Anatomy of Ireland*, de 1691, de Sir William Petty, que foi talvez o primeiro economista a analisar os dados estatísticos do ponto de vista teórico, são reconhecidamente muito bons em termos teóricos (Ibid, p. 33-34).

O ciclo econômico

Entender e definir a periodicidade do ciclo econômico ajudou a analisar o significado do processo produtivo e sua organização. Diferentes pensadores tiveram diferentes entendimentos do que é desenvolvimento econômico, da mesma forma que pessoas distintas acham que o azul do mar é mais ou menos marinho, ou que a cor de um prédio é bege enquanto outros entendem que é da cor de salmão.

A doutrina fisiocrata não é apenas econômica. Nela está presente, de forma marcante, mas não predominante, a sociologia. Utilizavam análises psicológicas individuais, racionais e

simples, que podem ser resumidas nesta citação de Quesnay (Ibid, p. 55-56): “obter o maior aumento possível do prazer pela maior redução possível do gasto”. Fica evidente que eles já se preocupavam com a racionalização dos escassos recursos de que cada um de nós e a economia como um todo dispõe.

Para eles os fenômenos econômicos ocorrem sem qualquer coação exterior, de acordo com a ordem imposta pela natureza, segundo leis que eles denominavam de naturais.

Os fisiocratas analisam a economia por duas óticas: a) a dos indivíduos; b) a do meio natural. Esta forma de pensar economia fica evidente pelos estudos que elaboraram a respeito de: a) circulação; b) produto social; c) distribuição do produto social (Ibid, p. 57).

Ao analisar o lado monetário da economia, ficou evidente para eles que, a cada novo período, a Natureza, inesgotável sob seu ponto de vista, exceto no que diz respeito à extração mineral, lança na economia um novo volume de bens, os quais são transmitidos entre vários agentes econômicos até a etapa em que são consumidos.

Para eles, todo trabalho em que não se observa este ciclo era tido como improdutivo, pois este não podia criar matéria como a que é extraída da natureza. Em consequência, a distribuição processava-se a partir da classe produtora, que retinha parte da produção para si própria, destinando a outra parte às classes que chamavam de estéreis, como os industriais e outros.

Este entendimento derivava do fato de que as classes cognominadas estéreis não adicionavam valor superior ao do produto que recebiam; portanto, segundo os fisiocratas, não criavam valor. Consideravam assim porque a permuta de alimentos e matérias-primas era feita por valores de igual custo. Desta forma, afirmavam que o valor do produto entregue voltava às mãos dos produtores, demonstrando que a atividade dos industriais era estéril.

Caso tivessem partido da idéia do produto bruto e discutido a questão intercambial pelo valor de cada “produto” envolvido em cada troca, poderiam ter evoluído mais do que o

fizeram. Mas, convém lembrar que eles foram os primeiros a pensar economia como ciência, portanto partiram do quase nada em termos científicos e construíram o arcabouço do que hoje denominamos *ciência econômica*.

Além da produção, desenvolveram uma teoria do salário, a qual pregava que cada trabalhador só podia acrescentar à produção o valor dos bens que consumia, portanto este era o salário que lhe competia; tal foi corroborado por Quesnay que afirmava que o salário se fixava neste valor devido à concorrência entre os próprios trabalhadores.

A formulação do juro pelos fisiocratas, em princípio, era o custo pelo uso da terra. Não haveria progresso industrial a não ser pela formação e utilização do *produit net*¹⁴. A expressão *avances annuelles*¹⁵ designava o líquido do *produit net* e representava o efetivo crescimento da economia.

Como o produto líquido era formado pelo preço de custo, os fisiocratas achavam que o comércio deveria ser reduzido ao máximo porque os intermediários entre indústria e o consumidor acabavam por elevar o preço, trazendo instabilidade para o sistema econômico.

Após os fisiocratas, mas muito próximo no tempo, Adam Smith publicou, em 1776, *Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, dando corpo a outra escola do pensamento econômico denominada Escola Clássica, a qual se estende até 1848, com a publicação dos *Principles*, de J. S. Mill. Mas foi *Principles*, de David Ricardo, publicado em 1817, o ápice dos clássicos. James Mill, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, Bentham, Senior, Bastiat, entre outros, pertenceram a esta escola. Marx também é incluído nela por Schumpeter (Ibid, p. 87), da mesma forma que o fazem outros autores.

A evolução, talvez melhor dizer, a diferença de enfoque entre os fisiocratas que priorizavam a atividade agrária em suas análises e os clássicos, é que estes ampliaram a visão

¹⁴ *Produit net* era a expressão usada para determinar a quantidade do produto bruto que, após ser repartida para uso pelas classes produtoras e pelas classes estereis, reverte aos proprietários da terra. Este valor era utilizado para conservação, melhoramento e pagamento de impostos.

¹⁵ Crescimentos ou avanços anuais. Tradução do A.

do problema econômico ao analisar o trabalho impulsionado pelo capital de uma forma ampla em qualquer atividade e não restrito às formas de criação do produto agrícola.

Porém, igualmente aos fisiocratas, os clássicos entendiam que os fenômenos econômicos dependiam de leis naturais.

Smith entendia que a riqueza dependia do trabalho para ser criada e não do ouro como pregavam os mercantilistas¹⁶.

Como regra geral, os economistas clássicos não buscavam o que se poderia denominar ciência social universal, mas procuravam utilizar uma técnica particular ao desenvolver sua ciência voltada à vida econômica. Ricardo, o “cerebral” entre eles, restringiu ainda mais sua ação analítica ao que chamou de economia de circulação (Ibid, p. 87-88).

Para os clássicos, as nações estavam organizadas em classes: a) proprietários da terra; b) trabalhadores; c) capitalistas. Este tripé econômico evidencia que, para eles, a produção ainda era decorrente da atividade desenvolvida na terra e a importância que representava, para a obtenção da produção, o financiamento proporcionado pelos capitalistas. Não se fazia, até então, menção ao papel do empresário, como aquele que organiza os meios para que a produção se realize. Foi Say quem sinalizou esta atividade como uma função importante no processo produtivo. John Stuart Mill reconheceu-a de imediato, sendo seguido por vários autores ingleses (Ibid, p. 113).

Em termos sociológicos, os clássicos achavam que as nações constituíam-se de uma soma de indivíduos, cada um com uma psicologia imutável, interdependentes entre si, ligados pelos interesses individuais. Traduzindo este pensamento para a economia, significa dizer que buscavam o lucro máximo com o gasto mínimo, que é a maximização através da racionalização econômica.

¹⁶ Escola de pensamento econômico, para quem a riqueza de uma nação dependia do ouro e prata que pudesse acumular, devendo ser obtida por um volume de exportações superior ao das importações. Vigorou, aproximadamente, entre meados dos séculos XV e XVIII, época em que a Economia ainda não era considerada uma ciência autônoma.

Todavia os clássicos consideravam que as relações entre as classes eram uniformes, sendo que as harmonias e as oposições ocorrem ao mesmo tempo. Foi Marx quem primeiro afirmou a existência de luta de classes e o fez com muita ênfase, como, aliás, está sobejamente demonstrado na literatura socialista.

Regra geral, os clássicos analisavam a economia através de três teorias: a) da produção; b) da circulação (algumas vezes substituída pela teoria do consumo); c) da distribuição.

Eles desenvolveram outros dois conceitos que ajudam a entender seu modo de pensar e agir: a) lei dos rendimentos decrescentes do solo; b) princípio da população. Neste analisaram que a população aumentava, sendo seu limite o da subsistência, porém ela tende a superá-lo e naquele disseram que cada incremento de capital gerava um produto inferior ao das unidades de capital anteriormente aplicadas, considerando-se a situação de *ceteris paribus*¹⁷.

O modelo de desenvolvimento é único?

EUA e Rússia trilharam quase o mesmo caminho de desenvolvimento. Os EUA sempre estiveram na dianteira: cerca de 35 anos em volume de produção industrial e em torno de meio século no rendimento per capita obtido pela mão-de-obra industrial. O consumo norte-americano, quando medido pelo critério per capita sempre suplantou o russo.

As evidências de que a sociedade precisa ser democrática e viver em liberdade, para que a marcha para a maturidade ocorra de uma forma contínua e sem percalços, encontra-se no cenário vivido pelos dois países quando ocorreram as respectivas etapas: nos EUA foi após

¹⁷ Expressão latina que significa variar apenas um dos elementos de uma função e manter os demais inalterados ou constantes.

a Guerra Civil, com o país pacificado; na Rússia foi após 1928, durante três décadas, tendo a Guerra como parte do cotidiano do País. Neste ambiente, a tecnologia foi inserida normalmente, porém o consumo foi restrito, visando gerar fundos para finalidades defensivas ou bélicas.

A Rússia não aumentou seu estoque habitacional durante anos, não elevou a sua produtividade agrícola e pouco fez no tocante à construção de rodovias. Por outro lado, a industrialização soviética foi predominantemente maior nas indústrias pesada (visando o armamentismo) e na de metais (ROSTOW, 1974, p. 136-137). A necessidade ou o desejo de quem estava no poder nos respectivos países fez com que a Rússia destinasse 20% do seu PNB para objetivos militares, enquanto os EUA alocam apenas 10%. Mas a história mostra que as necessidades da sociedade em um dado momento passam a não ser as mesmas no momento seguinte. E daí, o que fazer com o aço que, subitamente, passa a não ser mais utilizado pelas indústrias de guerra? É quando a economia de paz passa a usá-lo para produzir máquinas de lavar, refrigeradores, motos e autos.

Mas, se há diferenças na forma como os países desenvolvidos chegaram ao estágio em que se encontram, existem algumas similaridades que se mostraram, até hoje, caminho obrigatório para todos os países que almejam desfrutar da economia do bem-estar. É preciso investir maciçamente em capital social fixo, agricultura e setores que se mostrem atraentes aos capitais estrangeiros.

Para que o resultado seja positivo, é preciso que ocorram crescimentos rápidos, com taxa elevada de reinvestimento dos lucros gerados pelas atividades¹⁸ que apliquem técnicas modernas, com substanciais elasticidades-renda ou elasticidades-preço¹⁹.

¹⁸ Um dos exemplos que o Oeste Catarinense tem para esta situação é o caso do Grupo Sadia, que além do crescimento da atividade principal que é o setor de carnes frigorificadas, usou excedentes criados para investir na constituição da Transbrasil.

Não se pode esquecer que o desenvolvimento exige esforços adicionais. O país ou região em desenvolvimento precisa considerar, além do seu contingente populacional, a taxa de crescimento da população. Quanto maior for o crescimento percentual da população maior será a quantidade de bens que estas economias precisarão para estas novas almas. A título exemplificativo, Rostow (Ibid, p. 186) cita que os países que hoje são líderes mundiais viveram crescimentos abaixo de 1,5% na fase dita de arranco, que foi de 0,5% na França, em torno de 1,0% na Alemanha, Japão e Suécia, 1,4% na Grã-Bretanha. Exceções foram os EUA com mais de 2,5% e a Rússia com mais de 1,5%.

David Ricardo²⁰, o crescimento e o desenvolvimento econômicos

Terra, trabalho e capital compõem a função de produção de Ricardo, igualmente à de Adam Smith. Todavia, na equação de Ricardo, ele reconhece que a terra é um fator variável em qualidade, porém fixo em quantidade.

A produtividade da terra, bem como do capital e do trabalho, diminui quando se aumenta a área de terra destinada à produção. Ele chamou este fato de “lei dos rendimentos historicamente decrescentes na agricultura”²¹. A velocidade da redução dos rendimentos agrícolas pode ser amainada à medida que inovações sejam introduzidas na agricultura. Ricardo entendia que tais inovações não seriam suficientes para impedir os rendimentos decrescentes, sendo a economia fechada. Este foi um ponto em que ele e seus seguidores foram muito combatidos, mas jamais mudaram de opinião.

¹⁹ Elasticidade é um conceito econômico que mede a variação na quantidade transacionada de um bem quando ocorre alteração no valor desse mesmo bem. Quando a elasticidade é maior do que 1,0 significa que a variação percentual da quantidade negociada é maior do que a variação percentual de valor.

²⁰ Ricardo elaborou suas análises no séc. XIX, após o deflagrar da Revolução Industrial.

²¹ Com a expansão da economia conjugada com o aumento da população, há necessidade de mais alimentos. Estes exigem mais terras, algumas são de qualidade inferior, e, por isso, aumentam os custos reais marginais desaguando no aumento do preço dos alimentos.

A indústria, todavia, pode ter uma performance diferente, pois ela pode utilizar tecnologia e os princípios dos rendimentos crescentes de escala²².

Ricardo pregava a necessidade de economias abertas, sem restrições tarifárias, aplicando o princípio das vantagens comparativas²³. A higidez e velocidade econômicas seriam atingidas quando fossem alargadas as possibilidades negociais, pois quanto maiores as possibilidades de transações econômico-financeiras menores seriam as chances de queda dos lucros. Portanto o dinamismo da economia é que poderia levar o país à prosperidade.

Obtido o primeiro deslanchar da economia, o progresso tecnológico seria mera decorrência, sendo a tecnologia o motor propulsor para que, de forma paulatina e constante, a economia - e Ricardo falava da inglesa pós Revolução Industrial - pudesse chegar garbosamente à fase em que ela própria se auto-sustentaria. Para ele a economia britânica era eminentemente agrícola.

Ricardo acreditava que a revogação das Leis do Milho²⁴ levaria a economia inglesa a um desenvolvimento muito rápido, ela que estava numa fase de marasmo visível.

Ele entendia que o aumento da procura total do milho poderia causar elevação de salários. A revogação de tal Lei permitiria, presumivelmente, a importação de milho a preços constantes. Desta forma, um alto volume de salários, sem elevá-los, geraria lucros acima dos níveis de subsistência da economia, alimentando novos investimentos líquidos e também a acumulação de capitais, tudo redundando em aumento da produção nacional e, desta forma, permitindo o desenvolvimento da nação.

²² Mesmo que o preço dos materiais e do trabalho utilizados na produção aumente, este valor é mais do que compensado pela evolução dos equipamentos, pela melhor divisão e distribuição do trabalho, além da continuada qualificação da mão-de-obra.

²³ Respeitado o estágio tecnológico de cada país, o produto obtido será maximizado quando cada um se dedicar à produção daquilo que represente sua especialização.

²⁴ Conjunto de leis que impedia a importação de grãos por um preço menor do que o referencial. Assegurava aos ricos fazendeiros ingleses, além do monopólio, grandes lucros, que eram obtidos através do preço da alimentação e pagos pela população urbana. Só após três décadas o Parlamento inglês cedeu aos argumentos de Ricardo.

O modelo de crescimento de Ricardo pressupõe que a produção aumenta quando há capitais em acumulação constante e crescente. Este, por sua vez, é função da acumulação de investimentos, que, dentro da lógica econômica, provém do somatório de todas as poupanças realizadas na economia.

Altas e sustentadas taxas de desenvolvimento econômico dependem da acumulação de capitais e do volume de lucros disponíveis para investimentos. Os lucros dependem dos salários, pois a divisão do produto marginal do trabalho, constituído pelo valor da produção menos aluguel²⁵, entre salários e lucros, era o principal problema da economia.

Outro ponto importante da análise que fez refere-se ao valor relativo das mercadorias, o qual era considerado muito mais importante que o valor absoluto das mesmas. Quando ocorrem mudanças, e sempre são várias as causas, o volume necessário de trabalho marginal direto pode ser alterado. O preço das mercadorias é proporcional aos insumos utilizados, havendo que se considerar o montante de produção obtida. Apesar de reconhecer o grande número de causas que gerava diferença nos valores relativos, o que o preocupava eram as variações nos volumes de trabalho.

A poupança, por si, nada mais é do que a renda residual do consumo, que é direcionada para a acumulação de capitais, decorrente dos lucros verificados na economia. Na teoria do valor de Ricardo, o aluguel correspondia a zero, sendo o preço função dos salários e lucros. Considerando a “lei dos rendimentos historicamente decrescentes na agricultura”, o valor dos salários subiria regularmente, fazendo com que os lucros fossem reduzidos.

Para Ricardo, os lucros da atividade agrícola influenciavam todas as demais atividades, e em eles caindo, cairia o nível de lucro de todas as demais atividades. Poupança, investimentos e a formação de capitais diminuiriam de forma lenta e constante, fazendo a economia chegar a um estágio chamado de estacionário. Este seria atingido mais facilmente

²⁵ No modelo de Ricardo apenas trabalho e capital eram fatores de produção a serem remunerados. A terra não tinha emprego alternativo à atividade agrícola, sendo seu custo de oportunidade igual a zero.

se a economia fosse fechada às transações com o exterior. Assim sendo, ela ficaria sem alternativas para desenvolver-se devido à não geração de renda e capitais para efetuar investimentos em tecnologia. Este argumento fazia com que ele acreditasse que, no longo prazo, o desenvolvimento seria possível pelo dinamismo que a abertura ao comércio exterior permite.

Tais benefícios seriam: aumento do volume da produção; aumento da diversificação de itens da produção; reforço da propensão a poupar e investir. Mesmo que os trabalhadores gastassem parte da renda auferida em artigos importados, não haveria prejuízos para a economia, pois os lucros não deixariam de ocorrer permitindo acumulação constante, a qual seria direcionada à poupança e, em consequência, aos investimentos.

Portanto, no cerne da economia, não poderão existir entraves, estruturais ou institucionais, que impeçam o seu desenvolvimento econômico. Assim, eliminadas as restrições às importações e feitas as necessárias aquisições do exterior, Ricardo achava difícil existirem setores que deixariam de acumular riqueza.

A taxaço influencia a distribuição de renda e o crescimento econômico. Crítico dos efeitos que entendia negativos para a economia, Ricardo opunha-se a qualquer tipo de imposto. Era contra a taxaço aos trabalhadores, por entender que eles ganhavam quase que só o essencial para sua subsistência. Os impostos sobre aluguéis não eram tão perniciosos quanto os incidentes sobre os lucros, pois estes destinavam-se à poupança e investimento, caracterizando-os como gastos produtivos, enquanto o consumo dos latifundiários era assemelhado aos gastos do governo, que ele chamava de despesas improdutivoas. O efeito dos impostos sobre os lucros seria retardar o crescimento da economia. O valor dos tributos deixava de ser despendido em benefício de produção ao ser destinado ao que ele entendia serem os gastos improdutivoas da máquina governamental.

De forma sumariada, as idéias de Ricardo sobre desenvolvimento econômico são:

- a) O crescimento econômico depende da acumulação de capitais;
- b) A acumulação é uma função do volume de investimentos, que, por sua vez é igual ao volume de poupança;
- c) A poupança depende do nível de lucros;
- d) Admitindo-se que o valor da produção é determinado à margem agrícola, os lucros dependem inversamente do nível de salários monetários, variando ambos em sentido inverso;
- e) Para as economias fechadas, ou escondidas atrás de altos muros tarifários, o aumento da procura total, devido às rendas decrescentes na agricultura, fica restrito à regular elevação dos custos salariais à margem;
- f) Este aumento regular dos salários influencia negativamente o nível geral dos lucros;
- g) Quando esta queda do nível geral dos lucros chega ao nível de subsistência, a acumulação tende a zero, conduzindo a economia ao nível estacionário;
- h) Como a tecnologia é uma função direta do desenvolvimento do mercado, as economias fechadas não conseguem impedir a implantação do estado estacionário devido às rendas decrescentes e ao crescimento demográfico;
- i) A revogação da Lei do Milho (na Inglaterra pós Revolução Industrial) ou a supressão das barreiras tarifárias pode levar a rápidas taxas de crescimento sem elevação regular dos custos salariais, permitindo acumulação de capitais;
- j) Havendo expansão da população, forte acumulação de capitais e procura em crescimento, estando a economia aberta ao exterior, a tecnologia ajudaria a manter o crescimento auto-sustentado.

As cinco etapas do desenvolvimento de Rostow

O estudo feito por Rostow (Ibid, p. 15)²⁶ classifica as economias em cinco possíveis categorias.

1. A sociedade tradicional

Definida como aquela que tem funções de produção limitadas, todas com uma ciência e tecnologia pré-newtonianas. Esta etapa não deve ser entendida como estática. Nela são admitidos: a) aumento do volume de produção e de área; b) introdução de inovações em qualquer segmento de atividade econômica; c) aumentos de produtividade por incrementos de qualquer natureza, sejam estes, por exemplo, tecnológicos ou de infra-estrutura.

O delimitador superior desta etapa, para Rostow, é o limite do volume de produção per capita, o qual está associado ao acesso de tais sociedades à ciência e tecnologia modernas. Evidentemente que este conceito engloba, com o passar do tempo, o relativismo conceitual que o compõe, à medida que o mundo evolui, consoante a sociedade esteja em paz ou em guerra, em turbulências sociais ou políticas e conviva com políticas governamentais eficientes quanto à absorção de novas tecnologias, ao nível educacional médio da população ou surtos epidêmicos, por exemplo. O mesmo ocorre com as etapas seguintes a esta. Neste tipo de sociedade, há uma evidente concentração da atividade econômica na agricultura, daí decorrendo uma estrutura social hierarquizada, com possibilidade de mudança, porém reduzida, quase como a indicar que o nível socioeconômico dos avós deveria prevalecer para os netos e assim por diante. Rostow definiu esta situação como de fatalismo a longo prazo, se bem que admitia a possibilidade de rompimento desta situação a curto prazo, por méritos pessoais. Nestas sociedades, regra geral, o poder político estava ligado direta ou indiretamente

²⁶ Publicado originalmente pela Cambridge University Press, Cambridge, GB, em 1959, sob o título *The Stages of Economic Growth (A Non-Communist Manifesto)*, editado dois anos depois no Brasil como *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um manifesto não-comunista)*.

aos proprietários da terra. Como *sociedade tradicional*, Rostow cita as dinastias da China; a civilização do Oriente Médio e do Mediterrâneo; o mundo da Europa medieval, que cognomina de *mundo pré-newtoniano*.

2. As condições para o arranco

Esta segunda categoria engloba as sociedades ou economias que conseguem descolar-se do *mundo pré-newtoniano*. As primeiras evidências desta fase transicional rumo ao desenvolvimento verificaram-se inicialmente na Europa Ocidental em fins do século XVII e início do século XVIII, ocasião em que a ciência moderna passou a ser utilizada nas funções de produção agrícola e industrial. Ocorria a expansão dos mercados mundiais, ativada pelo comércio internacional. A posição geográfica, os recursos naturais, a estrutura sociopolítica e as possibilidades comerciais fizeram da Grã-Bretanha a sociedade pioneira a atingir tal estágio.

De uma forma geral, as condições para chegar ao arranco não surgiram endogenamente, mas devido à cunha imposta por sociedades mais adiantadas e que já haviam vivido tal experiência. O progresso econômico passa a ser entendido como condição para que as pessoas possam melhorar seu nível de vida. A educação passa a ser diferencial para as necessidades das novas atividades econômicas. O novo e o velho convivem lado a lado; o moderno e o colonialista ou quase-colonialista fazem parte deste cenário.

O pré-arranco fica bem explícito quando a sociedade denota estar passando por mudanças que Rostow chama de fundamentais e que alteram em muito a estrutura social, o sistema político e as técnicas de produção.

Uma sociedade que seja majoritariamente agrícola deverá deslocar a maioria da sua economia para indústria, comunicações, comércio e serviços. O provincianismo deverá ser substituído por uma postura voltada a um ambiente internacional.

Quanto à renda que deverá estar concentrada, especialmente, na mão dos proprietários da terra, precisará ter uma distribuição mais ampla. Para que surta os esperados efeitos desenvolvimentistas, seus novos beneficiários terão que ser aqueles que a desembolsarão em bens que possam alavancar a economia, como escolas, estradas e fábricas e não em bens suntuários.

A estrutura sociopolítica deverá agasalhar uma nova elite, em substituição àquela que estiver liderando a sociedade.

3. O arranco

Aqui as resistências ao desenvolvimento são eliminadas. Na Grã-Bretanha, além dos EUA e Canadá, países colonizados por ela, a tecnologia foi fator determinante, entre vários. Mas o arranco ocorreu após certa acumulação de capital social fixo, conjugado a um determinado aumento tecnológico da agricultura e da indústria com a chegada ao poder de pessoas preparadas para tal modernização da economia.

O arranco ocorre desde que o investimento do país se eleve de forma substancial, normalmente dobrando em relação ao período anterior. Esta necessidade de capital para investimento deve-se ao que o país precisa investir em capital social fixo, essencial para o sucesso desta fase. Tais capitais normalmente não são intramuros, dada a situação da própria economia, razão pela qual a participação de capitais externos sempre se mostrou essencial.

Os sinais desta fase são notados pela expansão industrial, gerando lucros que normalmente são aplicados na própria atividade, exigindo operários adredeamente qualificados, os quais acabam por ampliar a área urbana, forçando o governo local a ampliar os serviços públicos, o que acelera todo o processo de desenvolvimento.

Novas técnicas são incorporadas à agricultura e à indústria. A produtividade destes setores eleva-se, permitindo que, em um ou dois decênios, ocorra a transformação social e política, impulsionando um ritmo constante de desenvolvimento.

Evidências desta fase registraram-se na Grã-Bretanha, duas décadas após 1783²⁷, na França e nos EUA algumas décadas antes de 1860²⁸, na Alemanha no terceiro quartel do século XIX²⁹, no Canadá e Rússia no quarto de século anterior ao ano de 1914³⁰ e a partir de 1950³¹, a Índia e a China promoveram seus arrancos.

Rostow considerava como condição necessária porém não suficiente para o arranco, que a proporção do investimento em relação à renda nacional ou ao produto nacional líquido se eleve em proporção superior ao aumento percentual do crescimento populacional, considerando que a relação capital-produto³² seja baixa no momento do arranco.

As condições devem estar inter-relacionadas para que o arranco ocorra:

a) o investimento destinado a atividades produtivas precisa crescer substancialmente, ou seja, algo como de 5% para 10% da renda nacional ou do produto nacional líquido;

b) o desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros básicos, com alto índice de crescimento;

c) uma estrutura política, social e institucional que dê amparo ao novo momento que a sociedade passa a viver;

d) capitais internos precisam ser mobilizados agilmente, ou devem ser importados por longos prazos, devendo os lucros por eles gerados ser reinvestidos;

4. A marcha para a maturidade

É caracterizada por um período de progresso sem interrupções, sendo que a tecnologia moderna passa a ser introduzida em todos os nichos da atividade econômica. Parcela da renda

²⁷ Ano em que a Grã-Bretanha reconheceu a Independência dos EUA ao assinar o Tratado de Paris.

²⁸ Fatos desse ano: a) Lincoln foi eleito Presidente dos EUA; b) Guerra de Secessão Americana.

²⁹ Época em que ocorreu a unificação dos Estados Alemães e que teria sido o estopim para a deflagração da 1ª Guerra Mundial anos depois.

³⁰ Início da 1ª Guerra Mundial.

³¹ Passam a ocorrer revoluções comportamentais e tecnológicas de vulto.

³² É razão entre a variação do produto nacional e a variação da capacidade produtiva ou do estoque de capital.

nacional, entre 10% e 20%, passa a ser direcionada para investimentos, fazendo com que os incrementos percentuais de produção superem os demográficos.

Com o cenário econômico modificado e mais robusto pelos benefícios gerados pela tecnologia, as novas indústrias mostram-se mais ágeis que as indústrias antigas, que passam a estabilizar-se.

Esta fase da *marcha* dura em torno de 40 anos, aos quais devem ser adicionados em torno de 20 anos do período do *arranco*, perfazendo um total de 60 anos para que a sociedade atinja sua maturidade, quando poderá adentrar a *era do consumo de massa*. Este foi o caminho trilhado, aproximadamente no final do século XIX, pela Alemanha, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. A maturidade de uma sociedade verifica-se quando ela é capaz de avançar para um patamar superior ao das indústrias que lhe permitem efetuar o *arranco* e, também, absorver e aplicar as modernas tecnologias de forma majoritária se não puder fazê-lo integralmente.

Atingir esta etapa habilita o país a produzir o que ele desejar, independente de estar produzindo tudo ou não. O importante é que ele terá, sim, capacidade técnica e material para gerar tal produção.

Observando historicamente os setores que impulsionaram a maioria das economias hoje ditas desenvolvidas, a ferrovia (EUA, França e Alemanha concluíram seus arrancos por volta de 1873, todos baseados de forma majoritária nas ferrovias. Da mesma forma ocorreu com a Suécia, em 1890; Japão, em 1930; Rússia, em 1914) aparece em todas elas, seguida por outros setores que vieram a reboque ou por necessidade dela, como o carvão, o ferro, a engenharia pesada, tendo estes setores se desenvolvido no terceiro quartel do século XIX. Em seguida se desenvolveram o aço, a moderna aviação, a química, a eletricidade, as máquinas-ferramenta.

A exigência de conservação das estradas de ferro, como ficou evidente na linha Manchester-Liverpool, colaborou para o rápido desenvolvimento de aço bom e barato, o qual permitiu outros usos como o das caldeiras, navios de aço, máquinas-ferramenta, equipamentos para a indústria química, além de novas modalidades de construção urbana.

Este processo de desenvolvimento mostrou a necessidade de engenheiros mais e mais especializados e, da experiência ferroviária, eles foram passando para as especializações que o mundo econômico então exigia como engenharia mecânica, química e elétrica, construção naval e civil. Esta ebulição das atividades econômicas ocorre após o arranco que tem como característica uma erupção muito pronunciada em um número relativamente pequeno de setores. Estes acabaram por influenciar, em maior ou menor grau, os demais, seja por observação dos empresários até então desatentos, ou pelas encomendas que os setores líderes fizeram a outros até então estagnados, revitalizando-os e chamando-os para a modernidade.

A velocidade dessa marcha pode variar de acordo com os níveis de renda. A experiência britânica diz que os investimentos destinados ao desenvolvimento poderiam ter sido melhores se os níveis de renda e consumo, na segunda metade do séc. XIX, tivessem sido suficientemente elevados. Da mesma forma ocorreu nos países que seguiram rumo à economia do bem-estar e da prosperidade.

A distribuição da força de trabalho, desde o início do arranco, modifica-se muito. A agricultura costuma agasalhar uns 75% da força de trabalho antes do arranco para chegar à marcha para a maturidade em torno de 40% e, em alguns casos, a até 20%.

Tal contingente não se muda apenas para as zonas urbanas, mas representa crescimento dos empregados em escritórios de atividades burocráticas administrativas e de controle, ou de operários semi-especializados, técnicos e profissionais de alta qualificação.

Este deslocamento de pessoas representa crescimento de salários que, reinvestidos na economia, permitem o desenvolvimento maior ou menor consoante as políticas econômicas que cada país adote.

5. A era do consumo em massa

Os setores de bens de consumo duráveis e os de serviços passam a ser os líderes. Ao chegar à maturidade, a renda real per capita suplanta o mínimo necessário para alimentação, habitação e vestuário, e a estrutura da força de trabalho altera-se, fazendo com que aumente a população urbana sobre a total, como também a porcentagem dos trabalhadores em escritórios e dos operários especializados. A sociedade deixa de privilegiar a busca da tecnologia moderna como objetivo principal.

Nesta era pós-maturidade, as sociedades ocidentais passaram a dirigir recursos crescentes à assistência social, através de processos políticos. O Estado do Bem-Estar Social³³ é uma manifestação da sociedade que rumo além da maturidade. A produção de bens de consumo duráveis é maciça: máquinas de costura, bicicletas, utensílios domésticos elétricos e eletrônicos, automóveis, entre outros.

Historicamente, os EUA vivenciaram esta etapa em 1913-14, com a linha de montagem de Henry Ford. Todavia a 1ª Guerra Mundial interrompeu-a, sendo retomada por volta de 1920 e concluída somente após a 2ª Guerra Mundial, no período compreendido entre 1946-56. A Europa Ocidental e o Japão ingressaram nesta fase no início da década de 50, devido especialmente ao grande progresso verificado em suas economias no pós-guerra.

³³ É um tipo de organização político-econômica que surgiu em fins do século XIX e que atribui ao Estado a função de promotor social, especialmente protegendo e defendendo os indivíduos; além de ser o organizador da economia. Como regra geral o Estado divide tais funções com sindicatos e empresas privadas, cabendo a estes uma maior ou menor participação de acordo com o grau de sintonia entre eles e o governo. A favor deste tipo de governo citam-se, entre outras qualidades: humanismo, democracia, altruísmo e educação pública. Seus opositores elencam: paternalismo, antirregulatório, ineficiência do governo x eficiência do mercado, desmotivação, entre outros.

Aceitando-se as cinco etapas propostas por Rostow, a questão que se coloca em termos de desenvolvimento é: qual será a sequência para as sociedades que chegaram à era do consumo em massa? Rostow usa como exemplo o romance que narra a saga dos Buddenbrooks³⁴, para mostrar que a falta de planejamento pode levar à decadência após sair de uma vida modesta e chegar à opulência.

A era do consumo em massa leva a economia a passar da oferta para a procura, dos problemas de produção para os de consumo e para os do bem-estar, pois a grande maioria tem condições mais do que suficientes para obter todos os bens disponíveis no mercado.

O Estado do Bem-Estar permite às economias que desfrutam este estágio a:

a) buscar poder e influência além-fronteiras, destinando recursos crescentes à política militar externa;

b) redistribuir a renda através de impostos progressivos, tendo metas humanas e sociais;

c) expandir os níveis de consumo além das necessidades fundamentais de alimentação, habitação e vestuário.

As economias que atingiram este estágio têm diferenças entre si devido aos antecedentes de todos os matizes: étnicos, políticos, culturais, religiosos, sociais, etc.

A visão desenvolvimentista de Celso Furtado

A teoria do desenvolvimento, para Furtado (1977, p. 7), está centrada em dois fatores:

a) o aumento da produtividade do trabalho;

b) a distribuição e utilização do produto social.

³⁴ Publicado em 1901, “Os Buddenbrooks”, de Thomas Mann, narra a ascensão e a queda de uma família alemã. A primeira geração queria a fortuna, a segunda, já rica, buscava posição social e cívica; por isto a quarta optou por realizar-se através da música.

O aumento da produtividade deve ser tomado em seu todo, ou seja, o aumento verificado num determinado lapso temporal total de uma dada economia e não o aumento setorial ou de empresas isoladas, consideradas no mesmo período.

A medida do aumento de produtividade não pode ser tomada apenas pela mensuração positiva do aumento da taxa de lucros do empresário. É preciso que ocorra o aumento da renda per capita. Tal considerando prevalece mesmo que novas técnicas sejam incorporadas ao processo de produção e que haja liberação de mão-de-obra. Estes fatos são benfazejos a qualquer processo de desenvolvimento, mas por si sós não são suficientes para tal caracterização.

Mas detalhar ou caracterizar os elementos que formam uma teoria do desenvolvimento é algo muito complexo. Furtado (Id, p. 51) tenta sumariar ao dizer:

“Uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. A teoria das inovações é de enorme importância mas conduz a equívoco pretender formulá-la independente da teoria da acumulação de capital. Ora, a acumulação de capital não pode ser explicada mediante categorias abstratas com pretensões à universalidade pois está intimamente ligada ao sistema de organização da produção, às formas de distribuição e utilização da renda, enfim a um processo histórico cujos elementos específicos devem ser identificados”.

Inovação é um fator necessário para que a economia desenvolva-se, porém não é condição por si só suficiente. O capital, ou melhor, o processo que permite sua acumulação, é que vai definir a ocorrência do desenvolvimento econômico. E esta acumulação do capital depende da organização da produção, da forma como a renda é distribuída e organizada, considerando-se o comportamento evolucionar da economia. A renda deve, portanto, ser distribuída de tal forma que todos os níveis da estrutura social sejam beneficiados. É importante que os estratos inferiores da sociedade sejam aquinhoados junto com os níveis mais elevados, para que passem a ter acesso a bens que não conseguiam desfrutar no estágio

anterior. A eliminação do fosso econômico entre os níveis inferiores e superiores de remuneração também é parte do desenvolvimento econômico.

A riqueza deve ser medida pelo estoque de bens num determinado momento e não pelos bens que a economia consegue gerar num dado período de tempo. Não é relevante, para medir a riqueza de uma nação, o fluxo de bens e serviços que a economia gera, mas sim, o que ela acumula. Tal acumulação considera apenas parte do que a economia gerou, que é a parte não consumida e que, portanto, forma o estoque das riquezas que servem para que o desenvolvimento ocorra.

Os conceitos de estoque e de fluxo, quando tomados em conjunto, caracterizam-se no conceito de renda, que explica a remuneração que os detentores dos fatores de produção recebem ao colocá-los à disposição dos empreendedores que planejam e executam a produção. Furtado (Id, p. 81-82) explica e reconhece que a ocorrência de incremento no fluxo de renda por unidade de trabalho utilizada é a melhor evidência do desenvolvimento de uma dada economia.

Este aumento de renda deve estar associado ao aumento de capital por indivíduo participante do processo de produção, bem como de melhorias nas técnicas de produção. Quando o conjunto econômico considerado não é um conjunto complexo como o de uma nação, em que a procura não é autocriada tal como ocorre com uma empresa ou com um setor produtivo, então este conjunto econômico é considerado simples e deve-se falar em crescimento e não em desenvolvimento.

Sem embargo, pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento abarca o de crescimento, suplantando-o. A idéia de estrutura complexa não se limita apenas ao nível tecnológico. Ela reflete todas as formas sociais e econômicas presentes no mesmo cenário, movida pela divisão social do trabalho.

Quando uma empresa ou um setor econômico aumenta sua produção, inclusive com incrementos positivos de produtividade, ou de capital aplicado por unidade de fator de trabalho, ainda não se pode falar em desenvolvimento, pois os aumentos constatados nesta empresa podem ser compensados por alterações em sentido contrário em outra empresa ou setor da economia.

Considerando a complexidade da economia de um país, com todas as intersecções em que está moldada com suas múltiplas facetas sócio-econômicas, Celso Furtado (Id, p. 83) entende que não é possível diferenciar crescimento e desenvolvimento, quando a economia nacional é um conjunto econômico de uma dada complexidade. Igualmente ele acha impossível que uma economia possa ter crescimento sem ter desenvolvimento. Como empresas e setores da economia não apresentam facetas sócioeconômicas semelhantes às que existem num universo maior como o de regiões, estados ou nações, o progresso nelas verificado não pode ser denominado de desenvolvimento, mas de crescimento, exatamente por se constituírem em complexos econômicos simples. Isto corresponde a dizer que por serem um microcosmo das estruturas econômicas complexas, as empresas e setores de negócios não tem todas as atividades, transações, enfim as características inerentes ao bojo da estrutura econômica que engloba a do país.

Para a economia de um dado espectro físico, com todas as suas inter-relações, o crescimento de cada empresa ou setor gera movimentos nas demais empresas ou setores. Isto faz com que a soma dos crescimentos de vários negócios espraie-se para os negócios vizinhos, especialmente aqueles com que tem relações econômicas e destes para os demais até contagiar o cenário de todos os negócios, daí advindo o desenvolvimento pelo aumento total da produção e da renda per capita.

O desenvolvimento sob a visão de um não-economista

Na década de 1960, Caio Prado Júnior (1966, p. 191-246) escreveu sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, bem como sobre as teorias econômicas àquela época tidas como antigas e modernas. Ele mencionou que a teoria considerava apenas a quantidade do aspecto econômico, sem se importar com a qualidade desse desenvolvimento. Criticava o critério que levou em conta apenas o valor da renda nacional para elaborar o ranking de países desenvolvidos. As bases dessas economias não são próprias ou autodeterminadas, mas se submetem àquilo que os países dominantes impõem. Aduzimos que, igualmente, a renda per capita pode encobrir mazelas que a sociedade sofre e que a crueza de números e indicadores não permite mostrar.

Para Caio Prado Jr. os objetivos do desenvolvimento decorrem, ou ocorrem, a partir de itens que denomina de *estranhos*, por serem determinados pelos países dominantes. Mas, para aproximar-se dos países que estão nos centros capitalistas, é preciso que ocorram inversões de capital que possam ser consideradas de vulto, frente ao tamanho e estágio da economia. Todavia estes investimentos ocorrerão a partir da taxa de lucro que possam auferir nestas economias. Caso não seja considerada adequada, a inversão não ocorrerá. E esta inversão será mensurada em moeda internacional; logo, as flutuações do câmbio³⁵ acabarão por igualmente influir nas inversões de capital, podendo estimular ou não os detentores de capitais a efetuar seus investimentos.

Caio Prado também afirma que, para obter recursos financeiros de certa monta, os países precisam dedicar-se à exportação. Evidentemente que para acumular tais recursos é

³⁵ O nível correto da taxa de câmbio é definido pelos economistas pela paridade de poder de compra da moeda, que ocorre quando uma dada mercadoria custa o mesmo valor em países diferentes, pressupondo que ela seja medida na mesma moeda.

preciso que as importações sejam substancialmente inferiores a fim de que o saldo da Balança Comercial demonstre tal diferença superavitária. As exportações servem não só para pagar as importações como também o serviço da dívida externa em que o país incorreu visando promover seu desenvolvimento. Também servem para pagar o custo da tecnologia que o país precise importar.

Transportando tais ensinamentos para os dias atuais, em que a exigência de qualidade dos produtos e serviços exportados é cada vez maior, a equação para países e regiões em desenvolvimento atingirem qualidade *estilo iso*, tal e qual, fica mais difícil pelos obstáculos enfrentados por empresas e residentes de gerar altas taxas de poupança e, conseqüentemente, de investimento. E, não tendo qualidade, tais países e regiões não conseguem exportar produtos com alto valor agregado, restando-lhes exportar produtos primários ou, de forma mais ampla, produtos e serviços com baixo valor agregado, que por sua vez exigem um volume físico de exportação maior do que o que precisariam, caso exportassem produtos com alto valor agregado. Como decorrência desta situação, pode ocorrer exaustão do solo pelo esforço para exportar uma quantidade de produtos com baixo valor agregado, de tal forma que o total alcance ou suplante o que poderia ser obtido com a exportação de produtos com alto valor agregado, que, por sua vez, seria menor em volume e em esforço de produção.

Caio Prado discorre longamente sobre as relações entre os países detentores e os dependentes do capital. O sistema internacional de capitais trustificado, destinado a perpetuar o status quo, tenta manter os países subdesenvolvidos em desvantagem econômica e como fornecedores de produtos primários. Estes são transacionados e manufaturados pelos mesmos trustes que os revendem com valor agregado aos países fornecedores de matéria-prima. A proposta é que se rompa esta situação fora do estrito cenário econômico e que se amplie o teatro das ações visando tal desenvolvimento pela agregação de fatores políticos.

O confronto das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico com a realidade d(n)o Oeste Catarinense

Ao nos debruçarmos sobre a evolução da região do oeste catarinense, verificamos alguma coincidência com a análise fisiocrata, especialmente pelos fatos ocorridos na primeira metade do século XX. Para entender a maneira como ocorreu o desenvolvimento econômico da região, não é possível deixar de usar a sociologia, tal e qual eles haviam feito à sua época, ou seja a partir de meados do século XVIII. A formação populacional foi mesclada em parte pelos novos habitantes que se estabeleceram em busca de um melhor padrão econômico através do cultivo da terra. Outros foram atraídos pela possibilidade de bons salários na construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande. Tinham, todavia, visão imediatista, portanto de curtíssimo prazo, de apenas amealhar tanto quanto lhes fosse possível, sem preocupação em fixar-se à terra, constituindo um grupo social e eticamente heterogêneo. Esses aventureiros de primeira hora provocaram inúmeros problemas devidos à falta de escrúpulos e a desvios comportamentais.

Mesmo após a conclusão da ferrovia, o conflito pela disputa de terras continuava latente, pois sua titularidade era de difícil identificação e essa lide antecedia a proclamação da República, em 1889, quando as Províncias do Paraná e Santa Catarina foram elevadas a Estados. Mas os respectivos limites interestaduais continuavam indefinidos desde quando ambos eram Províncias, continuaram sem definição. A região chamada de “Missões” ou “Palmas” era igualmente reclamada pela Argentina, tendo sido reconhecida internacionalmente como brasileira em 1895. (THOMÉ, 1983, p. 143-144).

Nesse momento os dois Estados sentiram-se “donos” da área e trataram de garantir a posse distribuindo títulos. Somem-se a isto os direitos contratuais dos construtores da ferrovia

de ter uma área sua à direita e à esquerda da mesma para que se entenda por que o cenário de convulsão social aumentava constantemente. Em 1916, Paraná e Santa Catarina assinaram o Acordo de Limites³⁶, tendo sido constituídos dois municípios, Chapecó e Joaçaba, que foram tendo seus territórios fragmentados, ao longo do tempo, especialmente pelas ambições políticas atrás mencionadas, constituindo-se hoje em 118 municípios com suas estruturas executivas e legislativas e, talvez, custos e recursos públicos não otimizados.

Durante o período de conflagração gerado pela 2ª Guerra Mundial, como o Brasil participava do bloco dos Aliados³⁷, os descendentes de alemães e italianos, cujos países de origem faziam parte do bloco do Eixo³⁸ sofreram perseguições seguidas, tendo sido descritas como “a época negra e do terror na história do Oeste: 1942 a 1944” (HEINEN, 1977, p. 167-187).

A formação econômica, portanto, foi muito influenciada pelos aspectos sociológicos e políticos que envolveram a região desde seus primórdios.

Mas, tal e qual ocorreu com os fisiocratas em seu tempo, a região tinha seu ciclo marcado pela natureza, pois a economia era basicamente rural e praticada conforme as estações do ano. Os indivíduos pautavam suas atividades pelo que pudessem extrair da atividade rural aplicando os conhecimentos trazidos da Europa por seus antepassados, considerando que a formação da região deu-se pelo conagraçamento de forças entre os descendentes de alemães e italianos.

Os agricultores puderam desenvolver-se através de vários programas governamentais específicos conjugados a planos de obras destinadas a criar infraestrutura para melhorar a performance da região e do Estado.

³⁶ Vide Anexo 3.

³⁷ As potências Aliadas: Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos.

³⁸ As potências do Eixo: Alemanha, Itália e Japão.

O desenvolvimento começava a surgir já em 1951, tendo o Governador de então visitado a região, pois

“em Itapiranga, distrito riquíssimo de Chapecó, constatou-se que toda a sua variada produção é levada para os mercados gaúchos, pela deficiência de nossas comunicações. Deve esse estado de coisas continuar?” Igualmente preocupava a defesa do próprio território... “Dionizio Cerqueira, nossa sala de visitas com a República Argentina, poderia permanecer sem o amparo das autoridades?” (SILVA, 1952, p. 5).

O Oeste Catarinense foi, paulatinamente, tendo seu ciclo econômico e composição de produto interno e geração de renda evoluindo de atividade rurícola destinada à subsistência para a de geração de excedentes comercializados inter e extra muros, pela melhoria verificada na tecnologia aplicada em suas atividades econômicas.

A Sudesul (1978, p. 5-13), órgão do Ministério do Interior, analisou a economia do sul do Brasil, no período 1950-1975. Algumas indicações deste estudo são importantes para mostrar como evoluiu a região objeto do nosso estudo, porém tais dados são a média do Estado de Santa Catarina, razão pela qual os tomamos com cautela.

Tal estudo compara, pontualmente, performances da região e dos estados sulistas entre si e com o Estado de São Paulo. Várias citações permitem entender como era e como a economia foi evoluindo:

“...a economia da região sul também sofreu...o decréscimo da agricultura na geração da renda interna de 36,8%, em 1949 para 25,4% em 1975 e o consequente aumento da participação da indústria, de 19,4% em 1949 para 25,0% em 1975”; (p.5)

“A produção industrial...1959/70...Santa Catarina teve seu peso relativo incrementado de 17,7% para 21,5%”. (p. 6)

“Em 1920, o percentual da área ocupada sobre o total da área terrestre era...para o Brasil 20,7%, ... Região Sul 48,8%” ... “passados trinta anos... nacional...27,5%, ...região sul...63%, ...Santa Catarina, 55,7%”... “Em 1970...Santa Catarina, 73,6%...Brasil, 34,8%”. (p. 9)

“A colonização da zona nova beneficiou-se da implantação da estrada de ferro, que alcançou o vale do rio do Peixe. Várias das empresas colonizadoras, exitosas no Rio Grande do Sul, começaram a estender a sua ação sobre as terras do oeste catarinense.” (p. 10)

“O exame dos dados da estrutura fundiária e produção não deixam dúvidas sobre o fato de a atividade agrícola catarinense repousar historicamente, em sua esmagadora maioria, em uma estrutura minifundiária.” (p. 10)

“Em 1975, o montante das exportações regionais,...era de 23 vezes o de 1945, com um incremento de 2247%. A participação regional nas exportações brasileiras evoluiu de 8,1% em 1945 para 33,4% em 1976.” (p.12)

“A economia da região sul tem se voltado crescentemente ao comércio exterior... A pauta de 1976 indica as seguintes porcentagens principais: soja em grão, 23,6%; farelo e torta de soja, 20,4%; café, 18,5%; calçados, 4,3%; fumo em folhas, 3,8%; milho em grão, 1,9%.” 9p. 12)

“A demanda estrangeira mostra-se atualmente mais importante na formação da renda interna da região do que na do Brasil, com uma tendência francamente ascensional”. (p. 12)

“...pode-se estimar...a magnitude da perda...de consideráveis parcelas de divisas...no total das exportações brasileiras. A média...no período 1953/75 ...a Região Sul ...aproveitou... apenas 37,8% das divisas a que faria jus caso prevalecesse o critério de vincular regionalmente importações com a participação nas exportações brasileiras”...”...o Paraná beneficiou-se de apenas 10,0% das divisas geradas e Santa Catarina, 30%...” “Destas forma, é mister concluir que a região Sul contribuiu com uma parcela importante para o financiamento da industrialização do Sudeste notadamente São Paulo ou, por outra, deixou de se beneficiar das divisas geradas para o seu próprio desenvolvimento”. (p. 12-13).

Conclui-se que a região formou-se à base de pequenas propriedades agrícolas e pecuárias e que a industrialização foi ocorrendo à medida que o setor necessitava de “ajuda” para tornar o seu produto mais durável, embalá-lo e transportá-lo para outros mercados. Não restam dúvidas de ter ocorrido desenvolvimento da forma que os autores examinados o definem, pois a economia do Oeste Catarinense passou por várias etapas.

Exemplo disto é o setor de carnes frigorificadas. Inicialmente os pequenos matadouros de animais forneciam para a circunvizinhança. A expansão de produção dos frigoríficos³⁹ os fez, de longa data, fornecedores para mercados fora dos limites regional e estadual. O Grupo

³⁹ Confiança, hoje incorporado ao Perdigão, foi fundado em Herval d' Oeste, em 1931, produzia banha de porco para o Frigorífico Matarazzo, de São Paulo; Perdigão, fundado em Vila das Perdizes, atual Videira, em 1934; Sadia, fundado em Concórdia, 1944; Chapecó, fundado na cidade de mesmo nome em 1952.

econômico familiar proprietário da Sadia fundou uma empresa de navegação aérea⁴⁰ para poder transportar seus produtos, especialmente para o mercado de São Paulo, pois a distância a ser percorrida de caminhão e a falta dos recursos tecnológicos atuais impedia o crescimento do frigorífico.

Estas atividades deslocaram a mão-de-obra do setor primário⁴¹ para o secundário⁴², representando incremento na formação técnica antes inexistente na região, tanto em qualidade quanto em quantidade. Ao longo do tempo, foi sendo introduzida tecnologia rural para a criação de animais e aves, rações e instalações mecanizadas procurando cada vez mais se conformar às exigências do produto final, gerando uma retro-alimentação de processos, produtos, pessoas, qualidade, etc. Tudo a corroborar, em proporção menor, evidentemente que o desenvolvimento ocorre em estágios, como o descreveu Rostow.

Considerando-se a não utilização dos excedentes em divisas geradas pelo comércio exterior no terceiro quartel do século XX, aliada à pouca tecnologia em equipamentos então disponível no mercado brasileiro, mister se faz citar que houvessem tais divisas sido utilizadas, total ou parcialmente, em benefício do desenvolvimento do setor de carnes frigorificadas ou outro que utilizasse a competência dos contingentes de mão-de-obra existentes, o desenvolvimento verificado na região poderia ser superior.

A instalação de cursos de ensino superior, a partir de 1970, colaborou na difusão do conhecimento. Isto auxiliou na formação de quadros mais capacitados, técnica e intelectualmente, base essencial para que ocorra o desenvolvimento. Em 20 dos 118 municípios existem 13 entidades de ensino superior que oferecem em torno de 380 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação.

⁴⁰ A Transbrasil, fundada em 1955, com cinco aviões, três Douglas DC-3 e dois Curtiss Commander C-46, operava duas linhas, Joaçaba-Londrina-Bauru-Ribeirão Preto e Joaçaba-São Paulo-Videira-Florianópolis, em três frequências semanais. De Concórdia até Joaçaba, os produtos eram transportados de caminhão, numa viagem de cinco horas, em média.

⁴¹ Agricultura e pecuária.

⁴² Indústria de carnes frigorificadas e o cluster formado à sua volta.

Capítulo 2

A formação populacional do Oeste Catarinense

Os primeiros moradores da região de que se tem notícia foram os silvícolas. Xanxerê ainda abriga alguns “caingangs”⁴³. O Estado de Santa Catarina, por sua vez, recebeu seus primeiros habitantes do exterior imediatamente após a descoberta do Brasil. Provavelmente, Binot Palmier de Gonneville, comandando seu barco “Espoir”, em 1504, tenha sido o primeiro a aportar no litoral catarinense.

Os primeiros povoadores

Os europeus devem ter pisado o solo do oeste catarinense pela primeira vez em 1524 quando o espanhol Aleixo Garcia transitou em direção ao Paraguai. (SANTOS, 1974, p. 21).

As primeiras tentativas de povoar o interior do Estado catarinense foram feitas pelos paulistas, movidos por razões de ordem econômica. No século XVIII, São Paulo adquiria gado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina era o entreposto abastecedor de Minas Gerais. O Governador da Capitania do Estado de São Paulo determinou que fosse fundada uma vila na parte meridional da sua capitania. Coube a Antônio Correa Pinto fazê-lo e, em 1771, Lages foi fundada, como sendo território paulista, apesar dos protestos dos catarinenses (CABRAL, 1970, p. 74-75). Em seguida surgem São Joaquim, Curitibanos, Mafra e Rio Negro, esta em solo paranaense.

⁴³ Caingang quer dizer, em língua portuguesa, índio ou aborígine. Entre si tratam-se por *Caingang-pé* (índio legítimo) e *Caingang-venheré* (índio cabelo cortado). Resistem culturalmente, preservando sua língua do tronco linguístico macro-jê.

Em 1820, Lages foi integrada ao território catarinense em termos jurídicos, porém São Paulo só deixa de considerá-la seu território em 1854, com a criação da Província do Paraná (SANTOS, 1970, p. 54). A atividade econômica preponderante de Lages era a agropastoril.

Em 1839, adentraram o Oeste Catarinense fazendeiros de Guarapuava, então pertencente a São Paulo, e de Palmas, pertencente a Curitiba, os quais se instalaram em Campo Erê e Campo do Irani, dedicando-se à criação de gado. Os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina queriam a posse desta região.

O Paraná, que até 1853 fazia parte da Província de São Paulo, almejava o território que hoje forma o Oeste Catarinense devido a antecedentes históricos que envolviam a participação de povoadores paulistas que se fixaram na região. Nesse ano, a Comarca de Curitiba foi elevada à categoria de Província, com o nome de Paraná, cabendo-lhe, de acordo com a Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, que a criou, um território não totalmente demarcado: “A sua extensão e limites são os mesmos da referida Comarca”, referindo-se a Curitiba, então Comarca da Província de São Paulo (CABRAL, id., p. 313-314).

Como São Paulo queria que fosse seu o território que se estendia até a fronteira com o Rio Uruguai, o Paraná passou a fazer idêntica reivindicação. Mas Santa Catarina estribava sua defesa em argumentos que entendia serem mais sólidos. Defendia o ponto de vista que se referia ao tempo em que foi criada a Ouvidoria de Santa Catarina, em novembro de 1749. E, por ocasião da sua criação, seus limites eram: ao norte, a barra austral do Rio São Francisco, o cubatão do mesmo rio, o Rio Negro e, ao sul, os montes que deságuam na Lagoa Imeri (CABRAL, 1970, p. 309). O critério da época para efeito de limites era o de que os territórios do interior eram considerados a partir da testada que se fizesse na costa, aprofundando-se a área até onde se encontrassem os espanhóis.

O Governo Imperial, por sua vez, tentou colonizar o Oeste, para defender os interesses brasileiros, pois os argentinos cobiçavam a região. Em 1859, foi criada uma Colônia Militar

às margens do Rio Chapecó, mas que veio a ser instalada só em 1882 (PIAZZA, apud SILVA, 1970, p. 47). A questão conhecida como de Palmas ou Missões foi levada a foro internacional, onde Brasil e Argentina se digladiaram por 30.000 km² de território compreendido entre o Sudeste do Paraná e o Oeste Catarinense. A pendência foi levada à decisão de Grover Cleveland, então Presidente dos Estados Unidos. Em setembro de 1889, o Brasil obteve ganho de causa, mas a assinatura do laudo só ocorreu em 1895. Isto pode justificar parte do atraso verificado na construção da estrada de ferro no trecho situado em território catarinense, então já previsto. Após a solvência da contenda com a Argentina, Santa Catarina e Paraná iniciaram a disputa pela posse da região.

O início da colonização se deu por volta do início do século XIX por criadores de gado, os quais constituíram fazendas e trouxeram consigo agregados de origem mestiça, que eram seus serviçais. Estes, ao se multiplicarem, foram forçados a abandonar as fazendas de criação de gado, passando a ocupar terras na mata virgem, onde trabalhavam como lavradores.

A ocupação gradativa do solo propiciou progresso gerado pelas novas atividades nele desenvolvidas, o que ocorreu após grandes conflitos, quando houve a eliminação de populações nativas num conflito social tido como muito violento e que, além dos nativos, envolveu migrantes e posseiros vindos de outras regiões, todos interessados nas terras consideradas ricas, além das matas da região noroeste do Estado.

Devido à impossibilidade de progredirem social ou economicamente, muitas pessoas tornaram-se posseiros, numa tentativa de melhorar sua situação. Entre as poucas alternativas da época, podiam trabalhar como peões ou agregados de grandes fazendas; todavia o número de vagas era limitado.

Estas pessoas eram de parca cultura, profundamente religiosas, aliás, cristãos ortodoxos. Formavam uma população marginalizada, que serviu de “massa de manobra” para

os chamados "monges", entre eles João Maria de Agostoni, tido como o primeiro deles, de nacionalidade italiana, que transitou pelas regiões do Rio Negro e Lages, desaparecendo após a Proclamação da República.

Houve um segundo "monge", por volta de 1893, igualmente chamado João Maria, e que atuava entre os rios Iguaçu e Uruguai. Logo depois, em 1897, apareceu outro monge, em Lages, na região central do Estado e muito próxima do Oeste.

Em ação movida contra o Paraná em 1904, no Supremo Tribunal Federal, Santa Catarina obteve o direito às terras. Por sua vez, o Paraná recorreu mais duas vezes, em defesa de suas pretensões. A questão foi encerrada em 1910 quando Santa Catarina obteve definitivamente a zona geográfica em que se encontra o atual Oeste Catarinense.

Em 1912, eclodiu a questão do Contestado e diferentes eventos dão novas cores à ocupação regional, que até então era feita pelos posseiros, aos quais somaram-se os operários que vieram para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Em Campos Novos, surgiu o monge José Maria, ex-soldado do Exército, Miguel Lucena de Boaventura, que não aceitava os problemas sociais que atingiam a população sertaneja do planalto. Ele começou a aglutinar em torno de si vários descontentes, especialmente os caboclos de Curitiba, e os levou até os campos do Irani, que era uma área do Paraná. Para evitar os "invasores catarinenses" o Estado do Paraná acionou o seu Regimento de Segurança, pois a disputa territorial entre os dois Estados corria solta naqueles dias.

Em novembro de 1912, as forças policiais paranaenses atacaram o acampamento de Irani cujo combate sangrento incluiu perdas significativas de equipamento bélico do Paraná, o que resultou em novos embates, deteriorando ainda mais as relações entre ambos os estados.

Quase um ano após estes fatos, em dezembro de 1913, Taquaruçu foi cognominada "Cidade Santa" pelos caboclos, num ambiente de grande religiosidade, em que passaram a se tratar por "irmãos". Tentando restabelecer o clima de normalidade, o Exército Federal e a

Força Policial de Santa Catarina atacaram Taquaruçu sem nenhum sucesso, sendo expulsos e tendo que abandonar parcela significativa do armamento que levaram para os combates.

Quando faleceu Praxedes Gomes Damasceno, fiel e velho seguidor do monge José Maria, os caboclos sentiram-se em situação de inferioridade e, por ocasião do segundo ataque a Taquaruçu, o resultado foi o massacre de mulheres e crianças, que formavam a maioria da população.

O movimento dos monges conseguiu organizar comunidades místicas semelhantes em diversos locais. Para combater e derrotá-las, forças governistas foram enviadas, mas somente em 1916, as escaramuças cessaram, quando a região foi pacificada e os colonos começaram a chegar ao vale do Rio do Peixe. A Colônia Bom Retiro, parte da Estação Herval (atual Herval d'Oeste), recebeu o primeiro contingente de gaúchos descendentes de alemães, os quais foram trazidos pela *Brazil Development and Colonization*⁴⁴ que loteou, à mesma época, terras em Chapecó⁴⁵. Vieram para o Oeste Catarinense, através desse empreendimento, descendentes de alemães e italianos que, anteriormente, haviam povoado o Rio Grande do Sul.

O Contestado desestabilizou a região de tal forma que, em 1917, o governo catarinense criou quatro municípios: Chapecó, Joaçaba, Mafra e Porto União. Os habitantes da região colonial do Rio Grande do Sul constituíram o contingente mais numeroso a se dirigir para lá, juntamente com catarinenses de outras regiões e estrangeiros, especialmente alemães e italianos.

As cidades de Joaçaba e Chapecó, ou melhor, as regiões que elas hoje compõem e lideram, foram efetivamente colonizadas a partir de 1922. Joaçaba, pelo fato de estar junto à ferrovia, desenvolveu-se antes de Chapecó.

⁴⁴ Empresa do grupo Farquhar, encarregada de colonizar terras lindeiras à ferrovia, concedidas pela União, como contraprestação pela construção da estrada de ferro.

⁴⁵ A União permitiu que a *Brazil Development and Colonization* loteasse terras longe da ferrovia, devido às próximas estarem ocupadas.

Por seu turno, colonos dos campos de Palmas iniciaram, em 1913, a extração da erva-mate. Alemães, italianos e seus descendentes trouxeram à região as culturas de trigo e milho, o que favoreceu o surgimento, por volta de 1930, da suinocultura comercial. (SUDESUL, 1970, p. 28-31). A exploração da madeira também foi atividade importante que hoje, juntamente com a da erva-mate, reduziu sua participação.

A Revolução de 1930, entretanto, cortou o fluxo de colonos. A colonização parou por que havia dúvidas sobre a legitimidade da posse e propriedade das terras. Os agricultores, por sua vez, queriam mais terras. Em consequência, gaúchos e catarinenses dirigiram-se ao norte do Paraná.

Após a 2ª Guerra Mundial, ou por volta de 1950, o assunto foi resolvido e o processo de migração de gaúchos para o solo “barriga-verde” recomeçou. Estimativas indicam que 90% dos colonos que povoaram o oeste catarinense eram de origem italiana e alemã, sendo os demais de origem polonesa, ucraniana, portuguesa e indígena. Esses grupos dedicaram-se às lavouras de milho, feijão, alfafa, trigo, mandioca, batata doce e abóbora. De forma geral, desenvolveram a criação de suínos, frangos e a indústria vinícola.

Os dados censitários

O primeiro recenseamento oficial do Brasil foi feito no ano de 1892. Neste recenseamento, a população do Estado era de 159.802 habitantes. Antes dessa data, foram realizadas mais de duas dezenas de levantamentos, com lapsos de tempo diversos, por pesquisadores particulares. Independente da possível não convergência metodológica entre eles, estes dados representam de alguma forma uma indicação da evolução populacional e estão na Tabela 1, em que consta a evolução da população do Estado de Santa Catarina a partir de 1712, época da estimativa demográfica mais antiga, até 1920.

No início do século XVIII, Santa Catarina era quase inabitado. A mais antiga estimativa demográfica sobre o Estado é a de 1712 (PELUZZO, 1970, p. 51), quando teria 500 habitantes. Mas essa pesquisa não discrimina dados para a população regional, municipal ou, em nível desagregado inferior ao estadual. Cálculos estimativos nos dão ciência de que essa população estadual de 500 habitantes multiplicou-se 42 vezes em torno de cem anos depois.

Sabendo-se que o povoamento seguiu do litoral para o interior, supõe-se que a população do Oeste Catarinense, se existente, deveria ser muito pequena e talvez formada por nativos ou silvícolas.

Uma das justificativas de tal crescimento populacional é a imigração açoriana, que ocorreu entre os anos de 1748 - ano do primeiro transporte, num total de 461 pessoas (PIAZZA, 1982, p. 48) - e 1756 (SANTOS, 1974, p. 139). Vieram para o Brasil nessa época, aproximadamente, 5.000 pessoas e a maioria delas se fixou em terras catarinenses.

Havia um excesso populacional nas Ilhas do Arquipélago dos Açores em relação à pequena quantidade de terras agriculturáveis disponíveis. Portugal entendia que a solução seria a transposição de parte desta população para outros locais e desta forma o Conselho Ultramarino⁴⁶ em 1746 resolveu promover tal emigração para o Brasil, especificamente para a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), litoral fronteiro e Rio Grande do Sul.

Considerando-se que a população estadual recenseada em 1749 era de 4197 habitantes, pode-se concluir que no curto espaço de 8 anos, os originários do Arquipélago dos Açores passaram a constituir, aproximadamente, 50% da população catarinense.

Se verificarmos que no lapso de um quarto de século, de 1749 a 1774, a população cresceu menos de 5.000 habitantes, passando de 4.197 para 9.058 habitantes, temos uma forte

⁴⁶ Estava incumbido de todas as matérias e negócios, de qualquer magnitude, concernentes aos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de S. Thomé e Cabo Verde.

indicação de que, efetivamente, os açorianos influíram significativamente na composição e na evolução da população de Santa Catarina.

Tabela 1 - Censos Demográficos do Estado de Santa Catarina 1712-1920

Ano	Livres	Escravos	Total	Crescto. %	Autor da estimativa	Fonte
1712			500			A
1749			4.197	20		B
1774			9.058	4,6	Paulo J. M. de Brito	C
1788			16.177	5,6	Paulo J. M. de Brito	C
1796			33.543	13,4		B
1796			23.865	5,9	Saint Hilaire	C
1800			21.068	-2,9	Paulo J. M. de Brito	C
1810	23.136	7.203	30.339	4,4	Paulo J. M. de Brito	C
1812	25.471	7.578	33.049	4,5	Robert Southey	C
1813			24.808	-24,9	Paulo J. M. de Brito	C
1813			23.949	-27,5	A. C. de Araújo Lima	C
1818			44.041	16,8	Mons. Pizarro e A. C. de Araújo Lima	C
1819	34.859	9.172	44.031	0	Pandiá Calógeras	C
1824			45.430	0,6	Saint Hilaire	C
1837			63.629	3,1	A. C. de Araújo Lima	C
1839	51.576	14.062	65.638	1,6		B
1840	53.707	12.511	66.218	0,9	Antero J. F. de Brito	C
1841	54.632	12.586	67.218	1,5	Antero J. F. de Brito	C
1844	58.432	14.382	72.814	2,8	Antero J. F. de Brito	C
1848			80.000	2,5	A. C. de Araújo Lima	C
1851	72.391	15.546	87.937	3,3	A. C. de Araújo Lima	B
1853	71.165	15.025	86.190	-1	J. José Coutinho	C
1854		0	101.550	17,8	J. José Coutinho	C
1854			107.000	24,1	A. C. de Araújo Lima	C
1857	92.912	18.187	111.099	1,3	J. José Coutinho	C
1860	81.965	16.316	98.281	-3,8	J. José Coutinho	C
1860	98.281	16.316	114.597	1	Francisco C. A. Brusque e A. C. Lima	C
1864	117.418	16.320	133.738	4,2	Francisco J. Oliveira	C
1867	104.459	14.722	119.181	-3,6	A. B. C. Albuquerque Lacerda	C
1870			154.697	9,9	A. C. de Araújo Lima	C
1872			159.802	1,6	Censo Oficial	C
1874	144.818	14.984	159.802	0	João Tomé da Silva	C
1881		10.821	10.821	-13,3	Pandiá Calógeras	C
1890			283.769	280,3	Censo Oficial	C
1900			320.289	1,3	Censo Oficial	C
1920			668.743	5,4	Censo Oficial	C

Fontes dos dados brutos:

a) PELUZZO Jr., Vitor A. Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina, in vários autores, *Fundamentos da Cultura Catarinense*, Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1970, p. 51.

b) CEPA/SC, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina, *Estudos Básicos para o Planejamento do Desenvolvimento Agrícola e Rural*, vol. 1, p. 34.

c) CABRAL, Oswaldo R., *História de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, Ed. Laudes, vol. 1, p. 365.

Em 1800, o Estado possuía 21.068 habitantes, e em 1872, época do Primeiro Censo Demográfico Oficial, já crescera 7,6 vezes, passando a 159.802.

Tabela 2 – Municípios criados em SC até 1920 e habitantes em 1900 e 1920

Nº de ordem	Município	População-1900	População-1920	Evolução %
1	São Francisco do Sul	7.937	14.386	81,3
2	Laguna	16.451	27.573	67,6
3	Florianópolis	32.229	41.338	28,3
4	Lages	18.875	37.314	97,7
5	Porto Belo	4.728	6.852	44,9
6	Biguaçu	9.548	19.162	100,7
7	São José	10.450	18.688	78,8
8	Tijucas	13.466	20.908	55,3
9	Itajaí	15.817	33.327	110,7
10	Joinville	18.587	42.854	130,6
11	Tubarão	34.629	44.027	27,1
12	Curitibanos	6.319	12.673	100,6
13	Araquari	7.220	13.775	90,8
14	Campos Novos	6.636	16.938	155,2
15	Blumenau	35.421	72.213	103,9
16	Araranguá	16.291	40.108	146,2
17	Brusque	9.105	13.203	45
18	São Bento do Sul	5.721	8.062	40,9
19	Camboriú	5.222	8.289	58,7
20	São Joaquim	6.738	12.541	86,1
21	Imaruí	7.959	11.660	46,5
22	Nova Trento	4.696	6.453	37,4
23	Palhoça	23.575	40.456	71,6
24	Campo Alegre	2.669	4.575	71,4
25	Urussanga		11.158	
26	Canoinhas		20.801	
27	Orleans		15.178	
28	Mafra		10.845	
29	Porto União		12.068	
30	Joaçaba (a)		13.335	
31	Chapecó (a)		11.315	
32	Itaiópolis		6.668	
Soma do Estado		320.289	668.743	108,8
(a) Soma do OC			24.650	

(a) Os dois municípios foram criados em 1917, em decorrência do Acordo de Limites firmado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, além de Mafra e Porto União.

Fonte dos dados brutos: IBGE.

No ano seguinte à Proclamação da República, o 2º Censo Demográfico apresentava 283.769 pessoas, ou quase 80% de crescimento em relação ao 1º Censo Demográfico que havia sido realizado apenas 18 anos antes. É de se destacar que entre 1875 e 1880, portanto em apenas 5 anos, foram introduzidos mais de 30.000 italianos em Santa Catarina (Ibid., p. 87).

Durante os 30 anos que separaram os Censos de 1890 e de 1920, a população mais que duplicou, passando de 283.769 habitantes para 668.743, o que representa 136% de crescimento. Em 1920, o Oeste Catarinense tinha uma população de apenas 24.650 habitantes ou 4% da população estadual, como pode ser constatado na Tabela 2. Neste Censo, 53% dos habitantes estaduais eram do sexo masculino e 47% do sexo feminino.

Apesar da grande entrada de estrangeiros ocorrida anteriormente, o contingente desses habitantes em 1920 era pequeno quando confrontado com o de nativos, posto que nesse ano habitavam o Estado de Santa Catarina 668.743 pessoas, das quais 637.500 eram brasileiras e apenas 31.243 estrangeiras, representando 5% da população estadual. Tal contingente diminuiu, em 1970, para 1% da população estadual, ou 10.188 pessoas.

O Oeste Catarinense, por sua vez, contava, em 1920, com 1.058 estrangeiros, meros 4% da população da região, cujo número absoluto aumentou em 1970 para 2.769, porém em valores relativos diminuiu para 1%.

No período de 60 anos, entre 1920 e 1980, a população evoluiu no Estado de 668.743 habitantes para 3.628.292, equivalendo a um crescimento de quase 5,5 vezes, enquanto no Oeste o aumento foi de 38 vezes, passando de 24.650 para 931.330 habitantes, o que significa quase 38 vezes de crescimento. Este adensamento teve como consequência a intensificação de problemas nas áreas de saneamento, saúde, educação, energia e toda a infra-estrutura que o desenvolvimento requer, mesmo que se considere que à época tais requisitos eram inferiores

aos atuais, com custos menores, para uma estrutura de governo que tinha uma arrecadação tributária igualmente inferior.

O acréscimo populacional na totalidade do Estado foi devido aos nativos visto que os estrangeiros decresceram em números absolutos, embora tivessem aumentado no Oeste Catarinense.

Tabela 3 – População residente Oeste Catarinense x Santa Catarina - 1920-2000

Ano	Oeste Catarinense	Santa Catarina	OC/SC
1920	24.650	668.743	3,69%
1940	138.466	1.178.340	11,75%
1950	280.199	1.560.502	17,96%
1960	473.272	2.146.409	22,05%
1970	745.638	2.901.660	25,70%
1980	931.330	3.628.292	25,67%
1991	1.051.083	4.541.994	23,14%
2000	1.116.766	5.356.360	20,85%

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Houve um aumento relevante da participação da população do Oeste no contexto estadual, entre 1920 e 1970, quando a relação percentual se estabiliza e começa a sofrer declínios pequenos, porém continuados. Verifica-se, nos vários Censos Demográficos, a seguinte relação entre a população do Oeste e a de Santa Catarina: 1920, 4%; 1940, 12%; 1950, 18%; 1960, 22%; 1970, 25%; 1980, 26%; 1991, 23%, 2000, 21%. A Tabela 3 demonstra estes dados.

No que diz respeito à situação domiciliar da população, houve um aumento de habitantes nas zonas urbanas em proporção bem maior do que o crescimento verificado nas zonas rurais. O critério de classificação do que sejam zonas urbanas ou rurais, utilizado no presente trabalho, é o mesmo adotado pelo IBGE para efeitos da distribuição espacial da população. O IBGE acata a divisão estabelecida pelos próprios municípios que, através de

legislação específica, subdividem seus territórios em zona rural e zona urbana. Isto pode representar, para o conjunto da população de uma dada região, falta de homogeneidade.

Os Censos de 1940, 1950 e 1960 subdividem a população em urbana, suburbana e rural. A população da zona suburbana foi incorporada à zona urbana no Censo de 1970. Os dados apresentados, referentes aos anos anteriores, estão ordenados da mesma forma. No Censo Demográfico de 1920, não consta a população por situação domiciliar.

Em 1940, das 1.178.340 pessoas que compunham a população estadual, 22% habitavam a zona urbana, enquanto 78% estavam na zona rural. Em 1970, dos 2.901.660 recenseados no Estado, 43% encontravam-se nas cidades e 57% na zona rural. Habitavam a região oestina em 1940 138.466 almas. Destes, 11% moravam na zona urbana e 89% na zona rural. O Censo de 1970 apontava 745.638 indivíduos no Oeste Catarinense, sendo que 23% residiam na zona urbana e 77%, na zona rural, demonstrando o processo de urbanização que estava em marcha.

Trinta anos depois, no ano final do século XX, o Censo do IBGE contabilizava, respectivamente para o Oeste Catarinense e Santa Catarina, populações de 1.116.766 e 5.356.360, o que significa que o Oeste Catarinense cresceu, nesse período, 50%, enquanto a população do Estado evoluiu 85%, em outra evidência da população oestina estar crescendo menos do que a média do estado e do país.

Mas, de forma geral, o aumento populacional do Oeste Catarinense foi mais rápido do que o do Estado como um todo. Entre 1940 e 1970 a população estadual aumentou 2,5 vezes, enquanto a do Oeste cresceu mais de 5 vezes. Comparando o crescimento das populações urbana e rural, entre 1940 e 1970, verifica-se que a primeira aumentou 5 vezes em termos estaduais e 11 vezes na região do Oeste Catarinense, ao passo que a segunda não chegou a dobrar o número de seus habitantes no Estado, mas quadruplicou no Oeste.

A população do Estado triplicou no prazo que medeia a data do primeiro Censo Demográfico Oficial e a do início do período em que a região passa a ter significância para esta análise, ou seja, entre 1872 e 1920. O Oeste tinha, em 1920, 24.650 pessoas, equivalentes a apenas 4% da população estadual, que era de 668.743 indivíduos, sendo a população brasileira de 30.635.605 habitantes.

Tabela 4 – População residente 1920-2000

Ano	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Região Centro-oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sul	Região Sudeste	Brasil
1920	24.650	668.743	628.634	1.568.949	11.228.222	3.519.597	13.613.632	30.559.034
1940	138.466	1.178.340	1.088.182	1.632.917	14.434.080	5.735.305	18.278.837	41.169.321
1950	280.199	1.560.502	1.518.323	2.048.196	17.973.413	7.840.870	22.560.276	51.941.078
1960	473.272	2.146.409	2.667.166	2.941.169	22.466.549	11.874.356	30.675.382	70.624.622
1970	745.638	2.901.660	4.551.391	4.124.818	28.111.551	16.496.322	39.850.764	93.134.846
1980	931.330	3.628.292	6.806.720	6.619.755	34.815.439	19.031.990	51.737.148	119.011.052
1991	1.051.083	4.541.994	9.427.601	10.030.556	42.497.540	22.129.377	62.740.401	146.825.475
2000	1.116.766	5.356.360	11.636.728	12.900.704	47.741.711	25.107.616	72.412.411	169.799.170

Fonte de dados brutos: IBGE.

A Tabela 4 apresenta os dados da população absoluta para o Oeste Catarinense, Santa Catarina, Brasil e as 5 grandes regiões geográficas brasileiras, enquanto na Tabela 5 foram utilizados os dados dos mesmos Censos, porém de forma percentual, analisados para períodos distintos, com a finalidade de entender o crescimento populacional do Oeste frente às demais áreas geográficas do Brasil.

Entre 1920 e 1980, o crescimento populacional do Oeste foi enorme, se comparado àquele verificado em Santa Catarina e no Brasil, o que explica a pujança da região e o desenvolvimento que ela obteve. Enquanto a população do Estado quintuplicou e a do Brasil triplicou, o Oeste Catarinense teve sua população aumentada em torno de 37 vezes. Mas na década entre 1970 e 1980 começou a desaceleração do crescimento do Oeste Catarinense, em relação ao total do Estado, Brasil e Grandes Regiões. A análise percentual da Tabela 5, especialmente dos anos 1980/1970, 1991/1980 e 2000/1991, mostra a redução desse

crescimento. No período de 1980/1970, o crescimento do Oeste diminuiu quando comparado com os decênios anteriores, mas ainda está em linha com o crescimento do Estado e do País. No período de 1991/1980, a população do Brasil cresceu 23,4%, a do Estado 25,2% enquanto o Oeste teve em torno de 50% dessas porcentagens, ou seja, 12,9%. Maior ainda ficou a distância na década 2000/1991, quando o Brasil teve 15,6%, Santa Catarina 17,9% e o Oeste apenas 6,2%.

Tabela 5 – População residente 1920-2000 – evolução percentual

Anos	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Região Centro-oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sul	Região Sudeste	Brasil
1940/1920	461,7	76,2	73,1	4,1	28,6	63,0	34,3	34,7
1950/1940	102,4	32,4	39,5	25,4	24,5	36,7	23,4	26,2
1960/1950	68,9	37,5	75,7	43,6	25,0	51,4	36,0	36,0
1970/1960	57,5	35,2	70,6	40,2	25,1	38,9	29,9	31,9
1980/1970	24,9	25,0	49,6	60,5	23,8	15,4	29,8	27,8
1991/1980	12,9	25,2	38,5	51,5	22,1	16,3	21,3	23,4
2000/1991	6,2	17,9	23,4	28,6	12,3	13,5	15,4	15,6
1950/1920	1.036,7	133,3	141,5	30,5	60,1	122,8	65,7	70,0
1960/1920	1.820,0	221,0	324,3	87,5	100,1	237,4	125,3	131,1
1970/1920	2.924,9	333,9	624,0	162,9	150,4	368,7	192,7	204,8
1980/1920	3.678,2	442,6	982,8	321,9	210,1	440,7	280,0	289,4
1991/1920	4.164,0	579,2	1.399,7	539,3	278,5	528,7	360,9	380,5
2000/1920	4.430,5	701,0	1.751,1	722,3	325,2	613,4	431,9	455,6
2000/1940	706,5	354,6	969,4	690,0	230,8	337,8	296,2	312,4
2000/1960	136,0	149,5	336,3	338,6	112,5	111,4	136,1	140,4
2000/1970	49,8	84,6	155,7	212,8	69,8	52,2	81,7	82,3
2000/1980	19,9	47,6	71,0	94,9	37,1	31,9	40,0	42,7

Fonte dos dados brutos: IBGE

Os migrantes, que são a explicação do grande aumento verificado na população, em seus primórdios, procuraram a região pela riqueza do solo. Aqueles que deixaram a zona agrícola do Estado do Rio Grande do Sul não o fizeram pela saturação do mesmo, como afirmam alguns estudiosos, mas pela maior oportunidade representada pelo Oeste, onde a taxa de retorno dos recursos aplicados se apresentava mais atraente. A região, por outro lado, tinha

possibilidade de aumentar a taxa de ocupação da mão-de-obra, enquanto que nas colônias gaúchas não havia oportunidade para absorver a população decorrente de seu aumento vegetativo (LAGO, 1978, p. 128).

Tabela 6 – Os dez municípios mais populosos do Oeste Catarinense – 1970-2000

Nº	Território	Censo de 1970			Censo de 1980		Censo de 1991		Censo de 2000	
		População	População	Var. %	População	Var. %	População	Var. %	População	Var. %
	Brasil	93.134.846	119.011.052	27,8	146.825.475	23,4	169.799.170	15,6		
	Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	25,0	4.541.994	25,2	5.356.360	17,9		
	Oeste Catarinense	745.638	931.330	24,9	1.051.083	12,9	1.116.766	6,2		
	SC/Brasil %	3,1	3,0		3,1		3,2			
	OC/SC %	25,7	25,7		23,1		20,8			
	10Mais/SC %	9,0	9,8		9,9		9,0			
	10Mais/OC %	35,1	38,2		42,8		43,4			
1	Chapecó	49.865	83.772	68,0	123.050	46,9	146.967	19,4		
2	Caçador	32.892	39.278	19,4	52.684	34,1	63.322	20,2		
3	Concórdia	45.465	59.426	30,7	64.338	8,3	63.058	(2,0)		
4	Videira	21.864	28.152	28,8	35.922	27,6	41.589	15,8		
5	Xanxerê	24.859	30.004	20,7	37.638	25,4	37.429	(0,6)		
6	Fraiburgo	10.148	15.031	48,1	26.649	77,3	32.948	23,6		
7	S. Miguel d'Oeste	22.355	35.772	60,0	42.242	18,1	32.324	(23,5)		
8	Joaçaba	20.794	24.725	18,9	28.139	13,8	24.066	(14,5)		
9	Xaxim	20.075	24.504	22,1	21.298	(13,1)	22.857	7,3		
10	Herval d'Oeste	13.125	15.465	17,8	17.832	15,3	20.044	12,4		

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A análise da Tabela 6 mostra, para o período que vai de 1970 a 2000, que enquanto Santa Catarina manteve sua participação no total da população brasileira, a região do Oeste Catarinense perdeu participação dentro do contexto estadual, por um lado. Por outro, concentrou população ao crescer mais do que a média estadual e nacional em alguns municípios em detrimento de outros.

Dentre os dez municípios mais habitados da região, os quais representam um bloco populacional entre 35,1% e 43,4% nos Censos de 1970 e 2000, respectivamente, existem alguns que entre 1991 e 2000 tiveram redução de até 23,5% da sua população, como ocorreu

com São Miguel do Oeste. Por sua vez, Chapecó e Caçador, cresceram respectivamente 46,9% e 34,1%, no período 1980-1991, contra 12,9% no Oeste Catarinense, 25,2% no Estado e 23,4% no Brasil.

Similar ocorrência verifica-se no Censo de 2000, quando os mesmos municípios cresceram sobre os dados do Censo anterior que foi o 1991, 19,4% e 20,4%, enquanto 6,2% foi o crescimento do Oeste Catarinense, 17,9% do Estado e 15,6% do Brasil.

Salvo fatos que a pesquisa não indicou, estão se formando bolsões de crescimento, possivelmente por razões econômicas, o que indica necessidade de políticas públicas para buscar o equilíbrio entre os vários municípios, o que, além de saudável do ponto de vista social, atua como elemento alavancador do desenvolvimento da própria região.

As características da economia regional, com atividades altamente concentradas no setor primário, estavam embasadas na predominância da população rural sobre a urbana, o que vêm se alterando ao longo do tempo.

Ocorreu um surto de industrialização no Oeste, visível na paisagem pelo surgimento de novas indústrias, cuja instalação foi incentivada pelo Governo Estadual. Talvez seja este um ponto importante do crescimento da população dependente do setor secundário. Em 1960, 6% da população do Oeste viviam às custas do setor secundário e, em 1970, tal número se elevou para 11%.

A população de migrantes registrada no Oeste, em 1970, representava 46% da população regional. Nessa porcentagem consideravam-se os movimentos internos da região, isto é, aqueles que trocaram de cidade, porém permaneceram no próprio Oeste, e os que nele adentraram, elevando sua população.

Em 1970, havia 28% de migrantes no estado, enquanto no Oeste eles representavam 46% da população regional.

Os migrantes oestinos, que eram em sua maioria gaúchos, representavam 26% da população da região. Noventa e oito por cento deles provinham das microrregiões homogêneas do IBGE: Colonial de Erechim, Colonial de Iraí, Passo Fundo e Campos de Vacaria. Em virtude de serem habitantes da zona rural, mais de ¾ deles preferiram fixar-se na microrregião Colonial do Oeste Catarinense, onde o setor agropecuário era mais ativo do que na região Colonial do Rio do Peixe, por ser aquela uma zona de colonização mais recente.

Mas os Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000, apresentados na Tabela 6, mostram que a população do Oeste Catarinense está crescendo menos do que a do Brasil e do que a do próprio estado. Esta evidência materializa-se quando se verifica a relação população do Oeste com a população do Estado. A relação cai ao longo do tempo, de 25,7% em 1970 e 1980, para 23,1% em 1990 e para 20,8% em 2000.

Esta queda não parece ser devida à saturação populacional. Em 1920, logo após a criação dos dois primeiros municípios da região, ela tinha uma densidade demográfica equivalente a um terço da densidade brasileira, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Densidade demográfica⁴⁷ de territórios brasileiros – 1920-2000

Ano	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Região Centro-oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sul	Região Sudeste	Brasil
1920	1,2	7,0	0,4	0,4	7,4	6,1	14,7	3,6
1940	5,8	12,4	0,6	0,5	9,4	10,1	19,9	4,9
1950	11,3	16,6	0,9	0,5	11,6	14,0	22,3	6,1
1960	18,1	22,4	1,7	0,8	14,4	21,1	33,6	8,3
1970	27,1	30,4	2,9	1,1	18,3	29,3	43,4	11,0
1980	33,8	38,0	4,3	1,7	22,6	33,9	56,3	14,1
1991	38,6	47,6	5,8	2,6	27,3	39,2	67,7	17,2
2000	41,0	56,2	7,2	3,3	30,8	44,6	78,3	20,0

Fonte dos dados brutos: IBGE.

O Censo de 1940, todavia, consignou para a região uma densidade superior à brasileira e, desde então, esta situação manteve-se e de forma progressiva a cada novo Censo.

⁴⁷ População dividida pela área.

No Censo de 2000, a densidade populacional do Oeste Catarinense foi ligeiramente superior ao dobro da densidade nacional, com 41 habitantes/km², tendo o Brasil registrado a densidade 20, Santa Catarina, 56, e a Região Sudeste, 78 habitantes/km², conforme consta da Tabela 8.

Tabela 8 – Densidade demográfica: territórios brasileiros e outros territórios - 2000

Território	Habitantes/km ²
Oeste Catarinense	41
Santa Catarina	56
Região Centro-oeste	7
Região Norte	3
Região Nordeste	31
Região Sul	45
Região Sudeste	78
Brasil	20
Argentina	13
Bolívia	8
Brasil	20
Chile	20
Colômbia	37
Equador	45
Guiana Francesa	2
Guiana	4
Paraguai	14
Peru	20
Suriname	3
Uruguai	19
Venezuela	27
Mundo	45
África	26
América Latina e Caribe	25
América do Norte	15
Ásia	116
Europa	32
Oceania	4

Fonte de dados brutos: IBGE e UNSD-United Nations Statistical Department.

Considerando os dados de densidade demográfica do Brasil, e tomando-se a média da Região Sudeste como parâmetro, dado o seu grau de desenvolvimento econômico, pode-se

dizer que políticas públicas conscientes das precauções que a sustentabilidade responsável impõe a todos venham a ser efetivamente implantadas e respeitadas, a região em estudo poderá crescer mais em contingente populacional e com boa qualidade de vida.

Por outro lado, confrontando a densidade demográfica do Oeste Catarinense com a dos países da América do Sul e do mundo, verifica-se que a região em estudo tinha, no ano 2000, o triplo da densidade da Argentina e se aproximava das do Equador e Colômbia, respectivamente com densidades 45 e 37, igualmente próximas da média mundial, que foi de 45. Mesmo que se pondere sobre a homogeneidade dos dados, por serem elaborados por instituições distintas para o Brasil e o mundo, eles servem como índices balizadores de e para ações públicas.

A título exemplificativo, sempre considerando dados do ano 2000, a densidade demográfica da Europa foi de 32 habitantes/km², conforme a Tabela 8, enquanto a Grã-Bretanha registrou 245, a Holanda 382, o Canadá 3, os Estados Unidos da América 29, Hong Kong 6323 e a Suécia 20, conforme consta da Tabela 9, tendo este último país a mesma densidade demográfica registrada para o Brasil, na mesma data, de acordo com a Tabela 8.

Todos esses países densamente povoados são economicamente desenvolvidos. Existem, da mesma forma, os desenvolvidos com baixas densidades, o que implica dizer que a densidade não inibe ou incentiva o desenvolvimento. Todavia, altas densidades exigem serviços públicos mais bem planejados para que transporte público ou particular, serviços de saúde, saneamento básico, iluminação, educação, etc. estejam disponíveis para toda a população e sejam eficientes e eficazes. Isto para que o grau de atendimento seja tal em qualidade, quantidade e tempos médios de acesso aos mesmos de modo a não se transformar em agente gerador de insatisfações ou estresses. Logo, adensar mais ou menos regiões habitadas é uma decisão de política pública que precisa estar consoante a política de desenvolvimento adotada por cada governo.

Tabela 9 – População no ano 2000, taxa anual de crescimento %, km2 e densidade de alguns territórios economicamente desenvolvidos

Território	População* (milhares)	Taxa anual de crescimento %	km2	Densidade
Alemanha	82.017	**	357.022	230
Canadá	30.750	0,9	9.970.610	3
China – Hong Kong	6.797	**	1.075	6.323
Dinamarca	5.337	0,4	43.094	124
Espanha	39.466	0,1	505.992	78
Estados Unidos da América	283.230	**	9.629.091	29
Finlândia	5.176	0,3	338.145	15
França	58.892	0,3	551.500	107
Grã-Bretanha	59.501	0,3	242.900	245
Holanda	15.864	**	41.526	382
Itália	57.762	0,2	301.318	192
Japão	126.867	0,3	377.829	336
Liechtenstein	33	**	160	206
Mônaco	33	**	1	33.268
Suécia	8.872	0,1	449.964	20
Suíça	7.170	**	41.284	174

* População estimada. ** Dado não disponível. Fonte de dados brutos: UNSD-United Nations Statistical Department.

É imperativo ter presente, ao definir políticas públicas, a responsabilidade global de cada governo individualmente, bem como a de todos em conjunto, frente aos desafios que representam as Metas do Milênio⁴⁸.

A Tabela 10 traz os dados da evolução, em números absolutos e proporcionais, da população mundial e dos seus continentes, para os anos 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 1995 e 2000. Esses números são médias e as variações entre os países, quando analisadas individualmente, são grandes, quer consideradas dentro do próprio continente a que pertencem, quer fora dele. A evolução do contingente populacional nas décadas de 1960 e

⁴⁸ O Projeto do Milênio, instituído pela Organização das Nações Unidas em 2002, é um plano de ação concreta para que o mundo reverta o quadro de pobreza, fome e doenças opressivas que afetam bilhões de pessoas. Constitui-se dos seguintes objetivos, cujas metas, em sua maioria, devem ser alcançadas em torno de 2015: 1. erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. atingir o ensino básico universal; 3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia entre as mulheres; 4. reduzir a mortalidade infantil; 5. melhorar a saúde materna; 6. combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. garantir a sustentabilidade ambiental; 8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (<http://www.pnud.org.br/odm/index.php>).

1970, quando comparada com as décadas precedentes, foi de 69% e 58% para o Oeste Catarinense, de 36% e 32% para o Brasil e de 20% e 22% para a média das nações. Nos dois últimos Censos 1995-6 e 2000, o Brasil cresceu 7% e 8% enquanto o Oeste Catarinense, em torno da metade ou 3% e 4%. Dentre todos os territórios analisados, apenas a Europa cresceu menos, com 1% e em torno de 0% respectivamente.

Tabela 10 – População Oeste Catarinense x outros territórios – 1950-2000

Território	Data dos Censos						
	1950	1960	1970	1980	1990*	1995**	2000
População (em milhões)							
Oeste Catarinense	0,28	0,47	0,75	0,93	1,05	1,08	1,12
Santa Catarina	1,56	2,15	2,90	3,63	4,54	4,88	5,36
Brasil	52	71	93	119	147	157	170
Mundo	2.519	3.020	3.691	4.430	5.255	5.662	6.057
África	221	277	356	467	619	703	794
América Latina e Caribe	167	218	285	361	440	480	519
América do Norte	172	204	232	255	283	298	314
Ásia	1.399	1.700	2.142	2.631	3.164	3.423	3.672
Europa	548	605	657	693	722	729	727
Oceania	13	16	19	23	26	29	31
Evolução percentual							
Oeste Catarinense		69	58	25	13	3	4
Santa Catarina		38	35	25	25	7	10
Brasil		36	32	28	23	7	8
Mundo		20	22	20	19	8	7
África		25	29	31	33	14	13
América Latina e Caribe		31	31	27	22	9	8
América do Norte		19	14	10	11	5	5
Ásia		22	26	23	20	8	7
Europa		10	9	5	4	1	0
Oceania		25	22	17	17	8	7

* Os dados do Oeste Catarinense, Santa Catarina e Brasil são dos Censos de 1991.

** Os dados do Oeste Catarinense, Santa Catarina e Brasil são dos Censos de 1996.

Fonte dos dados brutos: IBGE e UNSD-United Nations Statistical Department.

Como a região é relevante na produção agropecuária brasileira, políticas públicas privilegiando a infra-estrutura de forma ampla talvez devam ser analisadas e reformuladas. Tal deve ser feito para que, em termos agregados, o Brasil não tenha, proximamente, redução

da sua produção de alimentos, e não possa atender ao crescimento da demanda dos demais territórios, brasileiros ou não, os quais estão crescendo, populacionalmente, mais do que ele. Isto sem contar que os setores secundário e terciário da economia oestina estão se desenvolvendo na própria região, absorvendo possivelmente um contingente maior da mão-de-obra. Evidente que substituições tecnológicas poderão compensar o que a redução proporcional da população parece indicar.

Buscar o equilíbrio entre os fatores de produção - capital e trabalho - é um dos desafios que se antepõem com relação ao futuro. A infra-estrutura produtiva e para o escoamento da produção precisa estar em sintonia fina com as competências da mão-de-obra, seja ela mais ou menos qualificada, consoante os pré-requisitos que cada função exige, considerando-se a tecnologia disponível e em uso, e que o fator de produção terra não está totalmente utilizado.

Capítulo 3

A formação geopolítica do Oeste Catarinense

Como já vimos, o Tratado de Tordesilhas serviu para fixar a divisão das terras da América do Sul entre Portugal e Espanha. E a quase totalidade de Santa Catarina, inclusive todo o território da região Oeste, objeto deste estudo, não pertenciam à Coroa Portuguesa e sim à Espanhola, como se pode verificar no mapa abaixo.

O Reino de Portugal, temendo perder as terras ora descobertas, criou o sistema de capitâneas hereditárias⁴⁹ nas terras que então lhe pertenciam. A Capitania de Santana, cujos limites iam da ilha do Mel, em Paranaguá (PR) até Laguna (SC), englobava aproximadamente 2/3 do território litorâneo atual do Estado de Santa Catarina. Foi doada ao irmão de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente. Entretanto Pero Lopes de Souza faleceu em 1539, sem ter iniciado o processo de colonização. Uma vez que seus descendentes mantiveram a mesma situação de inoperância por aproximadamente dois séculos, a Coroa retomou-a, por compra, em 1711.

As terras do atual Estado de Santa Catarina começaram a ser colonizadas apenas em sua região litorânea com a fundação de povoados como o de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco em 1660 e o de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, mais de meio século depois.

⁴⁹ Dom João III implantou 14 capitâneas concedidas a 12 donatários entre 1534 e 1536. Tinham caráter de concessões perpétuas e hereditárias. Os donatários tinham que providenciar: o povoamento, a defesa, o bom aproveitamento das riquezas naturais e a propagação da fé católica em suas terras. Para isto eles tinham o poder de distribuir terras aos colonos, denominadas sesmarias, fundar vilas, incluindo-se Câmaras Municipais e órgãos de justiça, com amplo direito de aprisionar índios. Eram totalmente isentos de tributos sobre a venda de pau-brasil e de escravos.

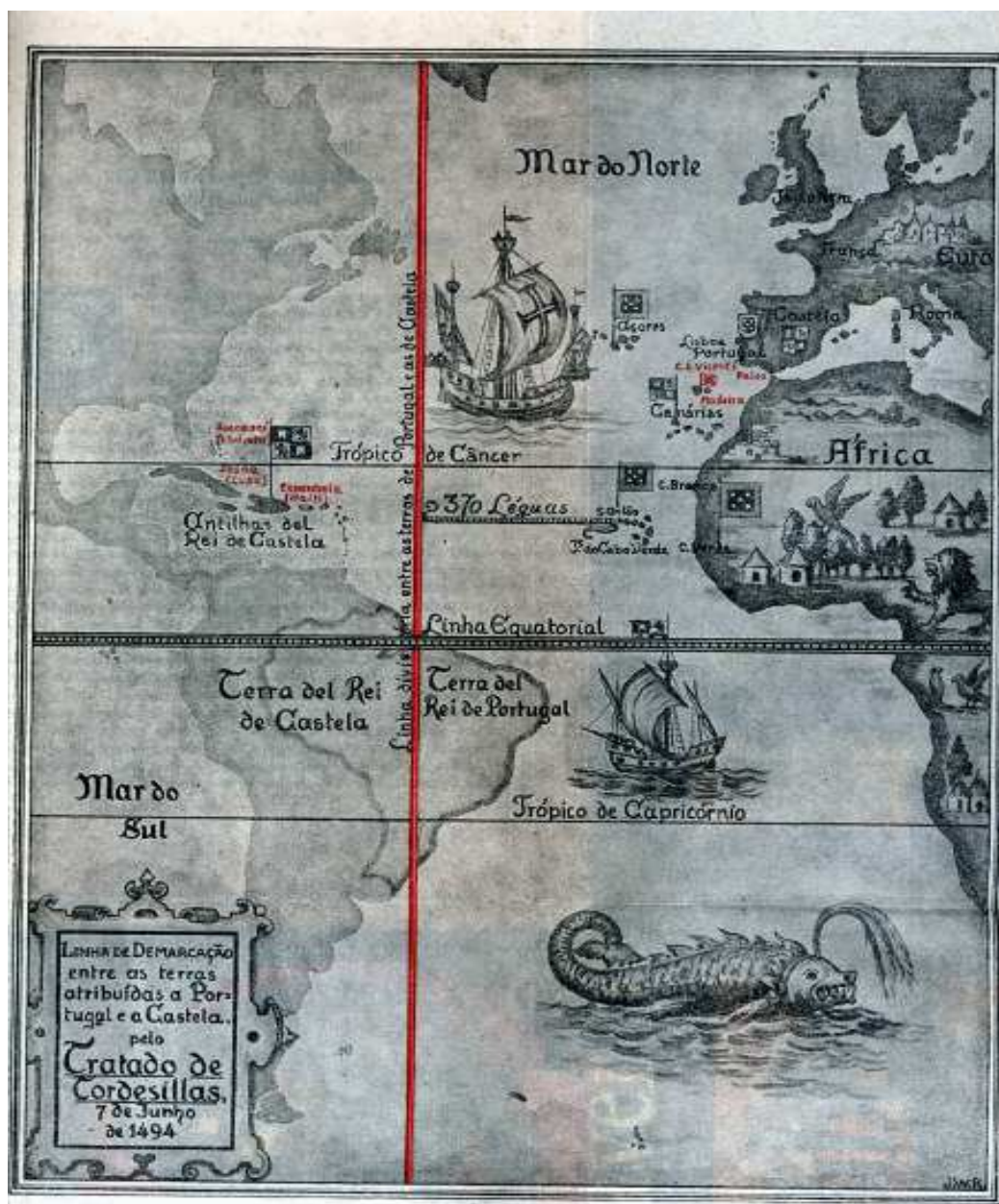


Ilustração 2 – Mapa do Brasil com as fronteiras determinadas pelo Tratado de Tordesilhas.

Fonte: Fronteiras do Brasil no Regime Colonial, José Carlos de Macedo Soares, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1939.

Nesta época já havia acabado a União Ibérica⁵⁰, que permitiu a Portugal ampliar seus limites territoriais. As bandeiras vicentinas⁵¹, na caça que faziam aos índios, terminaram por alargar fronteiras em seus deslocamentos meridionais. Se, por um lado, Portugal expandia

⁵⁰ Com a morte do Rei Dom Sebastião I, em 1578, na batalha de Alcacer-Quibir, seguida da morte do seu sucessor e tio-avô, Dom Henrique, em 1580, extinguiu-se a dinastia portuguesa de Aviz. Felipe II, rei da Espanha e neto do português Dom Manuel, o Venturoso, entendia ser o herdeiro. E, por isto, a Espanha invadiu Portugal, gerando a União Ibérica, que vigorou de 1580 a 1640.

⁵¹ Originárias da Capitania de São Vicente.

seus territórios, por outro, continuava a sentir-se ameaçado porque as novas terras tornaram-se motivo de cobiça de outros países.

Como o Tratado de Madri favorecia o expansionismo territorial lusitano, a Metrópole passou a incentivar a imigração de açorianos para os atuais Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Tal política continuou a beneficiar, majoritariamente, o povoamento litorâneo. SC tinha, então, quase que apenas municípios litorâneos, exceto Lages, na região do planalto, situada entre o oeste e o litoral, que era ponto geográfico referencial muito importante à época, pois servia como passagem de tropeiros que se deslocavam entre os campos do sul em direção a São Paulo e Minas Gerais. Em 1787, abriu-se uma estrada, ligando o litoral a Lages, a qual foi muito mal cuidada. Prova disto é que em menos de 30 anos, em 1816, poucos vestígios dela restavam. Nesta época, Lages pertencia à Capitania de São Paulo, o que dificultou a integração territorial de Santa Catarina, evidenciando outra razão para o interior não ser povoado.

Logo em seguida, em 1822, ocorreu a Independência do Brasil. Poucos anos após esse fato, a Província de Santa Catarina participou da Revolta dos Farrapos, que durou de 1835 a 1845 (SPALDING, 1980, p. IX). No Segundo Reinado⁵² e na República Velha⁵³, o governo oficializou e ativou a política de imigração. Alemães, italianos e eslavos fixaram-se na região litorânea, mais precisamente no Vale do Itajaí e entorno, organizando-se em colônias cujas características eram de pequenas propriedades familiares.

A configuração territorial de Santa Catarina, em 1872, na Ilustração 3, diferia muito da atual e serve para demonstrar que o Oeste Catarinense não fazia, em termos jurídicos, parte do território catarinense, sendo, na ocasião, objeto de disputa com os vizinhos paranaenses. Desta

⁵² O Segundo Reinado começou em 23 de julho de 1840 com a declaração da maioria de D. Pedro II, indo até 15 de novembro de 1889, data da instauração da República.

⁵³ Período que se iniciou com a proclamação da República, em 1889, e terminou com a Revolução de 1930.

forma, fica evidente que, alguns anos após a assinatura do Tratado de Madri, a colonização continuava a ser meramente litorânea.

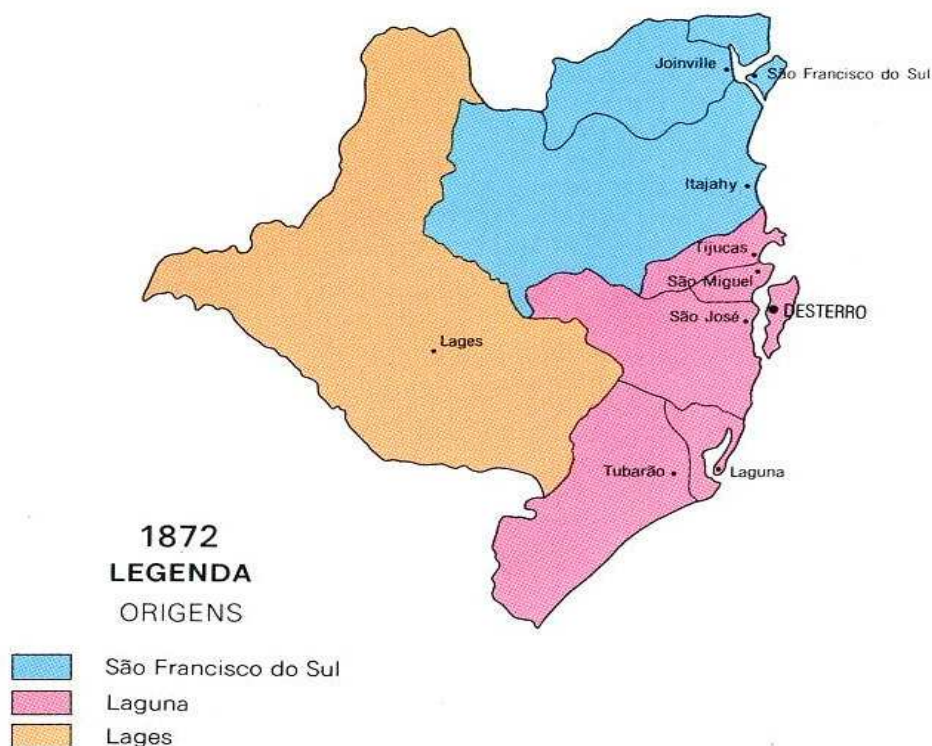


Ilustração 3 - Mapa de Santa Catarina em 1872. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

No início do século XX, o Estado tinha contornos totalmente imprecisos por causa das questões de limites. O mapa abaixo, Ilustração 4, inclui toda a porção da área então em lide junto a paranaenses e gaúchos. O que viria a ser o atual Oeste Catarinense era uma área inteiramente em disputa. O início da construção da ferrovia estava para acontecer e a região sequer sabia quem efetivamente detinha o seu comando político e administrativo.

A efetiva ocupação territorial do Oeste Catarinense passou a ocorrer de forma sistemática a partir de 1910. Nessa ocasião, italianos, germânicos e eslavos, inclusive seus descendentes, oriundos em sua maioria do Estado do Rio Grande do Sul passaram a deslocar-se para Santa Catarina, dirigindo-se ao planalto e ao oeste, dando início àquilo que viria a ser

a atual agroindústria catarinense, uma das mais desenvolvidas do Brasil. Ao mesmo tempo e paralelamente, a vida urbana vai surgindo com a fundação de várias cidades.



Ilustração 4 - Mapa de Santa Catarina em 1907. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

Para dar uma dimensão da evolução da formação geopolítica do território catarinense como um todo, o Quadro 2 informa os poucos municípios criados no Estado até quase 400 anos após o descobrimento do Brasil, isto é, até o início do século XX. Nele estão listados, por ordem cronológica de data de instalação, o nome do município e a origem do respectivo território de acordo com os dados do Censo do IBGE.

Legalmente, o Oeste Catarinense passou a existir duas décadas depois, mais precisamente em 1917, quando os Estados do Paraná e de Santa Catarina assinaram o Acordo de Limites⁵⁴ pondo fim a uma disputa jurídica de mais de um século.

Por esse acordo, foram juridicamente constituídos os municípios de Chapecó e Joaçaba no território do Oeste Catarinense, além dos municípios de Mafra e Porto União, estes fora dos limites oestinos.

⁵⁴ Vide Anexo 3.

Quadro 2 - Municípios criados em Santa Catarina até 1920

Nº de ordem	Data de instalação	Município criado	Desmembrado de
1	1662	São Francisco do Sul (a)	-
2	1720	Laguna (b)	-
3	1728	Florianópolis (c)	Laguna
4	1771	Lages (d)	Capitania de São Paulo
5	1832	Porto Belo (e)	São Francisco do Sul
6	1833	Biguaçu (f)	Florianópolis
7	1833	São José	Florianópolis
8	1860	Tijucas (g)	Porto Belo
9	1860	Itajaí	São Francisco do Sul e Porto Belo
10	1869	Joinville	São Francisco do Sul
11	1871	Tubarão	Laguna
12	1873	Curitibanos	Lages
13	1877	Araquari	São Francisco do Sul
14	1882	Campos Novos	Curitibanos
15	1883	Blumenau	Itajaí
16	1883	Araranguá	Tubarão
17	1883	Brusque	Itajaí
18	1884	São Bento do Sul	Joinville
19	1885	Camboriú	Itajaí
20	1887	São Joaquim	Lages
21	1890	Imaruí	Laguna
22	1892	Nova Trento	Tijucas
23	1894	Palhoça	São José
24	1897	Campo Alegre	São Bento do Sul
25	1901	Urussanga	Tubarão
26	1911	Canoinhas	Curitibanos
27	1913	Orleans	Urussanga
28	1917	Mafra	Rio Negro, Acordo de Limites PR/SC
29	1917	Porto União	União da Vitória, Acordo de Limites PR/SC
30	1917	Joaçaba (h)	Palmas , Acordo de Limites PR/SC
31	1917	Chapecó (h)	Passo Borman, Acordo de Limites PR/SC
32	1918	Itaiópolis	Mafra

(a) Criado com o nome de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul.

(b) Criado com o nome de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. Entre 1839 e 1845, o Governo da República Farroupilha (revolta gaúcha contra o governo central, por este cobrar elevados impostos dos produtos gaúchos no local da venda, normalmente em outros estados) decretou-a capital de Santa Catarina, com o nome de República Juliana ou Catarinense.

(c) Criado com o nome de Nossa Senhora do Destêrro.

(d) Era caminho de tropeiros que se deslocavam entre os atuais Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

(e) Entre 1859 e 1925, Porto Belo foi despojada de sua autonomia.

(f) Criado com o nome de São Miguel.

(g) Criado com o nome de São Sebastião da Foz do Rio Tijucas.

(h) Deram início à região do Oeste Catarinense.

Fonte de dados brutos: IBGE.

O limite entre Paraná e Santa Catarina passou a ser formado pelas águas das bacias hidrográficas dos rios Iguçu e Uruguai, sendo catarinenses, além de todo o Oeste, os territórios dos municípios de Mafra e Porto União, na região norte do Estado.

A disputa pelas novas terras não ocorreu apenas entre os indivíduos, mas também entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. O mapa abaixo, Ilustração 5, permite visualizar que grande parte do território atual, que nos primórdios da colonização pertencia à Espanha e não ao Brasil, continuou a ser objeto de disputa entre os próprios Estados brasileiros.



Ilustração 5 - Mapa de Santa Catarina em 1930. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

Alguns anos depois, em 1930, resolveu-se o problema das divisas com o Estado do Rio Grande do Sul, quando foram anexados a Santa Catarina o trecho da nascente do rio Mampituba, entre o arroio Josafá e a encosta da Serra Geral, na região Sul do Estado, portanto fora da área objeto do nosso estudo. O mapa do Estado era o acima e nele o município de Joaçaba aparece com o nome de Cruzreiro do Sul, denominação da época.

A partir de 1940, aproximadamente 30 anos após os conflitos do Contestado, inicia-se, ainda que timidamente, a modernização do Brasil. Nas cidades litorâneas, especialmente em Joinville, Brusque, Blumenau e Criciúma, no que diz respeito ao Estado de Santa Catarina, passa-se do que era tido como artesanato familiar para atividades industriais como fábricas de tecidos, móveis, cerâmicas, máquinas, componentes eletrônicos, eletrodomésticos, entre outros. Na região do Planalto (Lages) e do Oeste (Chapecó, Concórdia e Joaçaba) propriedades familiares de pequeno e médio porte, concentram-se nos complexos madeireiro e agroindustrial, destacando-se neste os cultivares de milho, soja, trigo, suínos, aves e carnes industrializadas.

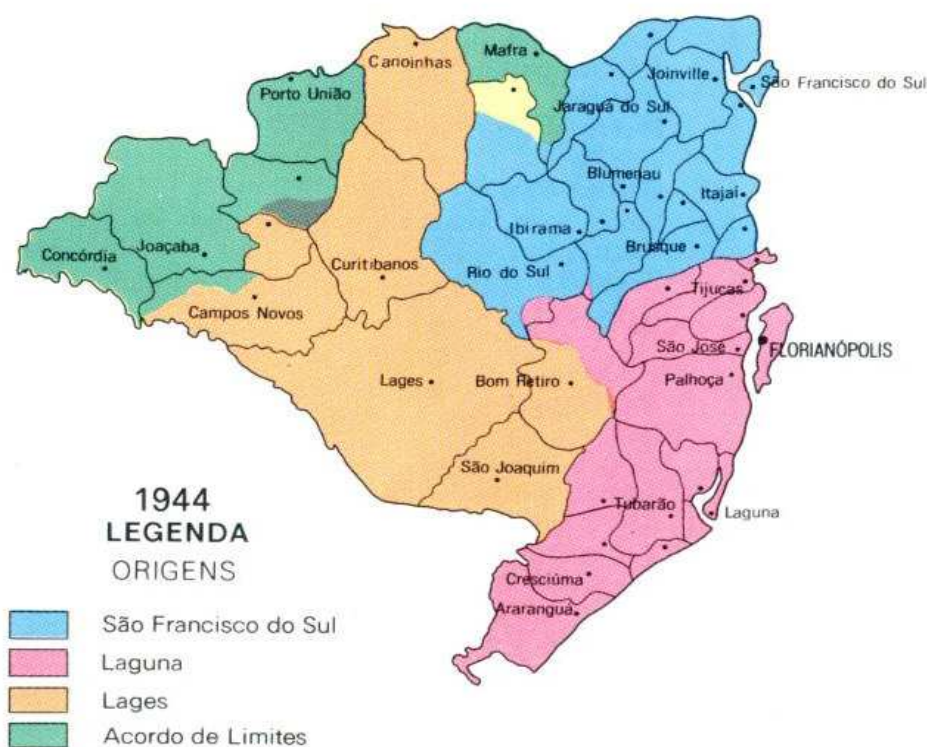


Ilustração 6 - Mapa de Santa Catarina em 1944. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

Em 1934 ocorreram desmembramentos de território de vários municípios e, no Oeste, Concórdia (sede da Sadia) desmembrou-se de Joaçaba, então Cruzeiro do Sul. Caçador

emancipou-se com parte do território de Joaçaba e parte de Campos Novos. Ainda nesse ano, o Estado sofreu encurtamento de sua área com a criação do Território do Iguaçu, ficando o mapa do Estado conforme a Ilustração 6. Esta área voltou a ser catarinense doze anos depois, em 1946.

Em 1953, a grande área territorial do município de Chapecó foi fragmentada pela primeira vez, quando foram criados oito municípios dele desmembrados: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, São Miguel d'Oeste, Xanxerê e Xaxim, conforme demonstrado na Ilustração 7.

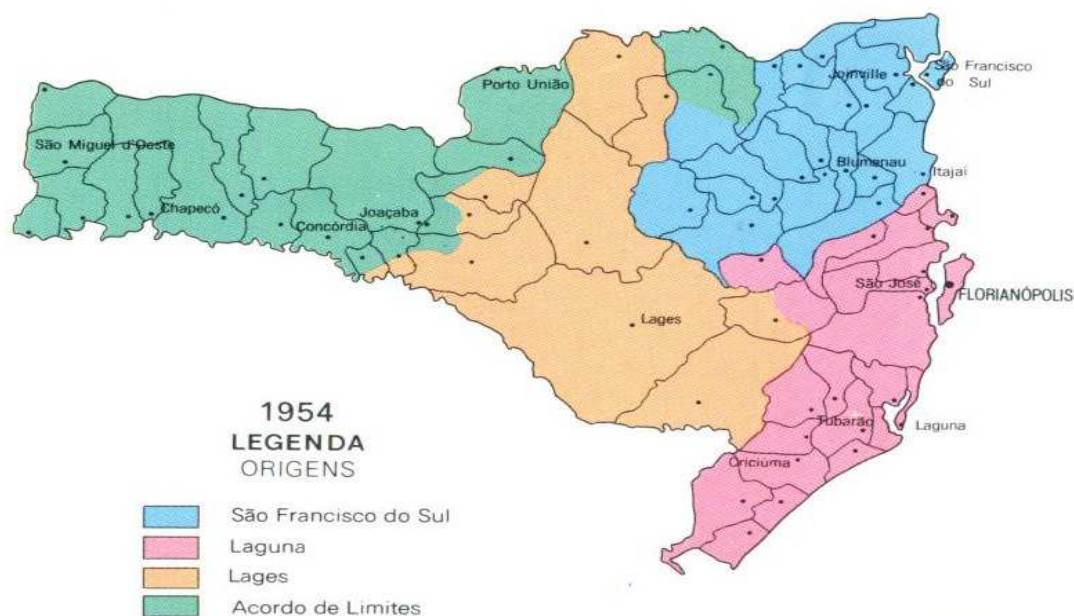


Ilustração 7- Mapa de Santa Catarina em 1954. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

A partir de 1958, passaram a ocorrer inúmeros retalhamentos do território estadual por razões as mais variadas, o que explica o número atual de quase 300 municípios. Se, por um lado, o governo fica mais perto dos problemas de cada comunidade, por outro, criaram-se

estruturas administrativas, as quais implicam custos adicionais para estas mesmas comunidades, quando comparadas com o momento anterior.

Nesse ano, mais de 30 municípios foram criados; e, de 1961 a 1967, outros 91 num total de 121 no decorrer de quase uma década.

Nos mapas acima (Ilustrações 4, de 1907 e 5, de 1930) pode-se verificar a evolução da divisão geopolítica que o Oeste teve. Antes do Acordo de Limites assinado com o Paraná em 1907, Boa Vista (Clevelândia) e Palmas, que aproximadamente formavam o território atual do Oeste Catarinense, eram área em litígio com o Paraná. Aliás, o mapa da Ilustração 4 demonstra que a maioria da área atual de Santa Catarina não lhe pertencia, mas, ao vizinho. Já no mapa de 1930, Ilustração 5, o território determinado no Acordo de Limites correspondente ao Oeste era constituído por apenas dois municípios: Chapecó e Cruzeiro do Sul, atual Joaçaba.

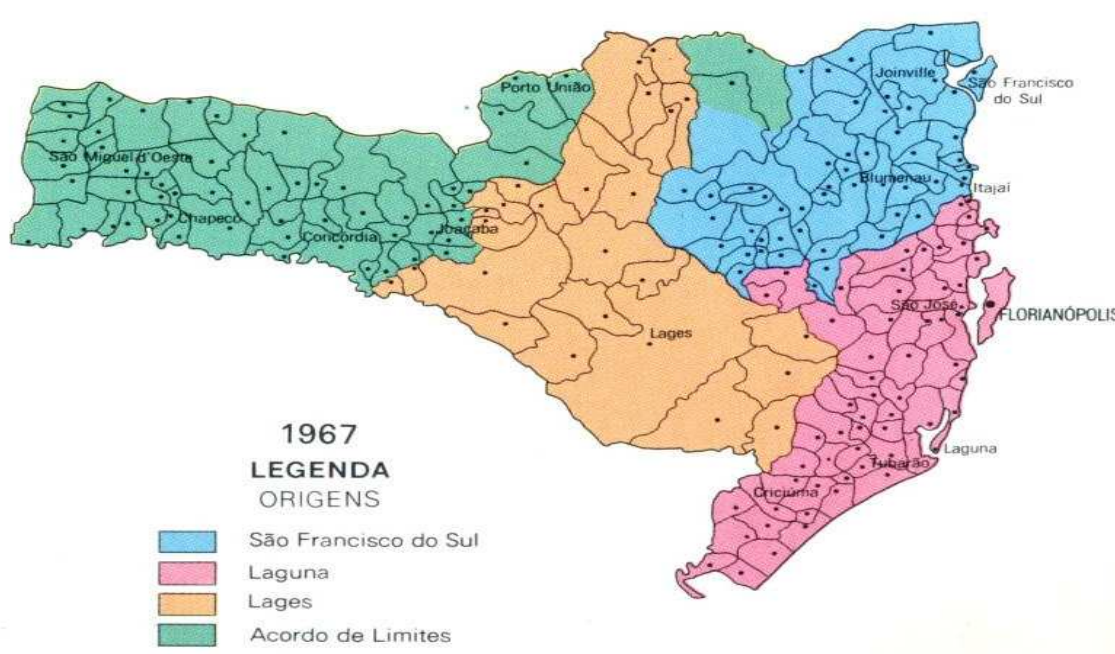


Ilustração 8- Mapa de Santa Catarina em 1967. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>

Analisando-se o desmembramento ocorrido em todo o Estado, a grande incidência ocorreu nas zonas coloniais com maior densidade populacional, as quais estavam localizadas nos vales dos rios Itajaí, do Peixe, Tubarão e Chapecó. No Oeste Catarinense (rios do Peixe e Chapecó) o total de municípios, no final de 2006, era de cento e dezoito⁵⁵; no Estado, duzentos e noventa e três. A ilustração 9 destaca a atual divisão geopolítica da região do Oeste Catarinense.



Ilustração 9 – Mapa do Oeste Catarinense. <http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm>

⁵⁵ Vide Anexo 4, com os dados básicos dos municípios que hoje formam o Oeste Catarinense.

Capítulo 4

A importância histórica da ferrovia

No final do século XIX, a região era habitada, entre outros elementos, por salteadores de diferentes nacionalidades, que criaram uma sensação de intranqüilidade. Além disto, os boatos que corriam, entre o povo rude e pacato, ressaltavam as façanhas de tais indivíduos; tornando o ambiente ainda mais denso.

Ocupavam a região habitantes oriundos dos campos de Lages, de Curitiba e de Campos Novos, bem como os colonos gaúchos e criadores de gado provenientes de terras paranaenses. Por outro lado, havia inúmeros posseiros, que não portavam nenhum documento que lhes permitissem comprovar a legitimidade da posse da terra em que viviam. Sua fixação se deu por meio da invasão de terras desocupadas. Eram sertanejos excedentes das fazendas locais, desvalidos ou simplesmente indivíduos de mau caráter.

A ferrovia teve, com sua ação implantatória, participação decisiva na formação e no desenvolvimento do Oeste Catarinense. Sua influência foi mais notada no Vale do Rio do Peixe, nas áreas lindeiras à linha ferroviária, onde se fixaram os colonos, atraídos por este meio de transporte fácil e à porta.

Rio das Antas foi a localidade que teve o privilégio de ser projetada como centro de operações ferroviárias da região Sul, por ser o ponto geográfico intermediário da linha que cruzava Santa Catarina. Aí se estabeleceram os colonos que provinham do Vale do Itajaí e do solo gaúcho, atraídos pela fertilidade da terra. A localidade, porém, não prosperou como esperado.

A ferrovia em si não trouxe só benefícios. A intenção da construtora, em relação às terras marginais à linha ferroviária que lhe pertenciam, era extrair madeira, abundante na região centro-norte, e depois vender as terras nuas para os colonos. Esta atitude levou à formação de contingentes de desalojados que não tinham a quem recorrer, pois não possuíam qualquer título que lhes garantisse a posse. Juntem-se a esses desalojados os funcionários da ferrovia que foram sumariamente despedidos. Como a seleção de pessoal não se preocupava com a vida pregressa dos contratados e, sabendo-se que, em meio aos honestos, havia pessoas totalmente desqualificadas, não parece difícil avaliar o grau de insatisfação predominante. Daí para chegar-se à Guerra do Contestado não foi difícil.

Há inúmeras citações sobre a influência da ferrovia na região, imputando-lhe os méritos do desenvolvimento:

“Um dos elementos mais efetivos da prosperidade deste vale é a vila férrea que o coleia, desenvolvendo núcleos populosos que estimulam o progresso na região: Piratuba, Joaçaba, Herval d’Oeste, Tangará, Videira, etc.” (THOMÉ, 1983, p. 39).

Entretanto o grande povoamento que lançou as bases étnicas da microrregião teve início com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul na década de 1910, atraindo trabalhadores, em sua maioria colonos, que foram se estabelecendo ao longo do traçado da estrada.

Assim fica evidente que, sem a participação da ferrovia, a região não teria tido o progresso que hoje desfruta. Entretanto a Companhia da Estrada de Ferro agiu de forma inadequada quanto à administração da obra e os Estados do Paraná e Santa Catarina distribuíram títulos de posse de terra indevidamente. Tivessem sido outros os procedimentos e hoje poderíamos ter um nível econômico mais elevado e, talvez, uma melhor equalização na distribuição das riquezas geradas.

A construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul teve efeitos de caráter belicoso sobre o ânimo da população. O contingente humano então residente e que não

possuía a titularidade das “suas” terras passou a sentir-se prejudicado. E isto é bem compreensível, sobretudo se for levado em consideração que grande parte teve que desbravar a mata virgem.

Este fato e o misticismo religioso, encarnado na figura de um falso monge muitíssimo respeitado no local, deram motivo às escaramuças verificadas. As origens do movimento não eram políticas, no sentido de tomada de poder. O móvel a impelir os sertanejos era o da defesa das terras por eles ocupadas, se bem que a posse que eles detinham não fosse possível comprovar juridicamente.

O decreto permissionário da construção da ferrovia tinha fixado a forma de colonização às margens do leito ferroviário. As áreas a serem loteadas haviam sido, em parte, ocupadas muito antes do início das obras por camponeses não portadores de títulos de posse. Também ocuparam ilegalmente tais terras ex-empregados da ferrovia que haviam trabalhado na construção da mesma e que, após o término das obras, decidiram fixar-se na região construindo suas casas nas proximidades da linha férrea. Não se conhece o tamanho desse contingente. Sabe-se, porém, que foram recrutados em torno de 10.000 operários, especialmente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, e que alguns voltaram para suas cidades de origem, outros foram contratados para obras diferentes e uma parte fixou-se no próprio Vale do Rio do Peixe.

Vendo-se deslocados por outras pessoas, que eles consideravam intrusas, mas na verdade, proprietários das terras por aquisição junto à companhia de colonização, os camponeses revoltaram-se, tendo sido insuflados pelos maus elementos existentes na região. Os agregados, por sua vez, devido à distância em que se encontravam em relação aos centros de civilização, não encontravam mercado para sua produção, o que não ocorria com os pecuaristas, estes ligados àqueles centros, aonde colocavam seus produtos nos mercados de gado. Isto gerava, claramente, mais insatisfação e animosidade entre estes segmentos sociais.

O conjugar, entre outros fatores, da distância entre a região e as capitais, da dificuldade no transporte rápido, da produção vendida e da renda gerada ou vice-versa, propiciaram condições para que o Contestado significasse um pesadelo de aproximadamente quatro anos de lutas, entre 1912 e 1916.

As ferrovias existentes nos três Estados da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram construídas sem que se buscasse, através de ação conjunta dos governos estaduais, integrá-las. Considere-se que elas começaram a ser construídas ainda nos tempos do Império.

A ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, planejada pelo Governo Imperial, foi uma exceção à não integração. O Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, autorizando sua construção foi assinado seis dias antes da Proclamação da República e ratificado no dia 7 de abril de 1890, através do Decreto nº 305, pelo Governo Republicano. Tal decreto previa uma ferrovia destinada a ligar Itararé (SP) a Santa Maria da Boca do Monte (RS), cuja construção seria efetuada por uma companhia a ser organizada pelo Engenheiro João Teixeira Soares. O Império remuneraria o capital que fosse investido na companhia com uma taxa de juros de 6% ao ano, isenta de impostos, por um período de 30 anos, sendo que o capital que, eventualmente excedesse a 37 mil contos (37.000:000\$), não seria remunerado (THOMÉ, 1980, p.54). A ferrovia, que era a primeira de grande porte no sentido vertical, destinava-se a interligar quatro Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os construtores tinham 90 anos de prazo para explorar a ferrovia. O Decreto que autorizou sua construção previu alguns privilégios, como o de tomar posse de terrenos devolutos à margem do ramal ferroviário, desde que estivessem situados a até 15 km de cada margem da ferrovia, para serem colonizados no prazo de 50 anos, cabendo aos construtores a preferência para desapropriar a madeira existente e a lavra das minas da região. Como era sabido que o Engº Soares iria constituir uma empresa no exterior, o Decreto determinava que

a companhia fosse domiciliada no país e adstrita às leis locais. Os projetos de construção deveriam ser concluídos em 2 anos e, na sua apresentação, deveriam ser demonstradas as estatísticas populacionais e de produção, tráfego provável, fertilidade dos terrenos, riquezas minerais e florestais, núcleos coloniais, pontos mais convenientes para as estações, entre outros. Havia uma preocupação governamental, demonstrada pelos detalhes exigidos no projeto, de que se conhecessem as terras que seriam rasgadas pela ferrovia. A empresa construtora da ferrovia não poderia alienar a estrada sem prévia aprovação do governo.

Em 1890, J. T. Soares constituiu a *Compagnie Chemins de Fer Sud Oest Brèsilien*, com capital europeu, passando-lhe a direção da empreitada. Em 1891, valendo-se de autorização da União, ela manteve para si apenas a construção do trecho de Cruz Alta a Santa Maria, em território gaúcho, transferindo para a Companhia União Industrial o trecho de Itararé (SP) a Cruz Alta (RS).

A União Industrial obteve aprovação de seu projeto para a construção do trecho Cruz Alta - Rio Uruguai em outubro de 1892, iniciando a obra em conjunto com a *Chemins de Fer Sud Oest Brèsilien* que implantaria o trecho Cruz Alta - Santa Maria, ficando definitivamente planejado o trecho gaúcho da estrada com 142 km, concluído e inaugurado em 20 de novembro de 1894.

Nesse mesmo ano, a Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, transferiu para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande a concessão da construção do trecho da ferrovia de Itararé a Cruz Alta. O projeto foi aprovado no início de 1895, tendo o trecho Rio Uruguai - Porto União, em território catarinense, a extensão de 594,3 km. A União, em 1896, encampou todas as ferrovias gaúchas, incluindo o trecho Santa Maria - Rio Uruguai, que passou a fazer parte da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. A ferrovia São Paulo - Rio Grande, no percurso não encampado, passou a denominar-se Estrada de Ferro de Itararé - Rio Uruguai, conseguindo, em outubro de 1900, a aprovação de seus regulamentos e

tarifas. Em 1901, o Governo alterou algumas cláusulas, consolidando as demais através do Decreto 3.947, de 7 de março de 1901, das quais a mais importante para a região do Oeste Catarinense foi a definição da linha tronco que partiria de Ponta Grossa, no Paraná, indo até a localidade de Rio Uruguai, em Santa Catarina, onde haveria o entroncamento com a Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

A disputa territorial entre Brasil e Argentina pode justificar parte do atraso verificado na construção do trecho situado em território catarinense. Os Estados brasileiros envolvidos na questão, Santa Catarina e Paraná, após a solvência da disputa com a Argentina, queriam a região para si. A vitória brasileira contra os argentinos deveu-se, principalmente, ao instituto jurídico do “uti-possidetis”⁵⁶.

A *Brazil Development and Colonization Company*, subsidiária da construtora da estrada de ferro, começou, em 1909, a trazer colonos gaúchos para se fixarem ao longo do trajeto da ferrovia. Eram italianos e alemães, oriundos e seus descendentes, que difundiram na região seus hábitos e culturas, técnicas de produção agropastoril e crenças religiosas.

A implantação da ferrovia levou ao recrutamento de 10.000 pessoas, feito em grandes centros. Como havia pressa para a construção, os candidatos que se apresentavam eram aceitos sem qualquer seleção. Desta forma, contrataram-se pessoas praticamente desqualificadas, o que à luz do estado da ciência nesta área, permite avaliar os problemas havidos no gerenciamento cotidiano de tal força de trabalho. Considerando que o Censo do IBGE de 1920 apontava 24.650 habitantes na região em estudo, é fácil supor o efeito social pernicioso dessas 10.000 pessoas, muitas das quais com maus antecedentes, sobre aquela população. O banditismo difundiu-se por toda a região oestina e suas proximidades.

A pendenga entre os estados intranquilizava os construtores da ferrovia, levando-os a efetuar as obras em ritmo muito lento, no aguardo de um comando bem definido. Afinal, os

⁵⁶ Princípio de direito que garante a propriedade do território a quem efetivamente esteja na posse do mesmo.

empreendedores já naquela época usavam os princípios naturais de prudência e cautela que uma empreitada de tal vulto requer.

Santa Catarina obteve o direito às terras em 1904 no Supremo Tribunal Federal, em ação movida contra o Paraná que, por sua vez, recorreu mais duas vezes em defesa de suas pretensões. Em 1910 a questão foi encerrada. Coube ao governo de Santa Catarina, em caráter definitivo, a zona geográfica em que se encontra o atual Oeste Catarinense.

Grande evidência da intranqüilidade que a burocracia jurisdicional causava aos negócios, já àquela época, é que, por ocasião da primeira decisão favorável a Santa Catarina quanto à posse das terras em litígio com o Paraná, estavam construídos, após 15 anos de obras, apenas 599 km dos 1.453 km previstos, que deveriam ter sido integralmente implantados em 5 anos. Aqui ocorreu, no mínimo, um duplo prejuízo para o Brasil: maior volume de recursos financeiros utilizados e retardamento do início de uso da ferrovia, o que provocou igual atraso na movimentação de pessoas e mercadorias, estas destinadas a promover a integração e desenvolvimento econômicos. Quanto ao Oeste, nessa época, ainda não havia sido construído nenhum quilômetro. A Administração Federal permitiu que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul fosse comprada pela *Brazil Railway Co.*, do americano Percival Farquhar. Os trabalhos foram ativados e o traçado da ferrovia foi, mais uma vez, alterado. Novamente nota-se o grau de responsabilidade ou falta dela no trato da assim chamada coisa pública, pois a ferrovia demonstrou posteriormente ter sido um investimento em infra-estrutura que impulsionou, e muito, o desenvolvimento da região e das áreas circundantes.

Farquhar foi reconhecido como um dos mais ativos empreendedores americanos. O início de suas atividades no Brasil data de 1904, quando criou, em Toronto, a empresa *Light and Power do Rio de Janeiro*, destinada a operar no setor de energia elétrica da cidade e da *The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd.*, criada para explorar iluminação e

transporte urbanos da cidade. As duas “Lights” foram fundidas, gerando a *Brazil Traction*, que teve 55% do capital desviado em favor dos incorporadores e a dano dos acionistas.

Faquhar participou também da *Port of Pará*, que operava no setor portuário e da *Brazil Railway Company*, esta no setor ferroviário. Ambas as empresas de grande porte e com capitais oriundos do mercado europeu. A *Port of Pará* criou a Companhia de Navegação do Amazonas para concorrer com a *The Amazon Steam Navigation*.

Formava-se em nosso país o grande truste Farquhar, ou Sindicato Farquhar, que conseguiu em dois anos obter empréstimos de 53 milhões de libras esterlinas, enquanto a República, em 25 anos, não conseguira tamanho montante.

O Sindicato Farquhar tinha concessão para operar em 47% das ferrovias brasileiras. Após dominar as áreas adjacentes à linha ferroviária, o Sindicato fundou a *Southern Brazil Lumber and Colonization Co.* Instalou várias serrarias, sendo que uma delas operava com capacidade de 5.000.000 de pés de madeira por mês. A totalidade das terras do Sindicato, em todo o território brasileiro, equivalia a uma área três vezes maior do que o Estado de Santa Catarina.

O Sindicato Farquhar já possuía, desde 1903, o direito de explorar a madeira da região, através da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Em 1906, o direito passou à *Brazil Railway Co.*, que constituiu em 1909 a *Southern Brazil Lumber and Colonization Co.*, cedendo-lhe seus direitos, inclusive os de colonizar a região. A *Lumber* tinha por função extrair a madeira, exportá-la e vender os lotes aos colonos, sendo esta atividade iniciada em 1935. Sua serraria ficava em Três Barras. A atividade da *Lumber* foi encerrada em 1940, quando venceu o prazo de 50 anos para que a colonização fosse executada. Nesta ocasião, Getúlio Vargas encampou a *Lumber* com as demais empresas do Grupo Farquhar. Para administrar e posteriormente vender essas empresas, o Governo criou a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

De 1901 a 1907, houve uma grande quantidade de decretos e demais dispositivos legais determinando aspectos da construção da ferrovia. Em janeiro de 1907, foi aprovada a construção do primeiro trecho em solo catarinense. Em junho do mesmo ano, dadas as protelações até então ocorridas, que já totalizavam 18 longos anos, foi fixado um prazo de três anos, estipulado como improrrogável, para a construção dos primeiros 50 quilômetros no território catarinense.

Em junho de 1908, visando dinamizar os trabalhos de construção da ferrovia, foram contratados 4.000 trabalhadores para o trecho entre Porto União e Rio Uruguai. A importância econômica desta oferta inicial de trabalho pode ser avaliada se confrontada com a população de 31.260 pessoas, conforme apontada para a região Oeste no Censo Demográfico de 1920.

A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul propôs, em maio de 1909, que o limite de 30 contos de reis por quilômetro construído, para garantia de juros, fosse elevado para 40 contos de réis. A vantagem oferecida seria a reversão das linhas à União, após 90 anos, sem qualquer ônus. Pela concessão inicial, a União poderia comprar a ferrovia depois de 30 anos da construção, pagando pela mesma um preço a ser ajustado. A proposta da São Paulo - Rio Grande foi aceita em 1910. Para se ter uma idéia do volume da transação, até dezembro de 1909, o custo registrado era de 32.795:672\$141, equivalentes à época a 3.689.513,00 libras esterlinas.

Em 1910, a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande, que era dominada pelo Sindicato Farquhar, obteve a concessão da Estrada de Ferro Tereza Cristina, a qual, somada às concessões obtidas anteriormente, quais sejam a da linha férrea ligando São Francisco à Foz do Iguaçu, Jaguariaíva a Paranapanema, além da linha Itararé - Rio Uruguai, permitiu-lhe monopolizar os transportes ferroviários do sul do Brasil.

Em fins de 1910, a Ferrovia foi concluída e, no dia 17 de dezembro daquele ano, um comboio de cargas e passageiros trafegou de Itararé a Santa Maria, fazendo uma velocidade

média de 30 km/h. Era possível, então, sair de trem de São Paulo para, 72 horas depois, ao final de 2.152 km, chegar a Porto Alegre.

Ao final da construção da ferrovia, aqueles empregados espalharam-se pela região que, por ser disputada pelo Paraná e Santa Catarina, não possuía policiamento mínimo necessário que a protegesse contra maus elementos.

O Vale do Rio do Peixe estava aberto à colonização. Sentia-se o pulsar da região.

Entretanto como a construtora tinha o intuito de obter o máximo proveito da ferrovia, alongara quilômetros além do necessário. Multiplicavam-se as curvas que se alargavam em demasia, ou estendiam-se quase se fechando, em forma de ferradura, de tal forma que o trem, serpenteando por encostas ou desviando em brejais, parecia voltar, depois de longo trajeto, ao ponto por onde já havia passado. Ele parecia ser um bumerangue sobre trilhos. Fernando de Azevedo disse a respeito que “o Estado, que aplicava capital ou intervinha com auxílios oficiais na construção das linhas, não se mostrava muito empenhado em exercer seu direito de inspecionar, controlar, retificar e punir...”.

Embora a Guerra do Contestado, que eclodiu em 1912, não tenha merecido, historicamente, tanta citação e ênfase quanto a Rebelião de Canudos, deixou marcas profundas quando diversos eventos seccionaram e deram novas cores à ocupação regional a partir de então.

A posse das terras foi um móvel ao qual nem sempre foi dada a devida importância pelos analistas da questão. O misticismo dos sertanejos e o banditismo que a conjuntura regional sugeria também influíram e não podem ser olvidados, posto que constituem as determinantes da campanha do Contestado.

E foi nas escaramuças da rebelião que a reivindicação ao direito de terras se tornou consciente e insofismável. Durante os ataques, um dos alvos comuns dos jagunços eram os

cartórios, que deveriam ser destruídos, por serem os locais onde se encontravam livros para o registro de imóveis.

A ocupação da região havia sido iniciada no século XIX por criadores de gado que constituíram fazendas para onde trouxeram agregados de origem mestiça como seus serviçais. Estes, com o correr do tempo, ao se multiplicarem, foram forçados a abandoná-las, passando a desbravar matas virgens, para formar novas lavouras, visto que as antigas propriedades, apesar da grande extensão, não tinham mais capacidade para absorver a totalidade da mão-de-obra disponível deles e dos seus filhos em idade de trabalhar.

É óbvio que, àquela altura do século, em que as notícias demoravam a circular, em relação a hoje, não havia como alimentar sentimentos bairristas, especialmente se eram grandes as dificuldades de caráter econômico e de segurança, entre outras. Não foi a disputa do território Contestado por paranaenses e catarinenses que levou os camponeses à luta (GAERTNER, set./74 p. 146-148). Não pode ser, pois, aventada a hipótese de bairrismo entre as populações dos dois Estados. As lutas do Contestado punham de um lado os sertanejos, alcunhados de jagunços e, de outro, as tropas do Governo que tratavam de defender os colonos que tinham sido trazidos para a região, dentro dos planos de colonização, além de defenderem a ferrovia e seus agregados.

Os ataques dos jagunços foram tais que, em fins de 1914, a colonização foi interrompida e os colonos abandonaram suas casas, dirigindo-se para o território gaúcho.

Até a época do Contestado, as fazendas de criação de gado e a exploração de ervamate foram as principais atividades econômicas da região. (SANTOS, 1974, p. 105). A ocupação passou a ocorrer, em sua maior parte, por excedentes da região colonial do Rio Grande do Sul.

Em 1916, as escaramuças cessaram, a região foi pacificada e os colonos começaram a chegar ao vale do Rio do Peixe. A Colônia Bom Retiro, parte da estação Herval (atual Herval

d'Oeste), recebeu o primeiro contingente de gaúchos descendentes de alemães, os quais foram trazidos pela “Brazil Development and Colonization”⁵⁷ que loteou, à mesma época, terras em Chapecó⁵⁸. Foram constituídas empresas gaúchas de loteamento e colonização, as quais adquiriram áreas da “Brazil Development and Colonization”. Vieram para o Oeste Catarinense, através dessa empresas, descendentes de alemães e italianos que, anteriormente, haviam povoado o Rio Grande do Sul.

Em 1917, após desmandos de toda espécie, Farquhar entrou em concordata, a qual não foi homologada. A União optou, apenas em 1940, pela encampação de seus ativos e passivos. As empresas deveriam ser alienadas para que se honrassem os compromissos não saldados pelo truste. A Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, no entanto, foi preservada. Operou como empresa pública sob a razão social de Rede Ferroviária Federal S/A, até o início dos anos 1990.

A Revolução de 1930, entretanto, cortou o fluxo de colonos, não só para o Oeste, como também para todo o Estado. A colonização parou porque havia dúvidas sobre a legitimidade da posse e propriedade das terras.

Os agricultores, por sua vez, queriam mais terras. Em conseqüência, gaúchos e catarinenses dirigem-se ao Norte do Paraná. Santa Catarina chegou a reconhecer a legitimidade das terras, mas a União, nesse momento, colocou em dúvida as concessões dadas à “Brazil Development” e a colonização ficou parada.

Depois de ter sido resolvido o problema de litígio entre o Paraná e Santa Catarina, a região ainda não ficou em paz, pois a área que coube a Santa Catarina possuía muitos terrenos devolutos. Apesar de resolvida a questão de limites entre dois vizinhos, o Governo do Paraná

⁵⁷ Empresa do grupo Farquhar, encarregada de colonizar terras lindeiras à ferrovia, cedidas a ela pela União, como contraprestação pela construção da estrada de ferro.

⁵⁸ A União permitiu que a “Brazil Development and Colonization” loteasse terras longe da ferrovia, devido às próximas estarem ocupadas.

expediu, até 1917, títulos de domínio para os terrenos devolutos da região do Contestado. O Governo Catarinense não concordou e, por sua vez, expediu títulos para a mesma área até 1924, provocando, por isto, grande confusão.

É importante mencionar que o concessionário da ferrovia tinha a seu dispor, de cada lado da mesma, 15 km de terra. Desses, ele escolheu 9 km, multiplicados pelo total de quilômetros da ferrovia. Some-se a isso a distribuição de terras promovida pelos dois Estados, para aquilatar-se o grau de tensão que ia se formando.

A primeira Constituição da República, em 1891, transferiu para os Estados todas as terras devolutas, tendo a União se reservado parte do território necessária à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e ferrovias federais. A Ferrovia São Paulo - Rio Grande era de propriedade particular e não pública. A Carta Magna não dizia se as terras lindeiras, originariamente devolutas, deveriam permanecer ou não com seus proprietários.

Em 1893, os Estados do Paraná e Santa Catarina passaram a expedir os tais certificados de posse, visando obter o domínio territorial e político da região. A Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul se manteve silenciosa sobre o assunto, até 1907, quando Farquhar adquiriu a empresa, alegando não ser possível desenvolver as linhas férreas sem povoar as suas margens. O Estado do Paraná reconheceu o direito da ferrovia sobre as terras em fevereiro de 1911. Um mês e meio depois, o Governador de Santa Catarina clamava ao Governo Federal para que resolvesse a situação. A resposta obtida dava ganho de causa à Ferrovia. Nem assim o Estado de Santa Catarina reconheceu os direitos do Sindicato Farquhar, pois o Estado havia, anteriormente, distribuído títulos de propriedade e não queria desalojar aqueles a quem dera posse.

A Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande demarcou suas terras, respeitando as posses existentes. Faltou área em relação àquilo que lhe era devido. Por isto ela solicitou ao Estado do Paraná que lhe fossem dadas outras terras devolutas, fora da faixa de

15 km, o que foi feito. O Paraná, porém, determinou que se demarcassem terrenos dentro da área do Contestado, no lado “barriga-verde”. Como Santa Catarina tivesse reclamado, os paranaenses alegaram ter permitido a demarcação sem que houvessem permitido a posse.

Em fins de 1916, todavia, ao término da questão dos limites, o Paraná expediu títulos de propriedade, relativos ao município de Chapecó, fazendo prevalecer uma cláusula do acordo de limites entre os dois Estados, segundo o qual Santa Catarina respeitaria os direitos existentes com base em atos expedidos pelo Governo do Paraná. Santa Catarina, no entanto, negou-se a reconhecer a validade de tais títulos, expedindo outros, além de vender a terceiros as áreas reclamadas pela Estrada de Ferro.

Em 1924, os tribunais deram ganho de causa a *Brazil Development and Colonization Co.*, quando, após o Estado de Santa Catarina ter sido derrotado, ela emitiu títulos de propriedade. As terras que não chegaram a ser colonizadas 50 anos após o termo inicial, ocorrido em 1890, portanto em 1940, foram incorporadas ao Patrimônio Federal, que as alienou a outros interessados, gerando mais confusão. O Incra começou, em 1975, a regularizar os títulos de posse, valendo-se de desapropriações.

As empresas do Sindicato Farquhar, cuja influência no desenvolvimento da região foi marcante, não são o único e principal fator da Campanha do Contestado. Entretanto, não se pode ignorar que sua atuação foi propícia para o deflagrar do descontentamento, ao desalojar colonos de forma violenta, pela ação da *Lumber*, na parte norte do Vale do Rio do Peixe.

A *Lumber* deparava-se com um problema jurídico: as terras devolutas, que ela deveria colonizar de acordo com o Decreto concessório da construção da estrada, eram da União. Com a Proclamação da República, as terras devolutas passaram da União para os Estados. Aí surgiram as questões de posse: a *Lumber* passou a envolver-se com os governos estaduais e os proprietários portadores de títulos de posse expedidos pelos estados litigantes.

Após o Contestado, foram criados Chapecó, Joaçaba, Mafra e Porto União. Destes, apenas Chapecó e Joaçaba estão contidos na área deste estudo, enquanto Porto União, por desmembramentos posteriores, está apenas em parte e Mafra não está, eis que se localiza na região do Planalto de Canoinhas.

A ocupação passa a ocorrer, em sua maior parte, por excedentes da Região Colonial do Rio Grande do Sul, especialmente habitantes da zona rural gaúcha, denotando uma ocupação no sentido sul-norte, ao contrário da tradicional ocupação em direção ao Oeste. Atrativos havia: terras férteis a preços compensadores e facilidades de escoamento da produção através da ferrovia.

O Rio Uruguai permitia a exportação de madeira para a Argentina através de balsas. Além da madeira, a região produzia milho e, anos mais tarde, surgiu a criação de porcos como extensão dessas plantações. (SANTOS, 1974, p. 106-107).

A data limite para a colonização era o ano de 1940. Cerca de vinte anos para povoar área tão grande parecia pouco. Isto fez com que o preço das terras fosse reduzido, com condições favoráveis de pagamento.

Junto a Joaçaba, desenvolveram-se em diferentes graus as demais localidades situadas às margens dos trilhos e que hoje formam os municípios de Videira, Caçador, Capinzal, Herval d'Oeste, entre outras.

Fora da linha dos trilhos, mais a Oeste e com desenvolvimento marcante está Concórdia, cidade onde a produção suinícola se desenvolveu através do impulso dado por uma indústria eminentemente nacional e que influenciou na atual estrutura agro-pecuária.

Chapecó, como o outro pólo oestino da divisão inicial do Contestado, é destacadamente a cidade líder da região. Pela sua labuta, obteve a criação da Secretaria Estadual dos Negócios do Oeste, nos anos 1960, para cuidar apenas dos interesses da região e cuja sede ela abriga.

Atualmente, por razões políticas e administrativas, existem Secretarias de Desenvolvimento Regional nos municípios de Caçador, Chapecó, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Quilombo, Itapiranga, Joaçaba, Maravilha, Palmitos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Seara, Videira e Xanxerê, bem como em outros municípios fora da área territorial objeto do nosso estudo.

Capítulo 5

A agricultura e a pecuária na região oestina

A importância da região no contexto agrícola estadual

A área do Estado de Santa Catarina é de 95.346 km², equivalente a 1,1% dos 8.514.877 km² do Brasil. As terras do OC, por sua vez, somam 27.256 km² ou 29% do território do Estado (IBGE, Censo 2000).

Em 1920, o Oeste ocupava em atividades agrícolas 4% do território estadual. Cinquenta e cinco anos depois, a fronteira agrícola da região aumentou significativamente atingindo 30%.

As propriedades agrícolas com até 10 hectares representavam 12% do total de estabelecimentos em 1920 e 32% em 1975. Considerando-se as propriedades de zero a cinquenta hectares em 1920, elas representavam 81% dos estabelecimentos e em 1975, chegaram a 93%, demonstrando a grande segmentação das terras.

Em 1960, a população do Oeste estabelecida no setor primário era 28% da população estadual no mesmo setor, e de 38% em 1970. Para aquilatar a importância da região oestina na geração do produto agropecuário estadual, comparem-se os 28% supracitados com os 44% do total da produção do estado que lhe correspondiam. Cinco anos depois o Oeste passou a responder por 51%. Considere-se que entre os Censos desses anos, 1970 e 1975, aumentou a participação dos itens animais e aves, enquanto o oposto ocorreu nos itens silvicultura e extrativismo vegetal.

A região respondia por 52% da produção de animais em 1970 e por 63% em 1975, enquanto no item lavouras o Oeste respondia por 43% e 47%, respectivamente.

Entre 1960 e 1975 ocorreu uma ampliação significativa da fronteira agrícola do Estado, concentrada, especialmente, no Oeste. Da área total do Oeste, 82% eram utilizados em atividades agrícolas. No Estado como um todo, incluído o Oeste, a relação era de 72%. Consideravam-se como terras destinadas às atividades agrícolas as ocupadas por lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e artificiais, matas naturais e reflorestadas, além das terras em descanso.

As lavouras permanentes, que incluem as plantações de banana, laranja, maçã, pêssego, tangerina, uva, abacate, ameixa, café, erva-mate, goiaba, limão, pêra, representaram para o Oeste, em 1970, 34% da área estadual utilizada para o mesmo fim, mantendo no período 1960-1970 o seu total quase que inalterado.

As lavouras temporárias tiveram, no mesmo período, um grande aumento de sua área, pois elas cresceram 67% no Oeste e no Estado, 36%.

O Oeste utilizava, em 1970, 48% da área estadual destinada às lavouras temporárias⁵⁹, como as de arroz, batatas doce e inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, trigo, abóbora, amendoim, melancia, tomate, capim napier, forragens e demais produtos da horti e da floricultura.

As terras do Estado e do Oeste Catarinense são de propriedade individual em sua grande maioria. O Censo do IBGE de 1920 não registra tal informação para os municípios ou microrregiões, mas apenas para as unidades da federação. A partir de 1940 passa a fazê-lo. Aí se verifica o crescimento do que ele denomina “propriedades individuais”.

⁵⁹ Temporárias são as lavouras que exigem uma plantação a cada colheita, ao contrário das permanentes que são as lavouras capazes de proporcionar colheitas por vários anos, sem que seja necessário replantio anual.

Em 1940, 14% das áreas do Estado pertencentes a um único proprietário localizavam-se no Oeste. A área média de tais propriedades era de 54 hectares na região e de 53 hectares no Estado.

Nos anos seguintes, ocorreu a ocupação agrícola tanto no Oeste quanto no Estado, predominantemente por colonos proprietários de uma pequena área, preocupados em gerar o necessário à subsistência do seu grupo familiar bem como de um excedente. Tal ocupação levou a uma redução da área média das propriedades individuais de forma mais acentuada no Oeste, que é a área agrícola mais pujante do Estado.

Os Censos do IBGE registram que se encontravam no Oeste 21% das propriedades individuais de todo o Estado em 1950; 26% em 1960; 28% em 1970 e 30% em 1975. Nesse ano a área média das propriedades era de 27 hectares, contra 33 hectares no total do Estado, conforme Tabela 11.

Os produtores rurais estão classificados pelo IBGE em quatro categorias:

- proprietários⁶⁰
- arrendatários⁶¹
- parceiros⁶²
- ocupantes⁶³

A situação para a grande maioria deles que forma a categoria dos proprietários é quase a mesma nos dois Censos citados. Em 1970, os proprietários representavam 90% do total e 91% no Estado. Em 1975, a participação deles passa a 91% e 92%, respectivamente.

⁶⁰ Trabalham terras que lhes pertencem totalmente ou em parte.

⁶¹ Tomam terras de terceiros, pagando pela utilização das mesmas uma quantia fixa em dinheiro ou em uma parte equivalente da produção.

⁶² Trabalham terras de terceiros, através de contrato verbal ou escrito, pagam pelo uso da terra uma porcentagem da produção.

⁶³ Indivíduos que utilizam terras públicas ou particulares, com ou sem consentimento do legítimo proprietário, nada pagando pelo uso da terra.

Em termos percentuais, os arrendatários representavam 3% dos produtores do Oeste em 1975, cabendo igual porcentagem para os parceiros e ocupantes.

Tabela 11 - Área média dos estabelecimentos agropecuários – hectares

Censo	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	1995/1940 %
Brasil	103	113	76	60	65	71	65	73	70,4
Região Sul	83	75	48	36	40	42	40	44	53,1
Santa Catarina	57	51	38	34	33	35	32	33	56,8
Oeste Catarinense	86	51	33	26	27	26	23	25	28,5
SC/Brasil	0,6	0,4	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	80,7
OC/Brasil	0,8	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	40,4
OC/SC	1,5	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	50,1

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Relevante na formação econômica do Oeste Catarinense foi o fato de as propriedades agrícolas terem, exceto no Censo de 1940, uma área média menor do que a área média de Santa Catarina e do Brasil, inclusa nelas a própria região oestina.

Merece igualmente menção o fato de que a área média das propriedades rurais no Oeste diminuiu ao longo do tempo, sendo em 1940 de 58% da área média do Estado, passando 3,5 décadas depois, a apenas 31%. Portanto:

a) ocorreu uma socialização da propriedade privada, permitindo uma melhor repartição da renda gerada na atividade;

b) considerando a pujança da economia agrícola da região, pode-se inferir que os novos proprietários que foram sendo agregados à atividade no transcorrer desse período demonstraram ter grau de empreendedorismo elevado, decorrente da educação familiar européia.

O aumento da área total, aliado às novas técnicas, elevou a produtividade e permitiu à região tornar-se a maior produtora agropecuária do Estado.

A partir de 1940 até 2000, observa-se, conforme a Tabela 12, o aumento da relevância do Oeste Catarinense no contexto agropecuário estadual e mesmo nacional. Em 1940 a região Oeste representava 15,2% das áreas destinadas a esta atividade no Estado e 0,4% no País. Em 1995, o Oeste passou a 32,7% do total estadual e 0,6% do total nacional. É importante ressaltar que Santa Catarina aumentou sua área em hectares no intervalo de 1940 a 1995, apesar de sua participação no total nacional ter caído de 2,5% para 1,9%, devido à expansão da fronteira agrícola em outras regiões.

Tabela 12 - Área dos estabelecimentos agropecuários em hectares - 1940-1995

Censo	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Brasil	OC/SC %	OC/Brasil %	SC/Brasil %
1940	738.377,00	4.862.296,00	195.638.418,00	15,2	0,4	2,5
1950	1.317.232,00	5.295.292,00	231.331.837,78	24,9	0,6	2,3
1960	1.640.797,00	5.974.946,00	250.868.388,00	27,5	0,7	2,4
1970	2.144.720,20	7.025.325,60	294.115.615,20	30,5	0,7	2,4
1975	2.244.544,45	6.877.280,38	323.894.482,19	32,6	0,7	2,1
1980	2.452.981,27	7.473.778,97	364.852.820,84	32,8	0,7	2,0
1985	2.400.247,79	7.419.543,93	374.924.929,29	32,4	0,6	2,0
1995	2.163.880,71	6.612.845,57	353.611.241,88	32,7	0,6	1,9

Fonte dos dados brutos: IPEA

Entre 1940 e 1950, ocorreu o maior alargamento da fronteira agrícola do Oeste Catarinense, ocasião em que a área destinada às atividades agropecuárias cresceu 78,40%, de acordo com a Tabela 13. Os crescimentos decenais ou quinquenais posteriores foram em menor porcentagem, mas bastante relevantes quando comparados aos crescimentos do Estado e do País.

No acumulado, entre 1940 e 1995, o Brasil ampliou sua área agrícola 80,75%, o Estado 36,00% e o Oeste a impressionante cifra de 193,06%. Como o Estado cresceu menos do que o Brasil e o Oeste aumentou 5,4 vezes a marca estadual, pode-se inferir que as demais

regiões do Estado reduziram suas áreas de atividade agropecuária, transferindo seus capitais, mão-de-obra e demais fatores de produção para os setores secundário e terciário da economia.

Tabela 13 – Área dos estabelecimentos agropecuários: aumento/(redução) em % - 1940-1995

Censo	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Brasil
1950/1940	78,40	8,91	18,24
1960/1950	24,56	12,84	8,45
1970/1960	30,71	17,58	17,24
1975/1970	4,65	(2,11)	10,12
1980/1975	9,29	8,67	12,65
1985/1980	(2,15)	(0,73)	2,76
1995/1985	(9,85)	(10,87)	(5,68)
1995/1940	193,06	36,00	80,75

Fonte dos dados brutos: Ibge.

Mas a área agrícola oestina e a catarinense foram reduzidas a partir de 1980, enquanto a brasileira, só após 1985 (ver Tabela 12). Considerando que a produção tem sido crescente, foi o fator tecnologia quem determinou esse rendimento.

A utilização das áreas destinadas à agropecuária está demonstrada na Tabela 14, na qual se verifica que o Oeste tem uma utilização mais próxima da do Estado e menor do que a média do Brasil, especialmente nos itens lavoura e pecuária.

Tabela 14 - Área dos estabelecimentos agropecuários por atividade econômica – Censo: 1996

Grupo de atividade econômica	Brasil		Região Sul		Santa Catarina		Oeste Catarinense	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
Total	322.668.473	100,0	44.360.364	100,0	6.612.846	100,0	2.163.881	100,0
Lavoura temporária	61.211.922	19,0	16.724.168	37,7	2.166.376	32,8	754.396	34,9
Horticultura e produtos de viveiro	1.010.530	0,3	216.881	0,5	37.380	0,6	6.529	0,3
Lavoura permanente	17.139.683	5,3	950.628	2,1	200.528	3,0	56.959	2,6
Pecuária	186.179.991	57,7	17.130.877	38,6	2.142.791	32,4	655.721	30,3
Produção mista (lavoura e pecuária)	38.558.230	11,9	6.705.205	15,1	1.300.056	19,7	546.614	25,3
Silvicultura e exploração florestal	15.792.817	4,9	2.571.285	5,8	746.421	11,3	138.551	6,4
Pesca e aquicultura	292.317	0,1	26.350	0,1	10.815	0,2	2.507	0,1
Produção de carvão vegetal	2.482.983	0,8	34.969	0,1	8.479	0,1	2.604	0,1

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A região objeto deste estudo teve um desempenho econômico superior ao verificado no Estado, Região Sul e Brasil, no período de 1920 a 2000. Os dados da Tabela 15 mostram tal evolução através do valor do Produto Interno Bruto de vários Censos, junto com o respectivo índice, sendo a base 100 o ano de 1920. Nos oitenta anos analisados, o PIB do Brasil aumentou 97 vezes; o da Região Sul, 108 vezes; o do Estado de Santa Catarina, 201 vezes ou quase o dobro do crescimento da Região Sul; e no Oeste Catarinense cresceu 1386 vezes ou quase 7 vezes o crescimento observado no Estado, o que é uma marca muito expressiva.

Tabela 15 – PIB - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional – 1920-2000 – BR/Região Sul/SC/OC

Ano	BR		Região Sul		SC		OC	
	R\$	Índice	R\$	Índice	R\$	Índice	R\$	Índice
1920	11.314.633,77	100,0	1.788.060,58	100,0	211.033,03	100,0	7.185,26	100,0
1939	44.982.407,91	397,6	6.882.891,20	384,9	998.252,58	473,0	94.017,17	1.308,5
1949	80.922.457,96	715,2	12.599.789,21	704,7	2.012.088,51	953,4	429.661,83	5.979,8
1959	157.121.054,56	1.388,7	25.416.751,01	1.421,5	3.714.430,54	1.760,1	782.355,80	10.888,3
1970	309.715.371,20	2.737,3	51.756.276,26	2.894,5	8.294.722,25	3.930,5	1.762.536,03	24.529,9
1980	768.527.034,42	6.792,3	130.452.815,39	7.295,8	25.270.492,55	11.974,7	5.214.443,95	72.571,4
1985	863.133.621,12	7.628,5	147.995.983,39	8.276,9	27.652.053,71	13.103,2	5.946.783,23	82.763,6
1996	946.043.443,30	8.361,2	168.315.194,46	9.413,3	37.711.797,98	17.870,1	9.493.468,35	132.124,2
2000	1.101.254.906,94	9.733,0	193.534.259,51	10.823,7	42.428.003,69	20.104,9	9.961.987,94	138.644,8

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A Tabela 16 mostra a distribuição da atividade total das economias brasileira, sulina, catarinense e oestino-catarinense, entre os setores primário, representado pela agropecuária; secundário, pela indústria; e terciário pelos serviços, que inclui o comércio. A Tabela cobre o período de 1920 a 2000, de acordo com os dados censitários levantados pelo IBGE.

Ela evidencia a evolução das atividades econômicas predominantes nesses territórios aos quais estaremos sempre nos referindo aos anos de 1920, inicial, e 2000, final da série de dados.

Assim é que:

a) O Brasil concentrava, em 1920, 46,3% de suas atividades na agropecuária e, em 2000 apenas 7,5%, numa redução de participação de 83,8%; o setor industrial aumentou sua participação no PIB em 127,1%, passando de 17,7% para 40,3%; e o de serviços que representava 36,0% do PIB em 1920, aumentou sua participação em 45,3%, ostentando a cifra majoritária de 52,3%, o que indica evolução rumo à modernidade, considerando-se que, na média nacional, existem bolsões “Bélgica” e bolsões “Índia”, usando a expressão citada cunhada por Edmar Bacha e citada no Capítulo 1.

b) A Região Sul, por sua vez, teve uma redução da participação da agropecuária no PIB de 75,8%, passando de 55,7% para 12,9%; o setor industrial cresceu 118,1%, de 19,6% para 42,7%; tendo o setor terciário aumentado 79,4%, saindo de 24,7% para 44,3%;

c) Santa Catarina, que tinha quase metade de seu PIB oriundo da agropecuária, com 49,6%, chegou ao ano 2000 com 13,8%, tendo reduzido sua participação em 72,3%; e teve no setor industrial, aumento de participação de 150,4%, que foi o maior crescimento percentual entre os setores dos quatro territórios analisados, passando de 19,4% para 48,6%; enquanto via o seu setor de serviços crescer 21,5%, de 30,9% para 37,6%;

d) O Oeste Catarinense teve a menor queda de participação na agropecuária entre todos os territórios analisados, de apenas 38%, ao cair de 46,7% para 29,0%; igualmente o menor crescimento no setor industrial de 56,4%, passando de 27,6% para 43,1%; e meros 8,6% de aumento no setor terciário, passando de 25,7% para 27,9%.

Estes números mostram, sem dúvida, que o Oeste Catarinense desenvolveu-se pelo esforço gerado pelas atividades agrícolas e pecuárias. Destaque-se que, ao lado da atividade cotidiana do agricultor e do pecuarista, a ajuda governamental divulgando e difundindo técnicas e procedimentos através de programas de fomento e treinamento de quadros especializados criou a sinergia que os números demonstram.

Tabela 16 - Valor adicionado - 1920-2000 –
% por território-setor da economia: BR/R. Sul/SC/OC

		1920	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1996	2000	Var. %
BR	Agropecuária	46,3	25,8	23,6	17,2	11,6	10,1	11,1	7,9	7,5	(83,8)
	Indústria	17,7	19,5	24,7	33,0	35,8	40,9	42,3	32,9	40,3	127,1
	Serviços	36,0	54,7	51,7	49,9	52,6	49,0	46,6	59,2	52,3	45,3
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
R. Sul	Agropecuária	55,7	37,3	33,6	30,5	23,1	17,6	17,6	12,4	12,9	(76,8)
	Indústria	19,6	16,4	21,5	25,2	27,8	39,1	36,7	34,6	42,7	118,1
	Serviços	24,7	46,2	45,0	44,4	49,1	43,3	45,8	53,0	44,3	79,4
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
SC	Agropecuária	49,6	42,6	37,1	30,3	23,2	16,2	15,1	10,9	13,8	(72,3)
	Indústria	19,4	17,9	25,5	32,5	35,7	49,8	44,9	45,0	48,6	150,4
	Serviços	30,9	39,5	37,5	37,2	41,1	34,0	40,1	44,1	37,6	21,5
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0
OC	Agropecuária	46,7	69,3	52,2	51,1	42,9	39,8	36,7	20,3	29,0	(38,0)
	Indústria	27,6	8,0	15,1	20,9	23,4	32,7	33,0	55,8	43,1	56,4
	Serviços	25,7	22,7	32,7	28,0	33,7	27,5	30,3	23,8	27,9	8,6
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Mas o Oeste Catarinense, ao ser comparado com as demais regiões do Estado, demonstra ser diferente tanto em crescimento quanto em relação à composição de seu produto.

Comparemos, inicialmente, os dados de evolução do PIB do Estado-total, OC e Estado-demaís regiões, na Tabela 17, que demonstra a participação de cada uma dessas regiões. Em 1920 o Oeste Catarinense colaborava com apenas 3,4% do PIB de SC, cabendo, por consequência, às demais regiões, a diferença de 96,6% ou a quase totalidade do mesmo. Todavia, com o passar dos anos, o Oeste foi crescendo e hoje tem em torno de ¼ do PIB, tendo colaborado no ano 2000 com 23,5% do PIB estadual.

Tabela 17 - PIB de SC/OC/demais regiões - R\$ (mil) de 2000 –
Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional – 1920-2000

Ano	SC total = (a) + (b)		OC (a)			SC demais regiões (b)		
	R\$	Índice	R\$	Índice	% de SC	R\$	Índice	% de SC
1920	211.033,03	100,0	7.185,26	100,0	3,4	203.847,77	100,0	96,6
1939	998.252,58	473,0	94.017,17	1.308,5	9,4	904.235,41	443,6	90,6
1949	2.012.088,51	953,4	429.661,83	5.979,8	21,4	1.582.426,69	776,3	78,6
1959	3.714.430,54	1.760,1	782.355,80	10.888,3	21,1	2.932.074,74	1.438,4	78,9
1970	8.294.722,25	3.930,5	1.762.536,03	24.529,9	21,2	6.532.186,22	3.204,4	78,8
1980	25.270.492,55	11.974,7	5.214.443,95	72.571,4	20,6	20.056.048,60	9.838,7	79,4
1985	27.652.053,71	13.103,2	5.946.783,23	82.763,6	21,5	21.705.270,47	10.647,8	78,5
1996	37.711.797,98	17.870,1	9.493.468,35	132.124,2	25,2	28.218.329,63	13.842,8	74,8
2000	42.428.003,69	20.104,9	9.961.987,94	138.644,8	23,5	32.466.015,74	15.926,6	76,5

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Esta evolução pode ser constatada de forma desagregada, por setores da economia, na Tabela 18. Nela fica bem claro que, na composição do PIB do Oeste Catarinense e das demais regiões do Estado, aquele participa com mais que o triplo deste. Por outro lado, o setor de serviços do Oeste Catarinense, com 27,9% de participação no PIB de 2000, está relativamente distante da situação das demais regiões que contabilizaram, no ano 2000, uma participação de 40,8%. O setor secundário do Oeste Catarinense colaborou, em 2000, com 43,1% na formação do PIB, enquanto nas demais regiões do Estado, a participação foi de 50,4%.

Todas estas observações indicam que o Oeste Catarinense teve e tem o seu desenvolvimento atrelado à agricultura e à pecuária. Pode-se dizer, também, que o setor industrial, comparativamente aos dos demais territórios analisados, está em processo de desenvolvimento e muito próximo do padrão dos demais. Já o setor de serviços que, em tese, é o que deve agasalhar a maior parcela do PIB dos territórios que se dizem modernos caminha a passos lentos, especialmente pela maior alocação da força de trabalho às atividades agropastoris.

Tabela 18 - Valor adicionado – % por território-setor da economia: SC/OC/demais regiões (R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional) - 1920-2000

		1920	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1996	2000	Var. %
SC	Agropecuária	49,6	42,6	37,1	30,3	23,2	16,2	15,1	10,9	13,8	(72,3)
	Indústria	19,4	17,9	25,5	32,5	35,7	49,8	44,9	45,0	48,6	150,4
	Serviços	30,9	39,5	37,5	37,2	41,1	34,0	40,1	44,1	37,6	21,5
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
OC	Agropecuária	46,7	69,3	52,2	51,1	42,9	39,8	36,7	20,3	29,0	(38,0)
	Indústria	27,6	8,0	15,1	20,9	23,4	32,7	33,0	55,8	43,1	56,4
	Serviços	25,7	22,7	32,7	28,0	33,7	27,5	30,3	23,8	27,9	8,6
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
OC - demais regiões	Agropecuária	49,7	39,9	32,9	24,7	17,9	10,0	9,1	7,7	8,8	(82,4)
	Indústria	19,1	18,9	28,3	35,7	39,0	54,3	48,1	41,4	50,4	163,6
	Serviços	31,1	41,2	38,8	39,6	43,1	35,7	42,7	50,9	40,8	31,0
	Soma	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Talvez o desenvolvimento do Oeste Catarinense fique mais explícito quando se compara a parcela da população residente economicamente ativa com a dos demais agregados econômicos que utilizamos nas análises acima. Na Tabela 19, verifica-se que, em 1960, 30,6% da população residente do Oeste Catarinense era economicamente ativa, ou seja, colaborava na formação do PIB regional, fato que tem crescido de forma consistente até chegar a 53,4% em 2000.

Tabela 19 - Porcentagem da população residente que é economicamente ativa 1960-2000

Território	1960	1970	1980	1991	2000
BR	32,2	31,7	36,3	39,8	45,6
R. Sul	32,1	32,9	39,0	43,9	49,8
SC	29,9	30,4	37,4	43,5	50,1
OC	30,6	32,3	37,1	47,4	53,4

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Tal cifra supera as do Brasil, Região Sul e Santa Catarina, no mesmo ano, que tinham, respectivamente, 45,6%, 49,8% e 50,1%.

A curto e médio prazo, a região deverá continuar a ter agricultura forte, ao menos por dois motivos básicos:

a) é o setor da economia responsável pela absorção da maior parte da força de trabalho; realocar esta mão-de-obra para outro setor envolve fatores que não podem ser executados de imediato;

b) dado o seu caráter de supridora de matéria-prima para os frigoríficos, a agropecuária deverá continuar a crescer. Tal ocorrendo, deverão crescer as atividades destinadas à produção de milho, por ser este o alimento básico para a produção de rações para suínos e aves.

Por um lado, pode-se dizer que as pessoas no Oeste Catarinense colaboram mais com o crescimento econômico do que a média nacional, etc., mas, por outro lado, também se pode afirmar, em tese, que as condições econômicas dos lá residentes são mais satisfatórias do que em outros locais.

O setor primário: alavanca do desenvolvimento econômico

A atividade econômica preponderante no Oeste Catarinense, como já citado, está historicamente concentrada no setor primário da economia, basicamente agricultura e pecuária. Estas predominaram até 1985 quando responderam por 36,7% do PIB da região contra 33,0% da indústria e 30,3% de serviços, conforme Tabela 20.

O Censo de 1996 mostrou uma troca de posições com a indústria respondendo majoritariamente pela composição do PIB, devido ao grande crescimento que ela não repetiu e nem conseguiu manter no Censo seguinte, o do ano 2000.

Confrontando os Censos de 1985 e 1996 em valor absoluto, o PIB total da região cresceu 59,6%, o da agropecuária reduziu-se em 11,6%, a indústria cresceu 170,5% e o de serviços aumentou 25,4%, conforme Tabelas 20 e 21. Devido a esta evolução, negativa para agropecuária e positiva para indústria e serviços, a participação setorial na composição do PIB mostrou que a agropecuária baixou de 36,7% para 20,3%; o industrial pulou de 33,0% para 55,8%; e serviços foi de 30,3% para 23,8% (ver Tabela 20).

Tabela 20 - PIB do Oeste Catarinense - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional - 1920-2000

Ano	Total do PIB		Agropecuária		Indústria		Serviços e comércio	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1920	7.185	100,0	3.356	46,7	1.981	27,6	1.848	25,7
1939	94.017	100,0	65.156	69,3	7.484	8,0	21.378	22,7
1949	429.662	100,0	224.182	52,2	64.934	15,1	140.545	32,7
1959	782.356	100,0	399.698	51,1	163.336	20,9	219.323	28,0
1970	1.762.536	100,0	756.164	42,9	411.922	23,4	594.450	33,7
1980	5.214.444	100,0	2.074.810	39,8	1.704.615	32,7	1.435.019	27,5
1985	5.946.783	100,0	2.182.607	36,7	1.959.663	33,0	1.804.514	30,3
1996	9.493.468	100,0	1.928.696	20,3	5.301.455	55,8	2.263.318	23,8
2000	9.961.988	100,0	2.813.439	28,2	4.187.625	42,0	2.713.110	27,2

Fonte dos dados brutos: IBGE.

No Censo de encerramento do século XX, o do ano 2000, ocorreu um aparente rearranjo em virtude do grande crescimento do PIB industrial registrado pelo Censo de 1996, (170,5%, Tabela 20) sem que, todavia, se voltasse às posições relativas anteriores. Enquanto o Brasil cresceu 12,5% e Santa Catarina 15,1%, o Oeste Catarinense conseguiu apenas 4,9%.

Entre os três setores da economia, em 2000, a agropecuária ficou com uma participação de 28,2%, a indústria com 42,0% e serviços com 27,2%.

Foi graças ao crescimento de 45,9% da agropecuária em 2000, sobre o ano de 1996, que a região não contabilizou uma involução no seu PIB total, pois a indústria caiu 21,0% e serviços 19,9%. Ambos não se compensaram; o PIB da indústria, em 2000, foi 54,3% superior ao do setor serviços-comércio.

Tabela 21 - Evolução % do PIB do Oeste Catarinense - R\$ Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional - 1920-2000

Ano	Total do PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços e comércio
	%	%	%	%
1939/1920	1.208,5	1.841,3	277,8	1.056,7
1949/1939	357,0	244,1	767,7	557,4
1959/1949	82,1	78,3	151,5	56,1
1970/1959	125,3	89,2	152,2	171,0
1980/1970	195,8	174,4	313,8	141,4
1985/1980	14,0	5,2	15,0	25,7
1996/1985	59,6	(11,6)	170,5	25,4
2000/1996	4,9	45,9	(21,0)	19,9
1970/1939	1.774,7	1.060,5	5.404,2	2.680,7
1985/1920	82.663,6	64.930,8	98.827,5	97.542,2
2000/1920	138.544,8	83.726,5	211.299,3	146.706,3

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Todavia, as atividades dos setores secundário e terciário têm demonstrado evolução qualitativa substancial, indicando que a região passa por uma transição rumo à diversificação e modernização. Dentro do setor secundário, o Oeste possui indústrias de produtos alimentares, especialmente frigoríficas, de bebidas, com destaque para a produção de vinho, de madeira, de papel e papelão, de mecânica e frutícola. O setor terciário supre a população dos serviços básicos como comércio, bancos, jornais e hospitais. A atual situação dos setores secundário e terciário apenas demonstra que está ocorrendo um processo de transição em que

o setor primário continua a crescer, porém perde importância relativa. Não resta dúvida de que a economia da região é e está eminentemente enraizada na agricultura; as atividades primárias já tiveram, sem embargo, maior participação do que tem hoje.

A Fundação IBGE publica, em seus Censos Econômicos, os dados da população alocada a cada setor da economia sob o conceito de “pessoal ocupado”, o qual difere do de “população economicamente ativa”. Este abarca a mão-de-obra potencial, braçal ou intelectual com que pode contar o setor produtivo da economia, esteja ela ocupada ou desocupada. A mão-de-obra ocupada é aquela com uma atividade, (independente de trabalhar como empregado, por conta própria, como empregador, ou mesmo sem remuneração, mas com uma atividade mínima de 15 horas semanais), mesmo que no período de contagem não estivesse trabalhando, por exemplo, por estar em férias. É considerado desocupado quem está sem trabalho, mas que tomou alguma medida para obtê-lo, como consulta a jornais, pessoas, etc. O Censo de 1970 inovou ao incluir nesta categoria as pessoas que estivessem desempregadas na data do Censo, porém que estivessem procurando emprego pela primeira vez. Excetuada esta diferença, os resultados dos Censos podem ser confrontados. Não se conhece, no entanto, o número de indivíduos que procuravam trabalho pela primeira vez nesses anos.

No período de 1920 a 1970, a população economicamente ativa da região quando confrontada com a população total da região, nunca representou menos do que 73%; enquanto a participação do pessoal ocupado da região foi sempre superior a 90% da população regional nos Censos de 1940 a 1970.

O total do pessoal ocupado da economia do Oeste, em 1940, representava 14% do Estado, elevando-se, em 1975, a 33%. A população economicamente ativa, por sua vez, representava 3% da estadual em 1920, para atingir 27% em 1970.

No intervalo de tempo de meio século, que vai de 1920 a 1970, a população do Oeste aumentou em torno de 30 vezes, enquanto que a população economicamente ativa cresceu 34 vezes.

Por seu turno, nos 30 anos que vão de 1940 a 1970, o pessoal ocupado do Oeste aumentou 7 vezes, enquanto sua população total expandiu-se em torno de 5 vezes. Estes dados são a prova de que o Oeste Catarinense teve seu desenvolvimento atrelado ao setor primário, pois o crescimento populacional ocorreu a taxas menores do que a absorção de pessoal em atividades primárias.

Independente de qual tenha sido o valor do produto gerado em cada um dos macrosetores da economia, é fora de dúvida a importância das atividades primárias no desenvolvimento da região, pois elas permitem a fixação do homem ao solo. Por outro lado, através da geração de excedentes em demasia, presume-se que o setor primário tenha formado um certo volume de capital, o qual foi alocado às demais atividades, além da natural reaplicação no próprio setor.

Mas a participação do setor primário no total da economia, tanto estadual quanto regional, é que permite alguma conclusão sobre a destinação dos excedentes. Em 1939, o setor primário do Oeste era responsável por 69,3% de toda a produção regional, pelo conceito de valor adicionado. A mesma relação, no plano estadual, era de 42,6% (ver Tabela 16). No ano de 1970, cabiam ao Oeste 42,9% e ao Estado, 23,2% da produção do setor primário sobre o produto total das respectivas economias. Relevante é destacar que, nos dois anos, o Oeste teve participação significativamente superior ao Estado.

Todavia a redução da importância do setor primário do Oeste, entre 1939 e 2000, poderia representar uma involução da economia regional no contexto do Estado caso os demais setores não apresentassem crescimento. Mas os setores secundário e terciário

criaram. Para o total da economia, o Oeste Catarinense passou de 9,4% da produção total do Estado, medido pelo conceito do PIB, em 1939, para 21,2% em 1970 e 23,5% em 2000, conforme Tabela 22.

Tabela 22 - PIB do OC em relação ao de SC/Região Sul/BR em % - R\$ de 2000 – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional – 1920-2000

Ano	OC/BR	OC/Região Sul	OC/SC
1920	0,1	0,4	3,4
1939	0,2	1,4	9,4
1949	0,5	3,4	21,4
1959	0,5	3,1	21,1
1970	0,6	3,4	21,2
1980	0,7	4,0	20,6
1985	0,7	4,0	21,5
1996	1,0	5,6	25,2
2000	0,9	5,1	23,5

Fonte de dados brutos: IBGE.

Uma conclusão que se tira é que o excedente gerado no setor primário tenha sido utilizado no financiamento dos outros, dentro da própria região, numa demonstração de que o caráter empreendedor visando alternativas de investimento e diversificação de atividades já era então presente entre os proprietários e gestores de negócios. Caso tal não tivesse ocorrido, a entrada de capitais é que teria permitido o incremento de atividade e, conseqüentemente, o PIB regional.

Entre 1939 e 1970, a produção total do Oeste aumentou 1774,7%, pelo conceito do PIB. Segmentando-se tal crescimento em setores, o primário aumentou 1060,5%, o secundário 5404,2% e o terciário 2680,7%. No período 1920-2000, todavia, o setor primário cresceu 83.726,5%, o secundário 211.299,3% e o terciário 146.706,3%.%, colaborando para que o PIB da região crescesse 138.544,8%. O desempenho do setor primário permitiu-lhe, além de

gerar recursos para ativar os demais setores, liberar parte da sua população, a qual foi deslocada para os demais setores.

Nos anos mais recentes, a economia do Oeste Catarinense está concentrada nas atividades agropecuárias da área do antigo Chapecó⁶⁴. A população rural desta microrregião somava 40.199 almas ou 91% dos indivíduos em 1940, passando, em 1970, a 359.555 habitantes ou 81%.

A indústria e o comércio têm se desenvolvido e, ao longo dos anos, passaram a fazer frente ao poderio do setor primário. A primeira atividade dos povoadores da região foi o extrativismo, ocorrido com a erva-mate e com as matas de araucária, situadas nos locais dos atuais municípios de Xanxerê, Chapecó e Xaxim

A microrregião homogênea Colonial do Rio do Peixe, codificada pelo IBGE sob o número 305, forma, com a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, o Oeste objeto deste estudo. Também conhecida como o Vale do Rio do Peixe, tinha em sua zona rural, em 1940, 82.817 ou 88% do total da sua população e em 1970, 197.704 ou 69% do total da mesma. Igualmente o marco inicial das atividades econômicas ocorreu no setor primário. A exploração da erva-mate hoje é uma atividade com representatividade muito reduzida, quando comparada àquela registrada nos Censos de 1930 a 1950. Nos anos 1970, a criação de porcos e a cultura de milho são as bases da economia rural, destacando-se as participações de Concórdia, sede do frigorífico Sadia, e Videira, sede do frigorífico Perdigão. A agricultura tem caráter de policultura, exercida em propriedades de 25 hectares, em média. A redução da população rural se deve ao esgotamento dos solos. A topografia é irregular, o que colabora para a não mecanização agrícola. Isto tem levado a que as atividades preponderantes sejam a

⁶⁴ Codificada sob o número 306, entre as microrregiões homogêneas do IBGE e denominada de Colonial do Oeste Catarinense, no Censo de 1970.

suinocultura, avicultura e fruticultura, perfeitamente passíveis de sucesso em pequenas propriedades.

A agropecuária, que respondeu por considerável parcela do produto agrícola oestino desde a sua fundação, tem perdido, em anos mais recentes, relevância na formação do produto total da sua economia. Ela foi e ainda é importante, mas não é a base única sobre a qual se assenta a economia regional.

No início da ocupação territorial do Oeste, a produção agrícola visava apenas à subsistência, mas, com o tempo, chegou a produzir excedentes que direcionaram a atual configuração industrial em que predominam os frigoríficos, se bem que no vale do rio do Peixe, tenham representatividade os setores mecânico-metalúrgico e de madeira.

Foi a partir da geração de excedentes do setor primário que o Oeste conseguiu sua atual posição econômica e hoje o grande incentivo à zona rural é dado pela demanda de gêneros alimentícios pelas cidades que se desenvolveram à sombra das atividades do próprio setor primário.

Os números do PIB agropecuário, divulgados pelos Censos de 1920 a 2000, são um bom exemplo do crescimento do setor agropecuário do Oeste Catarinense quando comparado aos números contabilizados para Santa Catarina, Região Sul e Brasil, no mesmo período. Valores do PIB agropecuário da região em estudo indicam, sempre em valores deflacionados para R\$ do ano 2000, que em 1920, o PIB agropecuário foi de R\$ 3.356,26, e, em 2000, chegou a R\$ 2.813.438,69, significando, neste intervalo de 80 anos, que a evolução foi de 838,3 vezes contra 51,6 vezes do Estado, 23,4 vezes da Região Sul e 14,6 vezes do Brasil. Tais dados estão na Tabela 23 e indicam que o Oeste Catarinense ajudou a produção agropecuária do Brasil a crescer, por um lado e, por outro, superou outras regiões em participação relativa.

Tabela 23 - PIB valores absolutos – agropecuária SC/SC/R. Sul/BR - valor adicionado - preços básicos - R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo deflator Implícito do PIB nacional

Censo	OC	SC	Região Sul	Brasil
1920	3.356,26	104.756,35	995.881,41	5.241.279,94
1939	65.155,88	425.607,92	2.570.180,76	11.588.930,29
1949	224.182,20	745.562,06	4.227.505,26	19.078.693,38
1959	399.697,68	1.123.756,98	7.741.287,21	26.961.070,77
1970	756.164,10	1.923.993,39	11.957.512,43	35.776.876,65
1980	2.074.809,81	4.086.742,25	22.930.831,95	77.718.092,29
1985	2.182.606,58	4.167.792,98	26.006.879,33	95.949.976,12
1996	1.928.695,54	4.093.161,93	20.944.135,50	74.713.000,55
1999	2.488.571,77	4.884.771,51	23.683.205,76	76.112.883,58
2000	2.813.438,69	5.404.461,74	23.289.883,07	76.549.410,90
2000/1920	838,3	51,6	23,4	14,6

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A Tabela 24 analisa a participação relativa, para uma determinada data censitária, do Oeste no Estado, do Oeste na Região Sul, do Oeste no Brasil e de Santa Catarina no Brasil. Ela mostra, a partir do Censo de 1920 até o Censo de 2000, que o aumento do valor monetário do seu PIB (Tabela 23), permitiu ao OC ter sua participação melhorada, Censo após Censo, quando confrontada com a evolução do Estado, da Região Sul e do Brasil. Todos estes agrupamentos geográficos cresceram em todos os Censos e, no caso do Oeste, obteve, em todos os períodos, crescimento a taxas superiores às dos demais territórios.

Assim é que o PIB agropecuário do Oeste representava 3,20% do Estado em 1920 e 52,06% em 2000, numa evolução que se pode dizer, no mínimo impressionante, quando analisada frente à das demais regiões territoriais brasileiras (Tabela 24).

Na comparação com o PIB agropecuário da Região Sul, o Oeste correspondia a 0,34% em 1920 e 12,08% em 2000. Sopesado com o do Brasil, apresentava em 1920, 0,06% e 3,68% em 2000. Por sua vez, em 1920, Santa Catarina teve sua participação de 2,00% do PIB agropecuário nacional elevada para 7,06% em 2000.

Tabela 24 - PIB valores relativos- agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R\$ de 2000 - Deflacionado pelo deflator Implícito do PIB nacional

Censo	OC/SC	OC/R. Sul	OC/BR	SC/BR
1920	3,20	0,34	0,06	2,00
1939	15,31	2,54	0,56	3,67
1949	30,07	5,30	1,18	3,91
1959	35,57	5,16	1,48	4,17
1970	39,30	6,32	2,11	5,38
1980	50,77	9,05	2,67	5,26
1985	52,37	8,39	2,27	4,34
1996	47,12	9,21	2,58	5,48
1999	50,95	10,51	3,27	6,42
2000	52,06	12,08	3,68	7,06

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Tais evidências de crescimento ficam mais consubstanciadas quando se verifica que o PIB agropecuário per capita, em R\$ deflacionados para o ano 2000, ou seja, todos os períodos com o mesmo poder de compra que o vigente em 2000, cresceu 18,5 vezes no Oeste Catarinense, 6,4 vezes em Santa Catarina, 3,3 vezes na Região Sul e 2,6 vezes no Brasil (ver Tabela 25).

Tabela 25 - PIB per capita - agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Ano	OC	SC	R. Sul	Brasil
1920	136,16	156,65	282,95	171,51
2000	2.519,27	1.008,98	927,60	450,82
2000/1920	18,5	6,4	3,3	2,6

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A fronteira agrícola do Oeste é uma decorrência dos deslocamentos populacionais para áreas de pouca ou quase nula população. A partir do Censo de 1920, o PIB agropecuário municipal passa a diluir-se à medida que os municípios vão sendo criados.

Em 1920, quando a região era formada pelos seus dois municípios de constituição. Joaçaba respondia por 75,28% e Chapecó por 24,72% do PIB agropecuário (vide Tabela 26).

Tabela 26 – A mudança da fronteira agrícola – PIB - agropecuária –
valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000 - Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional

Ano	(A)	PIB R\$		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Soma
1920	2	3.356,26	Município	Joaçaba	Chapecó									
			% do PIB	75,28	24,72									
1939	4	65.155,88	Município	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Caçador							
			% do PIB	34,43	29,67	26,04	9,86							
1949	8	224.182,20	Município	Chapecó	Concórdia	Joaçaba	Videira	Piratuba	Tangará	Caçador	Capinzal			
			% do PIB	33,72	20,74	15,43	9,43	5,63	5,58	5,29	4,19			
1959	31	399.697,68	Município	Concórdia	Chapecó	Joaçaba	São Carlos	Videira	Xanxerê	S. M. Oeste	Xaxim	Capinzal	Itapiranga	
			% do PIB	11,26	10,86	5,94	5,88	4,86	4,85	4,44	4,38	3,83	3,81	
1970	66	756.164,10	Município	Concórdia	Chapecó	Itapiranga	Mondaí	S.M. Oeste	Palmitos	Maravilha	Videira	C. Porã	Quilombo	
			% do PIB	7,11	5,49	4,17	3,22	3,17	3,15	2,6	2,58	2,38	2,35	
1975	66	1.366.224,59	Município	Concórdia	Chapecó	Itapiranga	Mondaí	S.M. Oeste	Palmitos	Cel. Freitas	Descanso	C. Porã	Quilombo	
			% do PIB	9,24	5,18	4,84	3,73	3,06	2,75	2,69	2,68	2,54	2,53	
1980	66	2.074.809,81	Município	Concórdia	Chapecó	Itapiranga	Xanxerê	Mondaí	Videira	S. J. Cedro	Fraiburgo	Xaxim	Cel.Freitas	
			% do PIB	8,14	4,92	3,69	3,2	3,14	2,88	2,82	2,65	2,62	2,58	
1985	66	2.182.606,58	Município	Itapiranga	Xaxim	Concórdia	Chapecó	S.M. Oeste	Cel.Freitas	L. Régis	Mondaí	A. Luz	Videira	
			% do PIB	16,95	8,94	5,82	3,84	2,28	2,23	2,22	2,17	2,14	2,05	
1996	99	1.928.695,54	Município	Fraiburgo	Concórdia	Caçador	F. Guedes	Videira	A. Luz	Chapecó	Tangará	C. Erê	S. J. Cedro	
			% do PIB	6,04	4,3	4	2,79	2,63	2,27	2,25	2,16	2,13	2,04	
2000	118	2.813.438,69	Município	Concórdia	Fraiburgo	Seara	Chapecó	Videira	Caçador	Xaxim	F. Guedes	Itá	Xanxerê	
			% do PIB	5,75	4,79	2,79	2,65	2,48	2,27	2,25	1,99	1,98	1,92	

(A) = quantidade de municípios

Fonte dos dados brutos: IBGE

A Tabela 26 apresenta a distribuição do PIB agropecuário para os dez municípios mais relevantes, computados em R\$ do ano 2000, deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional.

Os dados de cada ano censitário permitem mostrar os municípios que foram se destacando na produção agropecuária, numa clara demonstração do avanço e mudança da fronteira agrícola regional para os pontos geográficos localizados ao entorno dos dois municípios fundadores da região.

Interessante é verificar que Chapecó ainda se mantém entre os 10 mais importantes da atividade agropecuária, ostentando o 4º lugar no ano 2000, com 2,65% do PIB agropecuário. Joaçaba apareceu pela última vez no ano de 1959, quando ostentou o 3º lugar, com 5,94%. Em 2000 coube-lhe o 40º lugar, com 0,90%.

Concórdia consolidou sua posição ostentando seis primeiros lugares nos dez censos analisados graças ao frigorífico Sadia, a grande base do *cluster*⁶⁵ ali existente, que abrange do produtor agregado ao frigorífico, o qual produz aves e animais, aos transportadores, cuja atividade não está inclusa no PIB agropecuário.

A agricultura: sua posição na economia regional

A agricultura divide com a pecuária oestino-catarinense o privilégio da geração da quase totalidade da renda do setor primário, como demonstram os dados do Censo de 1975, em que cada um desses subsetores respondia por 49% da produção regional.

⁶⁵ Arranjo produtivo, ou *cluster*, é um grupo de atividades que se desenvolvem conjuntamente, dando a idéia de junção, união, agregação, integração, etc. Similar a uma colméia, com as suas inerentes especializações.

Todavia, ao analisar a utilização das terras agrícolas, nota-se que no Oeste a área destinada à agricultura é maior do que a destinada à pecuária. Em 1975, o Censo Agropecuário apontava que 37% das terras agrícolas do Oeste Catarinense eram utilizadas nas lavouras, ao passo que as pastagens ficavam com 23%.

Secas têm sido fonte de preocupação para rurícolas e governantes, por várias temporadas. O Ministério do Interior, por intermédio da Sudesul - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, em convênio com a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina e outros órgãos públicos, desenvolveu a partir de 1980, por cinco anos, o “Programa de Açudes e Poços para o Oeste de Santa Catarina” destinado à formação de 4.000 açudes, com uma capacidade de retenção de 12 milhões de metros cúbicos de água e à perfuração de 670 poços tubulares para produzir 134.000 m³ de água potável por dia. O custo estimado deste programa foi de Cr\$ 712.000,00, com preços calculados em novembro de 1979. Os benefícios deste programa destinaram-se não apenas à agricultura, mas a todas as atividades então existentes. As áreas agrícolas regionais com sistema de irrigação não chegavam a 1%, de acordo com os dados dos Censos de 1960, 1970 e 1975, razão para tal investimento, porque havia a necessidade de não se perder mais parcelas significativas da produção oestina devido à seca. Registros há de que ela atingiu a região durante a safra 1977/78 e afetou 50% da produção agrícola prevista e que na safra de 1978/79, a perda foi de 40% (SANTA CATARINA. (Estado) Secretaria da Agricultura, 1980, p. 11). Nessa época já era grande a importância da região no contexto da produção agrícola estadual e nacional, pois o Estado era então o 5º produtor nacional de alimentos. Algumas das posições que então detinha estão demonstradas no Quadro 3.

A renda de produtos de origem vegetal da região, em relação à do Estado era de 43% em 1970, tendo atingido 47% em 1975. Feijão, fumo, mandioca, milho, soja e trigo, em

conjunto, representavam em torno de 88% da produção de origem vegetal, nessas duas datas censitárias.

Quadro 3 – Posição de Santa Catarina no cenário agrícola nacional, safra 1977/78. Fonte de dados: SC. Secretaria da Agricultura. Proinfra.

Produto	Posição no quadro nacional de produtores
Maçã	1º
Milho	3º
Feijão	4º
Soja	5º
Trigo	5º
Mandioca	7º
Arroz	8º

O milho foi o destaque em ambos. Em volume, a produção de 1970 foi de 859.137 toneladas, representando 72% do volume do Estado. Em 1975 elevou para 1.306.261 toneladas ou 52% de crescimento volumétrico num lapso temporal de cinco anos.

A produção de soja em 1970 foi de 55.064 toneladas ou 95% da produção estadual. Em 1975 a região respondeu por 86% do volume estadual, ainda que a produção houvesse mais do que triplicado, ao atingir 234.108 toneladas.

A produção de mandioca tem sido reduzida, pois em 1970 o Oeste respondia por 33% do volume estadual, com 613.192 toneladas, reduzindo-a em aproximadamente $\frac{3}{4}$ ao atingir 162.518 toneladas, o que significou apenas 15% da produção estadual.

Por sua vez, o volume do feijão, no mesmo período, passou de 48.605 toneladas para 62.363 toneladas, representando respectivamente 60% e 65%.

A introdução da cultura da soja e sua evolução impulsionada pelos preços fizeram com que as áreas destinadas ao cultivo do trigo passassem a ser utilizadas para a soja (CEPA/SC, 1978, vol. 3, p. 65).

O Estado de Santa Catarina era o 2º produtor nacional de trigo em 1960, com 12% do volume total, caindo em 1970 para a 3ª posição com apenas 5% do volume. No Oeste a redução percentual nos mesmos períodos foi de 10% para apenas 2%. Os volumes oestinos foram de 67.065 toneladas em 1970 e 15.245 toneladas em 1975, representando, respectivamente, 75% e 72% do volume produzido no Estado.

Havia um descompasso entre a produção de cereais e a capacidade armazenadora. Em 1978, a possibilidade estadual, segundo a Cibrazen (Ibid, p. 44) era de 1.485.633 toneladas, sendo que o Oeste tinha uma capacidade de estocagem de 755.350 toneladas, equivalentes a 51% da capacidade do Estado. A safra de 1978/79 foi de 1,6 milhão de toneladas de cereais, considerada pelo Governo do Estado de Santa Catarina como uma das mais fracas. Supondo que a safra em questão fosse normal como foi a de 1975, estimava-se obter 2,4 milhões de toneladas e a capacidade de estocagem só seria possível caso a rotação anual de estoques fosse de 3,17, difícil de ser atingido conforme os técnicos (SANTA CATARINA, (Estado) Secretaria da Agricultura, 1980, p. 113). Isto evidenciava a necessidade de planejamento adequado e executado em tempo hábil a fim de não comprometer o crescimento e desenvolvimento econômico.

Se forem considerados os problemas enfrentados pela agricultura estadual como intempéries, falta de infra-estrutura para a atividade econômica e para a vida familiar, entender-se-á a razão do agricultor buscar as cidades. Entretanto era importante reter o rurícola para evitar o crescimento desmesurado das cidades e também para aumentar a produção agrícola, pois a atividade desenvolvida no setor primário da economia de então era básica à expansão da economia regional. A Tabela 27 é uma análise do valor da produção das

lavouras temporárias⁶⁶ e permanentes⁶⁷ registrada nos Censos de 1990 e 2000, do Brasil, Região Sul, todos os Estados e OC, listados em ordem decrescente de participação.

Tabela 27 - O Oeste Catarinense e o valor da produção agrícola brasileira

Lavouras temporárias e permanentes – 1990			Lavouras temporárias e permanentes - 2000		
Nº	Território	%	Nº	Território	%
	Brasil	100,0		Brasil	100,0
	Região Sul	29,3		Região Sul	29,8
1	São Paulo	24,5	1	São Paulo	16,7
2	Paraná	12,9	2	Paraná	12,7
3	Rio Grande do Sul	11,7	3	Rio Grande do Sul	12,3
4	Minas Gerais	9,7	4	Minas Gerais	11,8
5	Bahia	6,7	5	Mato Grosso	8,3
6	Santa Catarina	4,6	6	Bahia	7,2
7	Pernambuco	3,2	7	Goiás	5,6
8	Goiás	3,1	8	Santa Catarina	4,8
9	Pará	2,7	9	Espírito Santo	2,9
10	Alagoas	2,4	10	Mato Grosso do Sul	2,6
11	Mato Grosso do Sul	2,4	11	Pará	2,4
12	Mato Grosso	2,3	12	Oeste Catarinense – SC	2,0
13	Oeste Catarinense – SC	2,0	13	Alagoas	1,9
14	Rio de Janeiro	2,0	14	Pernambuco	1,8
15	Paraíba	2,0	15	Ceará	1,4
16	Espírito Santo	1,8	16	Maranhão	1,2
17	Maranhão	1,5	17	Rio de Janeiro	1,0
18	Ceará	1,4	18	Rondônia	1,0
19	Piauí	1,0	19	Paraíba	0,9
20	Rondônia	0,9	20	Amazonas	0,6
21	Amazonas	0,9	21	Piauí	0,5
22	Rio Grande do Norte	0,8	22	Rio Grande do Norte	0,5
23	Sergipe	0,7	23	Sergipe	0,5
24	Tocantins	0,4	24	Tocantins	0,4
25	Acre	0,3	25	Acre	0,3
26	Distrito Federal	0,2	26	Distrito Federal	0,2
27	Amapá	0,1	27	Roraima	0,1
28	Roraima	0,0	28	Amapá	0,1
	SC/BR	4,6		SC/BR	4,8
	OC/SC	43,3		OC/SC	40,9

Fonte dos dados brutos: IBGE.

⁶⁶ Batata, cebola, feijão, mandioca, milho, soja, tomate e trigo, entre outros, ou seja, aquelas culturas que exigem plantio anual.

⁶⁷ Abacate, azeitona, banana, café, caqui, laranja, limão, maçã, palmito, pêra, e uva, entre outros; são as culturas que não necessitam ser plantadas a cada safra.

Do total da produção das lavouras permanentes e temporárias do Brasil, contabilizadas nos Censos de 1990 e 2000, a Região Sul respondeu, respectivamente por 29,3% e 29,8%, sendo o seu território apenas 1,824% do Brasil, conforme a Tabela 29.

O Estado de Santa Catarina, nas mesmas datas, participou com 4,6% e 4,8 do total do Brasil, sendo seu território 1,120% do País. O esforço produtivo do Oeste Catarinense foi de 2,0% do total da produção agrícola do Brasil, nos dois Censos, conforme a Tabela 27, sendo sua área territorial de 0,320% do total da nação (Tabela 29), o que corresponde a uma participação em torno de 6,5 vezes superior ao tamanho do seu território. A participação do Oeste está em torno de 40% da produção do Estado (Tabela 27).

Enquanto Santa Catarina e o Oeste Catarinense mantiveram sua participação, merece destaque o deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Estado do Mato Grosso, que, de 2,3% do total da produção brasileira em 1990, saltou para 8,3%, devido especialmente à produção de soja. Entre 1990 e 2000, o Estado do Mato Grosso praticamente dobrou sua participação nesta cultura, pois de 12,3% passou a 24,5% da produção nacional.

Tabela 28 - Brasil – composição % do valor da produção das lavouras temporárias e permanentes – 1990-2000

Tipo de lavoura	1990	2000
Lavouras temporárias	74,8%	76,6%
Lavouras permanentes	25,2%	23,4%
Total	100,0%	100,0%

Fonte dos dados brutos: IBGE.

As lavouras temporárias de todo o Brasil respondem, aproximadamente, por $\frac{3}{4}$ da produção total das lavouras nacionais, cabendo às permanentes em torno de $\frac{1}{4}$, conforme consignado na Tabela 28.

A concentração da produção agrícola no Oeste Catarinense fica mais bem evidenciada pelos dados da Tabela 30, em que consta análise do valor da produção do Censo de 2000, por

habitante e por km², para o Brasil, Região Sul, Santa Catarina e região objeto deste estudo. Considerando a população, o Oeste Catarinense obtém de suas lavouras uma produção 3,0 vezes superior à do Brasil; 1,5 vez a da Região Sul e 2,0 vezes a de Santa Catarina.

Tabela 29 - Área dos territórios brasileiros em km²

Nº	Unidade da Federação	Área (km ²)	%
1	Amazonas	1.570.745,68	18,447
2	Pará	1.247.689,52	14,653
3	Mato Grosso	903.357,91	10,609
A 4	Minas Gerais	586.528,29	6,888
5	Bahia	564.692,67	6,632
6	Mato Grosso do Sul	357.124,96	4,194
7	Goiás	340.086,70	3,994
8	Maranhão	331.983,29	3,899
9	Rio Grande do Sul	281.748,54	3,309
10	Tocantins	277.620,91	3,260
11	Piauí	251.529,19	2,954
12	São Paulo	248.209,43	2,915
13	Rondônia	237.576,17	2,790
A 14	Roraima	224.298,98	2,634
15	Paraná	199.314,85	2,341
16	Acre	152.581,39	1,792
17	Ceará	148.825,60	1,748
18	Amapá	142.814,59	1,677
19	Pernambuco	98.311,62	1,155
20	Santa Catarina	95.346,18	1,120
21	Paraíba	56.439,84	0,663
22	Rio Grande do Norte	52.796,79	0,620
23	Espírito Santo	46.077,52	0,541
24	Rio de Janeiro	43.696,05	0,513
25	Alagoas	27.767,66	0,326
26	OC	27.255,50	0,320
27	Sergipe	21.910,35	0,257
28	Distrito Federal	5.801,94	0,068
	BR	8.514.876,60	100,000
	Região Sul	155.314,15	1,824

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A mesma comparação, porém com base na área em km², indica que o Oeste Catarinense produz, comparativamente, 6,1 vezes mais do que a média do Brasil, e 40% a mais do que a Região Sul e o Estado de Santa Catarina.

Tabela 30 – Valor da produção agrícola do Censo 2000 por habitante e por km²

Território	Valor da produção/habitante	Valor da produção/km ²
Brasil	R\$ 265,96	R\$ 5.314,01
Sul	R\$ 536,65	R\$ 23.915,35
Santa Catarina	R\$ 402,50	R\$ 22.625,66
Oeste Catarinense – SC	R\$ 789,60	R\$ 32.352,44
OC/BR	3,0	6,1
OC/R. Sul	1,5	1,4
OC/SC	2,0	1,4

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A relevância da agricultura do Estado de Santa Catarina e do Oeste Catarinense pode ser aquilatada pelos dados abaixo, extraídos do Censo Agropecuário de 2000. O ranqueamento foi feito considerando o Oeste Catarinense como se fosse um Estado, ou seja, os valores da produção dele foram comparados aos dados das demais 27 áreas territoriais estaduais e distrito federal.

Tabela 31 – Principais classificações de SC e OC no Censo de 2000 - Culturas das lavouras

Produto	Santa Catarina	Oeste Catarinense
Alho	2º	8º
Arroz	3º	25º
Cebola	2º	9º
Feijão	6º	11º
Fumo	2º	4º
Maçã	1º	3º
Milho	6º	7º
Pêra	4º	7º
Soja	9º	11º
Trigo	2º	6º

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Excetuando a tímida produção de arroz, o Oeste Catarinense ostenta uma posição de destaque entre os Estados que são os maiores produtores. Cite-se a maçã, em que o Estado é o maior produtor nacional e o Oeste Catarinense o 3º, com 65% da produção estadual; ou o milho, em que SC é o 6º produtor nacional, e o Oeste, o 7º.

Tecnologia agrícola e produtividade

No item anterior, consta que seis produtos respondiam por 88% do valor da produção do setor primário do Oeste nos anos de 1970 e 1975.

O produto de maior representatividade em valor de produção, o milho, apresentou no Oeste, nos dois anos censitários, respectivamente, produtividades de 17% e 10%, superiores às verificadas no Estado de Santa Catarina. Tomando-se os dados regionais, observa-se que ela melhorou em 21% nos anos em questão, devido à grande demanda gerada por ser alimento básico na criação de aves e suínos.

Em quase todas as propriedades, pratica-se a agropecuária. Destaque-se que as propriedades são de pequeno porte em sua grande maioria. Ao colono, portanto, resta-lhe aumentar a produtividade da terra. A Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Santa Catarina – CEPA/SC – analisando a produtividade desta cultura agrícola verificou que entre os anos de 1973 e 1974, o preço aumentou 46% em valores constantes, tendo a produtividade se elevado em 22% (CEPA, 1978, p. 27-28.). O que se deduz é que, ao estímulo representado pela elevação de preço, os agricultores tenham sido levados a aplicar um grau tecnológico superior ao então praticado, motivados pela perspectiva de realização de lucros.

A soja tem apresentado resultados promissores. A área destinada ao seu cultivo foi sensivelmente ampliada. Entre 1960 e 1970, no Oeste, ela aumentou 2,7 vezes e no Estado 2,9

vezes. A produtividade oestina está ligeiramente abaixo da verificada no Estado. Os agricultores do Oeste elevaram-na em 56% e os estaduais em 60%, entre 1970 e 1975. Esta melhora deveu-se à evolução dos preços internacionais do produto, devido à fraca safra obtida pelos Estados Unidos em 1973/74.

O trigo e a mandioca apresentaram quedas de produtividade no Oeste, entre 1970 e 1975, de 15% e 7% respectivamente. As áreas destinadas à sua produção foram reduzidas não só na região, mas também no Estado, o que significa que estas culturas estão destinadas a ter produções insignificantes. A CEPA/SC diz que os plantadores desses produtos ficaram desinteressados devido aos preços que obtêm (CEPA, 1978, p. 35 e 54). O efeito de tal desinteresse é tão grande que tem levado à redução não só da área plantada como da produtividade.

Embora a produtividade do feijão tenha se elevado em 34% entre 1970 e 1975, não voltou aos níveis de 1949. Tem registrado queda por longo tempo a partir de 1977/78, com esporádicas recuperações como em 1970 e 1975.

O Governo do Estado tem se mostrado sensível ao problema geral da produtividade agropecuária, pois em 1970 instituiu a Campanha de Recuperação da Fertilidade dos Solos, além de ter criado o Fundo de Estímulo à Produtividade – FEPRO. Este Fundo destina-se a subsidiar o transporte de corretivos e de fertilizantes, de juros para máquinas agrícolas, de mudas selecionadas e de reprodutores.

A opção pelo aumento da produtividade agrícola está ligada à possibilidade do colono auferir melhores resultados econômicos ou à existência de outras terras que sejam mais atraentes. O produtor rural não está disposto a aplicar um refinamento tecnológico caso existam outras alternativas. Na ausência de tais terras, ele só se sentirá atraído a investir em novas tecnologias se os ganhos decorrentes lhe forem favoráveis. Talvez por este último

motivo é que as plantações de trigo, que já tiveram sua época de sucesso no Oeste, estejam sendo paulatinamente reduzidas. Fica evidente que a decisão do produtor beneficiou a opção em que vislumbrava melhor resultado econômico.

O milho, por seu turno, tem preços atraentes, além de representar 80% da composição da ração dada aos suínos e aves, o que motiva o colono a plantá-lo.

Tabela 32 – Tratores utilizados em propriedades agrícolas do OC e SC
- até 50 h^a e com mais de 50 h^a

Região	Até 50 hectares	Mais de 50 hectares	Soma %
Oeste Catarinense	77,0%	23,0%	100,0%
Santa Catarina	80,3%	19,7%	100,0%

Fonte: Censo Agropecuário de 1975, IBGE.

Uma característica da agricultura catarinense - que talvez não ocorra nas demais regiões do Brasil - é que se usam mais fatores tecnológicos quanto menor é a propriedade, em outra demonstração da racionalidade econômica dos produtores. O Censo Agropecuário de 1975 apontava que 77% dos tratores utilizados no Oeste estavam em propriedades com menos de 50 hectares (ver Tabela 32).

Tabela 33 - Incremento no número de tratores utilizados na agropecuária:
BR/R. Sul/SC/OC - 1970 - 1995

Território	1975/1970	1980/1975	1985/1980	1995/1985	1995/1970
BR	95%	69%	22%	20%	383%
R. Sul	225%	112%	64%	37%	1450%
SC	158%	112%	40%	36%	942%
OC	283%	115%	44%	52%	1698%

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Independente das razões particulares de cada agropecuarista, os números dos Censos apurados pelo IBGE mostram que os ruralistas da região em estudo se destacam por terem aumentado proporcionalmente o número de tratores, entre 1970 e 1995, mais do que os dos demais territórios constantes da Tabela 33, exceto no período 1980-1985. Fixando-nos no

período todo, isto é 1970-1995, enquanto o Brasil aumentou o estoque de tratores na agricultura em 383%, a Região Sul em 1450%, Santa Catarina em 942%, o Oeste Catarinense contabilizou um aumento de 1698%. Além de modernizar o trabalho agropecuário, isto permitiu à região manter-se altamente competitiva no contexto nacional.

Tabela 34 – Número médio de hectares servidos por uma unidade de trator:
BR/R. Sul/SC/OC - 1970 - 1995

Território	1970	1975	1980	1985	1995	Variação %
BR	1.775	1.002	669	564	442	(75,1)
R. Sul	704	220	108	66	44	(93,7)
SC	1.159	440	226	160	105	(91,0)
OC	2.200	601	306	208	123	(94,4)

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A relação da quantidade de hectares destinados à agropecuária que são atendidos, em média, por uma unidade de trator, igualmente serve para mostrar a preocupação com a automação no Oeste Catarinense em relação aos demais territórios, conforme a Tabela 34. Esta relação ajuda a compreender a expressividade das colheitas, demonstrada anteriormente.

Entre 1970 e 1995, a quantidade de tratores foi de tal monta que a redução de área atendida por um único trator foi de 94,4%, ou seja, enquanto em 1970 um trator atendia, em média, 2200 hectares; em 1995 apenas 123 hectares eram atendidos por um trator.

Como consta da Tabela 34, em 1995, na Região Sul e no Estado de Santa Catarina, cada trator atendia, respectivamente, a 44 e 105 hectares, enquanto na região em estudo 123 hectares, evidentemente mais do que em cada um dos dois territórios. Isso se deve ao fato do OC ser região de colonização mais recente do que as demais. A intenção é mostrar que, no período 1970-1995, o esforço pela introdução tecnológica de tratores agrícolas, no Oeste Catarinense, foi relativamente superior ao dos demais territórios, o que está ligado à equação particular de cada produtor rural ao confrontar os preços recebidos com o somatório dos seus custos e rendimento volumétrico antes e após introdução da mecanização agrícola.

Portanto, de acordo com os dados acima, a agricultura oestina continua a introduzir a tecnologia disponível. Há perspectiva, aparente, de aumento de produção com a mesma área agrícola e da conseqüente liberação da mão-de-obra, à medida que ocorrer a introdução de novas tecnologias.

Pecuária: importância na renda regional e no abastecimento dos frigoríficos

A produção da pecuária é essencial como supridora de matéria-prima para os frigoríficos da região. Bovinos, suínos, frangos e aves assemelhadas são criados num regime de parceria entre os produtores rurais e os frigoríficos, gerando empregos e renda. O crescimento econômico ocorre de forma sustentada num *cluster* muito bem estruturado.

A produção de bovinos, conforme demonstrado na Tabela 35, que contempla os plantéis bovinos do Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Oeste Catarinense, para todos os anos entre 1991 e 2000, indica aumento dos plantéis de todos os territórios, exceto SC que teve os seus estoques de bovinos reduzidos em 0,2%, enquanto o Brasil aumentou 11,7%, a Região Sul apenas 4,1% e o Oeste Catarinense contabilizou um aumento de 15,0%, que pode ser considerado bom, especialmente quando confrontado com o aumento médio da população brasileira no mesmo período, que foi de 15,5%.

Em relação ao Brasil, o plantel de bovinos do Oeste Catarinense, representava 0,86% em 1991, oscilou para baixo até 0,69% em 1994 e 1995, recuperando-se, em seguida, e registrando, em 2002, 0,78%, quase a mesma marca do início da série. Com relação à Região Sul, o OC participava com 4,56% em 1991 e com 5,04% no ano 2000. Crescimento significativo é o que se verifica quando se compara a relevância do OC no plantel de Santa Catarina, que era de 37,67%, em 1991 e de 43,41%, em 2000, graças ao aumento do plantel

regional, por um lado, e à redução de 0,2% do plantel estadual no período. Este aumento verificado no Oeste Catarinense, obviamente, colaborou para igualmente melhorar a performance dos frigoríficos regionais.

Tabela 35 - Bovinos: plantel e análise - BR, R. Sul, SC e OC

Ano	Brasil	R. Sul	SC	Oeste Catarinense			
	Nº	Nº	Nº	Nº	% do Brasil	% da R. Sul	% de SC
1991	152.135.505	25.272.150	3.057.416	1.151.812	0,76	4,56	37,67
1992	154.229.303	25.451.315	3.047.147	1.140.548	0,74	4,48	37,43
1993	155.134.073	25.727.020	3.017.369	1.108.311	0,71	4,31	36,73
1994	158.243.229	26.428.553	2.960.343	1.095.181	0,69	4,14	37,00
1995	161.227.938	26.641.412	2.992.986	1.119.528	0,69	4,20	37,41
1996	158.288.540	26.420.652	3.097.657	1.324.842	0,84	5,01	42,77
1997	161.416.157	26.683.421	3.087.053	1.305.887	0,81	4,89	42,30
1998	163.154.357	26.599.844	3.090.120	1.295.322	0,79	4,87	41,92
1999	164.621.038	26.189.653	3.052.952	1.310.163	0,80	5,00	42,91
2000	169.875.524	26.297.970	3.051.104	1.324.492	0,78	5,04	43,41
(*)	11,7	4,1	(0,2)	15,0			

(*) Aumento percentual no período 1991-2000

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A Tabela 36 mostra os plantéis de suínos do Brasil, da Região Sul, de Santa Catarina e do Oeste Catarinense, no intervalo de tempo de 1991 a 2000, com as cifras anuais.

Tabela 36 - Suínos: plantel e análise - BR, R. Sul, SC e OC

Ano	Brasil	Sul	SC	Oeste Catarinense			
	Nº	Nº	Nº	Nº	% do Brasil	% da R. Sul	% de SC
1991	34.290.275	10.827.413	3.275.024	2.179.577	6,4	20,1	66,6
1992	34.532.168	11.085.033	3.417.586	2.306.330	6,7	20,8	67,5
1993	34.184.187	11.551.332	3.727.711	2.581.987	7,6	22,4	69,3
1994	35.141.839	12.033.184	4.088.621	2.775.439	7,9	23,1	67,9
1995	36.062.103	12.579.582	4.404.480	3.056.931	8,5	24,3	69,4
1996	29.202.182	12.520.881	4.532.654	3.408.102	11,7	27,2	75,2
1997	29.637.109	12.747.427	4.558.963	3.405.166	11,5	26,7	74,7
1998	30.006.946	12.946.682	4.704.545	3.524.854	11,7	27,2	74,9
1999	30.838.616	13.171.828	4.814.297	3.618.279	11,7	27,5	75,2
2000	31.562.111	13.452.029	5.093.888	3.788.836	12,0	28,2	74,4
(*)	(8,0)	24,2	55,5	73,8			

(*) Aumento percentual no período 1991-2000

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Apesar do estoque de suínos do país ter diminuído em 8,0%, no período 1991-2000, a Região Sul apresentou um aumento de 24,2%, Santa Catarina 55,5% e o Oeste Catarinense 73,8%, numa boa indicação do sucesso de tal cria na região ora em estudo.

A participação relativa do Oeste Catarinense no plantel total do Brasil aumentou, como também no plantel da Região Sul e de Santa Catarina. Assim é que o Oeste Catarinense participava com 6,4% do plantel nacional de suínos em 1991 e passou a 12,0% em 2000; na Região Sul com 20,1% em 1991 e com 28,2% em 2002. No contexto estadual, em 1991 o OC respondia por 66,6% do plantel estadual de suínos e no ano 2000 passou a 74,4%, ou, praticamente, $\frac{3}{4}$ do plantel estadual, num tipo de criação da maior importância para a indústria de carnes e embutidos frigorificados.

A Tabela 37 mostra os plantéis de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, ano a ano, para o período 1991-2000, do Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Oeste Catarinense. Analisando os dados da Tabela, pode-se verificar que todos os dados mostram evolução positiva.

Tabela 37 - Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos: plantel e análise - BR, R. Sul, SC e OC

Ano	Brasil N°	Sul N°	SC N°	Oeste Catarinense			
				N°	% do Brasil	% da R. Sul	% de SC
1991	594.392.594	249.710.880	69.366.752	53.117.049	8,9	21,3	76,6
1992	639.625.359	271.280.289	77.425.700	60.263.154	9,4	22,2	77,8
1993	654.167.008	287.687.602	81.939.119	63.761.666	9,7	22,2	77,8
1994	681.088.045	297.001.962	81.062.962	59.768.990	8,8	20,1	73,7
1995	729.531.299	327.869.197	84.146.740	61.534.354	8,4	18,8	73,1
1996	728.086.507	288.666.882	87.542.475	63.284.870	8,7	21,9	72,3
1997	760.621.670	306.472.799	89.616.264	63.975.412	8,4	20,9	71,4
1998	765.222.027	322.547.069	102.854.973	76.172.108	10,0	23,6	74,1
1999	804.575.808	351.411.089	115.545.381	85.874.859	10,7	24,4	74,3
2000	842.740.173	379.831.270	123.740.489	90.770.113	10,8	23,9	73,4
(*)	41,8	52,1	78,4	70,9			

(*) Aumento percentual no período 1991-2000

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Assim é que, na década analisada, o Brasil teve seu plantel de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos aumentado em 41,8%, a Região Sul em 52,1%, Santa Catarina em 78,4% e o Oeste Catarinense em 70,9%, abaixo, portanto, da marca estadual. Em 1991 o estoque do OC representava 8,98% do plantel brasileiro, e em 2000 correspondia a 10,8%; enquanto a participação do OC no plantel da Região Sul, em 1991 era de 21,3% e em 2000, de 23,9%. Devido ao crescimento do plantel de Santa Catarina ter sido maior do que o do Oeste Catarinense, a participação desta região no estoque daquele caiu de 76,6% para 73,4%, respectivamente em 1991 e 2000.

As Tabelas 35, 36 e 37 demonstram a expressiva participação da pecuária do Oeste Catarinense na produção de animais e aves, as quais são em sua maioria direcionadas aos frigoríficos regionais. Considerando que no período analisado, 1991-2000, a população da região do Oeste Catarinense cresceu 6,2%, taxa inferior à do crescimento da população brasileira e catarinense, que foi, respectivamente de 15,6% e de 17,9%, e igualmente considerando que o tamanho do estoque é reflexo do fluxo de produção, pode-se dizer, a partir destes três exemplos (1.bovinos, 2.suínos e 3.galinhas e afins), que o efeito da atividade pecuária no PIB e no PIB per capita do OC, no intervalo de tempo 1991-2000, foi altamente positivo.

A participação crescente na produção regional de animais e aves se deve ao sistema integrado de produção de suínos e aves, o qual não exige do colono uma grande área de terra para desenvolver-se. A conformação acidentada do solo, como ocorre em boa parte da região, permite que esta atividade se adapte facilmente, como demonstra a situação nestas duas décadas. A criação de bovinos, eqüinos e demais espécimes de animais no Oeste Catarinense não tem tanta representatividade no contexto estadual quanto a de suínos e aves, como demonstrado nas Tabelas 35, 36 e 37.

O Estado de Santa Catarina respondeu por 26% do abate nacional de suínos em 1977 (CEPA/SC, 1978, p. 42). Em 1970 Santa Catarina era o 2º estado brasileiro em número de reprodutores, sendo de 19% sua participação nesse total. Em 1978 o Estado elevou sua participação para 54%, passando a ser o 1º em número de reprodutores.

Fenômeno semelhante ocorreu com a criação de aves, destacando-se os galináceos, itens sob o qual se incluem galinhas, pintos, galos e frangos. Entre 1920 e 1975, o plantel oeste aumentou 253 vezes e o do Estado apenas 11 vezes. O efetivo de galinhas do Oeste representava 3% do efetivo estadual em 1920 e 66% em 1975. A exemplo do ocorrido com a suinocultura, as regiões catarinenses, com exceção do Oeste, tiveram uma evolução pequena na criação de galináceos, tendo o Oeste Catarinense absorvido quase “in totum” esta atividade.

A avicultura do Estado é a 2ª do país, em número de abate de aves (SUDESUL, 1979, p. 56).

Durante a década de 70 iniciou-se uma atividade de vulto para desenvolver a criação de perus. A mola propulsora foi a demanda exercida pelos frigoríficos que, anos antes, foram os responsáveis pelo incremento verificado com suínos e frangos. De um inexpressivo efetivo em 1920, de apenas 1% do total de perus estaduais, a região passou em 1975 a 86% do total do estado.

Os números do plantel existente servem para nos dar uma idéia da importância da criação de animais e aves, os quais representam, com a cultura das lavouras, a maior parte da renda gerada no setor primário. A renda desse setor, em 1940, era de 58% da renda regional e ela vem perdendo participação.

A renda auferida no Oeste, com a venda de animais e aves está concentrada em suínos, frangos e bois. Em 1970, o Censo apontava que 11% da renda gerada na região com a venda de animais e aves provinham da comercialização de gado bovino, decrescendo em 1975 para

7%, enquanto os suínos geravam 83% em 1970 e 63% em 1975 e os frangos que representavam 6% em 1970 elevaram sua participação para 29%.

Mas o aumento do crescimento da avicultura foi o mais expressivo, ainda considerando o mesmo intervalo, pois ela superou em 1000% o número de nascimentos. Vejamos os dados da região: os nascimentos em 1970 foram de 3.903.005 cabeças, e em 1975 de 45.497.023.

A média de preços recebidos pelos suinocultores oestinos, em 1970, era maior do que a média recebida pelos produtores de todo o Estado. Os suínos representavam 83% da renda obtida com a venda de animais e aves. Seus produtores rurais obtiveram pela moeda da época, em média, Cr\$ 101,83 por suíno vendido, enquanto a média estadual era de Cr\$ 98,12. Abstraindo desta média estadual a influência dos preços do Oeste, que obviamente ajudaram a elevar a média estadual, os preços das demais regiões do Estado foram ligeiramente inferiores, ou de Cr\$ 89,23, o que denota a influência da região oestina na melhor remuneração dos agricultores.

A participação relativa da produção de suínos que era, em 1970, de 83% baixou para 63% cinco anos depois, devido ao aumento verificado nos demais tipos de criação. O preço médio do suíno neste ano chegou a Cr\$ 427,01 no OC e a Cr\$ 416,29 no Estado. Calculando o preço médio obtido com a venda de suínos sem a influência do Oeste, a média das demais regiões baixa a Cr\$ 356,02, ou 16,6% menos. Para os frangos que representavam, no mesmo ano de 1975, 29% da renda bruta da comercialização de animais e aves, a média de preço obtido por cabeça foi de Cr\$ 7,59 e no Estado, de Cr\$ 8,00. Portanto, apesar da importância da atividade na renda do setor primário e, inclusive, como supridora de matéria-prima para os frigoríficos, a remuneração ao produtor foi abaixo da média estadual em 5,1%. Não se pode esquecer que a produção de frangos é altamente concentrada no Oeste, o qual era responsável, em 1975, por 87% dos galináceos vendidos no Estado. A razão para que o preço do suíno no

Oeste seja superior ao preço estadual e, para que o mesmo não ocorra com o preço do frango, parece residir no fato de que o produtor deste último precisa vendê-lo dentro de um prazo certo, isto é, logo depois de completado o ciclo de crescimento que era de 56 dias (CEAG/SC, 1975, p. 151) em 1975. Os frangos têm, atualmente, um período menor de criação, especialmente os destinados à exportação. Se decorrido tal prazo, o frango não for vendido, o produtor começa a perder dinheiro, devido aos custos envolvidos com a criação. Já com o suíno tal não ocorre, pois ao atingir o estágio necessário para o abate, o produtor pode reter sua produção, caso os preços para a venda não sejam satisfatórios, podendo, portanto, aguardar uma elevação das cotações.

A análise acima demonstra que a pecuária oestina que representa, em valor, a metade da produção do setor primário regional, (outro tanto é obtido pelas lavouras) é um importante sustentáculo da população rural.

As atividades dos suinocultores e avicultores têm uma significação econômica que transcende o setor primário da economia oestina. A produção desses agentes econômicos supre os frigoríficos de matérias-primas, permitindo que o setor industrial do Oeste, nesse segmento, seja gerador de importante parcela do produto do setor secundário da região.

Frigoríficos e os sistemas integrados de produção

Os sistemas integrados de produção, aplicados à larga na agropecuária, tem uma filosofia louvável. Há várias definições do que eles representam. Uma das mais simples e abrangentes diz: “celebração de um acordo entre o produtor e o industrial na produção e absorção de matéria-prima” (SANTA CATARINA, (ESTADO). SECRETARIA DA FAZENDA. Procape, 1979, p. 58).

Eles propugnam uma interação produtor rural-frigorífico assaz interessante. O encadeamento de atividades econômicas entre o colono e o frigorífico busca, em teoria, maximizar os ganhos de ambos. Consequentemente há a preocupação de que os excedentes gerados no processo sejam alocados de forma socioeconômica justa.

Vejam os a efetiva mecânica desta integração: em tese, o início do processo ocorre no frigorífico quando este produz os insumos, a saber: animais, aves, rações e tudo o mais que é preciso para produzir, cabendo ao produtor rural integrado apenas adquiri-los como matérias-primas.

Na etapa seguinte, o produtor rural produz frangos e suínos, que serão vendidos para o mesmo frigorífico, que os considera matérias-primas para a sua próxima atividade econômica industrial. A atividade básica do produtor rural, então, é cuidar da criação e do desenvolvimento de aves e animais, de acordo com as normas ditadas pelo frigorífico integrador.

Na terceira etapa do sistema, o frigorífico efetua o abate e comercialização de tais aves e animais.

Deste breve relato evidencia-se não haver uma equalização do poder decisório entre os agentes econômicos envolvidos: frigorífico e colono.

Há sinais evidentes da integração e “engessamento” decisório, administrativo e econômico do colono frente ao frigorífico, pois

“... regra geral, o fomento se caracteriza pelo fornecimento, ao produtor rural, de matrizes, rações e assistência técnica, agrônômica e veterinária e pela garantia de aquisição do suíno adulto aos preços de mercado” (CEAG/SC, 1975, p. 33).

O CEAG/SC, Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, em novembro/1974 (1975, p. 21) havia detectado que cabe ao frigorífico reger a orquestra da lucratividade própria, além da do produtor rural, determinando a estratégia adequada à obtenção da sua

lucratividade máxima a partir do conhecimento do mercado de consumo final e estabelecendo o quanto produzir, a que qualidade e custo. Este dirigismo do frigorífico permite-lhe liderar o mercado de produtos finais. Para isso, procura controlar o preço de custo da sua matéria-prima representada por frangos e suínos. Isto é possível se não se esquecer o aspecto monopsonista⁶⁸ do frigorífico em relação ao produtor rural.

Há uma exclusividade tácita entre o colono e o frigorífico para que o primeiro seja o supridor, sem restrições, de apenas um frigorífico. Criam-se, para tanto, condições aparentes de vantagens que os frigoríficos concedem. Elas são apresentadas como enorme contribuição, inclusive tecnológica, para que o colono tenha as melhores condições de produção.

A CEPA/SC (1975, p. 111 e 116) diz que do sistema de integração advieram benefícios, pois a “difusão dos contratos de produção, entre suinocultores e agroindústrias, propiciou condições de sensíveis melhorias nos índices de produtividade”; porém, ao tratar da avicultura, “uma das grandes desvantagens é não poder beneficiar-se das oscilações do mercado, nas ocasiões em que este lhes é favorável”.

Assim é que o frigorífico escolhe quais são os colonos que trabalharão no sistema de integração, baseado em critérios administrativos por considerar que se trata de atividade econômica cujo objetivo final é o lucro. Os frigoríficos julgam irracional e antieconômico manter como produtores *integrados* os colonos cujas possibilidades de produção e índice de eficiência não se mostram adequados a satisfazer as necessidades da atividade.

“A progressiva adoção de inovações técnicas nos chiqueiros está propiciando o equilíbrio da estrutura interna das explorações agrícolas. Este processo transfere para fora das explorações as decisões do processo de produção e as torna tecnicamente dependentes em relação às agroindústrias” (Ibid, 1975, p. 213).

⁶⁸ “Monopsonista é a única firma do lado comprador de um mercado, ... A firma monopsonista é a única firma a procurar um dado fator de produção”. in Stonier e Hague, 1970, p. 265.

Mas o que não soa de bom tom é o fato de que ao colono não é permitido dimensionar, “a priori”, o seu lucro como fazem as empresas ao elaborar seus orçamentos. Cabe-lhe, isto sim, dizer se lhe interessa ou não participar do sistema. E o sistema de produção integrado é que determina o custo das matérias-primas que ele adquire e o preço que ele auferirá na venda de sua produção, fixando o lucro que ele terá. Logo, o excedente que o produtor gerar não será apropriado “in totum” por ele, como adiante se verá. Quando se afirma que é o “sistema de produção integrado” quem fixa o lucro do colono, comete-se uma propriedade não só vernacular, mas também econômica. Claro que é esta a idéia difundida entre os agentes envolvidos no sistema, se bem que o frigorífico é quem determina o diferencial entre o custo da matéria-prima e o preço de venda para o produtor. Portanto cabe ao colono “aquilo” que o frigorífico decide dar e não o que o colono poderia auferir num mercado concorrencial, caso ele pudesse negociar no mesmo ao invés de operar no esquema da integração. Ressalte-se que o produtor rural tem certeza, antecipada, da venda de sua produção no sistema de integração. Já no mercado concorrencial isto não ocorreria, pois ele estaria submetido às condições normais de mercado.

A vida econômica do produtor rural, desta forma, não pode ser planejada por ele. Ela é dirigida pelo frigorífico que planeja o quanto ele deve produzir, a que nível de qualidade, além da margem de lucro, pois determina os preços de custo e de vendas. Os volumes de produção são determinados pelas exigências do mercado de produtos finais.

Por sua vez os industriais do Estado tinham consciência de que o tratamento remuneratório precisava ser feito com sentido igualitário. Em fins de 1960, no encerramento do Seminário Socioeconômico de Santa Catarina, o Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, que, no ano seguinte, seria empossado como Governador do Estado, tornava pública tal idéia dizendo: “As atividades produtoras devem se processar dentro de uma harmonia razoável a fim de que o processo de trocas se realize num plano de equilíbrio. Não

pode haver uma indústria florescente e sadia sem que, paralelamente, se desenvolva uma agricultura racional e bem remunerada... A indústria deve ser apoiada numa atividade agrícola compensadora e de boa produtividade. Isto representa, de um lado, a melhora qualitativa dos níveis de vida, como o aumento da renda per capita; de outro lado, exprime a possibilidade de absorção da mão-de-obra marginal ou subempregada e criação de poder de compra crescente que, num processo lógico, determinará um movimento acumulativo de sentido positivo auto-produtor” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1961, p.11).

Do ponto de vista tecnológico, não interessa ao frigorífico operar com tecnologia que não seja a mais rentável. Não restam dúvidas de que as tecnologias que permitem maiores taxas de retorno são as mais recentes. É óbvio que os frigoríficos, na posição de força em que se encontram no sistema, considerando o potencial de que dispõem frente ao potencial econômico do produtor rural, determinam toda a forma operacional do sistema, até a etapa da aquisição de insumos que, após manufacturados, geram o produto final nas condições mais satisfatórias para a obtenção da rentabilidade desejada.

“A supremacia da agricultura pela agroindústria significa para aquela a perda do domínio técnico do processo de produção, a perda do controle do produto e, por outro lado, a obtenção de segurança e da redução dos riscos de produção” (CEPA/SC, 1975, p. 51).

O frigorífico tem em mente, sempre, o custo final do produto, em termos de mercado de produtos finais. Para tal, é preciso que o custo da matéria-prima para o produtor rural – rações, pintos e leitões – seja o mínimo. Também é preciso fazer com que o preço de venda do produtor rural – responsável pela fase de criação ou desenvolvimento – seja minimizado para que o custo do abate e comercialização executado pelo frigorífico seja, por sua vez, mínimo, permitindo-lhe maximizar seus rendimentos. Por isto parece ser possível perceber a viabilidade da não apropriação, por parte do colono, do excedente produzido durante o ciclo

de produção. E, dadas as condições que se lhe oferecem, seria de estranhar se o frigorífico delas não se utilizasse.

Mas o frigorífico não pode ser apontado apenas como vilão. Malgrado o acima exposto, ele leva o colono a aprimorar-se. Isto eleva o padrão tecnológico do produtor rural. Se o efeito total ou parcial de tal melhoria no padrão tecnológico é ou não transferido para o colono, não faz parte desta análise, mas sim os benefícios que a pecuária como um todo auferi, a partir da assimilação de tais técnicas pelos colonos, inclusive os não participantes do sistema de produção integrado, pois a difusão técnica no meio rural, além da orientação via frigorífico e dos serviços de Extensão Rural do Governo Estadual, é feita em grande parte através das conversas entre os próprios homens do campo. Os produtores não integrados passam a utilizar-se destas técnicas, ficando aptos a amealhar os benefícios da introdução de tal tecnologia. Por seu turno, o frigorífico, que está em disputa por mercados em que a livre concorrência entre as grandes empresas não apresente tantas anomalias ou facilidades de controle quantas há no plano de criação e desenvolvimento de rebanhos, busca avidamente atingir graus tecnológicos os mais altos possíveis. Um dos mandamentos do sistema integrado é “obter alta produtividade”, tal como ocorre na grande maioria dos empreendimentos girados sob o prisma capitalista.

Todavia, não se pode negar a ajuda prestada pelo frigorífico ao produtor rural. Ela abrange desde a assessoria para a compra de instalações e equipamentos modernos até aquela necessária à criação de aves/animais, nos pesos e padrões requeridos, considerando-se toda a necessidade de assistência agrônômica e veterinária. Por isto o frigorífico supre o produtor de tudo que ele carece para obter sua produção, seja a matéria-prima com o nível de qualidade e no patamar de custo exigidos pelo próprio frigorífico, sejam os insumos (rações) de boa qualidade, para que o produto atinja peso e qualidade requeridos.

Fica fácil para o produtor rural, desde que queira atuar conforme as regras pré-estabelecidas, obter produções significativas. Se houver algum problema com sua criação, ele tem sempre e a qualquer momento o amparo e a ação rápida dos veterinários do frigorífico, dispostos a detectar fatos perturbadores da boa qualidade da criação. A ação desses veterinários, no acompanhamento do estado sanitário dos rebanhos, é digna de menção pelo reflexo que ela tem na obtenção final da criação. A produção quantitativa e qualitativa, sem a eficiente ação dos veterinários, seria menor, obviamente.

Pode-se, em resumo, dizer que, do ponto de vista econômico, a relação frigorífico-produtor rural apresenta as seguintes características:

- O produtor rural depende do frigorífico para obter o seu excedente, desde que seus preços de custo e venda sejam fixados por aquele;
- A receita total do produtor depende do frigorífico que, em função de sua expectativa de eventual demanda do produto, determina ao produtor qual a quantidade que ele deverá lhe fornecer;
- O frigorífico tem a meta da maximização dos seus resultados. Para isto ele procura obter o excedente máximo possível e atua nos três grandes estágios do sistema de produção integrado, determinando preços de custo e de venda, para obter seu excedente ao:
 - vender matérias-primas ao produtor rural;
 - determinar o preço de venda para a produção do colono;
 - comercializar seus produtos no mercado de produtos finais.

Há uma profunda dependência econômica do produtor com relação ao frigorífico dada a interferência deste em questões tais como escolha de equipamentos, quantificação da produção, forma e grau de controle sanitário, uso de rações e respectivos preços de custo e de vendas.

Os frigoríficos instalados na região do Oeste Catarinense tinham em 1974 (CEAG/SC, 1978, p. 37) uma capacidade de abate diário de 5.500 suínos, o que representava 74% da capacidade total do Estado. Projeções do mesmo órgão apontavam, para 1977, a manutenção da importância relativa da região em estudo. Nesse ano havia 17 frigoríficos no Estado; apenas três não praticavam o sistema de produção integrado; 9 estavam no OC e todos eram integrados. O rebanho de suínos era, de acordo com o Censo Agropecuário de 1970, de 2.000.385 para o Oeste Catarinense e de 3.145.337 para o Estado, cabendo ao primeiro uma participação de 68%.

Estimativa elaborada pelo Governo do Estado contemplava a região com aproximadamente 40.000 unidades produtoras de suínos, das quais admite que a metade opera com nível tecnológico insatisfatório, produtividade aquém da expectativa e renda abaixo da desejável (SANTA CATARINA (ESTADO) PROINFRA, 1980, p. 52).

É ponto de suma relevância para que qualquer atividade econômica seja mantida em operação que a sua rentabilidade supere ou iguale as taxas obtidas com as demais alternativas de investimento.

O excedente gerado não retorna ao produtor rural, mas é transferido para o frigorífico, como já explicado. Por isso, pode encontrar dificuldades para continuar a operar, pois precisa repor o capital, que se desgasta pelo uso e pela ação do tempo. Também precisa honrar os financiamentos que tradicionalmente faz para manter seu capital de giro, além de ser óbvio que há um custo fixo a ser coberto, representado por todos os gastos que ele efetua com sua própria subsistência.

Uma remuneração não adequada pode levar à sua descapitalização. Tanto pode não conseguir manter o nível de produção, devido à impossibilidade de repor o capital que se deprecia, quanto o achatamento de suas receitas pode levá-lo a ter que se desfazer de bens/objetos pessoais para pagar seus empréstimos bancários, o que leva a situações de

desconforto, cujo grau de intensidade pode se traduzir em problemas socioeconômicos. As amarras que sustentam o sistema impedem que mudanças ocorram. Se o nível de descontentamento for muito grande, o produtor que desfizer o seu acordo com o frigorífico tem como opções:

- a) integrar-se a outro frigorífico;
- b) associar-se a uma cooperativa;
- c) tornar-se um produtor independente;
- d) sair da atividade.

A opção a) é a que tem ocorrido com maior freqüência. As evidências mostram que esta situação tende a manter-se. É o acenar de vantagens de um outro frigorífico que mantém o produtor como integrado. E, ao invés de associar-se a uma cooperativa ou tornar-se independente, buscando sua liberdade econômica, o produtor continua a ser dirigido pelos frigoríficos.

Os desmandos cometidos pelas cooperativas, no passado e ainda no presente, mormente no interior do País, são barreiras ao ingresso de um maior número de colonos nas cooperativas. Casos como esses impedem o sucesso do movimento cooperativista.

O produtor independente, que representa uma minoria, não tem condições de impor o seu preço. Ele deve aceitar o preço imposto pelo frigorífico. Se houvesse uma predominância de produtores independentes, então seria viável que eles pudessem ombrear-se com o frigorífico para estabelecer um preço conforme os vários componentes do custo de produção.

A saída da atividade significa, de pronto, uma redução de produção. A decisão do produtor sobre o que fazer pode ter vários efeitos sociais. Se ele se mantiver no setor primário da economia, presume-se que ficará morando na zona rural. A renda do setor agropecuário não sofrerá alteração significativa e o grau de urbanização permanecerá o mesmo. Porém, se

ele buscar emprego na cidade, a zona rural reduzir-se-á, aumentando a urbanização, deslocando renda do setor primário para o setor secundário ou terciário.

Os frigoríficos tendem a continuar dominando esta atividade porque: a) não disputam seus supridores de matéria-prima; b) respeitam as relações existentes fornecedor-adquirente. Este “status quo” eleva a possibilidade de controle que o frigorífico tem e, por conseqüência, mantém sua vantagem. Caso os frigoríficos passassem a confrontar-se na disputa pelos colonos mais qualificados, o resultado seria a elevação dos preços de frangos e suínos. Para diluir o efeito de reivindicações, o frigorífico busca aumentar o número de produtores integrados. Proporcionalmente, a importância de cada produtor reduz-se. Independente disso, o frigorífico busca aumentar a produtividade da criação. E esta evolução tecnológica crescente pode afastar da atividade alguns criadores. Redução do ciclo de desenvolvimento para corte e automatização dos aviários são exemplos de novas técnicas de produção. No caso dos aviários, a evolução tem sido tão marcante que os produtores não as têm absorvido na velocidade desejada, levando os frigoríficos a internar a produção.

As evidências de que se dispõem são no sentido de que a integração produtor-frigorífico prevalecerá. As defecções que ocorreram não deverão suplantam o número de produtores dispostos a incorporar-se ao sistema. Os produtores já integrados que sentirem a mão-forte do frigorífico e quiserem abandoná-lo não terão facilidades. Na maioria dos casos, o custo das instalações destinadas à criação de suínos/frangos é obstáculo para o produtor sair da atividade sem perder o capital empregado. O endividamento junto ao próprio frigorífico ou ao banco financiador de suas atividades o impele a continuar no sistema. O produtor desconhece, quase sempre, os aspectos jurídicos e também econômicos da atividade. Soubesse que seus rendimentos podem corroer seu investimento, talvez ele não operasse.

Do ponto de vista econômico, a divisão do trabalho é bem delineada. Aparentemente, o sistema funciona tal como uma produção em série. A interdependência dos vários setores é

grande. Isto porque a preponderância é de produtores integrados, que fazem com que a idéia da produção com o uso de esteiras rolantes seja válida. Caso os produtores independentes fossem em maior número, não se garantiria tal fluxo produtivo.

Roque Lausahner (CEPA/SC, 1978, p. 80) demonstra que além-fronteiras ocorre o que se detecta aqui, ou seja, no complexo agroindustrial, a atividade rural, quer seja a produção de culturas, quer seja a produção de animais, permite que se obtenha uma taxa de retorno inferior às obteníveis em outras atividades, como as de fornecimento de insumos para a atividade rural, industrialização e comercialização de produtos rurais. O risco nessa atividade é de uma imponderabilidade superior à das demais, pela inconstância dos acidentes climáticos, doenças que elevam a taxa de mortalidade, entre outras. Apesar de existir alguma interinação da produção, é possível que os frigoríficos não procurem aumentá-la pelos problemas daí decorrentes. Eles teriam que imobilizar capitais em terrenos e instalações, o que poderia rebaixar o patamar da taxa de retorno. Ao frigorífico interessa continuar o sistema de produção integrada. A unanimidade, 92% dos frigoríficos, vêem na integração a possibilidade de obter matéria-prima de maior qualidade e rendimento, enquanto 85% entendem que o sistema permite reduzir custos na fase do abate e 77% entendem que há uma padronização de carcaças (CEAG/SC, 1978, p.85). O frigorífico enfrenta alguns percalços, como a falta de adequação do colono para acompanhar o ritmo que o sistema deveria tomar. Porém, a falta de educação formal impede que o produtor rural seja tão permeável quanto o frigorífico desejaria. Aparentemente o colono tem consciência que lhe falta algo, em termos de educação formal.

Por sua vez, como o produtor rural não fixa o preço de venda, a sua relação de troca tende a deteriorar-se. Produtores que fazem sua própria ração tendem a obter custo inferior àquele previsto pelos frigoríficos.

Na mesma pesquisa, o CEAG/SC detectou haver uma proteção ao agricultor, quanto à colocação de sua produção, nos casos de redução da demanda de seus produtos. Apenas 15% dos frigoríficos reduzem as quotas dos produtores integrados; 54% dos frigoríficos continuam a acolher normalmente a matéria-prima dos seus integrados; 69% garantem com preço mínimo fixado “a priori” e 62% não recebem matéria-prima dos não-integrados. Por outro lado, se houver um aumento da demanda de seus produtos, 85% dos frigoríficos dizem recorrer a um aumento do número de produtores integrados e 69% elevam as quotas dos integrados. Depreende-se daí que o frigorífico age com um grau de protecionismo para com os integrados. Isto é muito importante se voltarmos os olhos para a insegurança sempre presente às atividades econômicas dos homens do campo. Talvez seja esta proteção a grande idéia para convencer os criadores dos benefícios do sistema de produção integrado. Esta vantagem não mensurável a favor dos pecuaristas talvez compense o achatamento do diferencial custo-receita.

Em tempos de crise, 92% dos frigoríficos estocam a produção, 77% desses pesquisam novos mercados, 46% diversificam a produção, 23% diminuem-na fabricando novos produtos e 15% valem-se da propaganda.

A CEPA/SC investigou o eventual interesse do agricultor por treinamento, pois em pesquisa efetuada em 1978 (Ibid, p. 111), 45% dos colonos inquiridos se interessavam por treinamento em criação de suínos e aves. Destaque-se que 11% preferiam ser treinados em administração da propriedade, a caracterizar a visão que eles têm da necessidade de melhor dirigir seus negócios.

Hoje, existem programas de treinamento e orientação em constante execução. Os criadores de suínos são treinados em 53% dos casos pela ACARESC, enquanto os frigoríficos respondem por 42%. Os avicultores em 86% dos casos são treinados pelos frigoríficos, no que

tange às técnicas de criação, ficando para a ACARESC o treinamento referente à utilização dos insumos.

A relação comercial produtor-frigorífico opera-se através de contratos escritos, contratos verbais ou por cadastros. Qualquer que seja a forma de relacionamento, o produtor deve entregar, em 92% dos casos, a totalidade de sua produção ao frigorífico contratante. E, da mesma forma, ocorre a aquisição de insumos pelos produtores, pois só podem fazê-lo ao frigorífico contratante. Para ser aceito como produtor é preciso que o interessado tenha condições de obter financiamento, como 69% dos frigoríficos o exigem.

Para tal é preciso ter bens (propriedade de terras e instalações) acima das posses médias da população. O produtor que os tenha, em tese, é possuidor de algum poderio econômico, do qual ele abdica ao passar a atuar sob a determinação do frigorífico. E esse produtor que até a hora de se integrar gerenciava seu negócio, passa a ser monitorado pelo frigorífico, pois as decisões típicas do empresário (o que? como? quanto e quando produzir? forma de distribuir?) lhe são subtraídas. Ele deixa de assumir riscos e passa a não promover nenhuma melhoria dos seus padrões de criação (tecnológicos, sanitários, entre outros) a não ser adotar as orientações tecnológicas determinadas pelo frigorífico. “A integração é de nível bastante elevado, a ponto de descaracterizar o produtor, transformando-o quase num prestador de serviços à indústria (SUDESUL, 1978, v. I, p. 54)”.

A relação econômica passa a ser quase igual à do empregado. Do ponto de vista do custo final do produto, o asfixiante controle do frigorífico sobre o produtor tem um ponto de destaque na formação de custos e também na redução de índices inflacionários. Trata-se do esquema de exclusividade de fornecimento de insumos entre frigorífico-produtor e vice-versa.

As rações e medicamentos, primeira etapa do fornecimento, apresentam-se, todavia, vantajosas ao produtor, devido, por exemplo, a este não precisar formar estoque, investigar preços e qualidade desses insumos.

Mesmo que se diga que há um mercado concorrencial para os produtos finais do complexo agro-pecuário, apenas 38% admitem reduzir suas margens de lucro, enquanto apenas 31% reduzem seus preços de venda. Resta verificar que o frigorífico, se não reduz o preço de seus produtos finais, deve, para manter sua posição e atingir suas metas, reduzir o preço pago aos produtores, ao adquirir o produto da sua criação, ou alterar o preço dos insumos que vende ao produtor integrado.

A produção agropecuária vive de sazonalidade. A produção frigorífica, ao contrário, tem um fluxo constante. Quase da mesma forma ocorre a demanda desses produtos. Pensando-se em casos de super safras, é de suma importância, para o produtor, poder contar com a certeza da colocação de sua produção, pois este é um dos motivos que fazem com que o produtor rural não se atenha a formalidades de negociação como o de ter ou não um contrato que reze todas as situações negociáveis. “Pela adoção dos contratos de integração, a agroindústria acabaria por coordenar e dominar as explorações agrícolas” (CEPA/SC, 1978, p. 212).

A agricultura contratual é definida por Labonne (CEAG/SC, 1978, p.313) como aquela em que o contrato de produção é o intermediário. A conjuntura na qual ele se insere é insegura, pois o mercado sofre flutuações bruscas e a produção depende de fatores exógenos como a situação climática. Quanto maior for a proporção entre as relações contratuais e o total de relações de negócios, mais forte estará o frigorífico para negociar, o que nos leva a crer que são as dificuldades e incertezas da não colocação da produção quando não se está integrado que levam os produtores a buscarem o sistema de integração. Isto ocorre embora os analistas dos sistemas de integração tenham notado que os contratos são leoninos, servindo para dissipar as condições desfavoráveis aos produtores. “A adoção dos contratos de produção constitui o instrumento pelo qual a agroindústria consegue, ao mesmo tempo, provocar e obter

a reorganização das explorações agrícolas, submetendo-as ao seu domínio” (CEPA/SC, 1978, p. 213).

O produtor, para colocar sua produção, deve sujeitar-se a normas de seleção impostas pelos frigoríficos. Como há forte tendência à integração pela garantia que há de venda da sua produção, os frigoríficos sempre têm contingentes consideráveis à sua mão, podendo optar pelos mais capazes.

A saída do sistema de integração não é fácil, como também ocorre para a entrada. Os produtores devem dar aviso prévio, pagar multas e pagar os débitos porventura existentes. O interessante a destacar é que os produtores desconhecem tais normas, pois enquanto 44% dos frigoríficos afirmam cobrar multas, apenas 21% dos produtores sabem de tal procedimento.

Para todo o Estado de Santa Catarina, já que os dados apenas do Oeste não são conhecidos, o CEAG aponta apenas 39% de contratos escritos. Sabe-se que a maioria dos contratos existentes é de criadores de aves. E o produtor, quando faz o seu contrato com o frigorífico, dificilmente sabe se será rentável, pois ele não conhece seus custos. Normalmente o produtor agrega como custos apenas os encargos relativos a insumos adquiridos, normalmente junto ao frigorífico, desconsiderando fatores como mão-de-obra, na maioria das vezes familiar, e os gastos gerais com energia elétrica, transporte, assistência técnica, depreciação de instalações e remuneração do capital. A assistência técnica e o transporte poderiam estar embutidos no custo dos insumos que o frigorífico fornece ao produtor ou ter seu valor reduzido ao preço pelo qual o frigorífico adquire suínos e frangos.

Tabela 38 - Custo de produção de frangos, em porcentagem

Pintos, rações, medicamentos e outros (pagos ao frigorífico)	90,00%
Despesas financeiras e gás	4,50%
Mão-de-obra e depreciação	5,50%
Soma	100,00%

Fonte: CEAG/SC

A CEAG/SC analisando a formação do custo de produção detectou, percentualmente, para os produtores agrícolas, os dados da Tabela 38.

Deve-se observar que, na distribuição da receita supra, não consta a amortização de empréstimos. Segundo a CEAG/SC, a avicultura não gera lucros, computando-se todos os custos inerentes à produção. Como o produtor não considera os custos de: a) mão-de-obra; b) depreciação; c) energia elétrica; d) despesas financeiras; e) gás; dentre outras mais, ele julga ter lucro. Os frigoríficos, em geral, costumam pagar um “excedente” ao produtor por cabeça entregue. Este “excedente”, em 1978, era de Cr\$ 0,70 a Cr\$ 1,00 e representaria o efetivo ganho de cada produtor.

O fato do custo de produção sobrepujar a receita já havia sido detectado pelo Presidente da Associação Paranaense de Avicultura (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/10/1978), ao dizer “atualmente o produtor está entregando a ave para abatê-la à razão de Cr\$ 10,00 – 11,00/kg, com um custo de produção da ordem de Cr\$ 14,00”.

Um relatório da Sudesul já denotava haver problemas na repartição da renda gerada no setor agroindustrial, se bem que fizesse ressalva quanto ao mérito desenvolvimentista, visto este de forma genérica: “Não obstante pudessem ser identificadas falhas do ponto de vista das relações da indústria com os produtores quanto à fixação e a repartição dos rendimentos auferidos nos processos produtivos e quanto à ausência de poder de barganha dos avicultores, o mérito cabe, indubitavelmente, a alguns industriais que imprimiram a dinâmica no processo inovatório, concedendo-o com uma economicidade bastante satisfatória, vindo criar uma opção em um determinado momento de evasão econômica microrregional” (SUDESUL, 1978, v. I, p. 54).

É preciso, então, saber como o produtor continua no sistema. Entre 273 entrevistados, 261 pedem financiamento mais de uma vez ao ano; 146 pedem empréstimo para custeio e 121 atrasam as amortizações de empréstimos. Destes 121, 50 produtores recorreram ao frigorífico

para saldar seus compromissos, o que estaria a indicar a dependência em que eles se encontram, além de normalmente se descapitalizar. O produtor vende o que colheu além das necessidades para a sobrevivência própria e para abastecer sua produção, implicando isto que ele estaria financiando a produção de aves. A situação dos produtores integrados de suínos é muito semelhante. A pesquisa do CEAG/SC, anteriormente citada, detectou que também os produtores de suínos desconhecem a respectiva composição de custos e, quando a consideram, a exemplo do atrás mencionado com relação aos avicultores, não arrolam todos os itens componentes da sua produção. A pesquisa sofreu alguns problemas na coleta de dados. Por isto, o seu universo foi reduzido. Apesar disto, ela ainda apresenta dados importantes para efeitos analíticos. Os prejuízos ocorreram para os produtores quando eles venderam sua produção abaixo ou em torno do preço médio de Cr\$ 12, 10, conforme a Tabela 38.

Tabela 39 – Nº de produtores: lucro ou prejuízo, por classe de preço de suíno recebido

Classe de preços Cr\$	Nº de produtores com lucro	Nº de produtores com prejuízo
11,50 – 11,70	1	1
11,80 – 12,00	3	12
12,10 – 12,3	0	3
12,40 – 12,80	6	1
Soma	10	17

Fonte: Diagnóstico da indústria de frigoríficos de carnes e derivados de Santa Catarina, Ceag, 1978, p. 178.

O lucro auferido não está relacionado ao fato do produtor ser grande ou pequeno, pois a divisão entre grandes e pequenos era exatamente igual. Tampouco a ligação a um determinado frigorífico significa lucro ou prejuízo, pois produtores ligados a um mesmo frigorífico chegaram a situações diferentes. De forma geral, a integração de suínos apresenta resultados melhores do que a integração de aves. As razões para tal são:

- a) maior utilização de culturas próprias, permitindo um custo menor;

b) maior distância do frigorífico, o que permite que eles negociem fora da integração, elevando sua receita;

c) parte dos leitões é própria, o que reduz seu custo.

Os produtores recorrem, regra geral, a financiamentos: utilizam-nos para investimento em equipamento e instalações, ou para aquisição de matérias-primas e demais insumos.

A liquidação dos empréstimos não ocorre de forma tranquila. Examine-se o caso de um avicultor que toma um empréstimo para adquirir equipamentos e instalações, com capacidade para 12.000 aves, devendo pagar, com amortização do principal e juros, Cr\$ 45.500/ano, durante 10 anos. Um aviário pode produzir, no lapso de 12 meses, 5,5 vezes a sua capacidade, ou 66.000 aves. Cada frango deverá obter uma receita que tenha como componente uma parcela de amortização de empréstimo igual a Cr\$ 0,69.

Tabela 40 – Custo e preço unitário do frango

Frigoríficos	Custo/un do frango (1)	Amortização por frango (2)	Custo médio mínimo (1+2)=(3)	Pr. médio vigente (4)	Margem sem o custo do financiamento (4-1)=(5)	Margem com o custo do financiamento (4-3)=(6)
A	16,38	0,69	17,07	15,60	(0,78)	(1,47)
B	18,00	0,69	18,69	16,19	(1,81)	(2,50)
C	13,48	0,69	14,17	12,83	(0,65)	(1,34)
D	14,87	0,69	15,56	13,33	(1,54)	(2,23)
E	18,13	0,69	18,82	13,55	(4,58)	(5,27)
F	13,24	0,69	13,93	12,06	(1,18)	(1,87)
G	21,20	0,69	21,89	17,26	(3,94)	(4,63)

Fonte: Diagnóstico da indústria de frigoríficos de carnes e derivados de Santa Catarina, Ceag, 1978, p. 189.

A coluna “custo unitário do frango”, da Tabela 39, inclui o custo total de todos os produtores pesquisados, isto é, o custo de pintos, rações, mão-de-obra, encargos sociais, vacinas e medicamentos, despesas financeiras, energia elétrica e gás, dividido pela quantidade total de frangos entregues ao frigorífico no período de um ano, o que significa que as perdas ocorridas no processo estão computadas. A coluna 4 demonstra que, em média, considerada a amortização dos empréstimos, os produtores investigados teriam operado com prejuízo.

Os dados acima permitem observar que, computados todos os custos, considerando a média dos produtores, a atividade considerada isoladamente não atrai. Há, todavia, outras receitas que o produtor aufer e que são obtidas em decorrência da sua própria atividade, que permitem a ele continuar operando.

Hoje há uma tomada de consciência do homem do campo frente aos obstáculos que ele enfrenta para obter uma remuneração que lhe permita compensar, de forma satisfatória, o seu labor: “queremos que todos os projetos agropecuários sejam planejados conjuntamente com o homem do campo. Queremos ser ouvidos e participar das decisões, nos planos que nos dizem respeito” (AGRICULTORES DE IOMERÊ, 1980, mimeografado). Estas palavras são um mero reflexo de que as relações comerciais entre os produtores rurais e os compradores de sua produção não estão num nível que os satisfaça.

A insatisfação dos colonos talvez seja amainada pela necessidade de sobrevivência. Como os sistemas integrados de produção dão aos agricultores uma “certeza” de colocação de produção que os não-integrados não possuem, sendo estes submetidos a preços de comercialização de sua produção em patamar inferior aos pecuaristas que são produtores integrados, é natural que seja maior o contingente dos participantes dos sistemas integrados. Os engenheiros agrônomos talvez tenham demonstrado de forma simples e objetiva o que existe no sistema de fomento à produção, quando responderam ao convite à participação, lançado pelo Governador Konder Reis, dizendo: “... muitas vezes o agricultor está mais preocupado com a segurança do que com a rentabilidade de seus investimentos” (AEASC, 1980, p. 27).

Apesar do acima exposto, a evolução dos preços não acarreta prejuízo só para o produtor. Observe-se a evolução, em números índices, demonstrados na Tabela 40, de alguns dos preços recebidos e pagos pelos agricultores. Considerando a importância da região objeto

deste estudo no contexto estadual, serão usados os dados referentes ao Estado de Santa Catarina, os quais mostram não estar distorcidos da realidade.

Tabela 41 - Evolução de preços em números-índice, 1972-78

Mês/ano	Suínos vendidos pelos produtores	Ração balanceada para suínos	Frangos vendidos pelos produtores	Ração balanceada para aves	Milho vendido pelos agricultores	Soja vendida pelos agricultores
jan/72	100	100	100	100	100	100
dez/72	109	122	119	124	112	116
jan/73	117	138	118	128	106	130
dez/73	180	198	171	177	147	236
jan/74	189	210	186	196	159	230
dez/74	241	268	216	262	206	234
jan/75	247	306	202	277	226	234
dez/75	238	306	238	298	273	238
jan/76	253	312	240	317	282	244
dez/76	380	432	323	405	326	378
jan/77	424	418	339	457	323	430
dez/77	593	536	427	553	373	496
jan/78	724	566	469	594	485	524
jun/78	622	716	591	755	682	670

Fonte: CEPA/SC, 1978, p.90.

No período compreendido entre os anos de 1972 e 1977 nota-se ter havido uma evolução favorável aos produtores rurais. A análise dos preços auferidos na venda de sua produção de suínos quando comparada com a evolução dos preços de rações mostra que o valor dos suínos que correspondia ao índice 100 em janeiro de 1972 passou a corresponder ao índice 593 em dezembro de 1977 enquanto o preço das rações no mesmo período evoluiu do índice 100 para o índice 536 representando um diferencial de 10%.

Em 1978, a pecuária brasileira foi atingida pela ocorrência da peste suína africana. Boatos e verdades misturaram-se, a partir dos relatos da ocasião, afirmando que: criadores perderam toda a sua criação; o consumo de carne suína caiu; o preço da carne suína igualmente a partir de janeiro de 1978. Todavia os dados estatísticos dizem que naquele mês ocorreu um aumento de 22%.

Tabela 42 – Dados da integração frigorífico-produtor

CARACTERÍSTICAS	FRIGORÍFICOS							
	A	B	C	D	E	F	G	H
Tamanho da integração (número de participantes)	187	60	412	110	12	36	25	51
Relação produção integrada/produção total	96	96	98	96	16	78	50	60
Taxa de conversão alimentar	2,3	3,3	2,2	2,5	2,4	2,6	2,7	2,4
Taxa de mortalidade	2,7	3,1	2,7	3,8	2,2	3,6	2,4	2,1
Exclusividade no fornecimento de matéria-prima	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Exclusividade na compra de frango	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Lucratividade do produtor/kg de frango	Prejuízo	Prejuízo	Prejuízo	Prejuízo	Prejuízo	Prejuízo	Prejuízo	Prejuízo
Preço da ração/Cr\$	3,47	3,11	2,5	2,48	2,55	-	2,42	3,05
Distância dos produtores ao frigorífico em km	50/80	50	-	100	+/- 40	100	60/65	-
Capital social da empresa em Cr\$ 1.000,00	57.000	121.970	200.000	20.500	32.801	30.000	28.000	24.880
Capacidade de abate-cabeça/dia	100.000	18.000	112.000	40.000	25.000	16.000	12.000	36.000
Taxa de lucro do frigorífico (Lucro Operacional/Vendas)	4	1	9	1	1	-0,6	2	1
Fábrica de rações e/ou concentrados (tonelada/ano)	111.000	28.800	144.000	60.247	27.000	14.400	33.720	60.000
Tamanho do frigorífico/tamanho do sistema	0,21	0,07	0,46	0,12	0,01	0,04	0,03	0,06
Custo médio do frango p/ produtor, Cr\$	16,38	18	13,48	14,87	13,24	21,2	-	18,13
Produção média anual de frangos dos produtores integrados	85.035	64.200	65.641	93.230	73.728	57.600	26.416	77.343

Fonte: Diagnóstico da indústria de frigoríficos de carnes e derivados de Santa Catarina, Ceag/SC, 1978, p. 189.

No período entre janeiro e junho de 1978, o preço das rações evoluiu positivamente em 26%, enquanto o preço dos suínos recebidos pelos agricultores registrou uma queda de 14%.

Na Tabela 41, pode-se verificar a evolução desigual nos preços dos produtos agropecuários. Entre 1972 e 1977, o milho aumentou 373%, a soja 496%, enquanto o preço dos suínos subiu 593%, mostrando que os criadores foram beneficiados na relação receita x custos.

Para os avicultores, entre janeiro de 1972 e junho de 1978, o preço dos frangos aumentou 591%, contra 755% de aumento da ração balanceada, amplamente desfavorável cotejando-se as respectivas receitas contra os correspondentes custos. A perda, em números redondos, foi de 30% para a média desses produtores.

Uma visão ampla do sistema de produção integrado de frangos está na Tabela 42. Nela constam dezesseis dados de oito frigoríficos, o que dá uma idéia da operacionalidade do sistema. Merece destaque o fato de que todos os produtores integrados declararam ter prejuízo. As evidências, contudo, são de que isto deve ter sido superado considerando a continuação de tal sistema e o sucesso e prosperidade que representa para frigoríficos e produtores.

O progresso trazido pela industrialização

A produção industrial do Oeste de Santa Catarina aumentou de forma significativa especialmente quando confrontada com a do Estado de Santa Catarina, da Região Sul e do Brasil, todas medidas pelo conceito de valor adicionado - preços básicos, deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional, em R\$ do ano 2000, conforme os dados da Tabela 43. Nela estão os valores absolutos do PIB industrial gerado pelos territórios citados, devidamente deflacionados para o poder de compra da moeda em R\$ do ano 2000.

A data-base utilizada para tal análise foi o ano de 1920 quando a região do Oeste Catarinense estava engatinhando em termos econômicos. O produto interno bruto industrial, per capita, calculado para o ano de 2000, indica, sem embargo, que o Oeste Catarinense tinha um produto interno bruto industrial expressivo nesse ano, pois, enquanto o Brasil contabilizou um PIB per capita de R\$ 2.425; a Região Sul de R\$ 3.075; o Estado de Santa Catarina de R\$ 3.596; o Oeste Catarinense atingiu R\$ 3.750. Tais números demonstram a diversificação da economia regional, e o desenvolvimento industrial da região.

Tabela 43 - PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Ano	BR	R. Sul	SC	OC
1920	2.005.656	354.932	45.579	1.981
1939	8.787.817	1.131.051	179.867	7.484
1959	51.823.510	6.416.462	1.231.172	163.336
1980	314.594.019	51.133.137	12.666.279	1.704.615
2000	411.200.512	77.152.621	19.237.039	4.187.625
PIB per capita-2000*	2.425	3.075	3.596	3.750

* PIB per capita do setor industrial, calculado para o ano 2000

Fonte dos dados brutos: IBGE

A relação entre o PIB industrial do OC, e o de SC, da R. Sul e do Brasil, está demonstrada na Tabela 44, igualmente elaborada a partir dos dados brutos dos vários Censos do IBGE. Em 1920, o valor da produção industrial da região em estudo representava 4,35% da produção estadual, 0,56% da Região Sul e 0,10% do Brasil. Oitenta anos depois, no ano 2000, o Oeste Catarinense representava 21,77% do valor de Santa Catarina, 5,43% da Região Sul e 1,02% do Brasil.

Nesse intervalo de 80 anos, de 1920 até 2000, o Oeste Catarinense melhorou significativamente sua participação de forma comparativa. A relação OC/SC melhorou 400,87%, a OC/R. Sul 872,52% e OC/BR 931,11%.

Tabela 44 - PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos - % de participação do OC em relação aos demais territórios (R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional)

Território	1920	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1996	1999	2000	2000/1920
OC/SC	4,35	4,16	12,54	13,27	13,76	13,46	15,54	31,07	23,93	21,77	400,87
OC/R. Sul	0,56	0,66	2,39	2,55	2,86	3,33	3,60	9,09	5,70	5,43	872,52
OC/BR	0,10	0,09	0,32	0,32	0,37	0,54	0,54	1,70	1,08	1,02	931,11

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Outra evidência da performance altamente positiva está na Tabela 45, que demonstra a evolução percentual do PIB industrial para os territórios do OC, SC, R. Sul e Brasil, medidos pelo mesmo conceito de valor adicionado a preços básicos (deflacionado para o ano 2000). Computando-se a evolução no período 1920-2000, o PIB industrial do Brasil cresceu 20.402,04%, o da Região Sul 21.637,33, o de Santa Catarina 42.106,35%, cabendo ao Oeste a cifra de 211.299,26%, o que representa em torno de dez vezes mais do que o crescimento médio nacional. Mister se faz citar que parte dessa performance se deve ao fato do Censo inicial da série, em 1920, representar praticamente o alvorecer da região, quando a atividade industrial era incipiente. Mas, no acumulado desses oitenta anos, não há como negar que o setor industrial colaborou de forma significativa para o crescimento e desenvolvimento da região.

Todavia, nos anos mais recentes, mais precisamente a partir do Censo de 1996, o valor adicionado pela região em estudo decresceu e de forma significativa, além de ter ficado aquém dos valores contabilizados para os demais territórios.

Tabela 45 - PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos - Evolução percentual (R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional)

Território	1939/1920	1949/1939	1959/1949	1970/1959	1980/1970	1985/1980	1996/1985	1999/1996	2000/1999	2000/1920
BR	338,15	127,75	158,93	114,19	183,42	15,97	(14,57)	18,13	11,67	20.402,04
R. Sul	218,67	139,94	136,43	124,75	254,57	6,50	7,06	19,25	10,97	21.637,33
SC	294,63	187,83	137,81	143,10	323,20	(0,46)	35,36	(3,03)	16,25	42.106,35
OC	277,80	767,67	151,54	152,19	313,82	14,96	170,53	(25,30)	5,75	211.299,26

Fonte dos dados brutos: IBGE

Três décadas merecem citação pelo expressivo crescimento positivo:

a) 1949/1939, quando o PIB industrial do OC cresceu 767,67%, contra a média nacional de 127,75%;

b) 1980/1970, quando o aumento do OC foi de 313,82% e o Censo contabilizou para o Brasil 183,42%;

c) 1996/1985, período em que o PIB industrial brasileiro, calculado pelo valor adicionado, envolveu 14,57% e o da região em estudo evoluiu em 170,53%.

Por outro lado, os registros abaixo da média foram:

a) 1999/1996, período em que o PIB industrial do Brasil cresceu 18,13%, e o do OC reduziu-se em 25,30%;

b) 2000/1999, quando o Brasil cresceu 11,67% e o da região em estudo 5,75, praticamente a metade da média nacional.

Tais indicações merecem um debruçar-se sobre o problema por parte dos homens públicos.

Tabela 46 – Crescimento percentual do produto interno bruto do Oeste Catarinense, total e por setor da economia, anos de 1939 e 1980

Setor da economia	1939	1980	1980/1939
Total	94.017,17	5.214.443,95	5.446,27%
Agropecuária	65.155,88	2.074.809,81	3.084,38%
Indústria	7.483,79	1.704.614,71	22.677,41%
Serviços	21.377,50	1.435.019,44	6.612,76%

Fonte dos dados brutos: IBGE, R\$ (mil) de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

De todos os períodos analisados, considerando-se apenas o crescimento da região em estudo, merece destaque o desempenho da indústria entre 1939 e 1980, conforme demonstrado na Tabela 46, quando ela cresceu 22.677,41%, em face da média regional de 5.446,27%.

As unidades industriais da região já tiveram porte inferior em número de pessoas ao das congêneres estaduais e brasileiras. Hoje elas têm uma estrutura de pessoal muito próxima da média das empresas brasileiras.

Entre 1970 e 1975, de acordo com a Tabela 47, o número médio de pessoas/estabelecimento industrial no Oeste passou de 7,7 para 11,7 empregados, num incremento de 57%, enquanto no Estado de Santa Catarina verificou-se um aumento de 13,5 para 19,3 pessoas, representando 43% de acréscimo. Os dados contabilizados pelos Censos de 1980 e 1985 mostram aumento na média de pessoas por estabelecimento industrial para todos os territórios. No Censo de 1995 ocorreu uma redução da quantidade média de pessoas/estabelecimento para todos esses territórios, a saber: Brasil, 14,5; Região Sul, 13,3; Santa Catarina, 13,2 e Oeste Catarinense, 12,7; o que pode ser indicativo de processo de ajuste de estruturas de pessoal, possivelmente inchadas, as quais adequaram-se às efetivas necessidades, visando racionalizar custos e otimizar produtividade.

Tabela 47 – Nº médio de pessoas por estabelecimento ou unidade industrial

Território	1970	1975	1980	1985	1995
BR	16,4	20,6	25,3	27,0	14,5
R. Sul	12,0	16,9	22,3	25,5	13,3
SC	13,5	19,3	26,5	29,7	13,2
OC	7,7	11,7	17,6	20,6	12,7

Fonte dos dados brutos: IBGE

Uma boa visão da distribuição espacial das indústrias no Oeste Catarinense está na Tabela 48, na qual consta:

- a) total de unidades industriais recenseadas pelo IBGE;
- b) quantidade de pessoal ocupado;
- c) número médio de pessoal ocupado por unidade industrial.

Registra os dados dos 118 municípios do OC, relaciona os 30 principais em ordem decrescente de quantidade de estabelecimentos em 1995, e o total agregado para os demais 88 municípios; além dos dados de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Tabela 48 - OC 1970-1995: número de unidades industriais, pessoal ocupado e nº médio de pessoas/unidade industrial

Nº	Município	Número total de unidades industriais						Número de pessoal ocupado					Nº médio de pessoas				
		1995	% (*)	1985	1980	1975	1970	1995	1985	1980	1975	1970	1995	1985	1980	1975	1970
1	Chapecó	498	11,0	169	182	173	173	10354	5735	4523	2530	1127	20,8	33,9	24,9	14,6	6,5
2	Caçador	278	6,1	126	151	108	128	7710	7193	5398	3941	2409	27,7	57,1	35,7	36,5	18,8
3	Concórdia	220	4,8	108	117	120	121	6087	4349	3830	2106	949	27,7	40,3	32,7	17,6	7,8
4	Joaçaba	203	4,5	101	128	98	74	2235	2361	2560	1738	1083	11,0	23,4	20,0	17,7	14,6
5	Xanxerê	203	4,5	83	75	54	54	1737	1290	904	695	320	8,6	15,5	12,1	12,9	5,9
6	Videira	195	4,3	93	113	94	97	1365	2990	3354	1546	902	7,0	32,2	29,7	16,4	9,3
7	São Miguel do Oeste	186	4,1	100	102	108	91	1842	1420	1271	751	334	9,9	14,2	12,5	7,0	3,7
8	Maravilha	109	2,4	51	58	47	41	1489	337	508	314	191	13,7	6,6	8,8	6,7	4,7
9	Pinhalzinho	104	2,3	60	51	42	20	1123	404	438	297	126	10,8	6,7	8,6	7,1	6,3
10	São José do Cedro	98	2,2	39	49	60	39	612	301	525	411	176	6,2	7,7	10,7	6,9	4,5
11	Xaxim	95	2,1	54	53	50	48	2467	1397	1015	385	258	26,0	25,9	19,2	7,7	5,4
12	Fraiburgo	94	2,1	33	34	23	30	1318	1509	1014	724	494	14,0	45,7	29,8	31,5	16,5
13	São Lourenço do Oeste	86	1,9	52	60	61	44	1805	497	663	287	127	21,0	9,6	11,1	4,7	2,9
14	Cunha Porã	85	1,9	53	49	55	51	268	381	457	249	154	3,2	7,2	9,3	4,5	3,0
15	Capinzal	81	1,8	55	49	30	39	429	1878	1549	573	327	5,3	34,1	31,6	19,1	8,4
16	Palmitos	71	1,6	37	44	48	38	320	185	244	209	78	4,5	5,0	5,5	4,4	2,1
17	Guaraciaba	70	1,5	34	34	33	22	357	225	282	122	117	5,1	6,6	8,3	3,7	5,3
18	Itapiranga	60	1,3	65	60	70	61	1163	1178	856	702	231	19,4	18,1	14,3	10,0	3,8
19	São Carlos	59	1,3	29	30	29	28	426	180	261	152	56	7,2	6,2	8,7	5,2	2,0
20	São Domingos	58	1,3	32	23	28	22	278	213	352	229	125	4,8	6,7	15,3	8,2	5,7
21	Abelardo Luz	55	1,2	40	46	50	52	286	443	573	497	601	5,2	11,1	12,5	9,9	11,6
22	Ponte Serrada	54	1,2	50	61	50	45	440	957	1307	1009	637	8,1	19,1	21,4	20,2	14,2
23	Coronel Freitas	53	1,2	34	47	42	34	458	222	354	184	93	8,6	6,5	7,5	4,4	2,7
24	Seara	52	1,1	26	37	38	29	2122	961	700	457	210	40,8	37,0	18,9	12,0	7,2
25	Campo Erê	51	1,1	55	44	43	32	260	323	399	364	240	5,1	5,9	9,1	8,5	7,5
26	Herval d'Oeste	50	1,1	23	28	31	31	284	701	636	724	424	5,7	30,5	22,7	23,4	13,7
27	Descanso	48	1,1	30	34	53	43	276	214	295	205	92	5,8	7,1	8,7	3,9	2,1
28	Catanduvas	46	1,0	26	31	31	28	325	2158	1481	1169	845	7,1	83,0	47,8	37,7	30,2
29	Saudades	42	0,9	21	21	34	22	439	180	130	81	41	10,5	8,6	6,2	2,4	1,9
30	Nova Erechim	40	0,9	7	2	8	4	154	26	11	28	6	3,9	3,7	5,5	3,5	1,5
31-118	Demais	1195	26,3	513	596	625	556	9073	5019	6476	4643	3310	7,6	9,8	10,9	7,4	6,0
	Oeste Catarinense	4539	100,0	2199	2409	2336	2097	57502	45227	42366	27322	16083	12,7	20,6	17,6	11,7	7,7

(*) Porcentagem de participação referente ao ano de 1995. Fonte dos dados brutos: IBGE.

Há uma concentração industrial na região, pois as dez primeiras cidades do ranking respondem, em 1995, por 46% da quantidade de unidades industriais e por 60% do pessoal ocupado. O Oeste Catarinense teve um encadeamento muito bom de sua economia, pois a atividade do setor primário está prioritariamente voltada para a indústria frigorífica, formando um *cluster* de reconhecida e notória eficiência.

Evidência da importância das indústrias de carnes frigorificadas para a economia regional, especialmente na geração de postos de trabalho, está em Seara, que contabilizou, em

1995, a média mais elevada da região, com 40,8 pessoas por estabelecimento graças à indústria desse setor.

É preciso, todavia, mencionar que a industrialização do Oeste é mais recente do que o desenvolvimento de sua agropecuária. O Governo do Estado criou programas de desenvolvimento, destacando-se o da CODISC – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina, destinado à execução da política de desenvolvimento e expansão dos distritos ou áreas industriais do Estado. Outro instrumento que ajudou foi o PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas, em que o Governo Estadual participou acionariamente das mesmas. A região dispõe de infra-estrutura montada para receber novas indústrias. A iniciativa governamental buscou desconcentrar o setor secundário oestino, durante muito tempo dependente apenas da atividade que lhe permitiu crescer e desenvolver-se: a agropecuária!

Foi a implementação da suinocultura nos anos de 1960, com a introdução do porco tipo carne, bem como a avicultura, igualmente iniciada na mesma época, mas consolidada a partir de 1970, que permitiram que a frigorificação de carnes desse à região o empuxe em sua economia.

Capítulo 6

Fluxo de renda e sua distribuição

O fluxo de renda gerado pela região do Oeste Catarinense demonstra, consoante os dados dos Censos do IBGE, que a forma de remuneração praticada na agropecuária, de início, estava abaixo dos padrões praticados pelo resto do País, tendo deles se aproximado com o passar do tempo.

O Censo de 1940 registrou que os salários da agropecuária representavam 23,1% da produção do Brasil; 9,1% da Região Sul; 39,0% do Estado de São Paulo; 4,5% do Estado de Santa Catarina e apenas 2,9% do Oeste Catarinense, conforme demonstrado na Tabela 49. Enquanto o Estado de São Paulo destinou a tais salários 68,9% a mais do que a média do Brasil, a Região Sul remunerou seus trabalhadores com apenas 39% da média nacional; tendo o Estado de Santa Catarina destinado à media dos seus trabalhadores na agropecuária metade da porcentagem verificada na Região Sul; ficando o Oeste Catarinense com uma remuneração de apenas 66,0% da verificada no Estado de Santa Catarina ou apenas 12,7% da média nacional, sem esquecer que ela representava pífios 7,5% do valor recebido pelos trabalhadores na agropecuária do Estado de São Paulo. Isto indica que tais trabalhadores, em tese, tinham menor poder de compra do que seus patrícios de outras regiões; da mesma forma, o desenvolvimento do mercado não ocorria de forma similar às outras regiões, devido ao poder aquisitivo desse segmento da população.

Tabela 49 – Participação % salários/produção ou vendas – Censo 1940

	Brasil	R. Sul	SP	SC	OC
Agropecuária	23,1	9,1	39,0	4,5	2,9
Indústria	12,8	12,6	11,3	15,3	16,8
Comércio atacado e varejo	2,7	2,7	2,1	3,2	3,1

Fonte dos dados brutos: IBGE

A parcela dos salários no valor da produção/vendas da indústria e do comércio indica certa proximidade entre as práticas remuneratórias praticadas no Oeste Catarinense, comparativamente àquelas das demais regiões utilizadas para efeitos comparativos. No setor industrial, o OC destinava 16,8% do valor da produção para o pagamento de salários, sendo a média nacional de 12,8% e a estadual de 15,3%. No comércio, o OC destinava 3,1% do valor das vendas para salários, sendo a média nacional de 2,7% e a estadual de 3,2%. Desta forma, assumindo que os preços do Oeste Catarinense não estavam distanciados dos preços das demais regiões do Brasil, pode-se dizer, teoricamente, que os trabalhadores dos setores industrial e comercial do Oeste Catarinense tinham acesso aos mercados de forma muito similar à dos demais trabalhadores brasileiros.

Merece atenção a diferença das porcentagens dos salários na composição do valor da produção/vendas destinadas aos salários da agropecuária, indústria e comércio, nesse Censo de 1940. De acordo com as médias do Brasil, os salários representavam 23,1% das despesas da produção agropecuária; 12,8% das despesas de produção, o que corresponde, aproximadamente, à metade do valor da agropecuária; enquanto os salários do comércio eram apenas 2,7% do valor da receita de vendas, ou algo em torno de 10% do setor agropecuário e 20% da indústria.

Considerando que os insumos de produção e os preços de venda fossem aproximadamente os mesmos em todo o País, pode-se presumir que o diferencial de salários da agropecuária foi acumulado pelos produtores, os quais devem ter invertido tal montante na própria atividade, o que ajuda a entender a pujança da agropecuária do Oeste Catarinense. Cabe ressaltar que o setor agropecuário do OC, em 1939, era responsável por 69,3% do valor adicionado da região conforme dados da Tabela 16.

Tabela 50 - Participação % salários/produção ou vendas do OC em % – Censo de 1940

Detalhe	Caçador	Concórdia	Joaçaba*	Soma	Chapecó	OC
Agropecuária						
Produção	10,83	30,05	34,17	75,05	24,95	100,00
Salários	18,54	13,98	41,26	73,78	26,22	100,00
Indústria						
Produção	67,34	5,83	10,25	83,42	16,58	100,00
Salários	63,17	4,78	13,20	81,15	18,85	100,00
Comércio atacado e varejo						
Vendas	18,25	22,50	38,58	79,33	20,67	100,00
Salários	22,08	14,67	44,32	81,07	18,93	100,00
Total						
Produção	21,36	24,37	31,73	77,46	22,54	100,00
Salários	41,42	9,49	27,74	78,65	21,35	100,00

* Joaçaba à época denominava-se Cruzeiro.

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Formado originalmente por apenas dois municípios, Chapecó e Joaçaba, o Oeste Catarinense em 2006 era constituído por 118 municipalidades. Porém, em 1940, aproximadamente vinte anos após sua constituição oficial, os dois municípios originais passaram a quatro, pelo desmembramento de Joaçaba, dos municípios de Caçador e de Concórdia. A Tabela 50 demonstra a percentagem de produção/vendas e de salários correspondentes dos setores agropecuário, industrial e comercial de cada um dos quatro municípios. A coluna – Soma – representa o valor agregado de Caçador, Concórdia e Joaçaba, os três que originalmente constituíam Joaçaba, a fim de que se possa comparar a evolução de Chapecó e Joaçaba nos seus primórdios.

Analisando o total, nota-se que Chapecó respondia por 22,54%, cabendo ao município de Joaçaba (original, ou seja, com os territórios de Caçador e Concórdia agregados a ele), 77,46%. No item salários, que representa a renda gerada e distribuída à população ativa e participante de tal produção, Chapecó tinha 21,35%, cabendo 78,65% a Joaçaba (inclusos os valores de Caçador e Concórdia).

Desagregando tais valores por setor e por município, é relevante citar que Caçador dominava o setor industrial com 67,34% da produção total e 63,17% dos salários pagos do Oeste Catarinense.

O município de Joaçaba, isoladamente, ou seja, sem incorporar aos seus números os dos territórios dele desmembrados (Caçador e Concórdia), era o líder na agropecuária com 34,17% da produção e 41,26% dos salários da região; bem como no comércio com 38,58% das vendas e 44,32% dos salários.

No Censo de 1950, os dados de produção ou vendas do setor agropecuário não foram publicados. Por isto, na Tabela 51, é apresentada a porcentagem dos salários em relação ao total das despesas totais do setor. Agropecuária, indústria e comércio atacado e varejo são os setores com maior volume de transações e, nos três, os salários da região OC tiveram participação inferior ao dos demais territórios listados na Tabela 51, numa indicação de que o fluxo de renda distribuído às populações da região objeto do nosso estudo foram inferiores às remunerações distribuídas nas demais regiões do Brasil.

Tabela 51 – Participação % salários/produção ou vendas – Censo 1950

	Brasil	R. Sul	SP	SC	OC
Agropecuária(1)	50,1	30,9	55,4	16,4	8,7
Indústria	13,5	12,2	13,5	16,8	9,7
Comércio atacado e varejo	2,9	2,7	2,7	3,1	2,7
Mercado de crédito	18,9	22,5	16,9	23,1	32,7
Com de imóveis e valores mobiliários	11,5	8,7	12,9	1,3	21,1
Atividades auxiliares do comércio (2)	31,5	19,0	25,3	23,9	11,1
Serviços de alojamento e alimentação	7,4	6,6	5,9	6,7	4,7
Serviços de confecção e reparos	18,7	16,6	17,4	19,3	19,3
Serviços de higiene pessoal	22,2	18,8	20,2	16,1	9,4
Diversões e radiodifusão	23,9	17,7	22,4	15,7	14,4

(1) As porcentagens referem-se à relação salários/despesa total. O valor da produção ou vendas não foi divulgado.

(2) Inclui: corretagens, leiloeiros, aluguel de equipamentos, escritórios de contabilidade, etc.

Fonte dos dados brutos: IBGE

As demais atividades da Tabela 51 não tinham, na ocasião, materialidade para alterar o quadro determinado por agropecuária-indústria-comércio. Desconsiderando-se os dados do

mercado de crédito, comércio de imóveis e valores imobiliários, com porcentagem muito acima da média nacional e atividades auxiliares do comércio e serviços de confecção e reparos, que apresentaram valor muito próximo à média nacional, os demais itens (serviços de alojamento e alimentação; serviços de higiene pessoal; diversões e radiodifusão) tiveram porcentagens inferiores à média nacional.

Tabela 52 - Participação % salários/produção ou vendas do OC em % – Censo de 1950

Valores em Cr\$ 1000	Zona de Joaçaba (1)	Zona de Iguçu (2)	OC
Agropecuária (3)	7,9	14,2	8,7
Indústria	9,7	9,0	9,7
Comércio atacado e varejo	2,8	2,2	2,7
Mercado de crédito	34,2	13,4	32,7
Com de imóveis e valores mobiliários	21,9	0,0	21,1
Atividades auxiliares do comércio (4)	11,1	0,0	11,1
Serviços de alojamento e alimentação	4,0	6,8	4,7
Serviços de confecção e reparos	20,7	12,3	19,3
Serviços de higiene pessoal	9,6	8,3	9,4
Diversões e radiodifusão	13,1	29,9	14,4

(1) Por ocasião do Censo de 1950, estavam desmembrados de Joaçaba: Caçador, Capinzal, Concórdia, Piratuba, Tangará e Videira.

(2) A Zona de Iguçu correspondia ao território original de Chapecó, sem nenhum desmembramento.

(3) As porcentagens referem-se à relação salários/despesa total. O valor da produção ou vendas não foi divulgado.

(4) Inclui: corretagens, leiloeiros, aluguel de equipamentos, escritórios de contabilidade, etc.

Fonte dos dados brutos: IBGE

A Tabela 52 mostra a relação porcentual entre o valor dos salários e o valor da produção/vendas (exceto agropecuária, que está comparada com as despesas totais), de diferentes setores de atividade das regiões denominadas Zona de Joaçaba (formada por Joaçaba e os municípios dele desmembrados: Caçador, Capinzal, Concórdia, Piratuba, Tangará e Videira) e Zona de Iguçu (apenas Chapecó).

A diferença de porcentagem é muito variada entre os setores de atividade. Tal ocorre devido à maior ou menor participação da mão-de-obra na elaboração do respectivo produto ou serviço, além da diferença de remuneração devido ao grau de especialização, acadêmico ou mesmo informal, entre, por exemplo, lojistas (comércio atacado e varejo) e bancários e assemelhados (mercado de crédito), com 2,7% e 32,7%, respectivamente, na média da região.

É inegável a atual pujança de Chapecó como veremos posteriormente. Mas, em 1950, ou trinta e três anos após sua instalação, a Zona de Joaçaba detinha uma superioridade incontestada sobre a de Iguazu (Chapecó), como se pode comprovar pela geração de renda em ambas as regiões. Os dados da Zona de Joaçaba estão sempre muito próximos dos dados do Oeste Catarinense, que é uma média ponderada de ambas as regiões. Na Tabela 53, está demonstrado o quantum da renda era gerado em cada área.

Tabela 53 - Valor de produção/vendas e salários, em porcentagem, de vários setores de atividade, das regiões fisiográficas do Oeste Catarinense - Censo de 1950

Sector	Ítem	Zona de Iguazu	Zona de Joaçaba	Oeste Catarinense
Agropecuária	Despesa total (1)	13,2	86,8	100,0
	Salários	21,4	78,6	100,0
Indústria	Produção	10,4	89,6	100,0
	Salários	9,7	90,3	100,0
Comércio atacado e varejo	Vendas	13,5	86,5	100,0
	Salários	11,3	88,7	100,0
Mercado de crédito	Receitas	7,1	92,9	100,0
	Salários	2,9	97,1	100,0
Com de imóveis e valores mobiliários	Receitas	3,4	96,6	100,0
	Salários	0,0	100,0	100,0
Atividades auxiliares do comércio	Receitas	0,0	100,0	100,0
	Salários	0,0	100,0	100,0
Serviços de alojamento e alimentação	Receitas	22,1	77,9	100,0
	Salários	32,4	67,6	100,0
Serviços de confecção e reparos	Receitas	16,3	83,7	100,0
	Salários	10,4	89,6	100,0
Serviços de higiene pessoal	Receitas	12,0	88,0	100,0
	Salários	10,6	89,4	100,0
Diversões e radiodifusão	Receitas	8,0	92,0	100,0
	Salários	16,6	83,4	100,0

(1) Para o setor agropecuário não foi publicado o valor da produção ou vendas, apenas despesa total.

Fonte dos dados brutos: IBGE

A título exemplificativo: 13,5% das vendas do comércio atacado e varejo ocorriam na Zona de Iguazu, e 86,5%, na de Joaçaba, sendo que os salários representavam, respectivamente, 11,3% e 88,7% dos salários gerados por esta atividade no Oeste Catarinense.

Fato similar ocorreu nos demais setores de atividade, demonstrando a concentração do crescimento regional.

Verifica-se que o Oeste Catarinense aumentou muito a renda per capita a partir de 1970 quando comparamos seus dados com a média brasileira. Na Tabela 54, constam os dados médios do Brasil consoante os Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Os dados do Oeste Catarinense englobam, além do total do OC, os dados correspondentes aos territórios originais de Chapecó e Joaçaba. As microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê formam o Chapecó-original e as microrregiões de Concórdia e Joaçaba constituem o Joaçaba-original. O Oeste Catarinense como um todo tinha uma renda per capita que representava 60,2% da renda per capita média do Brasil em 1970, a qual passou a 77,4% em 1980; baixou para 74,8% em 1991, aproximando-se da média brasileira em 2000, quando chegou a 95,0%.

Tabela 54 - Renda per capita (índice) - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Sul	90,8	102,4	105,4	115,1
Santa Catarina	75,7	93,9	101,1	117,7
Oeste Catarinense	60,2	77,4	74,8	95,0
Chapecó original (inclui desmembramentos)	54,2	69,6	66,9	91,2
Joaçaba original (inclui desmembramentos)	69,4	91,4	88,0	100,7

Fonte dos dados brutos: IBGE.

As duas mesorregiões do OC, Chapecó e Joaçaba, aumentaram suas rendas per capita, do Censo 1970 para o Censo de 2000, respectivamente, de 54,2% para 91,2% e de 69,4% para 100,7%.

Na Tabela 55 estão demonstradas as porcentagens dos rendimentos gerados, conforme os dados dos Censos, para os dois municípios de origem do Oeste Catarinense. Chapecó e os municípios dele desmembrados respondiam, em 1970, por 54,6% dos rendimentos, passando a 58,0% em 2000, cabendo ao município de Joaçaba e os dele desmembrados o complemento dos rendimentos, ou seja, 45,4% em 1970 e 42,0% em 2000.

Tabela 55 - Rendimentos do OC em % para as mesorregiões de Chapecó e Joaçaba - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000
Oeste Catarinense	100,0	100,0	100,0	100,0
Chapecó original (inclui desmembramentos)	54,6	57,9	56,0	58,0
Joaçaba original (inclui desmembramentos)	45,4	42,1	44,0	42,0

Fonte dos dados brutos: IBGE.

A distribuição dos rendimentos gerados por cada uma das cinco microrregiões que compõem o Oeste Catarinense está demonstrada na Tabela 56.

Tabela 56 - Rendimentos do OC em % para as mesorregiões de Chapecó e Joaçaba - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000	2000/1970
Oeste Catarinense	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0
Chapecó	28,9	30,4	30,4	33,6	4,7
Concórdia	13,5	13,7	14,8	14,2	0,7
Joaçaba	31,9	28,5	29,2	27,7	(4,2)
São Miguel do Oeste	14,2	16,3	13,7	12,4	(1,8)
Xanxerê	11,5	11,3	11,8	12,0	0,5

Fonte dos dados brutos: IBGE.

As variações significativas que explicam o aumento na mesorregião Chapecó e a consequente redução na mesorregião Joaçaba devem-se, especialmente, ao ocorrido nas microrregiões Chapecó e Joaçaba. Os rendimentos gerados na microrregião Chapecó evoluíram, entre 1970 e 2000, de 28,9% para 33,6%, ou 4,7 pontos percentuais e na microrregião Joaçaba os rendimentos involuíram de 31,9% para 27,7%, ou 4,2 pontos percentuais. As variações verificadas na microrregião de Concórdia (pertencente à mesorregião Joaçaba), São Miguel do Oeste e Xanxerê (pertencentes à mesorregião Chapecó) não foram suficientes para alterar o efeito gerado nas microrregiões Chapecó e Joaçaba.

Comparando-se a renda per capita das mesorregiões Chapecó e Joaçaba com a do Estado de Santa Catarina, entre 1970 e 2000, fica evidente a vantagem para Joaçaba, apesar da tendência ascendente da renda per capita de Chapecó, que evoluiu de 71,6% para 77,5% da renda per capita de SC, enquanto a de Joaçaba decresceu de 91,6% para 85,6%. Importante

salientar que, em valores deflacionados, a renda per capita de SC aumentou em 448%, o que representa, igualmente, um crescimento para ambas as regiões.

Tabela 57 - Renda per capita do Oeste Catarinense/mesorregiões x SC –
Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000
Santa Catarina	100,0	100,0	100,0	100,0
Oeste Catarinense	79,5	82,4	74,0	80,7
Chapecó (mesorregião)	71,6	74,1	66,2	77,5
Joaçaba (mesorregião)	91,6	97,3	87,0	85,6

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Desagregando os dados da Tabela 57 para as mesorregiões do OC, o que está na Tabela 58, fica evidente que se, em 1970, a melhor renda per capita estava na microrregião Joaçaba, com 97,7% da renda per capita estadual, em 2000, a primazia era de Concórdia, com 93,3%.

Tabela 58 - Renda per capita do Oeste Catarinense/microrregiões x SC –
Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000
Santa Catarina	100,0	100,0	100,0	100,0
OC	79,5	82,4	74,0	80,7
Chapecó	76,7	77,5	69,5	83,8
Concórdia	80,0	90,2	88,1	93,1
Joaçaba	97,7	101,2	86,5	82,2
São Miguel do Oeste	64,6	69,0	57,2	65,2
Xanxerê	69,3	73,3	70,3	76,3

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Mas o crescimento da renda das mesorregiões precisa ser acelerado caso Santa Catarina e o Oeste Catarinense pretendam ombrear-se àquele que é o Estado mais desenvolvido no Brasil, São Paulo. E tal parece estar ocorrendo, pois, em 1970, o Oeste Catarinense exibiu 34,0% da renda per capita de São Paulo; em 2000, ela era de 64,0%, ou seja, eliminou cerca da metade da diferença. O próprio Estado de Santa Catarina, que tinha 42,7% da renda per capita de São Paulo, contabilizou 79,3% dela no ano 2000, de acordo com os dados da Tabela 59. Pressupondo que a velocidade de crescimento de ambas as economias

mantenha-se no ritmo apresentado no período analisado, é possível que, em igual intervalo de tempo, 30 anos, SC ostente renda per capita similar e, por conseqüência, o OC siga os mesmos passos em espaço de tempo não muito diferente.

Tabela 59 - Renda per-capita do Oeste Catarinense/mesorregiões x São Paulo - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Estado de Santa Catarina	42,7	58,2	61,1	79,3
Oeste Catarinense	34,0	47,9	45,2	64,0
Chapecó (mesorregião)	30,6	43,1	40,4	61,4
Joaçaba (mesorregião)	39,2	56,6	53,1	67,8

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Esta possibilidade evidencia-se através dos números-índice de crescimento das rendas per capita dos territórios analisados, conforme Tabela 60. Tomando-se o ano de 1970 como base, o Brasil apresenta um índice de 353,0, em 2000, São Paulo 295,7, enquanto o OC e todas as suas meso e microrregiões apresentaram números-índice superiores, cabendo à mesorregião de Chapecó 593,6 e à mesorregião de Joaçaba 512,1. Dentre as microrregiões, Concórdia apresentou o melhor desempenho com 638,3.

Tabela 60 - Índice de evolução da renda per capita - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000
Brasil	100,0	239,3	206,1	353,0
Região Sul	100,0	270,0	239,4	447,7
Estado de São Paulo	100,0	218,0	192,5	295,7
Estado de Santa Catarina	100,0	296,8	275,2	548,5
Oeste Catarinense	100,0	307,6	256,1	556,9
Chapecó (mesorregião)	100,0	307,1	254,3	593,6
Joaçaba (mesorregião)	100,0	315,2	261,3	512,1
Chapecó (microrregião)	100,0	299,9	249,5	599,4
Concórdia (microrregião)	100,0	334,8	303,2	638,3
Joaçaba (microrregião)	100,0	307,4	243,6	461,3
São Miguel do Oeste (microrregião)	100,0	316,9	243,5	553,6
Xanxerê (microrregião)	100,0	314,0	279,3	603,7

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Considerando que: a) a terra, economicamente também chamada de recursos naturais, é um bem escasso e muito valioso para o desenvolvimento econômico; b) a mesma disponibilidade de recursos e de geração de produto para os diferentes territórios em análise; a Tabela 61 nos indica que SC e o OC tendem a aproximar-se da renda per capita paulista nas próximas décadas. A tabela mostra a geração de rendimentos por km² de cada território nos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 61 - Rendimentos gerados/km² - Censos de 1970, 1980, 1991, 2000

Território	1970	1980	1991	2000	2000/1970
Brasil	911,86	2.788,37	2.962,05	5.868,39	643,6%
Região Sul	2.211,13	6.888,69	7.100,77	15.066,60	681,4%
Estado de São Paulo	10.559,85	32.434,97	36.135,15	65.072,13	616,2%
Estado de Santa Catarina	1.918,80	7.120,92	8.265,86	19.426,35	1012,4%
Oeste Catarinense	1.370,43	5.264,88	4.947,23	11.429,85	834,0%
Chapecó (mesorregião)	1.351,89	5.503,50	4.999,76	11.979,25	886,1%
Joaçaba (mesorregião)	1.393,42	4.968,74	4.882,05	10.748,01	771,3%
Chapecó (microrregião)	1.776,86	7.165,56	6.753,53	17.228,40	969,6%
Concórdia (microrregião)	1.614,56	6.273,01	6.387,45	14.204,71	879,8%
Joaçaba (microrregião)	1.316,99	4.517,94	4.361,74	9.553,27	725,4%
São Miguel do Oeste (microrregião)	1.256,48	5.548,24	4.398,85	9.163,87	729,3%
Xanxerê (microrregião)	897,87	3.361,46	3.307,63	7.805,89	869,4%

Fonte dos dados brutos: IBGE.

Em 1970, os rendimentos gerados/km² no Estado de Santa Catarina precisavam crescer 5,5 vezes para igualar-se aos do Estado de São Paulo, tendo se reduzido a 3,3 vezes em 2000; enquanto os do Oeste Catarinense precisavam crescer, nas mesmas datas, 7,7 e 5,7 vezes para igualmente gerar os mesmos rendimentos. Os valores absolutos deflacionados para o ano 2000, de São Paulo, Santa Catarina e Oeste Catarinense, foram respectivamente:

- em 1970, R\$ 10.559,85, R\$ 1.918,80 e R\$ 1.370,43;
- em 2000, R\$ 65.072,13, R\$ 19.426,35 e R\$ 11.429,85.

Evidente que para aproximar-se mais de São Paulo e, mesmo igualar-se, é preciso que o SC e OC cresçam mais do que as taxas futuras que São Paulo venha a obter. É uma questão

de oportunidade e risco. Oportunidade pela qualidade dos recursos naturais que tem e risco caso não cativem novos investimentos e não forme quadros de pessoal altamente qualificado.

Cabe aos setores público e privado trabalhar irmanados para tal objetivo. Políticas públicas que privilegiem investimentos geradores de empregos e com alto grau tecnológico poderão levar à melhoria dos rendimentos não só por km², como, igualmente, per capita, o que pode ser uma alavanca estimuladora para o aumento do mercado de bens e serviços.

Conclusão

A Coroa Portuguesa ampliou em muito suas fronteiras na América do Sul pela apropriação de terras que não lhe pertenciam, não somente as do Oeste Catarinense, como também de outras regiões, inicialmente através da ocupação *de facto*, e posteriormente pela efetivação *de jure*. Os espanhóis, de forma cordata, cederam o que lhes pertencia, talvez por não conhecerem a extensão do que estava em jogo e nem as riquezas naturais lá existentes.

A análise da evolução econômica e social que foi feita tem início efetivo no limiar do século XX quando a construção da ferrovia se mostrou iminente.

Alguns fatores demonstraram a importância da conjuntura institucional e do que ela pode representar para os negócios em geral. O que notamos foi que a falta de determinação das organizações jurídicas, institucionais, administrativas e sócio-econômicas então prevalentes não deram à região a tranquilidade de que ela precisava para desenvolver-se. Da mesma forma que ocorre hoje quando o preceito da lei não é devidamente respeitado, abrem-se oportunidades para que os mais ousados afirmem privilégios que, em situações de normalidade, não teriam.

O cenário da construção da ferrovia e do movimento do Contestado mostra esta realidade. Pode-se notar quão importante é, para que os empreendedores possam cumprir sua missão, que o Estado seja um eficiente agente regulador das relações econômicas, jurídicas e sociais. Quando ele não consegue organizar-se e organizar a sociedade de tal forma que cada indivíduo tenha seus direitos respeitados, instaura-se um clima de insegurança coletiva que provoca falta de confiança nas instituições.

O inconsciente coletivo instável é a matéria-prima que alimenta os movimentos insurrecionais. Tal não foi diferente no movimento do Contestado. Mas o Governo agiu, após

certo vacilo inicial, e acabou por impor a ordem. Serenados os ânimos, construída a ferrovia, apenas restou a pendência dos títulos de propriedade das terras. Este problema estendeu-se por décadas. Mesmo assim, a região progrediu. A economia, de início extrativista, passou a desenvolver-se calcada em atividades agrícolas e pecuárias.

As atividades econômicas inicialmente visavam à subsistência dos grupos familiares. Estas atividades foram se ampliando e transformando-se em pequenos negócios que prosperaram à medida que o tempo passava. Novas vilas e cidades eram erigidas, com o conseqüente aumento de população. Mercados surgiam, solicitando serem abastecidos e os existentes cresciam. As empresas aproveitaram este desenvolvimento e foram tomando corpo até tornarem-se complexos industriais de projeção nacional e até internacional.

Produtora agrícola por excelência, a região aproveitou-se, durante muitos anos, do seu clima e solo para sobressair-se no cenário nacional. O agronegócio permitiu, talvez até exigiu, que empresas mecânicas surgissem para produzir máquinas agrícolas, gerando mais e mais oportunidades de negócios e emprego.

Olhando o mapa econômico recente da região, nota-se a desconcentração econômica que inicialmente estava apenas no entorno dos pólos econômicos dos anos 50, que eram Chapecó e Joaçaba. A região não abandonou as atividades do setor primário da economia, mas se desenvolveu também nos setores secundário e terciário.

Até 1970, as oportunidades educacionais eram limitadas aos colégios técnicos e a formação acadêmica de nível universitário só poderia ser feita fora dos limites regionais. Hoje há uma proliferação de faculdades e universidades, ampliando oportunidades aos jovens, formando profissionais na própria região, colaborando para o contínuo desenvolvimento de pessoas e empresas.

Independente das qualificações acadêmicas que tivessem os primeiros desbravadores e os demais empreendedores que os sucederam, eles demonstraram saber aliar os escassos recursos financeiros de que dispunham aos recursos naturais que a região lhes oferecia. Embasada nestes negócios, a região foi crescendo e os dois municípios iniciais subdividiram-se em cento e dezoito. Cada um deles cuidando dos problemas que lhe dizem respeito. Mas, também, cada um deles com todo o custo que a estrutura de governo executivo e legislativo municipais gera com suas várias secretarias e câmaras de vereadores.

Podemos dizer que a economia do Oeste Catarinense, em regras gerais e para o universo de dados analisados, segue o modelo de David Ricardo exposto no Cap. 1. De forma sumariada, o confronto entre o pregado por David e o verificado no Oeste Catarinense, concluímos que:

- a) O crescimento econômico necessita que haja acumulação de capitais; pois estes permitiram os incrementos na produção agrícola e a passagem da economia meramente agrícola e pecuária para a agroindústria.
- b) O nível de lucros da economia foi que permitiu a formação de poupança para os investimentos.
- c) Tal como ensinou Ricardo, lucros e salários monetários variam em sentido inverso entre eles. Toda vez que há aumento de salários, os lucros diminuem;
- d) No Oeste Catarinense, ocorreu crescimento de população e concentração de capitais; por isso a economia buscou transacionar fora dos seus limites o que fez com que as empresas de ponta dos setores agrícola e mecânico crescessem e elevassem o seu grau tecnológico.

A análise pela ótica de Rostow exige lembrar que a economia é regional e que as 5 etapas do modelo de desenvolvimento proposto por ele devem ser tomadas com cautela, pois

o Oeste Catarinense é apenas um microcosmo da economia brasileira ou de qualquer outra economia nacional, para as quais imaginemos que Rostow tenha elaborado seu modelo.

A sociedade era tradicional no início do século XX, pois as funções de produção eram limitadas, tecnologia rudimentar e mão-de-obra não treinada adequadamente. Tudo era novidade e exigia decisões. Mesmo assim, ocorreu aumento do volume de produção e de área; inovações tecnológicas foram introduzidas, gerando aumentos de produtividade. Conseguiu acumular condições para o arranco pelas vendas destinadas a mercados nacionais e internacionais, pois exigiam aumentos constantes de qualidade dos produtos. Outra evidência de que se preparava para o arranco foi o crescimento da renda média ao longo do período analisado. Pode-se dizer que o OC efetuou, parcialmente, ou que está fazendo, paulatinamente, seu arranco como descrito por Rostow.

Celso Furtado usa dois pontos para sua análise de desenvolvimento econômico. Para ele, quando ocorre aumento de produtividade do trabalho e há distribuição e utilização do produto social, há desenvolvimento econômico, o que fica evidente no estudo realizado na região sob análise.

Em Caio Prado, encontramos alguns pontos indicativos de que o Oeste Catarinense desenvolveu-se. A análise dele é marcada por pontos de nacionalismo forte e de insubordinação aos capitais estrangeiros. Adaptando-se tais pensamentos à realidade regional, fica muito difícil equacionar a problemática da captação de recursos quando os externos à nossa área de atuação não devem ser tomados sob risco de ingerência.

Da mesma forma que ocorre no resto do País, o Oeste Catarinense tem sua parcela de Custo Brasil.

Mas isto não impediu que o OC se desenvolvesse como tem ocorrido até agora.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia agrícola**. O setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALBUQUERQUE, M. M. de. **Contestado: distorções e controvérsias**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

ALDANA, R. A. **Dialética do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ALMEIDA, F. L. de; FERNANDES, F. R. C. (Coords.). **A economia clássica: textos de Smith, Ricardo e Malthus**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

ALMOND, G. A.; COLEMAN, J. S. (Coords.) **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1969.

AMARP-ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE. **Termos de referência para o processo de planejamento microrregional**. Caçador: Ed. do Autor, 1977.

AMEOSC-ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA. **Termo de referência para a micro-região do extremo oeste**. Chapecó: Ed. do Autor, 1970.

AMMOC-ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE. **Estudo preliminar para um plano de desenvolvimento integrado dos municípios do meio oeste catarinense**. v. 1, Os recursos básicos e o resultado da ocupação. Joaçaba: Ed. do Autor, 1961.

_____. **Fórum de desenvolvimento da região do meio-oeste catarinense**. Joaçaba: AMMOC, 2001. (Folheto, 6 p.).

AMOSC-ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Boletim Oficial: "Especial" Estatística**. Chapecó: Ed. do Autor, 1979.

AZEVEDO, F. **Um trem corre para o oeste**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAIROCH, P. **Revolução industrial e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: LCE, 1972.

BANCO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Santa Catarina e a zona oeste**. Porto Alegre: Emma, 1968.

BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. **Fundação de Itapiranga**. Itapiranga, BMI, s/ data. (mimeografado, 29 p.)

BORDIGNON, G. A. **Municípios catarinenses**. Joaçaba. Ed. do Autor, 1968.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. **Desempenho da economia da região sul**. 1º semestre de 1979. Porto Alegre: Sudesul, 1979.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. **XII Sondagem conjuntural**. Indústria de transformação. Porto Alegre: Editôra Pallotti, 1979.

CABRAL, O. R. **A campanha do contestado**. 2. ed. revisada. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina.** Suas legislaturas e legisladores – 1835 a 1974. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

_____. **História de Santa Catarina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____ et al. **Povo e tradição em Santa Catarina.** Florianópolis: Edeme, 1971.

CASTRO, A. B. de, **7 ensaios sobre a economia brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

CCO-28º JASC. **Joaçaba:** síntese histórica. Joaçaba: Ed. do Autor, 1988.

CEPA/SC-COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. **Estudos básicos para o planejamento do desenvolvimento agrícola e rural de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1978.

CEAG/SC-CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. **Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina.** Florianópolis, Ed. do Autor, 1978.

_____. **A indústria da soja em Santa Catarina:** análise técnico-econômica. Florianópolis: Ed. do Autor, 1976.

CIMADON, A.; LIMA, L. G. (Orgs.). **Caracterização da região da Femoc-Federação das Fundações Educacionais do Meio-Oeste Catarinense:** subsídios para uma proposta educacional. Joaçaba: Evangraf, 1984.

CODESC-COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Perfil 78/79 da economia catarinense.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1977.

COPÉRDIA-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA LTDA. **Relatório Copérdia 1979.** Concórdia: Ed. do Autor, 1980.

COSTA, A. F. da. **O oeste catarinense:** visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas, 1929.

D'ÊÇA, O. **Aos hespanhóis confinantes.** Florianópolis: Moderna, 1929.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Desestimulado o suinocultor está se desfazendo das matrizes.** Chapecó, ano 1, n. 205, 31/07/80.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista.** 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUQUE, H. **As contradições no desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

ELETROSUL; ELETROBRÁS. **Bacia do rio Uruguai:** revisão do inventário hidrenergético: estudo. Porto Alegre: Ed. do Autor, 1979. 16 p.

ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo: IPE/FEA/USP, v. 21, nº 3, set.-dez./91.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA. **Seminário socioeconômico de Santa Catarina:** documento básico e final. Florianópolis: Ed. do Autor, 1960. (mimeografado).

FUNDAÇÃO DE TURISMO DO VALE DO CONTESTADO, CONTTUR. **Vale do Contestado:** conheça o coraçãoturístico de Santa Catarina. Caçador: Visare, 2002.

FUNDAÇÃO IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros:** vol. XXXII, Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1959.

_____. **Sinopse estatística:** Santa Catarina 1971. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1971.

_____. **Joaçaba:** edição comemorativa do Cinquentenário de criação. Joaçaba: Ed. do Autor, 1979.

- _____. **Sinopse estatística do município de Joaçaba.** Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1951.
- _____. **Censos.** Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1908 a 2002.
- FUNDAÇÃO ITEP. **Boletim conjuntural.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1980.
- _____. **Diagnóstico da economia catarinense.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1979.
- _____. **Municípios catarinenses: alguns dados básicos.** Florianópolis, Ed. do Autor, 1977.
- _____. **Novas estimativas do produto interno bruto, 1970/77.** Florianópolis, IOESC, 1980. (mimeografado, 10 p.)
- _____. **Números de Santa Catarina.** Florianópolis: IOESC, 1977.
- FUOC-FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO OESTE CATARINENSE. **Estudo da viabilidade técnica e financeira para instalação de curso de nível superior em Joaçaba.** Florianópolis: Udesc, 1969.
- FURTADO, C. **Análise do 'modelo' brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **Formação econômica do Brasil.** 10. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1970.
- _____. **O capitalismo global.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1980.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.
- GAERTNER, C. A politicagem e o contestado. **Revista Blumenau em cadernos.** Blumenau, n. 1, jan./76.
- _____. A campanha do Contestado: o manifesto monarquista. **Revista Blumenau em cadernos.** Blumenau, n. 6, jun./73.
- _____. O contestado e a colonização. **Revista Blumenau em cadernos.** Blumenau, n. 9, set./73.
- GALBRAITH, J. K. **O novo estado industrial.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- GARÓFALO, G. de L. **Transporte aéreo no Brasil: análise do mercado de passageiros e algumas implicações econômicas.** São Paulo: USP, 1972. (súmula, mimeografado).
- GRIFANTE, V.; BENEDETTI, I. M. S. (Orgs.), **Histórico de Videira – SC.** 1. ed. Videira: Gráfica Perdigão, 1978.
- GRUPO RENAR. **Maçãs Renar.** Fraiburgo: Renar, 1974. (folheto).
- HALLOWELL, J. H. (Coord.) **Desenvolvimento, para quê?** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.
- HARCOURT, G. C.; LAING, N. F. **Capital e crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Interciência, 1978.
- HARTMANN, I. N. Treze Tílias. **Revista Blumenau em cadernos.** Blumenau, n. 11, ago./67.
- HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956.** Chapecó: Grifos, 1999.
- HEIMANN, E. **História das doutrinas econômicas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HEINEN, L. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sociopolíticos, econômicos e religiosos.**

HEINSFELD, A. **A região em perspectiva.** Diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.

_____. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe-SC.** Joaçaba: Unoesc, 1996.

HENDERSON, J. M. e QUANDT, R. E., **Teoria microeconômica.** São Paulo: Pioneira, 1976.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno.** Um estudo da produção mecanizada. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Desenvolvimento de sistemas de cadeias de alimentos frigorificados para o Brasil.** Brasília: IPEA, 1973. (Ipea – Série 5 Estudos para o planejamento).

_____. **Variações climáticas e flutuações da oferta agrícola no centro-sul do Brasil.** Vol. I – Relatório da Pesquisa. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1972.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

KALECKI, M. **Introdução à teoria do crescimento em economia socialista.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money.** London: Royal Economic Society, 1976.

_____. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

KUSNETZ, S. **Aspectos quantitativos do desenvolvimento econômico.** 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** São Paulo. Hucitec, 1977.

LAGO, P. F. **Santa Catarina - Dimensões e Perspectivas.** Florianópolis: UFSC, 1978.

_____. **Aspectos da evolução e de problemas do extremo oeste catarinense:** Itapiranga. Florianópolis, UFSC, 1980.

LEKACHMAN, R. **História das idéias econômicas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

LIONS CLUBE DE JOAÇABA. **Programa da XII Convenção Distrito L-23: 25 anos de Leonismo.** Joaçaba, 1984. (Programa-livreto com dados econômicos, 20 p.)

MAGALHÃES, B. **Expansão geográfica do Brasil colonial.** 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MAGALHÃES, J. P. de A. **Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ:Ed. UFRJ, 1996.

MARSHALL, A. **Elements of Economics: 1st vol.** Elements of economics of industry. 3rd ed. London: MacMillan, 1901.

_____. **Principles of economics.** 3rd ed. London: MacMillan, 1898.

MATTOS, F. M. **A industrialização catarinense.** Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

_____. **Santa Catarina.** Nova Dimensão. Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

- _____. **Santa Catarina, tempos de angústia e esperança.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1978.
- MCQUEEN, M. **Teoria econômica do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MELO, C. **Os ciclos econômicos do Brasil.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MESAROVIC, M.; PESTEL, E. **Momento de decisão.** O segundo informe ao Clube de Roma. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- MYRDAL, G. **Subdesenvolvimento.** Brasília: Coordenada, 1970.
- NURSKE, R. **Problemas de formação de capitais em países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1957.
- OLINGER, G. (coord.) **Agricultura, diagnóstico e prioridades.** Florianópolis: Secr. Agricultura, 1967. (mimeografado, 16 p.)
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- PASCOAL, L. J. **Discurso feito pelos agricultores de Iomerê, por ocasião do dia do agricultor, 25-07-80.** Videira: 1980. (mimeografado).
- PASOLD, C. L. **Jorge Lacerda: Uma Vida Muito Especial.** Florianópolis: Editora OAB/SC, 1998.
- PAZ P.; RODRIGUES O. **Modelos de crescimento econômico.** Rio: Fórum-ILPES/ONU, 1972.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil.** 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- PEDRINI, N. **Pedra Lisa.** Como tudo aconteceu. Florianópolis: Papa-Livro Editora, 2001.
- PELUZZO Jr.; VICTOR A. **Aspectos da população e da imigração no estado de Santa Catarina.** Rio: Laudes, 1970.
- _____. **Latifúndios e minifúndios no estado de Santa Catarina.** Florianópolis, UFSC, 1962. (apostila).
- PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina.** Porto Alegre: BRDE, 1982.
- _____. Elementos básicos da cultura catarinense. In: SILVA, J. B. F. da et al. **Fundamentos da cultura catarinense.** Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 21-48.
- PORTER, MICHAEL E. **A vantagem competitiva das nações.** Rio: Campus, 1989.
- PROUDHON, P. J. **O que é a propriedade?** 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE. **Água Doce.** Água Doce: Ed. do Autor, 2000. (Folheto, 8 p.).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **Caçador: a capital industrial do Oeste Catarinense, um perfil aos 60 anos.** Caçador, Ed. do Autor, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL. **30 anos de emancipação político-administrativa.** Capinzal: Ed. do Autor, 1979. (Publicação).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Álbun do Cinquentenário: documento histórico.** Chapecó: Ed. do Autor, 1967.
- _____. **Isto é Chapecó: a capital do Oeste catarinense.** Chapecó, Ed. do Autor, 2000. (Folheto, 16 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA. **Boletim oficial de Concórdia**. Concórdia, Ed. do Autor, 1980.

_____. **46º aniversário de Concórdia**. Concórdia, PMC, 1980. (Folheto, 8 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ. **Realizações da administração Rampi-Kreuz**. Cunha Porã: Ed. do Autor, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE. **Dados históricos, econômicos e políticos**. Herval d'Oeste: Ed. do Autor, sem data (folheto).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. **Plano diretor físico-territorial**. Florianópolis: IOESC, 1979.

_____. **Itapiranga, dados históricos**. Itapiranga: Ed. do Autor, 1979. (mimeografado, 10 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA. **Estrutura sócio-econômica do município de Joaçaba**. Joaçaba: Ed. do Autor, 1975.

_____. **Joaçaba em nova dimensão**. Joaçaba: PMJ, 1983. (Folheto, 8 p.)

_____. **Pesquisa da mão-de-obra na indústria da comarca de Joaçaba**. Joaçaba: Ed. do Autor, 1973.

_____. **Joaçaba: 61 anos de progresso e desenvolvimento**. Joaçaba: Ed. do Autor, 1978.

_____. **Joaçaba: centro polarizador do meio oeste**. Joaçaba: Ed. do Autor, 1973. (mimeografado, 19 p.)

_____. **Pesquisa da mão-de-obra na indústria da comarca de Joaçaba**. Joaçaba: Ed. do Autor, 1973. (mimeografado, 31 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS. **Palmitos, 1954-1979: jubileu de prata**. Palmitos: Ed. do Autor, 1979. (Folheto, 6 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO. **Pinheiro Preto: berço do vinho catarinense**. Pinheiro Preto: Ed. do Autor, 1982. (Folheto, 8 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA. **Relatório de dados gerais e reivindicações para o setor rural do município, destinado ao Programa de Implantação de Infra-estrutura Agrícola**. Ponte Serrada: Ed. do Autor, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS. **Esboço histórico do município de Rio das Antas**. Rio das Antas: Ed. do Autor, s/ data. (mimeografado).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO D'OESTE. **São Lourenço d'Oeste: 20º aniversário**. São Lourenço d'Oeste: Ed. do Autor, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS. **Treze Tílias: Dreizehinden, o tirol brasileiro**. Treze Tílias: Ed. do Autor, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. **Videira: expoente máximo do vinho e da beleza...** Videira: Ed. do Autor, 1978. (Folheto, 24 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ. **A cidade que mais cresce no oeste catarinense**. Xanxerê: Ed. do Autor, 1977.

_____. **Boletim oficial: especial 24º aniversário**. Xanxerê: fev. 1978.

_____. **Boletim oficial: Xanxerê 24º anos**. Xanxerê: fev. 1980.

- _____. **Xanxerê, dados históricos.** Xanxerê, Ed. do Autor, 1979. (mimeografado, 11p.)
- QUEIROZ, A. M. **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba.** Joaçaba, Ed. do Autor, 1967.
- _____. **25 anos de JASC: Joaçaba sempre presente.** Joaçaba: Ed. do autor, 1985.
- QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-16)**, 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense.** Joaçaba: Unoesc, 1996.
- REVISTA ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo: IPE-USP. Vol. 21, nº 3, set./dez. 1991
- REVISTA ROTEIRO FUOC, da Fundação Educacional do Oeste Catarinense. Joaçaba: ano 1, nºs. 1, 2, 3 e 4, trimestral, 1978.
- REVISTA DO SUL. Blumenau: Dr. Osias Guimarães, 1985 (separata do nº 185) **BR-282:** estudo geoeconômico. (elaborado pelo 2º Batalhão Rodoviário de Lajes - SC, do Ministério do Exército).
- REVISTA DO SUL. Blumenau: Dr. Osias Guimarães. N. 184, ano XXIII, 1967. (Edição especial para o oeste catarinense)
- RIBEIRO, S. W. **Desempenho do setor agrícola: década 1960/70.** Brasília: IPEA, 1973.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RIVERO, O. **O mito do desenvolvimento, os países inviáveis no século XXI.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ROSA, V. C.; ZÍLIO, A. **Conversa de santos.** Diagnóstico histórico cultural da catedral de Santa Terezinha e da trajetória de Frei Bruno e Frei Edgar. Joaçaba: Edições Unoesc, 1998.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico.** 5. ed. Rio: Zahar, 1974.
- SACHET, C.; SACHET, S. **Santa Catarina, 100 anos de história.** Vol. 1. Do Povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.
- SALAMA, P. **O processo de subdesenvolvimento:** ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SANTA CATARINA. (Estado) Secretaria da Agricultura. **Proinfra-Programa de implantação de infraestrutura agrícola.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1980.
- _____. **Mapa turístico Santa Catarina.** Florianópolis: Santur, s/ data.
- _____. Secretaria da Fazenda. **O desempenho da Secretaria da Fazenda face às diretrizes emanadas do plano de governo.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1977.
- _____. Secretaria da Fazenda. **A criança e o ICM: conheça Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1980.
- _____. Secretaria da Educação. **O ensino pré-escolar em Santa Catarina.** Florianópolis: IOESC, 1979.
- _____. Secretaria da Educação. **Ensino superior em Santa Catarina.** Florianópolis: IOESC, 1980.
- _____. Procape-Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas. **Estudo das possibilidades de industrialização das microrregiões do alto do rio do Peixe e do meio oeste catarinense.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1979.

- _____. Secretaria dos Negócios do Oeste. **Lei nº 3283, de 17/08/63:** cria a Secretaria dos Negócios do Oeste, sede: Chapecó. Florianópolis: IOESC, 1963.
- _____. **Perspectiva para a década de 80.** Chapecó, 1980. (mimeografado, 15 p.)
- _____. **Secretaria do Oeste:** estradas, produção e energia para o desenvolvimento. Florianópolis: IOESC, 1966.
- _____. **Sumário da conferência do Sr. Secretário, realizada em set/80, em Joaçaba.** Chapecó, 1980. (mimeografado, 8 p.)
- _____. ACARESC. **Plano de aplicação de recursos do Fundo de participação dos municípios:** Herval d'Oeste. Florianópolis: Acaresc, 1971. (datilografado).
- _____. DEATUR. **Santa Catarina:** roteiros turísticos. Florianópolis: Deatur, 1975. 96 p.
- SANTOS, S. C. **Nova história de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1974.
- SANTOS, S. C. **Um esquema para a educação em Santa Catarina.** Florianópolis: Edeme, 1970.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Fundamentos do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968a.
- _____. **Teorias econômicas:** de Marx a Keynes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968b.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J. B. F. et al. **Fundamentos da cultura catarinense.** Rio de Janeiro, Laudes, 1970.
- SILVA, J. W. **O oeste catarinense.** Memórias de um pioneiro. Florianópolis: Ed. do Autor, 1987.
- SILVA, Z. P. **Chapecó e Joaçaba:** a visita do Governador Irineu Bornhausen e sua comitiva. Florianópolis, Ed. do Autor, 1952.
- _____. **Oeste catarinense.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1950.
- SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of the nations.** London: Britannica, 1955.
- _____. **The wealth of nations.** Chicago: Edwin Cannan, 1976.
- _____. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOUZA, A. R. de. **Da teoria econômica à teoria do desenvolvimento.** Lisboa: Clássica, 1980.
- SPALDING, W. **A revolução Farroupilha.** 2. ed. São Paulo. Cia. Ed. Nacional-INL/MEC.
- SUDESUL-SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. **Dinâmica e diagnóstico da região sul.** Porto Alegre: Ed. do Autor, 1978.
- _____. **Desempenho da economia da região sul:** 1º semestre de 1979.
- _____. **Estudos e levantamentos do município de Joaçaba.** Porto Alegre: Ed. do Autor, 1972.
- _____. **Estudo preliminar para um plano integrado dos municípios do meio oeste catarinense.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1970.
- _____. **Termos de referência da micro-região do alto Uruguai catarinense.** Florianópolis: IOESC, 1970.

_____. **Termos de referencia para o processo de planejamento microrregional da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1977.

_____. **Indústria de transformação: XII sondagem conjuntural.** Porto Alegre: Sudesul, 1979.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SUNKEL, O. **O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento:** Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Fórum/Hachette, 1974.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

TAUNAY, A. d'E. **História administrativa e econômica do Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Elos, 1962.

THWEATT, W. O. **Teorias do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

THOMÉ, N. **Civilizações primitivas do Contestado.** (Raízes e vestígios históricos do Homem Primitivo do Contestado). 1. ed. Caçador: Universal, 1981.

_____. **Isto é Caçador: Estudo Geográfico do Município.** Caçador: Universal, 1978.

_____. **No coração do Contestado:** geografia do município de Caçador. Caçador: PMC/Incem, 1994.

_____. **Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado.** 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

UDESC. **Estudo de viabilidade técnica e financeira para a instalação de curso de nível superior em Chapecó.** Chapecó: Alvorada, 1971.

VIANA, C da R. **A dinâmica do desenvolvimento capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

VIEIRA, J. A M. **Diário de um agente itinerante.** Rio: Ed. Leitura, 1969.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política de governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945.** 3 ed. Brasília: IPEA, 2001.

WACHOWITS, R. C. **O “uti-possidetis” brasileiro na questão de Palmas.** Joaçaba: Roteiro, 1978.

EM NOME DE DEUS TODO-PODEROSO, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas realmente distintas e apartadas e uma só essência divina. Manifesto e notório seja a todos quantos este público instrumento vir, como na vila de Tordesilhas, a sete dias do mês de Junho, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de Mil Quatrocentos e noventa e quatro anos, em presença de nós os secretários, escrivães e notários públicos adiante escritos, estando presentes os honrados D. Anrique Anriquez, mordomo-mor dos mui altos e mui poderosos príncipes os senhores D. Fernando e D. Isabel, per graça de Deus rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., e D. Goterre de Cardenes, contador-mor dos ditos senhores rei e rainha, e o doutor Rodrigo Maldonado, todos do conselho dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., seus procuradores bastantes de uma parte. E os honrados Rui de Sousa, senhor de Sagres e de Beringel, e D. João de Sousa, seu filho, almotacé-mor do mui alto e mui excelente senhor o senhor D. João, pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África e senhor de Guiné, e Aires de Almada corregedor dos feitos cíveis em sua corte e do seu desembargo. todos do conselho do dito senhor rei de Portugal e seus embaixadores e procuradores abastantes, segundo ambas as ditas partes o mostraram polas cartas de poderes e procaurações dos ditos senhores seus constituintes. Das quais seu teor de verbo a verbo é este que se segue. D. FERNANDO E D. ISABEL, pela graça de Deus rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galiza, de Mailhorca de Sevilha, de Cerdenha, de Córdoba, de Córsega, de Murcia, de Jahem, do Algarve, de Algezira, de Gibraltar, das ilhas de Canárea, conde e condessa de Barcelona e senhores de Biscaia e de Molina, duques de Atenas e de Neopátria, Condes de Roselhão e de Cerdónia, marqueses de Oristão e de Goçiano.

Porquanto o sereníssimo rei de Portugal, nosso mui caro e mui amado irmão, enviou a nós por seus embaixadores e procuradores, Rui de Sousa, cujas são as vilas de Sagres e Beringel, e D.

João de Sousa seu almotacé-mor, e Aires de Almada seu corregedor dos feitos cíveis em sua corte e do seu desembargo, todos do seu conselho, pera praticar e tomar assento e concórdia com nós, ou com nossos embaixadores e procuradores em nosso nome, sobre a diferença que antre nós e o dito sereníssimo rei de Portugal nosso irmão é, sobre o que a nós e a ele pertence

//

De lo q' fusta agora esta por de la bria en el mar oceano / Por ende am
 fiando de vos don carria currujo nro mayor dond' mayo al don grr'e
 & cardenas vuz mayo: & lo nro contado & mayor del d'no: foz q' mal
 donado rodel nro d' sep. / Soy tales per sonas q' guarzate lo nro su
 & bien & fiel ment' faryo lo q' por nos vos fure ma da d' en am'ntad
 / Doresta p'ca Senr' caia vos d' auos de nro p' d' conpl' d' n' / Illamas
 abia forma q' pod' mos de nral caso Se f' que: e p'caal m'ente para
 q' por nos & en nro nonbi & de nro her' & nos & Suba Sores & de d' d' d' nro
 & nros & Senorios Subyos & naturales & los pod' yo t'nta: d' d' d' n' /
 & a Senar & f' a t' r' a t' o r' a n' d' i' a u' n' l' o' s' d' u' b' o' s' e' n' b' a' r' a' d' o' d' d' d' p' r'
 Se r' e' u' s' i' m' o' d' y' & p' o' r' t' u' g' a' l' n' r' o' h' e' m' a' n' o' e' n' s' u' n' o' b' i' q' u' a' l' q' u' e' d' a' e' l' d' o'
 a S' i' e' n' t' e' l' i' m' i' t' a' d' e' & m' a' r' c' a' d' o' e' n' a' n' d' i' a' S' o' b' i' e' l' o' q' d' i' t' h' e' e' s' p' a' r' l' o' s' d' i' e'
 t' o' s' d' i' g' r' a' d' o' s' & n' o' r' a' d' e' l' l' e' f' a' t' d' i' p' o' r' d' i' l' l' a' s' p' r' o' d' u' s' i' o' n' e' s' p' l' i' n' g' u' e' s' & l'
 a' c' e' l' o' s' & l' u' m' a' r' & l' a' t' i' t' u' d' q' a' v' o' s' b' i' e' n' v' i' s' e' r' f' u' e' r' d' i' a' s' v' o' s' d' a' m' o' s' d' e' l'
 d' i' c' h' o' p' o' d' r' p' a' q' p' o' d' a' y' e' d' e' x' a' r' a' l' o' r' i' d' e' d' y' & p' o' r' t' u' g' a' l' & a' S' u' o' t' y'
 n' o' s' & S' u' b' a' s' o' r' e' s' t' o' d' o' s' l' o' s' m' a' r' e' y' l' a' s' d' e' t' r' a' d' e' q' f' u' e' r' e' d' e' s' t' o' r' y' e' n' d' e' n' t'
 & q' u' a' l' q' u' e' r' h' u' y' t' a' d' e' l' & m' a' r' c' a' d' o' q' u' a' l' f' u' e' r' a' n' d' e' d' a' r' e' n' d' e' d' e' l' d' e' n' t'
 & v' o' s' d' a' m' o' s' e' l' d' i' c' h' o' p' o' d' r' p' a' q' e' n' n' r' o' u' o' n' b' i' d' e' n' r' o' d' h' e' r' e' d' o' s' d' e' l' S' u' b' a'
 S' o' r' e' & d' n' r' o' s' & n' r' o' s' & S' e' n' o' r' i' o' s' d' e' l' S' u' b' y' o' s' & n' a' t' u' r' a' l' e' s' & l' o' s' p' o'
 d' a' d' e' s' a' n' a' r' d' a' r' d' e' l' a' S' e' n' a' r' & l' e' t' a' b' i' d' e' & e' b' i' n' d' e' l' d' i' c' h' o' f' y' & p' o' r' t' u'
 g' a' l' & l' o' s' d' i' c' h' o' s' S' u' e' n' b' a' r' a' d' o' r' e' s' & p' r' o' a' r' a' d' e' e' n' n' r' o' u' o' n' b' i' q' u' e' d' o' s'
 l' o' s' m' a' r' e' y' l' a' s' d' e' t' r' a' d' e' q' f' u' e' r' e' n' v' e' s' t' i' m' e' n' t' o' d' e' a' t' r' o' & l' a' h' u' y' t' a' d' e' l' & m' a' r'
 c' a' d' o' & a' s' t' r' o' n' a' r' i' o' & y' l' a' s' & t' r' a' d' e' q' d' a' r' e' n' d' e' f' u' e' r' e' n' e' n' n' o' s' d' e' n' n' r' o' s'
 n' r' o' s' S' u' b' a' s' o' r' e' s' p' a' q' S' e' a' n' n' r' o' s' d' e' l' d' e' n' t' e' S' e' n' o' r' i' o' d' e' a' n' g' l' i' a' & l' a' S' y'
 & n' r' o' s' & v' o' s' & S' u' b' a' s' o' r' e' s' & l' o' s' d' e' n' t' e' d' i' l' l' a' s' l' i' m' i' t' a' c' i' o' n' e' s' & e' x' c' l' a' u' s' i' o' n' e' s'
 & a' n' t' o' d' i' c' h' o' s' o' t' r' a' s' c' a' l' i' s' a' e' & d' i' l' i' m' i' t' a' c' i' o' n' e' s' q' a' v' o' s' o' t' r' o' s' b' i' e' n' v' i' s' t' o' f' u' e' r'
 d' e' p' a' q' S' o' b' i' e' l' o' d' e' l' d' i' c' h' o' e' s' d' e' p' a' r' e' n' d' a' & n' a' a' p' a' l' p' r' & l' l' o' s' S' o' b' i' e' l' o' a' c' e' l' l' o'
 t' o' t' a' n' t' e' & l' l' o' & p' e' n' e' n' t' e' & a' l' l' o' a' n' e' x' o' d' e' n' e' x' y' e' n' q' u' a' l' q' u' e' r' m' a' n' d' a' p' o'
 d' a' y' e' f' u' e' r' e' d' e' n' t' e' a' n' a' r' d' a' t' r' a' d' e' d' e' t' r' a' b' i' r' & l' a' b' o' r' e' n' n' r' o' u' o' n' b' i'
 & l' o' s' d' u' b' o' s' n' r' o' s' h' e' r' e' d' o' s' & S' u' b' a' s' o' r' e' s' & l' o' s' t' o' y' o' s' n' r' o' s' & d' e' n' t' e' S'
 e' n' o' r' i' o' s' & S' u' b' y' o' s' & n' a' t' u' r' a' l' e' s' & l' l' o' s' q' u' a' l' e' s' & c' a' p' i' t' u' l' a' c' i' o' n' e' s' & a' n' t'
 t' o' d' d' e' s' t' r' i' p' t' u' r' a' s' o' u' q' u' a' l' e' s' q' u' e' r' e' n' a' l' o' s' a' v' o' s' n' r' o' s' m' o' d' o' s' a' n' d' i' a' c' o' n' s' o' l' l'
 q' u' a' c' i' o' n' e' s' d' e' s' t' r' i' p' t' u' l' a' c' i' o' n' e' s' p' e' n' a' s' & S' u' n' s' i' o' n' e' s' & t' r' a' m' a' a' a' o' n' e' s' & v' o' d' o' e' s'
 q' u' e' S' u' e' d' e' & l' b' i' e' n' v' i' s' t' o' v' o' s' f' u' e' r' e' d' e' S' o' b' i' e' l' o' p' o' d' a' y' e' f' u' e' r' e' d' e' t' o' r' y' e' r'
 & f' u' g' a' y' e' d' e' t' o' r' y' e' r' q' u' e' t' o' d' a' b' l' i' o' s' a' s' e' e' n' d' a' v' i' d' a' & l' l' a' s' & q' u' a' l' q' u' e' r'
 n' a' t' u' r' a' l' e' s' & l' a' s' d' i' g' n' i' d' a' d' e' s' & l' i' m' i' t' a' c' i' o' n' e' s' & S' e' a' n' e' s' p' u' e' d' a' d' u' n' q'
 S' e' a' t' i' l' e' s' q' p' o' r' S' u' a' d' a' d' & q' u' e' r' e' n' d' e' n' r' o' S' e' n' a' l' a' d' & e' s' p' e' a' l' m' a' d' a' d'
 & d' e' q' S' e' d' e' m' e' s' e' d' e' f' u' e' r' o' & l' d' u' e' r' f' a' s' i' S' u' m' g' u' l' a' r' & l' e' x' p' e' s' a' m' a' d'
 & q' n' o' s' S' e' y' e' n' d' p' r' e' S' e' n' t' e' p' o' d' r' a' m' o' s' f' a' s' i' r' & t' o' r' y' e' r' & l' e' t' a' b' i' d' e'
 & l' e' t' r' o' & v' o' s' d' a' m' o' s' p' o' d' r' a' m' o' s' p' a' r' a' q' p' o' d' a' y' e' f' u' e' r' e' d' e' l' f' u' z' e' r' e' d'
 e' n' n' r' a' a' n' i' m' a' & q' n' o' s' d' e' n' r' o' s' f' u' e' r' e' d' o' s' & S' u' b' a' S' o' r' e' s' S' u' b' y' o' s'
 & n' a' t' u' r' a' l' e' s' & v' a' s' a' l' l' o' s' a' d' q' u' i' d' o' s' d' e' l' p' o' r' a' d' q' u' i' & n' e' m' o' s' & d' a' t' i' m' o' s'

// do que até agora está por descobrir no mar oceano. Porém confiando de vós, D. Anrique Anriquez, nosso mordomo-mor, e D. Goterre de Cárdenes, comendador-mor de Leão, nosso contador-mor, e o doutor Rodrigo Maldonado, todos do nosso conselho, que sois tais pessoas que guardareis nosso serviço e bem e fielmente fareis o que per nós vos for mandado e encomendado; per esta presente carta vos damos todo nosso poder cumprido em aquela mais alta forma que podemos, e em tal caso se requer especialmente, pera que por nós e em nosso nome, e de nossos herdeiros e sucessores, e de todos nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais deles, possais tratar, concordar, e assentar, e fazer trato e concórdia com os ditos embaixadores do dito sereníssimo rei de Portugal nosso irmão, em seu nome, qualquer concerto, assento, limitação, demarcação e concórdia sobre o que dito é, polos ventos e graus do norte e do Sol e per aquelas partes, divisões e lugares do céu e do mar e da terra que a vós bem visto for; e assim vos damos o dito poder pera que possais deixar ao dito rei de Portugal e a seus reinos e sucessores todolos mares, ilhas e terras que forem e estiverem dentro de qualquer limitação e demarcação que com ele ficarem e quedarem. E outrossim vos damos o dito poder pera que em nosso nome, e de nossos herdeiros e sucessores de nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais deles, possais concordar, e assentar, e receber e aceitar do dito rei de Portugal e dos ditos seus embaixadores e procuradores em seu nome, que todolos mares, ilhas e terras que forem e estiverem dentro da limitação e demarcação de costas mares e ilhas e terras que quedarem, e ficarem com nós e com nossos sucessores, pera que sejam nossos e de nosso senhorio e conquista, e assim de nossos reinos e sucessores deles, com aquelas limitações e excepções e com todas outras cláusulas e declarações que a nós outros bem visto for. E pera que sobre tudo o que dito é e pera cada uma cousa e parte delo, e sobre o a elo tocante ou delo dependente, ou a elo anexo e conexo em qualquer maneira, possais fazer e outorgar, concordar, tratar e receber e a aceitar em nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e sucessores, e de todos nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais deles, quaisquer

capitulações, contratos e escrituras com quaisquer vínculos, actos, modos, condições, e obrigações e estipulações, penas e submissões, e renunciações que vós outros quiserdes e bem visto vos for. E sobre elo possais fazer e outorgar, façais e outorgueis todas as cousas e cada uma delas de qualquer natureza e qualidade, gravidade e importância que seja ou ser possa, ainda que sejam tais que por sua condição requirem outro nosso assinado e especial mandado e de que se devesse de feito e de direito fazer singular e expressa menção, e que nós sendo presentes poderíamos fazer, e outorgar e receber. Outrossim, vos damos poder comprido pera que possais jurar e jureis em nossas almas que nós e nossos herdeiros e sucessores, súbditos e naturais, e vassallos adquiridos e por adquirir, teremos, guardaremos //

1494



2

Et amplifremos de q' te nian e guar daram de am... Real mente de
 un effeto to do lo q' vos otros asi a Sentar de capitular de jurar de o to
 gar de de si mar de... toda cautela fraud engano fiesd e simulaao
 de as podades en nro nobre capitular. Segurar e promeaz q' nos en ysona
 Segurazemos juramos prometeremos e otorgaremos e firmaremos to d
 lo que vos otros en nro nobre... de lo q' dicheos Segurades e prome
 tier de de capitular de dentro de agl te nyo de tiempo q' vos bien pare
 aze. de q' guar daramos de amplifremos Real mente e am... Solas
 de aduones penas e obligaciones e nro... de las pazes e nro
 nos de el dcho. Serenissimo Rey nro... de las otras q' vos otros prome
 tades e a Sentar de las quales de
 agora prometeremos e pagare... de las quales de
 cada una de las ptes de lo vos damos de dcho poder... de general
 ministrado de prometeremos e Seguramos por nra fe y palabra Real. de
 tenen de guardar de amplif nos de nro herederos e Subasos de todo lo q'
 por vos otros de lo q' dicheos en qual quier forma e manera fuer... de
 capitular de jurado e prometido. e prometeremos de lo q' por firme... de
 de grato e stable e vale de agora e en todo tiempo de fies p... de
 no yzemos ni vcrnemos de nra... de lo q' nos ni
 nros herederos e Subasos por nos ni por otras ynterpositas... de
 de nra ni yndireta de alguna color ni casu en nro... de
 obligados e ynter... de para ello fazemos de todos nros bienes patrimoniales
 e fideles e otros quales quier de nros de dchos e Subasos e naturales
 muebles de rrayos e vias e pora de por firmeza de lo qual ma damos
 dar e nra ca de poder la qual fazemos de nros nobres y mandamos
 sellar con nro Sello dada en la Villa de... de
 me de mayo de nra... de nro Senor de mill e quatroo
 tos de noventa e quatro años. yo el Rey. yo la Reyna. yo fernand aluarez de
 toledo Secretario del Rey de la Reyna nuestros Señores la fize
 e firmar por su mandado. **Don Juan** por la gracia de Dios Rey e par
 ticular de los algarbes de agra de de alende el mar en africa e Senor
 de guinea. a quito e estuara de poder de procuraad vncien fizemos ca
 ber q' por q' por mandado de los muy de los e muy e valientes e
 por dezos pa apes. de de don fernando de reyna dona y Sabel Rey
 de Reyna de castilla de leon de arago de sicilia de granada e de nros e
 muy amados e precados hermanos fue con de su heredad e hallada de
 de algunas yslas de podrian adelar de subre de hallar de
 yslas de terras. sobe las quales unas de las otras halladas de por
 hallar por de derecho de de q' de ello tenemos podrian coblar
 de no le to de de nros Reynos e Señorios e Subditos de naturales

Handwritten signature or mark at the bottom left.

Handwritten signature or mark at the bottom right.

2

// e cumpriremos, e que terão, guardarão e cumprirão realmente e com efeito tudo o que vós outros assim assentardes, capitulardes, jurardes, e outorgardes e afirmardes, cessante toda cautela, fraude, engano, e ficção e simulação. E assim possais em nossos nomes capitular, segurar e prometer que nós em pessoa seguraremos, juraremos, prometeremos, e outorgaremos e firmaremos tudo o que vós outros em nosso nome acerca do que dito é segurardes, e prometerdes e capitulardes, dentro daquele termo de tempo que vos bem parecer; e aquilo guardaremos e cumpriremos realmente e com efeito e sob as condições, penas e obrigações contéúdas no contrato das pazes antre nós e o dito sereníssimo rei nosso irmão, feitas e concordadas, e sob todas as outras que vós outros prometerdes e assentardes. As quais des agora prometemos de pagar se nelas incorreremos, pera o qual tudo e cada uma cousa e parte delo vos damos o dito poder, com livre e geral administração. E prometemos e seguramos per nossa fé e palavra real de ter, guardar e cumprir, nós e nossos herdeiros e sucessores, tudo o que per vós outros acerca do que dito é em qualquer forma e maneira for feito, capitulado, e jurado e prometido. E prometemos de o haver por firme, rato e grato, estável e valedouro, agora e em todo tempo e sempre jamais; e que não iremos nem viremos contra elo, nem contra parte alguma delo, nós nem nossos herdeiros e sucessores, por nós nem per outras antrepostas pessoas, directa nem indirecta, sob alguma color nem cousa em juízo nem fora dele, sob obrigação expressa que pera elo fazemos de todos nossos bens patrimoniais e fiscais, e outros quaisquer de nossos vassallos e súbditos e naturais, móveis e raízes havidos e por haver, Por firmeza do qual mandamos dar esta nossa carta de poder, a qual firmamos de nossos nomes e mandamos selar com nosso selo. Dada na vila de Tordesilhas a cinco dias do mês de Junho, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Cristo de Mil Quatrocentos e noventa e quatro anos. Yo El Rey yo la Rayna, yo Fernam d'Alvarez de Toledo, secretário del-rei e da rainha nossos senhores, a fiz escrever per seu mandado. D. JOÃO per graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África, e

senhor de Guiné. A quantos esta nossa carta de poder e procuração virem, fazemos saber que porquanto por mandado dos mui altos e mui excelentes e poderosos príncipes, el-rei D. Fernando e rainha D. Isabel, rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., nossos muito amados e prezados irmãos, foram descobertas e achadas novamente algumas ilhas, e poderão ao diante descobrir e achar outras ilhas e terras sobre as quais umas e as outras achadas e por achar; polo direito e razão que nelo temos, poderiam sobrevir antre nós todos e nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais //

// deles, debates e diferenças, que Nosso Senhor não consinta. A nós praz polo grande amor e amizade que antre nós todos há; e por se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concórdia e assossego; que o mar em que as ditas ilhas estão e foram achadas se parta e demarque antre nós todos em alguma boa, certa e limitada maneira. E porque nós ao presente não podemos nelo entender em pessoa, confiando de vós, Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, e D. João de Sousa nosso almotacé-mor, e Aires de Almada corregedor dos feitos cíveis em nossa corte e do nosso desembargo, todos do nosso conselho, per esta presente carta vos damos todo nosso cumprido poder e autoridade e especial mandado, e vos fazemos e constituímos a todos juntamente e a dous de vós e a um in solido, se os outros em qualquer maneira forem impedidos, nossos embaixadores e procuradores, em aquela mais alta forma que podemos e em tal caso se requer geral e especialmente, em tal maneira que a generalidade não derogue a especialidade nem a especialidade a generalidade, pera que per nós e em nosso nome, e de nossos herdeiros e sucessores e de todos nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais deles, possais tratar, concordar, assentar e fazer; trateis, concordeis, e assenteis e façais com que os ditos rei e rainha de Castela nossos irmãos, ou com quem pera elo seu poder tenha, qualquer concerto, assento e limitação, demarcação e concórdia, sobre o mar oceano, ilhas e terra firme que nele houverem, por aqueles rumos de ventos e graus do norte e do Sol, e por aquelas partes, divisões e lugares do céu e do mar e da terra que vos bem parecer. E assim vos damos o dito poder pera que possais deixar e deixeis aos ditos rei e rainha, e a seus reinos e sucessores, todos os mares, ilhas e terras que forem e estiverem dentro de qualquer limitação e demarcação que com os ditos rei e rainha ficarem. E assim vos damos o dito poder pera em nosso nome, e de nossos herdeiros e sucessores, e de todos nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais deles, possais com os ditos rei e rainha, ou com seus procuradores, concordar, assentar, e receber, e aceitar que todos os mares, ilhas e terras que forem e estiverem dentro da limitação e demarcação de costas, mares, ilhas, terras, que com

nós e nossos sucessores ficarem, sejam nossos e de nosso senhorio e conquista, e assim de nossos reinos e sucessores deles com aquelas limitações e exceções de nossas ilhas e com todas as outras cláusulas e declarações que vos bem parecer. O qual dito poder damos a vós os ditos Rui de Sousa e D. João de Sousa e Aires de Almada, para que sobre tudo o que dito é e sobre cada uma coisa e parte dele, e sobre o a ele tocante e dele dependente e a ele anexo e conexo em qualquer maneira, possais fazer, outorgar, concordar, tratar e destratar, e receber e aceitar em nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e sucessores, e de todos nossos reinos e senhorios, súbditos e naturais deles, quaisquer capítulos, e contratos, e escrituras com quaisquer vínculos, pactos, modos, condições e obrigações e estipulações, //

// penas e submissões e renúncias, que vós quiserdes e a vós bem visto for; e sobre elo possais fazer e outorgar, e façais e outorgueis todas as cousas e cada uma delas de qualquer natureza, qualidade e gravidade e importância que seja, ou ser possam, posto que sejam tais que por sua condição requeiram outro nosso singular e especial mandado e de que se devesse de feito e de direito fazer singular e expressa menção, e que nós sendo presente poderíamos fazer e outorgar e receber. E outrossim vos damos poder cumprido para que possais jurar e jureis em nossa alma que nós, e nossos herdeiros e sucessores e súbditos e naturais, e vassallos adquiridos e por adquirir, teremos, guardaremos e cumpriremos, terão, guardarão e cumprirão, realmente e com efeito, tudo o que vós assim assentardes, capitulardes e jurardes, e outorgardes e firmardes, cessante toda cautela, fraude, engano e fingimento. E assim possais em nosso nome capitular, segurar e prometer que nós em pessoa seguraremos, juraremos, prometeremos e firmaremos tudo o que vós no sobredito nome, acerca do que dito é, segurardes, prometerdes e capitulardes dentro daquele termo de tempo que vos bem parecer. E que o guardaremos e cumpriremos realmente e com efeito sob as condições, penas e obrigações contiúdas no contrato das pazes entre nós feitas e concordadas, e sob todas as outras que vós prometerdes e assentardes no dito nome. As quais des agora prometemos de pagar, e pagaremos realmente e com efeito se nelas incorreremos, para o qual todo e cada uma coisa e parte delo vos damos o dito poder com livre e geral administração, e prometemos e seguramos por nossa fé real de ter, guardar e cumprir, e assim nossos herdeiros e sucessores, tudo o que por vós acerca do que dito é em qualquer forma e maneira for feito, capitulado, e jurado, e prometido, e prometemos de o haver por firme, rato, grato, estável e valioso, desde agora para todo sempre. E que não iremos nem viremos, nem irão nem virão contra elo nem contra parte alguma delo em tempo algum, nem por alguma maneira, por nós, nem por si, nem por antepostas pessoas, directa nem indirecta, sob alguma color ou coisa em júizo, nem fora dele, sob obrigação expressa que para elo fazemos dos ditos nossos reinos e senhorios, e de

todolos outros nossos bens patrimoniais e fiscais, e outros quaisquer de nossos vassalos e súbditos, e naturais, móveis e de raiz, havidos e por haver. E em testemunho e fé do qual vos mandamos dar esta nossa carta firmada per nós e selada do nosso selo. Dada em nossa cidade de Lisboa a biij (8) dias de Março. Rui de Pina a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Cristo de Mil quatrocentos e noventa e quatro anos. EI-rei. E LOGO os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, //

// de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc., disseram que porquanto antre os ditos senhores seus constituintes há certa diferença sobre o que cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da feitura desta capitulação, está por descobrir no mar oceano; porém que eles por bem de paz e concórdia e por conservação do devido e amor que o dito senhor rei de Portugal tem com os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc.; a suas altezas praz, e os ditos seus procuradores em seu nome e per virtude dos ditos seus poderes outorgaram e consentiram que se faça e assine polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente, por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dito senhor rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, des a dita raia e linha dada na forma suso dita, indo pola dita parte do levante dentro da dita raia à parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores pera sempre jamais. E que todo o outro, assim ilhas como terra firme achadas e por achar, descobertas e por descobrir, que são ou forem achadas polos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e per seus navios, des a dita raia dada na forma suso dita, indo por a dita parte do ponente depois de passada a dita raia pera o ponente ou ao norte ou sul dela, que tudo seja e fique e pertença aos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Leão, etc., e a seus sucessores pera sempre jamais. ITEM. Os ditos procuradores prometeram e seguraram (per virtude dos ditos poderes) que de hoje em diante não enviarão navios alguns, a saber os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, e de Aragão, etc., por esta parte da raia à parte do levante aquém da dita raia que fica pera o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc. Nem o dito senhor

rei de Portugal à outra parte da dita raia que fica pera os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., a descobrir e buscar terras nem ilhas algumas, nem a contratar nem a resgatar, nem conquistar em maneira alguma. Pero que se acontecer que indo assim aquém da dita raia os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, e de Aragão, etc., achassem //

// quaisquer ilhas ou terras em o que assim fica pera o dito senhor rei de Portugal, que aquelo tal seja e fique pera o dito senhor rei de Portugal e pera seus herdeiros pera sempre jamais, e suas altezas lho hajam de mandar logo dar e entregar. E se os navios do dito senhor rei de Portugal acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, e de Aragão, etc., que todo o tal seja e fique pera os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, e de Aragão, etc., e pera seus herdeiros pera sempre jamais. E que o dito senhor rei de Portugal lho haja logo de mandar dar e entregar. ITEM. Pera que a dita linha ou raia da dita partição se haja de dar, e dê direita e mais certa que ser poder polas ditas trezentas e setenta léguas das ditas ilhas do Cabo Verde à parte do ponente como dito é; é concordado e assentado polos ditos procuradores de ambas as ditas partes, que dentro de dez meses primeiros seguintes contados do dia da feitura desta capitulação, os ditos senhores seus constituintes hajam de enviar duas ou quatro caravelas, a saber uma ou duas de cada parte ou mais ou menos segundo se acordar pelas ditas partes que são necessárias. As quais pera o dito tempo sejam juntas na ilha da Grã-Canária, e enviem em elas cada uma das ditas partes pessoas, assim pilotos como astrólogos e marinheiros, e quaisquer outras pessoas que convenham. Pero que sejam tantos de uma parte como da outra, e que algumas pessoas dos ditos pilotos e astrólogos e marinheiros e pessoas que saibam, que enviarem os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão e de Aragão, etc., vão no navio ou navios que enviar o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc.; e assim mesmo algumas das ditas pessoas que enviar o dito senhor rei de Portugal vão no navio ou navios que enviarem os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, tantos de uma parte como da outra pera que juntamente possam melhor ver e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graus do Sol e norte, e assinar as léguas sobreditas, tanto que pera fazer o sinalamento e limite concorram todos juntos os que forem nos ditos navios que enviarem ambas as ditas partes e levarem seus poderes. Os quais ditos navios todos juntamente continuem seu caminho às ditas ilhas do Cabo Verde, e dali

tomarão sua rota direita ao ponente até às ditas trezentas e setenta léguas, medidas como as ditas pessoas que assim forem acordarem que se devem medir, sem prejuízo das ditas partes.

E ali de onde se acabarem se faça o ponto e sinal que convenha, //

por grados de sol o de norte o por linea dura de leguas o vna milla de
 pu dizen auer dar la qual dicha raya sea en el polo ar
 al dicho polo antartico que es de norte de Sur como dize
 a esto de Senalaren lo estiman de firme de sus nombres las dichas pe
 nidos qd si fueren enbiadas por di mas las dichas partes los quales han
 de lenar de altura y poder de las dichas partes cada uno de la raya para
 la dicha deca de la huytao y se ha por ellos de yendo de au
 forma de Senal de la raya por Senal de la huytao perpetua mien
 para sien de altura para q las dichas partes no de alguna de las mias que
 y deo para sien para q las partes no de alguna de las mias que
 en tyo alguno ni por alguna manera sea o se pueda

Esta de fuere q la dicha raya de huyte de polo a polo como dize
 topare en alguna y la otra firme qal començo de latul y la otra
 q al fuere fallada deca de toca de la dicha raya de huyte alguna Senal
 o torre q en dize de latul Senal o torre de continue deca de
 de huyte otras Senales por latul y la otra en dize de la dicha raya
 las quales partes no deca de una de las partes por enca de ella. q los
 qn dize de las dichas partes no deca de una de las partes de pasar a
 parte de los otros ni de otros de los otros. pa sandola deca de Senal de huyte
 de latul y la otra

Jten por qnto para y los nayos de los dichos Senores Rey de rryna
 de castilla de leon de arago e de sus Reynos e Senorios alabga
 en pre allen de la dicha raya en la mara de chres. es forado que
 ay de pasar por las maras de sta parte de la raya que q dan para el dicho
 Senor Rey de portugal. por enca de esonar de la de d sentado q los
 dichos nayos de los dichos Senores Rey de rryna de castilla de leon
 de arago e de sus Reynos e Senorios de yayan de vengant de segun
 de pa de en mien sy contra dion alguna. por las dichas maras
 q q dan al dicho Senor Rey de portugal. de nro de la dicha raya
 enca de nro de cada de qn de sus al rezal de sus de huyte de
 de por bien tener los quales de yayan por sus nayos de dichos de
 de sus Reynos pa qualq parte de lo q se de dentro de su raya de
 de huyte de nro de q fueren enbiadas de fabrica de an de nro de a onrat de
 de q tien en sus nayos de dichos de donde ellos acardacen de y. para
 qualq parte de la de la dicha de su parte. de de q los no pueda de partir de
 de saluo lo q tyo de nro de los de huyte de partir tanto q no come de oai
 de nro de de pasar la dicha raya de ca alguna de lo q fuer fallado por
 de de hallaren los dichos de sus nayos de nro de de pasar la dicha raya
 de de dichos de q allos de para de de Senor Rey de portugal y sus alabga
 de lo aya de nro de de dar de nro de

[Handwritten signature]

// por graus do Sol ou do norte ou por singraduras de léguas, ou como melhor se puderem concordar. A qual dita raia assinem desde o dito pólo ártico ao dito pólo antártico que é de norte a sul como dito é. E aquilo que assinarem o escrevam e firmem de seus nomes as ditas pessoas que assim forem enviados por ambas as ditas partes, os quais não-de levar faculdade e poder das ditas partes, cada um da sua, pera fazer o dito sinal e limitação. E feita por eles sendo todos conformes, que seja havida por sinal e limitação perpetuamente pera sempre jamais, pera que as ditas partes nem alguma delas nem seus sucessores pera sempre jamais não a possam contradizer, nem tirar, nem remover em tempo algum, nem per alguma maneira que seja ou ser possa. E SE caso for que a dita raia e limite de pólo a pólo como dito é topar em alguma ilha ou terra firme, que ao começo de tal ilha ou terra que assim for achada onde tocar a dita raia se faça algum sinal ou torre, e que em direito do tal sinal ou torre se continuem daí em diante outros sinais pela tal ilha ou terra em direito da dita raia, os quais partam o que a cada uma das partes pertencer dela. E que os súbditos das ditas partes não sejam ousados os uns de passar à parte dos outros, nem os outros à dos outros passando o dito sinal ou limite em a tal ilha ou terra. ITEM. Porquanto pera irem os navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., desde seus reinos e senhorios à dita sua parte além da dita raia na maneira que dito é, é forçado que hajam de passar pelos mares desta parte da raia que ficam pera o senhor rei de Portugal. Porém é concordado e assentado que os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Leão e de Aragão, etc., possam ir e vir, e vão e venham livre, segura e pacificamente sem contradição alguma pelos ditos mares que ficam com o dito senhor rei de Portugal dentro da dita raia, em todo tempo e cada e quando suas altezas e seus sucessores quiserem e per bem tiverem. Os quais vão per seus caminhos direitos e rotas desde seus reinos pera qualquer parte do que está dentro da sua raia e limite onde quiserem enviar a descobrir e conquistar e a contratar, e que levem seus caminhos direitos per onde eles acordarem de ir pera qualquer cousa da dita sua parte, e daqueles não

possam apartar-se salvo o que o tempo contrário os fizer apartar, tanto que não tomem nem ocupem, antes de passar a dita raia, cousa alguma do que for achado polo dito senhor rei de Portugal em a dita sua parte. E se alguma cousa acharem os ditos seus navios ante de passar a dita raia como dito é, que aquilo seja pera o dito senhor rei de Portugal, e suas altezas lho hajam logo de mandar dar e entregar. //

// E PORQUE poderá ser que os navios e gentes dos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc, ou por sua parte, haverão achado, até vinte dias deste mês de Junho em que estamos da feitura desta capitulação, algumas ilhas e terra firme dentro da dita raia que se há-de fazer de pólo a pólo, por linha direita em fim das ditas trezentas e setenta léguas contadas des as ditas ilhas do Cabo Verde ao ponente como dito é, é concordado e assentado por tirar toda dúvida, que todalas ilhas e terra firme que sejam achadas e descobertas, em qualquer maneira, até os ditos vinte dias deste mês de Junho, ainda que sejam achadas polos navios e gentes dos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc.; contanto que sejam dentro das duzentas e cinquenta léguas primeiras das ditas trezentas e setenta léguas, contadas des as ditas ilhas do Cabo Verde ao ponente pera a dita raia, em qualquer parte delas pera os ditos pólos que sejam achadas dentro das ditas duzentas e cinquenta léguas, fazendo-se uma raia ou linha direita de pólo a pólo onde se acabarem as ditas duzentas e cinquenta léguas, sejam e fiquem pera o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc., e pera seus sucessores e reinos pera sempre jamais. E que todalas ilhas e terra firme que até os ditos vinte dias deste mês do Junho em que estamos sejam achadas e descobertas polos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e per suas gentes, ou em outra qualquer maneira dentro das outras cento e vinte léguas que ficam pera cumprimento das ditas trezentas e setenta léguas em que hã-de acabar a dita raia que se há-de fazer de pólo a pólo como dito é, em qualquer parte das ditas cento e vinte léguas pera os ditos pólos que sejam achadas até o dito dia, sejam e fiquem pera os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e pera seus sucessores e seus reinos pera sempre jamais; como é e há-de ser seu o que é ou for achado além da dita raia das ditas trezentas e setenta léguas que ficam pera suas altezas como dito é, ainda que as ditas cento e vinte léguas são dentro da dita raia das ditas trezentas e setenta léguas que ficam pera o dito senhor rei de Portugal e dos Algarves, etc., como dito é. E se até aos vinte dias deste dito mês de Junho não são achados polos ditos navios de suas

altezas cousa alguma dentro das ditas cento e vinte léguas, e dali adiante o acharem, que seja pera o dito senhor rei de Portugal como no capítulo suso escrito é contiúdo. O QUAL TUDO que dito é e cada uma cousa e parte delo, os ditos D. Anrique Anriquez mordomo-mor, e D. Goterre de Cardenes contador-mor, e o doutor Rodrigo Maldonado, procuradores dos ditos mui altos e mui poderosos príncipes os senhores rei e rainha de Castela e de Leão, //

// de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., per virtude do dito seu poder que em cima vai incorporado e os ditos Rui de Sousa e D. João de Sousa, seu filho, e Aires de Almada procuradores e embaixadores do dito mui alto e mui excelente príncipe o senhor rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África, e senhor de Guiné, e per virtude do dito seu poder que em cima vai incorporado; prometeram, seguraram em nome dos ditos seus constituintes, que eles e seus sucessores, e reinos e senhorios pera sempre jamais, terão e guardarão e cumprirão, realmente e com efeito, cessante todo fraude, cautela e engano, ficção e simulação, todo o contiúdo nesta capitulação e cada uma cousa e parte delo. E quiseram e outorgaram que todo o contiúdo nesta dita capitulação, e cada uma cousa e parte delo, seja guardado e cumprido e executado, como se há-de guardar e cumprir e executar todo o contiúdo na capitulação das pazes feitas e assentadas antre os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e o senhor D. Afonso rei de Portugal que santa glória haja, e o dito senhor rei que agora é de Portugal seu filho sendo príncipe, o ano que passou de mil iiiiclxix (1479) anos. E sob aquelas mesmas penas, vínculos, firmezas e obrigações, segundo e na maneira que na dita capitulação das ditas pazes se contém. E obrigam-se que as ditas partes nem alguma delas nem seus sucessores, pera sempre jamais, não irão nem virão contra o que de suso é dito e especificado, nem contra cousa alguma nem parte delo direita nem indireita, nem por outra maneira alguma em tempo algum, nem por alguma maneira pensada ou não pensada, que seja ou ser possa, sob as penas contiúdas na dita capitulação das ditas pazes, e a pena pagada ou não pagada, ou graciosamente remetida. Que esta obrigação, capitulação e assento seja e fique firme, estável e valedoira pera sempre jamais. Pera o qual tudo assim ter e guardar e cumprir e pagar, os ditos procuradores em nome dos ditos seus constituintes obrigaram os bens cada um da dita sua parte, móveis e raizes, patrimoniais e fiscais, e de seus súbditos e vassalos, havidos e por haver. E renunciaram quaisquer lex e direitos de que se podem aproveitar as ditas partes e cada uma delas, pera ir ou vir contra o suso dito ou contra

alguma parte delo. E por maior seguridade e firmeza do suso dito, juraram a Deus e à Santa Maria e ao sinal da cruz em que puseram suas mãos direitas, e às palavras dos Sanctos Evangelhos onde quer que mais largo são escritos, nas almas dos ditos seus constituintes, que eles e cada um deles terão e guardarão e cumprirão todo o suso dito e cada uma cousa e parte delo realmente e com efeito; cessante todo fraude e cautela e engano, ficção e simulação, e não contradirão em tempo algum nem per alguma maneira. Sob o qual dito juramento juraram de não pedir absolução nem relaxação dele ao nosso mui Sancto Padre, nem a outro nenhum legado ou prelado que lha possa dar, e ainda que próprio moto lha dêem não usarão dela. Antes per esta presente capitulação suplicam no dito nome ao nosso mui Santo Padre, que à sua santidade praza confirmar e aprovar esta dita capitulação segundo em ela se contém, e mandando expedir sobre elo suas bulas às partes ou a qualquer delas que lhas pedir, e mandando incorporar em elas o teor desta capitulação pondo suas censuras aos que contra ela forem //

En la villa de Sarca en qual quier typo q sea o se puerda. Et asy mismo los dichos
 p. bararados en el dicho nob. Se obligaron. Solamente a p. na. de juram. q dentro
 de un mes. Si los dichos siguientes otorgados de la villa de Sarca
 de su capitulacion. Duran la una parte ala otra y la otra ala otra y prouenao y
 firmados de su dicha capitulacion. Escrip. en y g. n. no. z. firmados de los nob.
 de los dichos Señores sus antecesoros y de los dichos Señores de los dichos
 pedient. Et en la esc. p. t. q. d. v. c. de los dichos Señores de la villa de Sarca
 de Castilla de Aragón e de Navarra firmados de su. Et otorgados. Et en un mes. Et de
 el y llustrissimo Señor de Sena. puape don. Juan de Gu. de. Delo qual to. do. do.
 q. d. es otorgado de su p. r. u. a. de. d. n. t. h. e. n. o. t. a. l. l. v. n. a. d. o. m. o. l. a. o. t. r. a.
 las quales firmados de sus nob. de las otorgadas ante los Secretarios de la villa
 de Sarca. Escrip. en la villa de Sarca. y qual quier q. p. a. p. e.
 a. d. v. a. l. a. o. m. o. n. i. a. n. b. i. s. e. d. o. s. p. a. r. t. e. s. e. n. q. f. u. e. r. o. n. l. e. r. t. a. s. o. t. o. r. g. a. d. a. s. q. u. e.
 f. u. e. r. o. n. l. e. r. t. a. s. o. t. o. r. g. a. d. a. s. e. n. e. m. e. s. e. n. a. n. o. s. u. b. s. e. l. o. s.

[Handwritten signatures and names in cursive script, including names like 'Juan de Gu...' and 'Pedro de...']

otorgado q dizeon p. sent. q. b. i. r. e. o. a. y. f. i. r. m. a. s. d. i. c. h. o. n. o. m. b. r. e. d. e. l. o. s.
 dichos Señores y otorgados q. o. t. o. r. g. a. r. l. o. d. i. c. h. o. d. i. c. h. o. q. d. e. n. t. e.
 e. d. i. c. h. o. d. i. c. h. o. d. e. l. a. m. e. d. i. a. n. b. z. p. e. d. r. o. d. e. l. o. s. e. l. a. m. e. d. i. a. n. b. z. f. i. r. m. a. s.
 de los dichos Señores de la villa de Sarca. Et en un mes. Et de
 g. n. a. p. t. a. o. m. i. z. a. g. a. n. z. a. n. c. a. d. i. c. h. o. d. e. l. a. s. d. i. c. h. a. s. d. i. c. h. o. s.
 de la villa de Sarca. Et en un mes. Et de
 l. e. m. e. d. i. a. n. a. p. a. r. t. e. s. o. t. o. r. g. a. d. a. s. d. e. l. a. s. d. i. c. h. a. s. d. i. c. h. o. s. f. i. r. m. a. s.
 por. v. i. g. i. l. p. a. r. t. e. s. o. t. o. r. g. a. d. a. s.



// ou passarem em qualquer tempo que seja ou ser possa. E assim mesmo os ditos procuradores no dito nome se obrigaram sob a dita pena e juramento, que dentro de cem dias primeiros seguintes contados des o dia da feita desta capitulação darão a uma parte a outra e a outra à outra, aprovação e rectificação desta dita capitulação, escritas em pergaminho e firmadas dos nomes dos ditos senhores seus constituintes, e seladas com seus selos de chumbo pendentes. E na escritura que tiverem de dar os ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., haja de firmar, consentir e outorgar, o mui esclarecido e ilustríssimo senhor o senhor príncipe D. João seu filho. Do qual todo o que dito é outorgaram duas escrituras de um teor tal uma como a outra, as quais firmaram de seus nomes e as outorgaram ante os secretários e escrivães a fundo escritos, pera cada uma das partes a sua e qualquer que parecer valha como se ambas de duas parecessem que foram feitas e outorgadas na dita vila de Tordesilhas o dia, mês e ano suso ditos *. D. Anrique comendador-mor, Rui de Sousa, D. João de Sousa, o doutor Rodrigo Maldonado, licentiatu Arias (sic). Testemunhas que foram presentes que viram aqui firmar seus nomes aos ditos procuradores e embaixadores, e outorgar o suso dito e fazer o dito juramento: o comendador Pêro de Leão e o comendador Fernando de Torres, vizinhos da vila de Valhadolid, e o comendador Fernando de Gomarra, comendador de Zagra e Çinete, contínuos da casa dos ditos senhores rei e rainha nossos senhores, e João Soares de Sequeira, e Rui Leme, e Duarte Pacheco, contínuos da casa do dito senhor rei de Portugal, pera elo chamados. E eu Fernam d'Alvarez de Toledo, //

* NOTA:

Seguem-se as assinaturas dos procuradores na fol. 6 da minuta. Para se poder confrontar esta parte final da minuta com a versão portuguesa, reproduzimo-la aqui de acordo com a leitura paleográfica de Maria João Quintans:

(assinatura ilegível)

(assinatura ilegível)

Ruy de sousa

don johan de ssoussa el dotor Rodrigo maldonado licenciatus Arias

testigos que fueron presentes que vieron aqui firmar Sus nonbres. A los dichos procuradores y enbaxadores y otorgar lo Suso dicho y faser el dicho juramiento El comendador don pedro de leon el comendador fernando de torres vesjnos de la villa de vallodolid / E el comendador hernando de gamarra comisario de zagra y çenete continno de la casa de los dichos Rey y Reyna nuestros Sennores / E iohan Suares de Sequera y Ruy leme e duarte pacheco continnos de la Casa del Sennor Rey de portogal pera ellos llamados / E yo fernand'aluas de toledo (fol. 6v) Secretario del Rey y de la Reyna nuestros Sennores y del Su consejo y Su escryuano de Camara e notario publico en la Su corte y en todos los Sus Reynos y Sennorios fuy presente A todo lo que dicho es en que uno son los dichos testigos E com esteuan vaez Secretario del dicho Sennor Rey de portogal que por abtoridad que los dichos Rey y Reyna nuestros Sennores le dieron pera dar fe deste abto en Sus Reynos que fue aSy mjsmo presente A lo que dicho es / E de Ruego y otorgamjento de en la los dichos procuradores y enbaxadores que en mj presençia y Suya aqui firmaron Sus nonbres / este publico ynstrumento de Capitulaçion fise escreujr El qual va escripto en estas seys fojas de papel de pliego entero escriptas de Anbas partes com esta en que van los nonbres de los dichos y mj Segno / E en fin de cada plana va Sennalado de la Sennal de mj nonbre e de la Sennal del dicho esteuan vaez E por ende-fise aqui este mjo Segno que es A tal (Sinal) en testigo de verdad

(no pé do sinal assim. com guarda:) fernand'aluas

(Adenda do escrivão Estevão Vaz certificando o supra dito com aposição do respectivo sinal:)
E eu dito esteuan vaaz stpriuam do tesouro e feitorya de guinee e stpriuam da camara do dito Senhor Rey de portugall e dos algarues daaquem (fol. 7) e daalem mar em africa e Senhor de guinee nosso Senhor / que per autorydade que os ditos Senhores Rey e Raynha de castella de

liam d'aragam de graada cetera ma deram pera fazer pubriquo em todos seus Reynos e Senhoryos juntamente com o dito Fernand'Alvarez a Roguo e Requerimento dos ditos embaixadores e procuradores a todo presente fuy e por fe e certidam dello aquy de meu publico synall asyneý que tall he. (Sinal)

// secretário del-rei e da rainha nossos senhores e do seu conselho, e seu escrivão da câmara e notário publico em sua corte e em todos seus reinos e senhorios, fui presente a tudo o que dito é, em um com as ditas testemunhas e com Estêvão Vaz, secretário do dito senhor rei de Portugal, que por autoridade que os ditos rei e rainha nossos senhores lhe deram pera dar fé deste auto em seus reinos, que foi assim mesmo presente ao que dito é e de rogo e outorgamento de todos os ditos procuradores e embaixadores, que em minha presença e sua aqui firmaram seus nomes, este público instrumento de capitulação fiz escrever. O qual vai escrito nestas seis folhas de papel de prego inteiro escritas de ambas partes com esta em que vão os nomes dos sobreditos e meu sinal e em fim de cada plana vai assinado do sinal do meu nome e do sinal do dito Estêvão Vaz. E porém fiz aqui este meu sinal que é tal em testemunho de verdade. Fernam d'Alvarez e eu dito Estêvão Vaz //

// que per autoridade que os ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, etc., me deram pera fazer público em todos seus reinos e senhorios, juntamente com o dito Fernam d'Alvarez, a rogo e requerimento dos ditos embaixadores e procuradores, a tudo presente fui e por fé e certidão delo aqui de meu público sinal assinei que tal é.

(conforme consta em http://bnd.bn.pt/ed/viagens/brasil/obras/tratado_tordesilhas/index.html)

Anexo 2

TRATADO DE MADRI

D. João V (Portugal) / D. Fernando VI (Espanha)

- 13.Janeiro.1750 -

□ Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade . . . e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas Coroas na América, cujas conquistas se tem adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a Linha Divisória, . . .

Por parte da Coroa de Portugal, se alegava que havendo de contar-se os 180° de sua demarcação, desde a linha para o Oriente, ficando para Espanha os outros 180° para Ocidente; . . . contudo, se acha, conforme as observações mais exatas e modernas dos astrónomos . . . se estende o domínio espanhol na extremidade Asiática do mar do sul, muito mais graus que os 180° da sua demarcação; e, por conseguinte, tem ocupado muito maior espaço do que pode importar qualquer excesso que se atribua aos portugueses, no que talvez terão ocupado na América meridional, ao Ocidente da mesma Linha, . . .

Também se alegava que pela Escritura de venda, com pacto de retrovenda, outorgada pelos procuradores das duas Coroas, em Saragoça, a 22 de abril de 1529, vendeu a Coroa da Espanha à Portugal tudo o que por qualquer via ou direito lhe pertencesse ao ocidente de outra Linha Meridiana, imaginada pelas Ilhas das Velas, situadas no mar do sul, a 17 gráus de distancia de Molucas . . . Que, sem embargo desta convenção, foram depois os espanhóis a descobrir as Filipinas, . . .

Quanto ao território da margem setentrional do rio da Prata, alegava que, com o motivo da fundação da colônia do Sacramento, se excitou uma disputa entre as duas corôas sobre limites; a saber, se as terras, em que se fundou aquela praça, estavam ao oriente, ou ao ocidente da linha divisóri, determinada em Tordelillas; . . .

Que tocando aquele território a Portugal por título diverso da linha divisória determinada em Tordesillas, isto é, pela transação feita no tratado de Utrecht (*de 1715*) . . .

Por parte da corôa de Espanha se alegava que, havendo de imaginar-se a linha de norte a sul a 370 léguas ao poente das ilhas de Cabo Verde, . . . e ainda que por não estar declarado de qual das ilhas de Cabo Verde se hão de começar a contar as 370 léguas, . . . e consentindo que se comece a contar desde a mais ocidental, que chamam de Santo Antão, apenas poderão chegar as 370 léguas à cidade do Pará . . . e como a corôa de Portugal tem ocupado as duas margens do rio dos Amazonas, ou Marañon, subindo até a boca do rio Javari, . . . sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação que fez esta corôa até o Cuiabá e Mato Grosso.

Vistas e examinadas estas razões pelos dous Sereníssimos Monarcas, . . . resolveram pôr têrmo às disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de tôdas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos referidos tratados de Tordesillas, Liboa, Utrecht e da escritura de Saragoça, ou de outros quaiquer fundamentos, que possam influir na divisão dos seus domínios por linha meridiana; . . .

Para concluir êste ajuste, e assinalar os limtes, deram os dois Sereníssimos Reis aos seus ministros, . . . e seguindo as suas ordens, concordaram no que se contém nos seguintes artigos:

ART. I

O presente tratado será o único fundamento, e regra, que ao diante se deverá seguir para a divisão e limites dos dois domínios em toda a América e na Ásia; e em virtude disto ficará abolido qualquer direito e ação, que possam alegar as duas coroas por motivo da bula do *papa Alexandre VI*, de feliz memória, e dos Tratados de Tordesilhas, de Lisboa e Utrecht, da escritura de venda outorgada em Saragoça e de outros quaisquer tratados, convenções e promessas; o que tudo, enquanto trata da linha da demarcação, será de nenhum valor e efeito, como se não houvera sido determinado ficando em tudo o mais na sua força e vigor; e para o futuro não se tratará mais da dita linha, nem se poderá usar deste meio para a decisão de qualquer dificuldade que ocorra sobre limites, senão unicamente da fronteira, que se prescreve nos presentes artigos, como regra invariável, e muito menos sujeita a controvérsias.

ART. II

As ilhas Filipinas e as adjacentes, que possui a Corôa de Espanha, lhe pertencerão para sempre, sem embargo de qualquer pertença que possa alegar por parte da Coroa de Portugal, com o motivo do que se determinou no dito Tratado de Tordesilhas, e sem embargo das condições contidas na escritura celebrada em Saragoça a 22 de abril de 1529; e sem que a Coroa de Portugal possa repetir cousa alguma do preço que pagou pela venda celebrada na dita escritura, a cujo efeito S. M. F., em seu nome, e de seus herdeiros, e sucessores, faz a mais ampla e formal renúncia de qualquer direito, que possa ter pelos princípios expressados ou por qualquer outro fundamento, às referidas ilhas e à restituição da quantia que se pagou em virtude da dita escritura.

ART. III

Na mesma forma pertencerá à Corôa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Marañon acima, e o terreno de ambas as margens dêste rio até as paragens, que abaixo se dirão; como também tudo o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso, e dele para a parte do oriente, e Brasil, sem embargo de qualquer pretensão que possa alegar, por parte da Coroa de Espanha, com o motivo do que se determinou no referido Tratado de Tordesilhas; a cujo efeito S. M. C., em seu nome, e de seus herdeiros e sucessores, desiste e renuncia formalmente a qualquer direito e ação que, em virtude do dito tratado, ou por outro qualquer título, possa ter aos referidos territórios.

ART. IV

Os confins do domínio das duas monarquias **principiarão na barra**, que forma na costa do mar **o regato que sai ao pé do Monte de Castilhos Grande**, de cuja fralda **continuará a fronteira, buscando em linha reta** o mais alto, ou cume dos Montes, cujas vertentes descem por uma parte para a costa, que corre ao norte do regato, ou para a Lagoa Merim, ou del Meni; e pela outra para a costa que corre do dito regato ao sul, ou para o rio da Prata: de sorte que os cumes dos Montes sirvam de raia do domínio das duas Corôas; e assim **continuará a fronteira até encontrar a origem principal e cabeceiras do rio Negro**; e por cima delas continuará até a **origem principal do rio Ibicuí, prosseguindo pelo álveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem Oriental do uruguai**, ficando de Portugal tôdas as vertentes que baixam à dita Lagoa ou ao Rio Grande de S. Pedro; e de Espanha, as que baixam aos rios que vão unir-se com o da Prata.

ART. V

Subirá desde a **boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai até encontrar o do rio rio Pepirí**, ou Pequirí, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo **álveo do Pepirí acima à sua origem principal**; desde a qual prosseguirá pelo **mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais visinho que desemboque no rio grande de Curitiba**, por outro nome chamado **Iguassú**. Pelo **álveo do dito rio mais visinho da origem do Pepirí e depois pelo Iguassú**, ou rio grande de Curitiba, continuará a raia até onde o mesmo **Iguassú desemboca na margem oriental do Paraná**; e desde esta boca prosseguirá pelo **álveo do Paraná acima**, até onde se lhe ajunta o **rio Iguereí** pela sua margem ocidental.

ART. VI

Desde a boca do igureí continuará **pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal**; e dali buscará **em linha reta** pelo mais alto do terreno a **cabeceira principal do rio mais visinho** que deságua no Paraguai pelo sua margem oriental, talvez será o que chamam **Corrientes**, e baixará **pelo álveo deste rio até a sua entrada no Parguai**, desde a qual boca **subirá pelo canal principal** que deixa o Paraguai em tempo sêco; e **pelo seu álveo até encontrar os pântanos** que forma êste rio, chamados a **Lagoa dos Xarais**, e atravessando esta Lagoa, **até a boca do rio Jaurú**.

ART. VII

Desde a boca do Jaurú pela parte ocidental prosseguirá a fronteira **em linha reta até a margem austral do rio Guaporé** defronte da **boca do rio Sararé** que entra no dito Guaporé pela sua margem setentrional; com declaração que se os comissários, que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte, na face do país, acharem entre os rios Jaurú e Guaporé outros rios, ou balizas naturais por onde mais comodamente, e com maior certeza, se possa assinalar a raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jaurú, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que êles costumam fazer do Cuiabá para Mato Grosso; os dois Altos contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno que possa ficar a uma ou a outra parte. Desde o lugar que na margem austral do Guaporé for assinalado para este têrmo da raia, como fica explicado, **baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré** que nasce na província de Santa Cruz de la la Sierra, e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o **rio chamado da Madeira** que entra na das **Amazonas** ou Marañon, pela sua margem austral.

ART. VIII

Baixará pelo **álveo dêstes dois rios, já unidos**, até a paragem situada em **igual distância do dito rio Amazonas** ou Marañon, e **da boca do dito Mamoré**; e desde aquela paragem continuará por uma **linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Jvarí** que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo **álveo do Javarí até onde desemboca no rio das Amazonas** ou Marañon

prossegirá **por êste rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá** que desagua nele pela margem setentrional.

ART. IX

Continuará a fronteira pelo **meio do rio Japurá**, e pelos mais rios que a êle se ajuntam, e que mais se chegarem ao rumo do norte, até encontrar o **alto da cordilheira de Montes que mediam entre o rio Orenoco e o das Amazonas** ou Marañon; e prossegirá pelo **cume dêstes montes para o oriente até onde se estender o domínio de uma e outra Monarquia**. As pessoas nomeadas por ambas as Corôas para estabelecer os limites, conforme o previnido no presente artigo, terão particular cuidado de assinalar a fronteira nesta parte, subindo pelo álveo da **boca mais ocidental do japurá**; de sorte que se deixem cobertos os estabelecimentos que atualmente tiverem os portugueses nas margens dêste rio e do Negro, como também a comunicação ou canal de que se servem entre êstes dois rios; e que se não dê lugar a que os espanhóis com pretexto ou interpretação alguma, possam introduzir-se neles, nem na dita comunicação; nem os portugueses subir para o rio Orenoco, nem estender-se para as províncias povoadas por Espanha, nem para os despovoados que lhe hão de pertencer conforme os presentes artigos; para o qual efeito assinalarão os limites pelas Lagoas e Rios, endireitando a linha na raia, quanto puder ser, para a parte do norte, sem reparar no puco mais ou menos que fique a uma ou outra Corôa, com tanto que se logrem os fins expressados.

ART. X

Tôdas as **ilhas que se acharem em qualquer dos rios por onde há de passar a raia**, conforme o prevenido nos artigos antecedentes, **pertencerão ao domínio a que esiverem mais próximos em tempo sêco.**

ART. XI

Ao mesmo tempo que os comissários nomeados por ambas as Corôas forem assinalando os limites em tôda a fronteira, farão as observações necessárias para formar um mapa individual de tôda ela, do qual se tirarão as cópias que parecerem necessárias, firmadas por todos, que se guardarão pelas duas côestes para o caso que ao diante se ofereça alguma disputa, pelo motivo de qualquer infração; em cujo caso, e em outro qualquer, se terão por autênticas, e farão plena prova. E para que se não ofereça a mais leve dúvida, os referidos comissários porão nome de comum acôrdo aos rios e montes que o não tiverem, e assinalarão tudo no mapa com a individuação possível.

ART. XII

Atendendo a conveniência comum das duas nações, e para evitar todo o gênero de controvérsia para o diante, se estabelecerão e regularão as mutuas cessões contidas nos artigos seguintes:

ART. XIII

Sua Majestade **Fidelíssima**, em seu nome e de seus herdeiros e sucessores, **cede** para sempre à Corôa de Espanha **a Colônia do Sacramento** e todo o seu território adjacente a ela, na margem setentrional do rio da Prata, até os confins declarados no artigo IV, e as praças, portos e estabelecimentos, que se compreendem na mesma paragem; como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá inteiramente à Coroa de Espanha; e para que tenha efeito, renuncia S. M. F. todo o direito e ação, que tinha reservado à sua Coroa pelo Tratado Provisional de 7 de maio de 1681, e sua posse, direito e ação que lhe pertença, e possa tocar-lhe em virtude dos artigos V e VI do Tratado de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715, ou por outra qualquer convenção, título e fundamento.

ART. XIV

Sua Majestade **Católica**, em seu nome e de seus herdeiros e sucessores, cede para sempre à Corôa de Portugal tudo o que por parte de Espanha se acha ocupado, ou por qualquer título ou direito possa pertencer-lhe em qualquer parte das terras que pelos presentes artigos se declaram pertencentes a Portugal, desde o Monte Castilhos Grande, e sua fralda meridional e costa do mar até a cabeceira e origem principal do rio Ibicuí; e também cede **toda e quaiquer povoações e estabelecimentos que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do uruguai**, e as que possam ter-se fundado **na margem oriental do rio Pepirí e a aldeia de Santa Rosa, e outra qualquer** que se possa ter estabelecido por parte de Espanha na **margem oriental do**

rio Guaporé. E Sua Majestade Fidelíssima cede na mesma forma à Espanha **todo o terreno que corre desde a boca ocidental do rio Japurá,** e fica entre meio do mesmo rio e do das Amazonas ou Marañon, e tôda a navegação do rio Izá, e tudo o que se segue desde êste último rio para o ocidente com a aldeia de S. Cristovam, e outro qualquer que por parte de Portugal se tenha fundado naquele espaço de terras; fazendo-se mútuas entregas com as qualidades seguintes:

ART. XV

A colônia de Sacramento se entregará por parte de Portugal sem tirar dela que a artilharia, armas, pólvora e munições, e embarcações do serviço da mesma praça; e os moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras do domínio português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. O governador, oficiais e soldados levarão também todos os seus efeitos, e terão a mesma liberdade de venderem os seus bens de raiz.

ART. XVI

Das povoações ou aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai **sairão os missionários** com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldeiar em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvoras e munições, que tiverem em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno. As que se cedem por *Sua Majestade Fidelíssima e Católica* nas margens dos rios Pequiri, Guaporé e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias que a Colônia do Sacramento,

conforme se disse no artigo XIV; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão de poder fazer os moradores daquela praça; exceto que os que se forem perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem.

ART. XVII

Em consequência da fronteira e limites, determinados nos artigos antecedentes, ficará para a Corôa de Portugal o Monte de Castilhos Grande com a sua fralda meridional; e o poderá fortificar, mantendo alí uma guarda, mas não poderá povoá-lo, ficando às duas nações o uso comum da Barra ou enseada, que forma ali o mar, de que se tratou no artigo IV.

ART. XVIII

A navegação daquela parte dos rios, por onde há de passar a fronteira será comum às duas nações; e geralmente, onde ambas as margens dos rios pertencerem à mesma Coroa, será privativamente sua a navegação; e o mesmo se entenderá da pesca nos ditos rios, sendo comum às duas nações, onde o for a navegação; e privativa, onde o for a uma delas a dita navegação: e pelo que toca aos cumes da cordilheira, que hão de servir de raia entre o rio das Amazonas e o Orinoco, pertencerão a Espanha todas as vertentes, que caírem para o Orinoco, e a Portugal todas as caírem para o rio das Amazonas ou Marañon.

ART. XIX

Em tôda a fronteira será vedado o conrabando, o comércio entre as duas nações, ficando na sua força e vigor as leis promulgadas por ambas as coroas que disto tratam; e, além desta proibição, nenhuma pessoa poderá passar do território de uma nação para o da outra por terra, nem por água, nem navegar em todo ou parte dos rios, que não forem privativos da sua nação, ou comuns, com pretexto, nem motivo algum, sem tirar primeiro licença do governador, ou superior do terreno, aonde há de ir, ou sem que vá enviado pelo governador do seu território a solicitar algum negócio, para o qual efeito levará o seu passaporte, e os transgressores serão castigados com esta diferença: se forem apreendidos no território alheio, serão postos em prisão e nela se manterão pelo tempo que quiser o governador ou superior que os fez prender; porém, se não puderem ser colhidos, o governador ou superior da terra em que entrarem formará um processo com justificação das pessoas e do delito, e com ele requererá ao juiz dos transgressores, para que os castigue da mesma forma: excetuando-se das referidas penas os que navegando nos rios, por onde vai a fronteira, fossem constrangidos a chegar ao território alheio por alguma urgente necessidade, fazendo-a constar. E para tirar toda a ocasião de discórdia, não será lícito nos rios, cuja navegação for comum, nem nas suas margens levantar gênero algum de fortificação, nem pôr embarcação de registro, nem plantar artilharia, ou por outro qualquer modo estabelecer força, que possa impedir a livre e comum navegação. Nem tampouco seja lícito a nenhuma das partes visitar, ou registrar, ou obrigar que venham à sua margem as embarcações da parte oposta; e só poderão impedir e castigar aos vassalos da outra nação, se aportarem na sua margem; salvo em caso de indispensável necessidade, como fica dito.

ART. XX

Para evitar alguns prejuizos, que poderiam ocasionar-se, foi concordado que nos montes, onde em conformidade dos precedentes artigos ficar posta a raia nos seus cumes não será lícito a nenhuma das duas potências erigir fortificação sobre os mesmos cumes, nem permitir que os seus vassallos façam neles povoação alguma.

ART. XXI

Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Majestades Fidelíssima e Católica que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas Corôas, se mantenham em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em tôda a Améric Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissível; e qualquer presa que fizerem, será restituída de boa fé, e inteiramente. E, assim mesmo, nenhuma das nações permitirá o cômodo de seus portos, e menos o trânsito pelos seus territórios da América meridional, aos inimigos da outra, quando intentem aproveitar-se deles para hostilizá-la; ainda que fosse em tempo que as duas nações tivessem entre si guerra em outra região. A dita continuação de perpétua paz e boa vizinhança não terá só lugar nas terras e ilhas da América meridional, entre os súditos confiantes das duas monarquias, senão também nos rios, portos e costas, e no mar Oceano, desde a altura da extremidade austral da ilha de Santo Antão, uma das de Cabo Verde, para a parte do sul; e desde o meridiano, que passa pela sua extremidade ocidental para a

parte do poente: de sorte que a nenhum navio de guerra, corsário, ou outra embarcação de uma das duas coroas seja lícito dentro dos ditos termos em nenhum tempo atacar, insultar ou fazer o mínimo prejuízo aos navios e súditos da outra; e de qualquer atentado, que em contrário se cometa, se dará pronta satisfação, restituindo-se inteiramente o que acaso se tivesse apesado, e castigando-se severamente os transgressores. Outrossim, nem uma das duas nações admitirá, nos seus portos e terras da dita América meridional, navios, ou comerciantes, amigos ou neutrais, sabendo que levam intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as leis, com que os dois monarcas governam aqueles domínios. E para a pontual observância de todo o expressado neste artigo, se farão por ambas as cortes os mais eficazes encargos aos seus respectivos governadores, comandantes e justiças; bem entendido, que ainda em caso (que não se espera) que haja algum incidente, ou descuido, contra o prometido e estipulado neste artigo, não servirá isso de prejuízo à observância perpétua e inviolável de tudo o mais que pelo presente tratado fica regulado.

ART. XXII

Para que se determinem com maior precisão, e sequer haja lugar à mais leve dúvida ao futuro nos lugares por onde deve passar a raia em algumas partes, que não estão nomeadas e especificadas distintamente nos artigos antecedentes, como também para declarar a qual dos domínios hão de pertencer as ilhas que se acharem nos rios que hão de pertencer de fronteira, nomearão ambas as Majestades, quanto antes, comissários inteligentes: os quais, visitando toda a raia, ajustem com a maior distinção e clareza as paragens por onde há de correr a demarcação, em virtude do que se expressa neste tratado, pondo marcos nos lugares que lhes parecer conveniente; e aquilo em que se

conformarem, será válido perpetuamente em virtude da aprovação e ratificação de ambas as Majestades. Porém, no caso em que se não possam concordar em alguma paragem, darão conta aos sereníssimos reis, para decidirem a dúvida em termos justos e convenientes. Bem entendido que o que os ditos comissários deixarem de ajustar não prejudicará de sorte alguma o vigor e observância do presente tratado; o qual, independentemente disso, ficará firme e inviolável, nas suas cláusulas e determinações, servindo no futuro de regra fixa, perpétua e inalterável, para os confins do domínio das duas coroas.

ART. XXIII

Determinar-se-á entre as duas Majestades o dia em que se hão de fazer as mútuas entregas da colônia do Sacramento com o território adjacente, e das terras e povoações compreendidas na cessão que faz Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai; o qual dia não passará do ano, depois que se firmar êste tratado: a cujo efeito, logo que se ratificar, passarão Suas *Majestades Fidelíssima e Católica*, as ordens necessárias, de que se fará troca entre os ditos plenipotenciários; e pelo que toca à entrega das mais povoações, ou aldeias, que se cedem por ambas as partes, se executará ao tempo, que os comissários nomeados por elas chegarem às paragens da sua situação, examinando e estabelecendo os limites; e os que houverem de ir a estas paragens serão despachados com mais brevidade.

ART. XXIV

Declara-se que as cessões, contidas nos presentes artigos, não se reputarão como determinado equivalente uma de outras, senão que se fazem respeitando ao total do que se controvertia e alegava, , ou reciprocamente se cedia, e àquelas conveniências e comodidades que ao presente resultavam a uma e outra parte; e em atenção a isto se reputou justa e conveniente para ambas a concórdia e determinação de limites que fica expressada, e como tal a reconhecem e aprovam *Suas Majestades* em seu nome, e de seus herdeiros e sucessores, renunciando qualquer outra pretensão em contrário; e prometendo na mesma forma que em nenhum tempo, e com nenhum fundamento, se disputará o que fica assentado e concordado nestes artigos; nem com pretexto de lesão, nem outro qualquer, pretenderão outro ressarcimento, ou equivalente dos seus mútuos direitos e cessões referidas.

ART. XXV

Para mais plena segurança dêste tratado convieram os dois Altos contraentes em garantir reciprocamente tôda a fronteira e adjacências de seus domínios na América Meridional, conforme acima fica expressado; obrigando-se cada um a auxiliar e socorrer o outro contra qualquer ataque ou invasão, até que com efeito fique na pacífica posse e uso livre e inteiro do que se lhe pretendesse usurpar; e esta obrigação, quanto às costas do mar, e países circunvizinhos a elas, pela parte de S. M. F. se estenderá até as margens do Orinoco de uma e outra banda; e desde Castilhos até o estreito de Magalhães. E pela parte de S. M. C. se estenderá às margens de uma e outra banda do rio das Amazonas ou Marañon; e desde o dito Castilhos até o porto de Santos. Mas, pelo que toca ao interior da América meridional, será indefinida esta

obrigação; e em qualquer caso de invasão, ou sublevação, cada uma das coroas ajudará e socorrerá a outra até se reporem as cousas em estado pacífico.

ART. XXVI

Este tratado, com tôdas as suas cláusulas e determinações será de perpétuo vigor entre as duas Corôas; de tal sorte que, ainda em caso (que Deus não permita) que se declarem guerra, ficará firme e invariável durante a mesma guerra e depois dela, sem que nunca se possa reputar interrompido nem necessite de revalidar-se.

E presentemente se aprovará, confirmará e ratificará pelos dois sereníssimos Reis, e se fará a troca das ratificações no têrmo de um mês, depois da sua data, ou antes se for possível.

Em fé do que, e em virtude das ordens e plenos poderes que nós abaixo assinados recebemos de nossos amos El-Rei Fidelíssimo de Portugal, e El-Rei Católico de Espanha, assinamos o presente tratado, e lhe fizemos pôr o sêlo de nossa armas.

Feito em **Madri a 13 de janeiro de 1750.**

(L.S.) Visconde Thomaz da Silva Telles.

(L.S.) D. Joseph de Carvajal y Lancaster.

(Ass.) Visconde Tomás da Silva Teles e d. Joseph de Carvajal y Lancaster.

Extraído de Octavio Tarquínio de Sousa (dir.). Coleção documentos brasileiros, v. 19. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 19

Anexo 3

ANNAES
DA
CONFERENCIA DE LIMITES
INTERESTADUAES

Convocada em nome de S. Ex.
o Sr. Dr. ÉPITACIO PESSÔA, Presidente da Republica,
por S. Ex. o Sr. ALFREDO PINTO VIEIRA DE MELLO, Ministro
da Justiça e Negocios Interiores, e realizada de 1
de Junho a 14 de Julho de 1920



* * RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL * 1921

3437—020

ANNAES DA CONFERENCIA DE LIMITES INTERESTADUAES

A IDÉA DA CONFERENCIA

Pode-se ter como existentes, na ordem juridica e politica, as questões de limites internos a partir da organização constitucional da nacionalidade, ao tempo em que a urgencia coercitiva de adaptar a forma de governo, que melhor garantia a cohesão nacional contra as perigosas contingencias do momento historico, primou a necessidade da divisão equitativa do territorio, que o facto mesmo da formação da Patria haveria desde logo consagrado como padrão geographico, politico e administrativo immutavel na vida da nova gente.

Dois regimens atravessamos com esse defeito original; e só o ultimo, ora vigente, chamou a si o commettimento de empregar a respectiva solução, no duplo interesse integrante do vinculo nacional e do vinculo federativo.

Algumas seculares, oriundas da primitiva chorographia, contemporanea do Descobrimento; outras, menos recuadas no passado, provindas do desmembramento e doações das antigas capitánias, e, posteriormente, do desdobramento e desintegração de latifundios, que ampliaram em provincias o mappa do paiz, na successiva transição do Brasil — Colonia, para o Brasil — Reino, e para o Brasil — Imperio, todas essas questões, que o tempo aguçou em ásperos litígios, ficaram em partilha ao zelo dos homens que, ao cabo de quasi um seculo, iam levantar em raias definitivas a carta incerta, em cujas arestas soffrêra mais de uma vez a provação da discordia a fraternidade dos brasileiros.

Na mesma situação permaneceram, até á Republica, as fronteiras externas, prova de que nenhuma diligencia séria fizeram os governos anteriores á revolução de 15 de novembro para dirimir definitivamente quer os litígios com os vizinhos estrangeiros, quer as discrepâncias das extremas domesticas.

O serviço maximo do Barão do Rio Branco, ministro da Republica, ao Brasil, consistiu em delimitar pacificamente as fronteiras internacionaes, assegurando, por esse lado, não só á sua Patria, mas a todo o continente, a impossibilidade de

uma guerra por divergencias ou reivindicações territoriaes, que, entre paizes novos, alheios, pelas circumstancias especiaes da sua evolução ethnica, politica e economica, a outros pretextos decisivos, são plausivelmente os motivos unicos, susceptiveis de um desfêcho bellico

A diplomacia realizadora do grande Ministro encontrou na propria Constituição da Republica o instrumento moral e legal mais apto a facilitar a tarefa que chamou ás energias e á clarividencia do seu patriotismo. A carta de fevereiro estabeleceu a obrigatoriedade do arbitramento para a solução de quaesquer contendas externas, inclusive as de fronteiras, e diante das quaes não vingassem os meios promptos e amistosos do accôrdo directo.

Completava-se o pensamento humano e pacifico do legislador constituinte com a vedação expressa, taxativa, insophismavel, do estatuto federal, quanto ao desencadeamento de todo e qualquer conflicto armado objectivando conquista territorial.

Em principio, a Constituição fundamentou o engrandecimento da Nação, sob o regimen que ella juridicamente organizava, inteiramente a salvo da eventualidade da guerra externa, com o cercar a esta as duas causas mais plausiveis em todos os tempos da civilização humana: as extremas nacionaes em disputa e o imperialismo rapinante contra a terra alheia.

Inspirado na verdadeira tradição da nossa politica diplomatica, o legislador da Constituinte republicana definiu com segurança de visão e firmeza de proposito o que convinha estatuir em nosso Direito Publico, de maneira a subordinar a um criterio liberal de paz e de concordia a posição internacional do Brasil, na mais perfeita e edificante coherencia com as tradições diplomaticas integradoras da sua soberania na roia internacional

Ora, não parece que esse criterio, pelo qual se norteou Rio Branco, ao dar-se á imperecivel faina da delimitação externa, prevalecesse para esta, e viesse a succumbir, quando buscassemos applical-o aos nossos litigios *intra muros*. Licito é, ao contrario, suppor que foi pensando tambem nas discrepancias chorographicas internas, que o legislador formou o principio do arbitramento, como, implicitamente, a indicar o tuno que melhor conviria aos novos Estados seguir, se não lhes fosse dado accordar immediatamente na definitiva linha coninatoria das suas áreas em confenda

Cerriamente, ao inverso do que estatuiu para o ajuste das pendencias com o estrangeiro, a Constituição, que não cogitou *explicitamente* de novas demarcações eventuaes dos Estados, não tornou — (e nem poderia fazel-o, ante a omissão assigna-

lada) — *taxativamente extensiva* a essas demarcações a obrigatoriedade do juizo arbitral, mesmo porque, em relação aos dissídios internos de tal natureza, a ultima palavra, se indispensavel, haveria de caber preferencialmente á justiça da União.

Entretanto, absurdo seria conceber não pudesse influir nos nossos litigios domesticos o criterio pacifista e congraçador adoptado para liquidar as contendas externas. Seria uma anomalia bizarra, insustentavel mesmo perante a interpretação extensiva da lei e do principio geral em que se nucleou a nossa orientação, para resolver sem conflicto as complicações que nos perturbem, acaso, a marcha para diante, affectando a cohesão nacional, que é a primeira condição de efficiencia nessa jornada entre os povos.

O actual Governo da Republica comprehendeu que convinha applicar o ponto de vista do legislador constituinte, como base da possível regularização immediata das divisas interestaduaes litigiosas.

Perante o mundo, attento ao desdobramento dynamico da nossa projecção internacional, não podiamos permanecer, sem desprimor, em attitude de incongruencia politica e juridica, por isso que não aproveitavamos das lições e da obra de Rio Branco, para effectivar na ordem interna o que elle tivéra genio e energia para realizar na ordem externa.

A aproximação da data commemorativa do primeiro centenário da Independencia Nacional alentou no Governo o designio de tentar quanto antes a pratica daquella applicação, pondo a interferencia amistosa e conciliadora da sua autoridade ao serviço dessa causa nacional por todos os titulos benemerita.

Originou-se nesse proposito, garantido com a imparcialidade da mediação do governo e com os auxilios technicos inherentes á sua iniciativa, a conferencia encerrada em 14 de julho do corrente anno, e cujos resultados, excedendo mesmo á espectativa optimista de seus organizadores, mereceu da universalidade da opinião publica, através dos louvores unanimes da imprensa brasileira, as congratulações e os applausos mais significativos.

ANTECEDENTES

A intervenção do Governo Federal junto aos governos dos Estados para solucionar, ou apressar a solução das pendencias de limites, avigorou-se em patrioticos antecedentes notorios, verificados por duas vezes, nos annos mais vizinhos da nossa actualidade.

Manda a justiça consignar desde logo a acção brilhante que coube no assumpto desempenhar ao governo do Dr. Wenceslau Braz, ao tempo de cuja Presidencia irrompeu a luta fratricida no contestado catharinense, forçando a União a um memoravel e doloroso sacrificio para restabelecer a ordem numa vasta região, onde resurgia Canudos.

A mediação arbitral do Presidente da Republica, acceita patrioticamente pelos dois Estados litigantes, e celebrada com a assignatura solemne da sentença, no palacio do Cattete, em 20 de outubro de 1916, marcou o primeiro passo para o exito da interferencia do Governo Federal nas desintelligencias entre as provincias federativas por motivos de fronteiras.

O fruto magnanimo dessa primeira semente não havia de ser exclusivo e unico. As esperanças e benções da Nação fertilizaram, felizmente, o terreno para colheitas fartas, de cuja prosequencia ia incumbir-se uma sociedade seientifica benemerita, entre as que mais o sejam no paiz.

Coube, com effeito, á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, acudindo a um vibrante appello da Liga de Defesa Nacional, e assistida de perto pelas diligencias e prestigio do Governo Federal, levar por diante o emprehendimento inaugurado na Presidencia Wenceslau Braz, tendente a encaminhar para soluções por accôrdo directo ou por interposição de arbitros os muitos litigios que ainda desuniam os Estados.

Com esse objectivo, reuniu-se em Bello-Horizonte, em 7 de setembro de 1918, o Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, ao qual enviaram representantes todos os Estados e que teve a fortuna de conseguir os resultados mais animadores.

Graças aos intuitos e aos esforços dessa iniciativa bem-fazeja, para cuja efficacidade maior se alliaram á Sociedade de Geographia, a Liga de Defesa Nacional, o Instituto Historico e Geographico e o Club de Engenharia, chegou-se desde logo a estes resultados, que o paiz acolheu com entusiasticos louvores: —, foram estudadas todas as questões existentes, celebrados 13 accôrds e encaminhados dois.

Para velar pela execução desses compromissos, o Congresso designou a sua setima commissão (Limites Interestaduaes), com o character de commissão permanente, e que se deu por dissolvida em virtude da convocação da Conferencia de Limites Interestaduaes pelo Governo da União.

Muito embora alguns dos accôrds houvessem sido renovados no seio da Conferencia recémfinda, não importa essa circumstancia no minimo de merito para a significação e valor da iniciativa geral da Sociedade de Geographia e de seus valerosos alliados na insuperavel cruzada pela perfeita homogeneidade da carta politica do Brasil.

AS QUESTÕES EXISTENTES

Sua situação antes da Conferencia

A Monarchia legou á Republica 29 questões internas de limites, das quaes, na data de 1 de junho de 1920, estavam apenas duas resolvidas de modo definitivo: Pará-Matto Grosso e Paraná-Santa Catharina.

A' primeira, falta ainda o remate da respectiva demarcação; quanto á segunda, espera-se que a demarcação fique concluida em setembro deste anno.

Uma questão ha, ainda, que se pode dar como resolvida: Matto-Grosso-Amazonas. Nesta, apenas ha duvida num trecho da fronteira, cuja fixação ficou dependendo da solução do litigio Pará-Amazonas, entregue ao Supremo Tribunal, que já expediu a primeira sentença.

A questão Pará-Amazonas foi dirimida por accôrdo directo, e já homologada pelo Congresso Nacional. A Paraná-Santa Catharina foi resolvida pelo arbitramento do então Presidente da Republica, Dr. Wenceslau Braz, e teve já, igualmente, a homologação do Congresso Nacional. A Matto-Grosso-Amazonas depende parcialmente, como vimos, da solução final do litigio Pará-Amazonas, *sub-judice*.

Em via de conclusão podia, naquella data, considerar-se a questão Parahyba-Ceará, dirimida por accôrdo directo no Congresso de Geographia de Bello-Horizonte, achando-se o Governo Federal prompto a prestar o promettido auxilio tecnico para o levantamento das divisas.

Esta era a situação das diversas questões de limites antes da Conferencia:

I — Questões em aberto

Bahia com Sergipe.
 « « Espírito Santo.
 « « Pernambuco.
 Piahy com Ceará.
 « « Maranhão.
 Goyaz com Pará.
 « « Matto Grosso.

II — Accôrdos encaminhados

Minas — Rio de Janeiro.
 Santa Catharina — Rio Grande do Sul.

III—Accôrdos em andamento

a) Devem ser submettidos aos Congressos Estaduaes e ao Congresso Nacional para depois ser feita a demarcação:

Bahia — Goyaz.

Bahia — Piauhy.

Minas — Bahia.

Rio de Janeiro — Espirito Santo.

b) Carecem de alterações que lhes facilitem o rapido andamento:

Minas — S. Paulo.

Pernambuco : Alagôas — Ceará — Parahyba.

Parahyba — Rio Grande do Norte.

Rio de Janeiro — Districto Federal.

c) Com S. Ex. o Sr. Presidente da Republica:

Minas — Goyaz.

Paraná — S. Paulo.

IV—Questões no Supremo Tribunal Federal

Rio Grande do Norte — Ceará.

Minas — Espirito Santo.

← Amazonas — Pará.

Amazonas — União.

V—Questões em via de conclusão

Matto Grosso — Amazonas.

Parahyba — Ceará.

Paraná — Santa Catharina.

A CONFERENCIA E OS DELEGADOS

Decidida pelo Governo a convocação da Conferencia de Limites Interestaduaes e marcado o dia 1 de junho para a sua inauguração, o Sr. Dr. Alfredo Pinto, ministro da Justiça, dirigiu aos Srs. governadores e presidentes dos Estados o seguinte telegramma circular:

«Attendendo aos expressivos reclamos da opinião nacional e ás inequivocas manifestações das sociedades scientificas e patrioticas do paiz, bem como ás conveniencias politicas e administrativas de todo o Brasil, resolveu o Governo Federal empregar os meios ao seu alcance para vêr, finalmente, dirimidas, por occasião do centenario da Independencia, as

irritantes questões de limites interestaduaes, que prejudicam ao mesmo tempo a nossa concordia interna e o conceito da nacionalidade no exterior.

Vivamente empenhado na realização de tal designio, está o Governo disposto a coadjuvar desde logo, com engenheiros federaes, destacados para o serviço de demarcação dos respectivos limites, os Estados signatarios de accôrds provenientes do Congresso de Bello Horizonte, ou de outros já encaminhados no mesmo sentido.

Por existirem ainda questões dessa natureza, cujo exame tendente a uma solução definitiva não foi iniciado, mediante qualquer processo, venho pedir a V. Ex., confiando no seu patriotismo e descortino, que se digne nomear um representante desse Estado á Conferencia, que encetará os seus trabalhos no dia 1 de junho do corrente anno, por autorização do Sr. Presidente da Republica, e sob a minha direcção, afim de serem os mencionados casos de limites interestaduaes submettidos ao arbitramento, se as partes não preferirem como solução um accôrdo directo e immediato, observado, em qualquer hypothese, o processo constitucional.»

Dirigiu ainda o Sr. ministro o aviso abaixo aos Srs. presidentes da Liga de Defesa Nacional, Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, Instituto Historico e Geographico Brasileiro e Club de Engenharia:

«Tendo o Governo resolvido empregar os meios ao seu alcance para ver dirimidas, por occasião do centenario da Independencia, todas as questões de limites interestaduaes, transmitto-vos a inclusa cópia, para conhecimento dessa instituição e os fins convenientes, do telegramma circular que sobre tal assumpto foi dirigido aos governos dos Estados em data de 7 de abril corrente. Espero que essa associação, cujos serviços ao paiz são meritorios, preste o seu concurso ao Governo na conferencia de 1 de junho, nomeando um representante, afim de trabalhar, solidaria e patrioticamente, com os demais, no exame e na solução das referidas questões. Reitero-vos os meus protestos de alta estima e consideração.
— *Alfredo Pinto.*»

Ao Sr. ministro A. J. Pires e Albuquerque, procurador geral da Republica, o Sr. ministro da Justiça officiou nos seguintes termos:

«Tendo o Governo resolvido empregar os meios ao seu alcance para ver dirimidas por occasião do Centenario da Independencia, todas as questões de limites interestaduaes, o Ministerio a meu cargo, por telegramma de 7 de abril corrente, junto em cópia, convocou uma conferencia de representantes dos Estados, a reunir-se nesta Capital no dia 1 de junho vindouro.

«Para tomar parte nos trabalhos dessa conferencia, tenho a honra de convidar V. Ex., attendendo não só ás elevadas funcções que V. Ex. exerce, mas tambem á sua autoridade juridica e technica sobre o assumpto das referidas questões. Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e grande apreço.— *Alfredo Pinto*, ministro da Justiça.»

«De todos estes telegrammas e avisos vão as respectivas respostas, em termos de cordial e calorosa solidariedade, na parte desta publicação consagrada á inserção dos documentos da Conferencia a cargo de sua secretaria.

Dessas respostas consta a designação dos respectivos delegados, a saber:

- *Amazonas* — Deputado Monteiro de Souza.
- *Pará* — Deputado Bento Miranda.
- Maranhão* — Deputados Cunha Machado e Rodrigues Machado e Dr. Manoel Nogueira da Silva.
- Piahy* — Deputado Armando Burlamaqui e Dr. José Luiz Baptista.
- Ceará* — Deputado Thomaz de Paula Rodrigues.
- Rio Grande do Norte* — Senador Eloy de Souza.
- Parahyba* — Dr. Manoel Tavares Cavalcanti.
- Pernambuco* — Dr. José Gonçalves Maia.
- Alagoas* — Deputado Pedro Costa Rego.
- Sergipe* — Coronel Ivo do Prado M. Pires da Franca.
- Bahia* — Dr. Braz do Amaral.
- Espirito Santo* — Drs. J. J. Bernardes Sobrinho e Manoel dos Santos Neves.
- Rio de Janeiro* — Deputado João Guimarães, coronel Matoso Maia Forte e Dr. Francisco de Souza Lima.
- Districto Federal* — Drs. Geremario Dantas, Thomaz Delfino e A. Noronha Santos.
- S. Paulo* — Deputado Prudente de Moraes Filho e Dr. João Pedro Cardoso.
- Paraná* — Deputado Luiz Bartholomeu, Drs. F. Moreira Garcez e Plinio Marques.
- Santa Catharina* — Desembargador Gil Costa e Dr. Chrispim Mira.
- Rio Grande do Sul* — Deputado Carlos Maximiliano.
- Minas Geraes* — Deputados Bueno Brandão e Augusto de Lima e Dr. Francisco Mendes Pimentel.
- Goyaz* — Senador Gonzaga Jayme.
- Matto Grosso* — Senador Pedro Celestino.
- União* — Ministro Pires e Albuquerque.
- Liga de Defesa Nacional* — Capitão de fragata Thiers Fleming.
- Instituto Historico e Geographico Brasileiro* — Dr. Manoel Cicero Peregrino.

Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro — Dr. João B. de Mello e Souza.

Club de Engenharia — Dr. Francisco Behring.

A Conferencia teve como Presidente de honra S. Ex. o Sr. Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da Republica.

A Mesa ficou assim constituida: presidente, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, ministro da Justiça; secretario geral, capitão de fragata Thiers Fleming; secretarios, Drs. João B. de Mello e Souza e Antonio A. Alves de Souza.

AS INSTRUÇÕES REGIMENTAES

A Conferencia foi regida pelas seguintes instrucções, expedidas pelo Sr. ministro presidente:

Da Conferencia de limites

Art. 1.º A Conferencia de Limites Interestaduaes, convocada pelo Governo Federal, tem por fim dirimir até a data do Centenario da Independencia, por accôrdo directo e immediato ou arbitramento, observando-se, em qualquer hypothese, o processo constitucional, as questões de limites interestaduaes, que prejudicam ao mesmo tempo a nossa concordia interna e o conceito da nacionalidade no exterior.

Art. 2.º São membros da Conferencia: o Exmo. Sr. Presidente da Republica, como Presidente de Honra; o Ministro da Justiça e Negocios Interiores, como Presidente effectivo; o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica; os Srs. Delegados dos Estados e do Districto Federal, do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e da Liga de Defesa Nacional; o secretario geral e os dois secretarios seus auxiliares, designados os tres pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Das sessões

Art. 3.º A Conferencia realizará no salão da Bibliotheca Nacional, em 1 de junho, a sessão solemne, de abertura; em dias prefixados, as sessões ordinarias; em 14 de julho vindouro, a sessão solemne de encerramento.

Dos delegados

Art. 4.º Os Delegados dos Estados combinarão entre si as soluções das questões de limites, podendo effectuar as suas reuniões na séde da Conferencia.

§ 1.º Os accórdos ou cónvenios ajustados serão apresentados e assignados nas sessões ordinarias.

§ 2.º Os Delegados serão sempre recebidos pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores para tratar de assumptos concernentes aos respectivos trabalhos.

§ 3.º Os Delegados gozarão de franquia telegraphica para desempenho de suas commissões.

§ 4.º Durante as sessões ordinarias, destinadas á apresentação e assignatura de accórdos ou convenios, não haverá discursos nem debates.

Dos Secretarios

Art. 5.º Ao Secretario Geral, auxiliar directo do Presidente effectivo, compete:

I, providenciar para o bom andamento dos trabalhos da Conferencia;

II, entender-se com os delegados e autoridades publicas;

III, dirigir os serviços da Secretaria e da imprensa.

Art. 6.º Os Secretarios desempenharão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo Secretario Geral.

Das questões de limites

Art. 7.º As questões « em aberto » deverão ser resolvidas por accôrdo directo e immediato ou arbitramento, ou pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 8.º Quando houver accórdos já encaminhados, e não forem estes concluidos, as respectivas questões deverão ser submettidas a arbitramento.

Art. 9.º Os accórdos « em andamento », dependendo de trabalhos de engenheiros, para serem submettidos ás formalidades constitucionaes, desde que não possam chegar ao seu termo final antes de 1922, deverão ser alterados nesse sentido.

Art. 10. Os accórdos « em andamento », que tenham encontrado difficuldades, perturbando a sua marcha regular, deverão ser alterados, mesmo recorrendo-se ao arbitramento, para se lhes promover completa execução.

Art. 11. As partes interessadas nas questões *sub judice*, que não puderem chegar a um accôrdo entre si, deverão celebrar um convenio supplementar, compromettendo-se a acatar a primeira sentença do Supremo Tribunal Federal, sem interpor embargos ou qualquer outro recurso.

Do arbitro

Art. 12. Nos casos de arbitramento, os Delegados escolherão livremente o respectivo arbitro.

Do processo legislativo

Art. 13. As sessões dos Congressos Estaduaes deverão effectuar-se de modo que todos os accórdos possam ser por ellas approvados duas vezes e depois homologados pelo Congresso Nacional antes de 7 de setembro de 1922.

Da demarcação de limites

Art. 14. A demarcação da fronteira será feita, como no caso Paraná-Santa Catharina, por delegados do Governo Federal, com assistencia de um representante de cada Estado.

AS SESSÕES

Installada solemnemente em 1 de junho, á noite, no palacio da Bibliotheca Nacional, a Conferencia de Limites Interestaduaes realizou nove sessões, inclusive as de abertura e de encerramento.

No periodo de sua duração, os Srs. delegados, em reuniões parciaes, ou constituídos em commissões, já na séde da Conferencia, já no Ministerio da Justiça, encaminharam as suas diversas negociações para accórdos directos ou indirectos, preparando os termos respectivos, a serem lidos, em seguida, nas sessões plenas.

Abertura da Conferencia

Ao inaugurar os trabalhos da Conferencia de Limites Interestaduaes, pronunciou o Sr. Ministro-Presidente o seguinte discurso:

«A honra que me conferiu o Sr. Presidente da Republica, no seu impedimento por enfermidade, felizmente passageira, de inaugurar esta Conferencia dos illustres representantes dos Estados, cujo programma consiste em dirimir todas as questões de limites entre elles existentes, faz vibrarem no meu coração de brasileiro os mais profundos sentimentos de patriotismo.

Esta solemnidade, como sabeis, devéria ter a eloquencia, o prestigio da palavra que vos fosse dirigida pelo Chefe da Nação, apresentando-vos as boas vindas e traduzindo o que espera a nacionalidade, anciosa pela solução desses conflictos sobre limites territoriaes internos, da vossa tarefa nobremente solidaria e do vosso amor ao Brasil.

Só hontem adquiri a certeza da impossibilidade do comparecimento do Sr. Presidente da Republica. E uma breve

antecedencia de vinte e quatro horas, entre os meus deveres administrativos, não me permite elevar o assumpto ao plano juridico, historico e politico, em que seria opportuno consideral-o e desenvolvel-o.

E' intuitivamente da mais alta significação o objectivo que nos congrega neste recinto, dominados pela mesma fé republicana, pelo mesmo culto da Patria, que na unidade inquebrantavel já teve os seus dias de triumpho e na federação indissolúvel ha de realizar, engrandecida e feliz, todos os ideaes de liberdade, de justiça e de progresso.

Um só pensamento deve conduzir os nossos espiritos — assegurar toda a grandiosa evolução do Brasil no seu territorio, onde se avolumam as riquezas da terra numa opulencia que não ha de fazer sómente o nosso orgulho, mas constituir o vinculo da nossa propria solidariedade, justificando a confiança de um povo nos seus destinos economicos e historicos.

Sem esta solidariedade, o coefferiente maior de vitalidade nacional, a Federação apenas seria uma fórma illusoria de coexistencia, logo desvanecida no tempo, e o espirito mesmo da Patria ficaria amortalhado nesses antagonismos crueis, divorciando membros da familia, entre os quaes os preconceitos, os interesses subalteruos e o egoismo tivessem aberto um sulco profundo de odios.

Os nossos antepassados defenderam sempre com galhardia a integridade do Brasil, que determinou a formação da nossa raça, a unidade da nossa lingua e a organização politica da nossa nacionalidade. Sem ella, seriamos a victima indefesa do imperialismo das nações mais fortes e estaríamos condemnados a perecer nas mãos dos aventureiros mais audazes.

A prova inequivoca de que perdura o mesmo proposito consagrado pela nossa historia em paginas rutilantes, avigorando o mesmo sentimento de confraternização e de paz em todo o vasto territorio do paiz, cujas fronteiras devem ter uma só denominação e um só marco divisorio — o Brasil — é que nos achamos aqui reunidos.

A prova incontestavel dessa gloriosa sobrevivencia é que os nossos designios evidenciam perfeita uniformidade de vistas entre a União e os Estados federaes da Republica, esse todo homoganeo, pelas tradições, pelos interesses, pelos caracteres politicos e pelas origens ethnographicas, subsistindo a União através de todas as eventualidades, porque ella é o centro do systema democratico em que felizmente gravita cada um dos Estados, com o mesmo passado, as mesmas inclinações, a mesma lingua e as mesmas idéas de governo

Si no regimen, que é a expressão humana da nossa organização politica, a soberania reside exclusivamente na União e os Estados conservam a mais plena autonomia administra-

tiva na sua existencia com — personalidade juridica, a soberania, que a primeira mantem, não significa absorpção, mas uma relimitação de poderes coordenados, que se destinam a formar uma só entidade na defesa do supremo bem de todas as nacionalidades — a integridade da patria.

A iniciativa tomada pelo Governo Federal de promover a solução juridica dos litigios, ainda subsistentes entre os Estados, de fórma que possamos vel-os pacificamente dirimidos por occasião do Centenario da Independencia, demonstra como a União não deve ser indifferente aos interesses dos Estados, e como o poder publico não deve esquivar-se a fortalecer e animar com a sua autoridade as louvaveis tentativas de aggremações scientificas, a exemplo da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, do Instituto Historico de Minas Geraes e da Liga da Defesa Nacional — aggremações que se empenharam, com o maior civismo, pela solução daquelles litigios, realizando conferencias e congressos de indiscutivel proveito, como foi o ultimo reunido em Bello Horizonte, em 7 de setembro de 1919.

As resoluções firmadas entre representantes dos varios Estados da União foram as mais promissoras para o fim que temos agora em vista — concluir definitivamente as pendencias de limites interestaduaes, celebrando ajustes que permitam com segurança ou a conclusão dos accórdos já feitos pela immediata demarcação dos territorios ou o arbitramento, fórma liberal e opportuna para solver as contestações irritantes, desde que o respeito á sentença arbitral seja um ponto de honra, francamente assumido pelos Estados litigantes.

Certo, o Governo Federal não se recusará a promover e a auxiliar por todos os meios ao seu alcance a effectiva — realização das demarcações que forem necessarias dentro dos rigorosos limites das decisões proferidas ou dos accórdos estabelecidos entre os Estados.

Não se comprehende que, tendo proclamado a Constituição, de modo formal, o *arbitramento* como principio mais justo e acertado para dirimir questões internacionaes, perdurem lamentaveis dissensões e conflictos pela *conquista* de territorio dentro da mesma patria, que a todos pertence, de todos exige os mesmos desvelos, sem preconceitos regionaes, incompativeis com o gráo de cultura e de civismo a que felizmente attingimos.

A Constituinte Republicana bem podia ter evitado essa rivalidade, si, ao decretar que as antigas provincias formariam os Estados, tivesse mandado demarcar as fronteiras de todos elles, no sentido de pôr termo ás controversias legadas pelo regimen monarchico.

Expressamente, a Constituição da Republica autoriza a ratificação dos limites interestaduaes, com o titulo de sanar as injustiças do acaso ou dos homens, attenuando o erro dos nossos antepassados, que Fausto de Souza accentúa em seu estudo sobre a situação territorial do Brasil — dividido em duas partes sensivelmente iguaes por uma linha tirada do Pará pelo curso dos rios Curuty, Araguaya e Paraná, divisão esta que resulta a seguinte anomalia — uma das metades do paiz se reparte por 17 provincias (Estados hoje) e a outra apenas por tres.

O que nos cabe realizar é uma obra mais positiva e efficaz, sem perturbar o que está previsto na lei fundamental do paiz e as próprias relações juridicas entre os Estados na peculiaridade do seu mecanismo politico e administrativo.

A sinceridade do nosso proposito em alliar esforços para um accôrdo commum, abrangendo todas as questões sobre divisas territoriaes internas, repelle, sem duvida, qualquer idéa particularista, qualquer motivo de estreito regionalismo, que, pesa dizel-o, tem já influido para retardar o progresso de algumas circumscripções da Republica.

O *desideratum* do Governo federal é justamente o de conciliação em todos os casos, observados sempre os methodos constitucionaes. A União tem uma alta missão a cumprir no regimen federativo — estabelecer a harmonia entre todas as entidades da Federação — e a sua influencia persuasiva representa apenas um elemento de defesa pelo interesse ou pelo ideal commum.

Por isso mesmo, a intransigencia systematica no modo de apreciar e de resolver os litigios subsistentes entre os Estados, quanto á delimitação das suas fronteiras, deve ser afastada de nossas cogitações e substituida por uma tolerancia dignificadora que nos permita enfrentar os nossos problemas ou liquidar as nossas divergencias com o espirito dos fundadores da nacionalidade, e pensamento civico de que somos antes de tudo brasileiros.

O mappa do Brasil em 1922 deve ser o mais precioso documento da unidade nacional, e estou certo que, para transformar esse grande ideal de confraternização em realidade magnifica, espontaneamente convergirão os vossos esforços. Representantes dos Estados, que em harmônia solemne e suggestiva vierem affirmar o acerto e a oportunidade da idéa official desta Conferencia, sabereis valorizal-a em resultados extraordinarios para a obra fecunda do nosso progresso politico, social e economico.

E' este o momento em que nos cumpre renovar a acção benemerita e decisiva do honrado Sr. Wencesláo Braz, resol-

vendo o litigio entre os Estados do Paraná e Santa Catharina por um arbitramento que poz em relevo o patriotismo e o espirito republicano dos governos desses dois Estados, cujo procedimento mereceu tão justos applausos da consciencia nacional.

Seria inconcebivel uma solução de continuidade em casos identicos, e o Sr. Presidente da Republica, a cujo appello attenderam com solitudine os illustres chefes dos governos estaduaes, não teve e não tem outro intuito senão o de ampliar tão brilhante iniciativa.

Difficil não é a vossa tarefa, neste ambiente de sympathia, em que se propagam as vibrações do espirito nacional, neste plenario em que todos os interesses, diversificando apparentemente, constituem na realidade o mesmo interesse dominante — o do Brasil coheso — o do Brasil unido, o do Brasil maior na sua extensão economica e democratica, intellectual e social.

As vossas deliberações pautadas pela justiça e pela equidade terão o exito que todos os brasileiros aguardam, confiantes do vosso criterio, de vosso saber e patriotismo.

Conheceis profundamente os direitos que assistem aos vossos Estados e nos documentos que os archivos conservam, encontrareis as soluções mais praticas e faceis para os casos occurrentes.

Todas as formulas até hoje aconselhadas n'esse particular, seja o arbitramento, o credito da posse e do uso ou o conceito de jurisdicção para o accôdo directo, e até mesmo o appello ao Poder Judiciario, sem as procrastinações de recursos inuteis, poderão ser com habilidade empregadas, conduzindo-nos á solução definitiva dos casos em especie, desde que não prevaleça o exclusivismo doutrinario ou a intransigencia irreductivel.

Actualmente podemos offerecer a seguinte synopse das questões pendentes;

I — Questões em aberto — Bahia com Sergipe, Espirito Santo, Pernambuco; Piahy com Ceará, Maranhão; Goyaz com Pará, Matto Grosso

II — Accôrdos encaminhados — Minas — Rio de Janeiro; Santa Catharina — Rio Grande do Sul.

III — Accôrdos em andamento.

a) Devem ser submittidos aos Congressos Estaduaes e ao Congresso Nacional para depois ser feita a demarcação: Bahia — Goyaz, Bahia — Piahy, Minas — Bahia, Rio de Janeiro, — Espirito Santo.

b) Carecem de alterações que lhes venham facilitar o andamento: Minas, — S. Paulo, Pernambuco, — Alagôas, Ceará, — Parahyba, e Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, — Districto Federal.

c) Com S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, Minas, Goyaz, Paraná, S. Paulo.

IV — Questões no Supremo Tribunal Federal :

Rio Grande do Norte, Ceará; Minas, Espirito Santo; Amazonas, Pará; Amazonas, União.

V — Questões em via de conclusão — Matto Grosso, Amazonas; Parahyba, Ceará, Paraná, Santa Catharina.

No Congresso de Bello Horizonte, apesar da proficuidade e do brilho das suas deliberações, muitos dos convenios ficaram sem execução.

Todos aquelles em que se deixou ao futuro commissario o arbitrio de traçar a linha divisoria, sem determinação dos antecedentes geographicos e das regiões que ella deveria attingir, collocaram os litigios na mesma situação preexistente.

Pois bem, do vosso pleno conhecimento e das condições regionaes dos territorios em litigio, das populações que os occupam, da jurisdicção a que obedecem, e dos titulos confirmativos de uma posse immemorial, com os seus attributos juridicos, resultará um entendimento que permitta fixar definitivamente a linha divisoria, não podendo haver o proposito de confundir a simples demarcação com imprevistas reivindicações de largas faixas de territorio incorporadas secularmente, sem contestações precedentes, sem reclamações legitimas, ao patrimonio deste ou daquelle Estado.

Neste pallido escorço tendes, assim, o pensamento do Governo Federal, através de uma palavra obscura, mas tambem de uma firme convicção dos resultados que auguramos a esta Conferencia.

Só me cumpre agradecer aos illustres Chefes dos Estados, aqui dignamente representados, a cordial sympathia com que acolheram o convite do ministro da Justiça e Negocios Interiores.

A todos elles quero significar o meu reconhecimento por essa prova de confiança decorrente da que me confere o preclaro Chefe da Nação, cujo programma de governo é a mais solemne affirmacção do seu alto descortinio de estadista e de brasileiro devotado ao nosso paiz.

Realizemos, portanto, sem tergiversões, a grande obra nacional que o paiz inteiro aguarda tranquillamente desta Conferencia, tal o prestigio dos valores aqui reunidos para um acto definitivo de concordia e civismo.

Demonstremos ao mundo que, no Centenario da nossa Independencia nenhuma questão de limites interestaduaes divide já os Estados Unidos do Brasil, cada qual rebrilhando na sua órbita, como as proprias estrellas da bandeira republicana, mas todos elles conjugados harmonicamente no esplendor e no destino da mesma constellação.»

Ao concluir sua oração foi S. Ex., o Sr. Dr. Alfredo Pinto saudado por prolongados applausos da assistencia, recebendo felicitações de grande numero de pessoas presentes.

Terminado o discurso do Sr. Ministro, falou o Sr. Deputado Augusto Lima, delegado de Minas Geraes, em nome dos Srs. delegados. Eis o seu discurso:

«Seria impossivel desconhecer o valor e a alta significação do motivo que aqui nos congrega, convocados e presididos por V. Ex., em nome do Sr. Presidente da Republica.

As palavras com que V. Ex., de modo tão sincero e elevado, acaba de traduzir os intuitos do Governo da União e os meios praticos de os realizar encontram nos applausos com que foram recebidos a garantia da mais franca adhesão e da mais decidida acquiescencia desta assembléa. Os governos que aqui nos enviaram já haviam, reflectindo a opinião nacional, pronunciado expressivamente o seu unanime accôrdo com os desejos patrioticos do Sr. Presidente da Republica, de que o Brasil commemore o centenario da sua Independencia na união perfeita dos Estados, assegurada a tranquillidade e a paz das suas fronteiras.

Annunciando este proposito, ainda ha pouco ratificado na sua mensagem ao Congresso Nacional, assumiu S. Ex. uma alta responsabilidade, a que de certo se eximiria, si não fôra a firme confiança depositada na cooperação de todos os patriotas e na cultura politica dos dirigentes das unidades da Federação.

Assistindo em collaborar com S. Ex. depois de acceito o honroso mandate dos nossos governos, tornámo-nos, nós outros, Srs. delegados, solidarios nessa responsabilidade, cuja remissão para com o Brasil, verdadeira victoria sem vencidos só alcançaremos depois de apagados os ultimos vestigios das discordias que ainda nos dividem.

Abrindo-nos as portas desta casa e franqueando-nos este recinto, onde tudo convida á calma e á meditação, quiz o honrado e preclaro Sr. Ministro da Justiça proporcionar-nos meio propicio e ambiente suggestivo onde pudessemos, revendo os cimelios do passado e reflectindo as aspirações do presente, trocar pacificamente idéas, harmonizar contrastes, approximar antagonismos, dantes irreductiveis, e assentar as bases de um accôrdo, que é sempre possivel entre os homens de boa vontade.

Está na lembrança de todos o esforço intenso com que muitos de nós, sacrificando o conforto do lar, os interesses pessoas e a saude, prepararam, o anno passado, a conferencia preliminar ao 6º Congresso de Geographia, os accôrdos que se acham auspiciosamente encaminhados.

Attendiamos, assim, em nome dos nossos governos, ao patriotico appello da Liga da Defesa Nacional, animados pela autoridade scientifica da Sociedade de Geographia e do Insti-

tuto Historico Brasileiro, associações a que a nossa Patria deve as melhores contribuições para a sua historia e o mais dedicado apoio moral e as iniciativas do bem publico.

A memoravel conferencia, que começou em 4 de agosto, celebrou onze sessões e encaminhou outros tantos accôrds accrescidos de mais dous solemnemente assignados no Congresso de Geographia de Bello Horizonte. Este resultado surpreendeu o scepticismo de muitos, que não acreditavam possível a victoria da idéa e dos sentimentos generosos da concórdia nacional sobre as rivalidades locais, os preconceitos stratificados, as ambições expansionistas de territorios vizinhos.

Entretanto, o resultado não foi completo senão porque escasseou o tempo ás deliberações da conferencia e á boa vontade e esforços dos delegados, tiveram de ser interrompidos pela reunião plena do Congresso em data improrogavel. Tanta era a sua dedicacão e tão firme o apoio que lhe havia sido assegurado pelo Sr. Presidente da Republica, apoio de alto valor pelo prestigio do seu Governo e pelas luzes do seu saber. A nação inteira applaudiu essa obra de conciliação iniciada, e associou-se a cada um dos Governos regionaes, para reforçar os poderes do nosso mandato de paz, de que tambem pedirá contas. Já agora é impossivel retroceder na larga estrada aberta. O seu sentimento de solidariedade da patria unida já tem penetrado no coração do povo, que pede aos seus representantes lhe deem paz nas fronteiras, para tranquillidade dos seus lares, firmeza no seu direito, garantia no seu territorio. O povo das fronteiras quer trabalhar sob o pallio de uma jurisdicção estavel e não continuar a servir de joguete de neutralidades alternativas, que lhe disputem á portia, o imposto, a obediencia e a contribuição de serviços. A dignidade do poder publico já não póde tolerar estas comedias a que as autoridades inferiores arrastam os Governos vizinhos e que frequentes vezes terminam em epilogo de tragedia. A nossa civilização já se póde emancipar da força perturbadora desta contingencia, a que por lei natural são sujeitas as massas vizinhas dos povos em formação. Comparada com outras populações do globo, a do Brasil não se exceptua desta regra geral de evolução, sinão na menor intensidade do grão, em que, felizmente, se distiugue de muitas outras, pela boa indole e influxos de fraternidade christã.

Os reis de Portugal não dividiram a sua colonia brasileira, para que esta constituísse no futuro uma federação de provincias geographicamente demarcadas por accidentes naturaes. Conquanto manifestassem por vezes a sua preferencia para taes accidentes, nunca chegaram a realizal-a, sinão quando elles conciliam com régios interesses fiscaes, preocupacão dominante da metropole.

Anexo 4

Nº de ordem:	1	2	3	4	5
Município:	Abelardo Luz	Água Doce	Águas de Chapecó	Águas Frias	Alto Bela Vista
Associação (1):	AMAI	AMMOC	AMOSC	AMOSC	AMAUC
Secretaria regional:	Xanxerê	Joaçaba	Palmitos	Chapecó	Concordia
Área:	955,37km ²	1.313,01km ²	139,13km ²	75,16km ²	103,59km ²
Data de criação:	21357	21357	22994	33584	34884
Data de instalação:	27/07/58	25/07/58	26/01/63	01/01/93	01/01/97
Data de comemoração:	27/7	25/7	14/12	12/12	4/7
Lei de criação:	348 - 21.06.1958	348 - 21.06.1958	866 - 14.12.1962	8.477 - 12.12.1991	9.861 - 04.07.1995
Município de origem:	Xanxerê	Joaçaba	Chapecó	Coronel Freitas e União do Oeste	Concórdia
Altitude:	760 m	847 m	291 m	345 m	395 m
Latitude:	26°33'53	26°59'52	27°04'13	26°52'48	27°27'27"
Longitude:	52°19'42	51°33'22	52°59'12	52°51'33	51°52'44"
População:	8154	6870	5443	2186	1913
Website:		http://www.aguadoce.sc.gov.br			

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	6	7	8	9	10
Município:	Anchieta	Arabutã	Arroio Trinta	Arvoredo	Bandeirante
Associação (1):	AMEOSC	AMAUC	AMARP	AMAUC	AMEOSC
Secretaria regional:	São Miguel do Oeste	Concordia	Videira	Concordia	São Miguel do Oeste
Área:	228,58km ²	132,23km ²	94,33km ²	90,71km ²	146,26km ²
Data de criação:	29/03/1963	12/12/1991	15/12/1961	09/02/1992	29/09/1995
Data de instalação:	10/04/63	31/03/92	30/12/61	01/01/93	01/01/97
Data de comemoração:	20/mar	31/mar	15/dez	09/jan	29/set
Lei de criação:	876 - 29.03.1963	8.474 - 12.12.1991	783 - 15.12.1961	8.524 - 09.02.1992	9.924 - 29.09.1995
Município de origem:	Guaraciaba	Concórdia	Videira	Seara	São Miguel do Oeste, Descanso e Belmonte
Altitude:	710 m	408 m	840 m	362 m	517 m
Latitude:	26°32'04	27°09'37"	26°55'58"	27°04'28"	26°46'07
Longitude:	53°19'53	52°08'30"	51°20'21"	52°27'21"	53°38'18
População:	6049	4204	3570	2112	2900
Website:			http://www.arroio30.com.br		

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSOC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	11	12	13	14	15
Município:	Barra Bonita	Belmonte	Bom Jesus	Bom Jesus do Oeste	Caçador
Associação (1):	AMEOSC	AMEOSC	AMAI	AMERIOS	AMARP
Secretaria regional:	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Xanxerê	Maravilha	Caçador
Área:	93,47km ²	93,60km ²	63,55km ²	67,90km ²	981,90km ²
Data de criação:	29/12/1995	09/01/1992	19/07/1995	19/07/1995	22/02/1934
Data de instalação:	01/01/97	01/01/93	01/01/97	01/01/97	25/03/34
Data de comemoração:	29/dez	09/jan	19/jul	19/jul	25/mar
Lei de criação:	10.052 - 29.12.1995	8.527 - 09.01.1992	9.891 - 19.07.1995	9.893 - 19.07.1995	508 - 22.02.1934
Município de origem:	São Miguel do Oeste, Romelândia, Guaraciaba e Anchieta	Descanso	Xanxerê e Ouro Verde	Modelo, Campo Erê e Maravilha	Porto União, Campos Novos, Curitibanos e Cruzeiro
Altitude:	335 m	612 m	669 m	618 m	920 m
Latitude:	26°39'16"	26°50'29"	26°44'02"	26°41'23"	26°46'31"
Longitude:	53°26'24"	53°34'32"	52°23'39"	53°05'54"	51°00'54"
População:	2003	2251	2069	2095	69767
Website:		http://www.belmonte.sc.gov.br	http://www.bomjesus.sc.gov.br		http://www.caçador.com.br

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	16	17	18	19	20
Município:	Caibi	Calmon	Campo Erê	Capinzal	Catanduvás
Associação (1):	AMERIOS	AMARP	AMNOROESTE	AMMOC	AMMOC
Secretaria regional:	Palmitos	Caçador	São Lourenço do Oeste	Joaçaba	Joaçaba
Área:	171,71km ²	639,53km ²	478,73km ²	333,98km ²	198,03km ²
Data de criação:	29/03/1965	09/01/1992	21/06/1958	30/12/1948	22/01/1963
Data de instalação:	06/06/65	01/01/93	27/07/58	17/02/49	01/03/63
Data de comemoração:	06/jun	09/jan	27/jul	17/fev	16/mar
Lei de criação:	1.016 - 29.03.1965	8.525 - 09.01.1992	348 - 21.06.1958	247 - 30.12.1948	869 - 22.01.1963
Município de origem:	Palmitos	Matos Costa	Chapecó	Campos Novos e Joaçaba	Joaçaba
Altitude:	337 m	1 m	910 m	480 m	945 m
Latitude:	27°04'18"	26°35'59"	26°23'39"	27°20'37"	27°04'14"
Longitude:	53°14'52"	51°05'50"	53°04'41"	51°36'43"	51°39'42"
População:	5803	3885	8962	23167	9192
Website:	http://www.caibi.sc.gov.br		http://www.campoere.sc.gov.br	http://www.capinzal.sc.gov.br	http://www.catanduvás.sc.gov.br

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	21	22	23	24	25
Município:	Caxambú do Sul	Chapecó	Concórdia	Cordilheira Alta	Coronel Freitas
Associação (1):	AMOSC	AMOSC	AMAUC	AMOSC	AMOSC
Secretaria regional:	Chapecó	Chapecó	Concordia	Chapecó	Chapecó
Área:	140,58km ²	624,31km ²	797,26km ²	83,77km ²	234,16km ²
Data de criação:	14/12/1962	25/08/1917	12/07/1934	30/03/1992	06/10/1961
Data de instalação:	26/01/63	14/11/17	29/07/34	01/01/93	06/10/61
Data de comemoração:	14/dez	25/ago	29/jul	30/mar	06/out
Lei de criação:	866 - 14.12.1962	1.147 - 25.08.1917	635 - 12.07.1934	8.557 - 30.03.1992	763 - 06.10.1961
Município de origem:	Chapecó	Acordo de limites PR/SC: Povoado de Passo Bormann	Cruzeiro (Joaçaba)	Chapecó	Chapecó
Altitude:	318 m	674 m	569 m	768 m	375 m
Latitude:	27°09'40	27°05'47	27°14'03"	26°59'04	26°54'31
Longitude:	52°52'43	52°37'06	52°01'40"	52°36'12	52°42'11
População:	4902	165220	65754	3196	10597
Website:		http://www.chapeco.sc.gov.br	http://www.concordia.sc.gov.br		http://www.coronelfreitas.com.br

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	31	32	33	34	35
Município:	Entre Rios	Erval Velho	Faxinal dos Guedes	Flor do Sertão	Formosa do Sul
Associação (1):	AMAI	AMMOC	AMAI	AMERIOS	AMOSC
Secretaria regional:	Xanxerê	Joaçaba	Xanxerê	Maravilha	São Lourenço do Oeste
Área:	105,17km ²	207,69km ²	339,64km ²	58,71km ²	99,58km ²
Data de criação:	19/07/1995	18/06/1963	21/06/1958	29/09/1995	09/01/1992
Data de instalação:	01/01/97	27/07/63	26/07/58	01/01/97	01/01/93
Data de comemoração:	19/ago	18/jun	26/jul	29/set	01/jan
Lei de criação:	9.892 - 19.07.1995	889 18.06.1963	348-21.06.1958	9.922 - 29.09.1995	8.522 - 09.01.1992
Município de origem:	Marema	Campos Novos	Xanxerê	Maravilha	Quilombo
Altitude:	400 m	674 m	1 m	302 m	500 m
Latitude:	26°43'25"	27°16'32"	26°51'10"	26°46'39"	26°38'49"
Longitude:	52°33'38"	51°26'31"	52°15'37"	53°20'51"	52°47'39"
População:	2820	4086	11537	1621	2564
Website:		http://www.avenidabrasil.com.br/ervalvelho		http://www.flordosertao.sc.gov.br	

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	36	37	38	39	40
Município:	Fraiburgo	Galvão	Guaraciaba	Guarujá do Sul	Guatambú
Associação (1):	AMARP	AMNOROESTE	AMEOSC	AMEOSC	AMOSC
Secretaria regional:	Videira	São Lourenço do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó
Área:	546,25km ²	121,90km ²	330,65km ²	100,55km ²	204,76km ²
Data de criação:	20/12/1961	14/12/1962	20/07/1961	18/12/1961	12/12/1991
Data de instalação:	31/12/61	07/04/63	01/10/61	30/12/61	12/12/91
Data de comemoração:	31/dez	07/abr	01/set	25/jul	12/dez
Lei de criação:	797 - 20.12.1961	864 - 14.12.1962	733 - 20.07.1961	787 - 18.12.1961	8.482 - 12.12.1991
Município de origem:	Curitibanos e Videira	Xaxim	São Miguel do Oeste	Dionísio Cerqueira	Chapecó e Caxambú do Sul
Altitude:	1 m	655 m	670 m	707 m	530 m
Latitude:	27°01'34"	26°27'18"	26°35'57"	26°23'07"	27°07'55"
Longitude:	50°55'17"	52°41'09"	53°31'05"	53°31'40"	52°47'14"
População:	36180	4004	10393	4655	4728
Website:	http://www.fraiburgo.sc.gov.br	http://www.galvao.sc.gov.br			

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	41	42	43	44	45
Município:	Herval d'Oeste	Ibiam	Ibicaré	Iomerê	Ipira
Associação (1):	AMMOC	AMARP	AMMOC	AMARP	AMAUC
Secretaria regional:	Joaçaba	Campos Novos	Joaçaba	Videira	Concordia
Área:	222,41km ²	147,33km ²	150,51km ²	114,74km ²	150,30km ²
Data de criação:	30/12/1953	20/07/1995	30/03/1962	20/07/1995	14/06/1963
Data de instalação:	04/02/54	01/01/97	01/05/62	01/01/97	15/08/63
Data de comemoração:	30/dez	20/jul	01/mai	20/jul	15/ago
Lei de criação:	133 - 30.12.1953	9.897- 20.07.1995	815 - 30.03.1962	9.898 - 20.07.1995	888 - 14.06.1963
Município de origem:	Joaçaba	Tangará	Joaçaba, Herval do Oeste e Tangará	Videira	Piratuba
Altitude:	523 m	724 m	550 m	847 m	409 m
Latitude:	27°11'37"	27°10'53"	27°05'31"	27°00'15"	27°24'13"
Longitude:	51°29'41"	51°14'13"	51°21'54"	51°14'32"	51°46'23"
População:	21179	1898	3408	2660	5228
Website:	http://www.classificadosmercosul.com.br/hervaldoeste/	http://www.amarp.org.br/ibiam	http://www.ibicare.sc.gov.br		http://www.ipira.sc.gov.br

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	46	47	48	49	50
Município:	Iporã do Oeste	Ipuaçú	Ipumirim	Iraceminha	Irani
Associação (1):	AMEOSC	AMAI	AMAUC	AMERIOS	AMAUC
Secretaria regional:	São Miguel do Oeste	Xanxerê	Seara	Araranguá	Concordia
Área:	202,37km ²	261,39km ²	247,07 km ²	164,38km ²	321,56km ²
Data de criação:	04/01/1988	09/01/1992	29/03/63	26/04/1989	11/09/1963
Data de instalação:	01/06/89	01/01/93	07/04/63	01/01/90	01/01/64
Data de comemoração:	01/jun	31/mar	07/abr	26/abr	11/set
Lei de criação:	1.098 - 04.01.1988	8.531 - 09.01.1992	877 - 29.03.1963	7.577 - 26.04.1989	916 - 11.09.1963
Município de origem:	Mondaí	Abelardo Luz, Xanxerê e Marema	Concórdia	Cunha Porã	Joaçaba
Altitude:	557 m	720 m	562 m	445 m	1 m
Latitude:	26°59'18	26°37'53	27°04'36	26°49'21	27°01'29"
Longitude:	53°32'07	52°27'18	52°08'08	53°16'28	51°54'06"
População:	7695	6275	7118	4010	9287
Website:					

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	51	52	53	54	55
Município:	Irati	Itá	Itapiranga	Jaborá	Jardinópolis
Associação (1):	AMOSC	AMAUC	AMEOSC	AMAUC	AMOSC
Secretaria regional:	São Lourenço do Oeste	Concordia	São Miguel do Oeste	Concordia	São Lourenço do Oeste
Área:	69,80km ²	165,46km ²	280,12km ²	191,12km ²	68,10km ²
Data de criação:	09/01/1992	13/11/1956	30/12/1953	11/09/1963	20/03/1992
Data de instalação:	09/01/92	13/12/56	14/05/54	29/12/63	01/01/93
Data de comemoração:	09/jan	13/dez	14/fev	11/set	20/mar
Lei de criação:	8.528 - 09.01.1992	268 - 13.11.1956	133 - 30.12.1953	915 - 11.09.1963	8.546 - 20.03.1992
Município de origem:	Quilombo	Seara	Chapecó	Joaçaba	União do Oeste
Altitude:	438 m	385 m	206 m	689 m	525 m
Latitude:	26°39'23"	27°17'26"	27°10'10"	27°10'33"	26°43'18"
Longitude:	52°53'32"	52°19'23"	53°42'44"	51°44'01"	52°51'35"
População:	2069	6829	13432	4085	1867
Website:		http://www.ita.sc.gov.br	http://www.itapiranga.sc.gov.br		

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	56	57	58	59	60
Município:	Joaçaba	Jupia	Lacerdópolis	Lajeado Grande	Lebon Régis
Associação (1):	AMMOC	AMNOROESTE	AMMOC	AMAI	AMARP
Secretaria regional:	Joaçaba	São Lourenço do Oeste	Joaçaba	Xanxerê	Caçador
Área:	232,35km ²	91,71km ²	68,45km ²	65,93km ²	940,66km ²
Data de criação:	25/08/1917	19/07/1995	11/11/1963	12/12/1991	19/12/1958
Data de instalação:	10/11/17	01/01/97	03/02/64	01/01/93	23/01/59
Data de comemoração:	25/ago	19/abr	11/nov	12/dez	19/dez
Lei de criação:	1.147 - 25.08.1917	9.890 - 19.07.1995	932 - 11.11.1963	8.478 - 12.12.1991	380 - 19.12.1958
Município de origem:	Acordo de limites PR/SC - Palmas	Galvão	Ouro	Xaxim	Curitibanos
Altitude:	522 m	855 m	490 m	480 m	980 m
Latitude:	27°10'41"	26°23'54"	27°15'36"	26°51'29"	26°55'44"
Longitude:	51°30'17"	52°43'40"	51°33'21"	52°34'02"	50°41'43"
População:	24708	2136	2221	1633	12132
Website:	http://www.joacaba.sc.gov.br	http://www.jupia.sc.gov.br	http://www.joacaba.sc.gov.br		

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	61	62	63	64	65
Município:	Lindóia do Sul	Luzerna	Macieira	Maravilha	Marema
Associação (1):	AMAUC	AMMOC	AMARP	AMERIOS	AMAI
Secretaria regional:	Concordia	Joaçaba	Caçador	Maravilha	Xanxerê
Área:	195,06km ²	116,83km ²	260,07km ²	169,45km ²	103,62km ²
Data de criação:	26/04/1989	29/12/1995	30/03/1992	21/06/1958	11/06/1988
Data de instalação:	01/01/90	01/01/97	01/01/93	27/07/58	01/06/89
Data de comemoração:	08/dez	19/jun	30/mar	27/jul	11/jun
Lei de criação:	7.578 - 26.04.1989	10.050 - 29.12.1995	8.560 - 30.03.1992	348 - 21.06.1958	1.112
Município de origem:	Concórdia e Irani	Joaçaba	Caçador	Palmitos	Xaxim
Altitude:	643 m	511 m	880 m	625 m	417 m
Latitude:	27°03'12"	27°07'58"	26°51'20"	26°45'39"	26°48'08"
Longitude:	52°04'00"	51°28'02"	51°22'41"	53°10'21"	52°37'31"
População:	4573	5699	1712	18879	2467
Website:	http://www.lindoiadosul.com.br	http://www.luzerna.sc.gov.br		http://www.maravilha.sc.gov.br	

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	66	67	68	69	70
Município:	Matos Costa	Modelo	Mondaí	Nova Erechim	Nova Itaberaba
Associação (1):	AMARP	AMERIOS	AMEOSC	AMOSC	AMOSC
Secretaria regional:	Caçador	Maravilha	Palmitos	Chapecó	Chapecó
Área:	432,18km ²	92,717 km ²	200,98km ²	64,40km ²	137,58km ²
Data de criação:	23/04/1962	07/12/1961	30/12/1953	04/12/1964	26/09/1991
Data de instalação:	22/07/62	30/12/1961	27/02/54	04/12/64	26/09/91
Data de comemoração:	23/abr	30/12/2008	31/dez	28/dez	26/set
Lei de criação:	819 - 23.04.1962	780 - 07.12.1961	133 - 30.12.1953	994 - 04.12.1964	8.354 - 26.09.1991
Município de origem:	Porto União	São Carlos	Chapecó	Saudades	Chapecó
Altitude:	1 m	470 m	235 m	462 m	350 m
Latitude:	26°28'23	26°46'0	27°06'10"	26°54'09	26°56'23
Longitude:	51°08'54	53°03'0	53°24'07"	52°54'21	52°48'44
População:	3646	3772	8432	3763	4298
Website:			http://www.mondainet.com.br		

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	71	72	73	74	75
Município:	Novo Horizonte	Ouro	Ouro Verde	Paial	Palma Sola
Associação (1):	AMNOROESTE	AMMOC	AMAI	AMAUC	AMEOSC
Secretaria regional:	São Lourenço do Oeste	Joaçaba	Xanxerê	Concordia	São Miguel do Oeste
Área:	151,67km ²	206,23km ²	189,27km ²	85,76km ²	331,78km ²
Data de criação:	09/01/1992	23/01/1963	09/01/1992	04/07/1995	18/12/1961
Data de instalação:	01/01/93	07/04/63	01/01/93	01/01/97	30/12/61
Data de comemoração:	09/jan	07/abr	09/jan	04/jul	30/dez
Lei de criação:	8.530 - 09.01.1992	870 - 23.01.1963	8.529 - 09.01.1992	9.862 - 04.07.1995	787 - 18.12.1961
Município de origem:	São Lourenço do Oeste	Capinzal	Abelardo Luz	Itá	Dionísio Cerqueira
Altitude:	710 m	485 m	758 m	425 m	870 m
Latitude:	26°26'40"	27°20'29"	26°41'40"	27°15'08"	26°20'51"
Longitude:	52°50'01"	51°37'05"	52°18'43"	52°29'53"	53°16'42"
População:	2839	7772	2154	2001	7872
Website:	http://www.novohorizonte.sc.gov.br	http://www.ouro.sc.gov.br			

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	76	77	78	79	80
Município:	Palmitos	Paraíso	Passos Maia	Peritiba	Pinhalzinho
Associação (1):	AMERIOS	AMEOSC	AMAI	AMAUC	AMOSOC
Secretaria regional:	Palmitos	São Miguel do Oeste	Xanxerê	Concordia	Maravilha
Área:	350,69km ²	178,61km ²	614,43km ²	96,41km ²	128,30km ²
Data de criação:	30/12/1953	09/01/1992	12/12/1991	14/06/1963	07/12/1961
Data de instalação:	02/03/54	01/01/93	01/01/93	15/08/63	30/12/61
Data de comemoração:	02/mar	09/jan	12/dez	15/ago	30/dez
Lei de criação:	133 - 30.12.1953	8.532 - 09.01.1992	8.480 - 12.12.1991	887 - 14.06.1963	780 - 07.12.1961
Município de origem:	Chapecó	São Miguel do Oeste	Ponte Serrada	Piratuba	São Carlos
Altitude:	406 m	520 m	800 m	450 m	515 m
Latitude:	27°04'03	26°36'50"	26°46'48	27°22'23"	26°50'53
Longitude:	53°09'40	53°40'19"	52°03'34	51°54'14"	52°59'31
População:	15154	4179	5552	3251	13219
Website:					

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSOC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	81	82	83	84	85
Município:	Pinheiro Preto	Piratuba	Planalto Alegre	Ponte Serrada	Presidente Castelo Branco
Associação (1):	AMARP	AMAUC	AMOSC	AMAI	AMAUC
Secretaria regional:	Videira	Concordia	Chapecó	Xanxerê	Concordia
Área:	65,71km ²	145,70km ²	62,63km ²	564,01km ²	76,94km ²
Data de criação:	04/04/1962	30/12/1948	15/02/1967	21/06/1958	29/12/1963
Data de instalação:	19/05/62	18/02/49	12/12/91	27/07/58	04/02/64
Data de comemoração:	19/mai	17/fev	12/dez	27/jul	04/fev
Lei de criação:	817 - 04.04.1962	247 - 30.12.1948	8.476 - 12.12.1991	348 - 21.06.1958	931 - 11.11.1963
Município de origem:	Tangará e Videira	Campos Novos e Concórdia	Caxambu do Sul	Joaçaba	Ouro
Altitude:	696 m	430 m	495 m	798 m	650 m
Latitude:	27°03'02"	27°25'11"	27°04'13"	26°52'18"	27°13'23"
Longitude:	51°13'51"	51°46'19"	52°51'56"	52°00'57"	51°48'26"
População:	2911	6275	2394	11344	2082
Website:	http://www.amarp.org.br/pinheiropret				

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	86	87	88	89	90
Município:	Princesa	Quilombo	Rio das Antas	Riqueza	Romelândia
Associação (1):	AMEOSC	AMOSC	AMARP	AMERIOS	AMERIOS
Secretaria regional:	São Miguel do Oeste	São Lourenço do Oeste	Caçador	Palmitos	Maravilha
Área:	86,22km ²	279,28km ²	317,19km ²	190,28km ²	223,75km ²
Data de criação:	29/09/1995	06/10/1961	21/06/1958	12/12/1991	09/12/1963
Data de instalação:	01/01/97	19/12/61	27/07/58	01/01/93	11/01/64
Data de comemoração:	29/set	06/out	27/jul	01/jan	23/set
Lei de criação:	9.923 - 29.09.1995	763 - 06.10.1961	348 - 21.06.1958	8.479 - 12.12.1991	941 - 09.12.1963
Município de origem:	São José do Cedro	Chapecó	Caçador	Mondaí	São Miguel do Oeste
Altitude:	588 m	425 m	830 m	236 m	425 m
Latitude:	26°26'31	26°43'34	26°53'55"	27°04'01	26°40'34
Longitude:	53°35'54	52°43'14	51°04'28"	53°19'18	53°18'52
População:	2470	10188	6322	4594	5137
Website:			http://www.amarp.org.br/riodasantas		

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	91	92	93	94	95
Município:	Saltinho	Salto Veloso	Santa Helena	Santa Terezinha do Progresso	Santiago do Sul
Associação (1):	AMERIOS	AMARP	AMEOSC	AMERIOS	AMOSOC
Secretaria regional:	Maravilha	Videira	São Miguel do Oeste	Maravilha	São Lourenço do Oeste
Área:	156,528 km ²	105,04km ²	80,98km ²	119,00km ²	73,56km ²
Data de criação:	19/07/95	15/12/1961	09/01/1992	19/07/1995	16/04/1994
Data de instalação:	01/01/97	30/12/61	01/01/93	01/01/97	16/04/94
Data de comemoração:	19/07/08	15/dez	09/jan	19/jul	16/abr
Lei de criação:	9.894 - 19.07.1995	782 - 15.12.1961	8.526 - 09.01.1992	9.895 - 19.07.1995	9.535 - 16.04.1994
Município de origem:	Campo Erê	Videira	Descanso	Campo Erê	Quilombo
Altitude:	620 m	820 m	530 m	400 m	450 m
Latitude:	26°36'33	26°54'19	26°56'15"	26°37'08	26°38'22
Longitude:	53°03'22	51°24'23	53°37'09"	53°12'06	52°41'05
População:	4072	4115	2393	3076	1573
Website:		http://www.saltveloso.sc.gov.br			

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSOC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	96	97	98	99	100
Município:	São Bernardino	São Carlos	São Domingos	São João do Oeste	São José do Cedro
Associação (1):	AMNOROESTE	AMOSC	AMAI	AMEOSC	AMEOSC
Secretaria regional:	São Lourenço do Oeste	Palmitos	Xanxerê	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
Área:	144,96km ²	158,99km ²	383,65km ²	163,65km ²	279,58km ²
Data de criação:	19/07/1995	30/12/1953	14/12/1962	12/12/1991	21/06/1958
Data de instalação:	01/01/97	31/12/53	07/04/63	01/01/93	27/07/58
Data de comemoração:	19/jul	21/fev	07/abr	12/dez	25/jul
Lei de criação:	9.889 - 19.07.1995	133 - 30.12.1953	864 - 14.12.1962	8.549 - 29.03.1992	348 - 21.06.1958
Município de origem:	Campo Erê e São Lourenço do Oeste	Chapecó	Xaxim	Itapiranga e Mondaí	Dionísio Cerqueira
Altitude:	620 m	264 m	635 m	320 m	731 m
Latitude:	26°28'13	27°04'39	26°33'29"	27°05'53"	26°27'18
Longitude:	52°57'52	53°00'14	52°31'54"	53°35'38"	53°29'39
População:	2703	8890	8912	5344	13112
Website:	http://www.saobernardino.sc.gov.br			http://www.saojoao.sc.gov.br	

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	101	102	103	104	105
Município:	São Lourenço do Oeste	São Miguel da Boa Vista	São Miguel do Oeste	Saudades	Seara
Associação (1):	AMNOROESTE	AMERIOS	AMEOSC	AMERIOS	AMAUC
Secretaria regional:	São Lourenço do Oeste	Maravilha	São Miguel do Oeste	Maravilha	Concordia
Área:	369,48km ²	71,92km ²	234,40km ²	205,55km ²	312,54km ²
Data de criação:	21/06/1958	09/01/1992	15/02/1944	07/12/1961	31/12/1953
Data de instalação:	26/07/58	01/01/93	30/12/52	30/12/61	03/04/54
Data de comemoração:	26/jul	09/jan	15/fev	30/dez	03/abr
Lei de criação:	348 - 21.06.1958	8.523 - 09.01.1992	133 - 30.12.1953	780 - 07.12.1961	133 - 30.12.1953
Município de origem:	Chapecó	Maravilha	Chapecó	São Carlos	Concórdia
Altitude:	893 m	645 m	468 m	280 m	550 m
Latitude:	26°21'33	26°43'31	26°41'25"	26°55'27	27°08'58
Longitude:	52°51'04	53°31'05	53°15'05"	53°00'11	52°18'38
População:	20005	1708	32928	7960	17221
Website:	http://www.saolourenco.sc.gov.br		http://www.prefsmo.sc.gov.br		http://www.seara.sc.gov.br

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	106	107	108	109	110
Município:	Serra Alta	Sul Brasil	Tangará	Tigrinhos	Treze Tílias
Associação (1):	AMOSC	AMOSC	AMMOC	AMERIOS	AMMOC
Secretaria regional:	Chapecó	Chapecó	Videira	Maravilha	Joaçaba
Área:	90,44km ²	112,70km ²	389,18km ²	57,44km ²	185,21km ²
Data de criação:	26/04/1989	26/09/1991	30/12/1948	29/09/1995	29/04/1963
Data de instalação:	26/04/89	26/09/91	19/02/49	01/01/97	12/05/63
Data de comemoração:	26/abr	26/set	19/fev	29/set	13/out
Lei de criação:	7.582 - 26.04.1989	8.353 - 26.09.1991	247 - 30.12.1948	9.921 - 29.09.1995	882 - 29.04.1963
Município de origem:	Modelo	Modelo	Videira	Maravilha	Salto Veloso
Altitude:	648 m	418 m	641 m	732 m	796 m
Latitude:	26°43'45	26°44'10	27°06'17"	26°41'16	27°00'06"
Longitude:	53°02'32	52°57'53	51°14'50"	53°09'29	51°24'23"
População:	3058	2728	8234	1919	5257
Website:			http://www.tangara.sc.gov.br		http://www.avenidabrasil.com.br/trezetiltias

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	111	112	113	114	115
Município:	Tunápolis	União do Oeste	Vargeão	Vargem Bonita	Videira
Associação (1):	AMEOSC	AMOSC	AMAI	AMMOC	AMARP
Secretaria regional:	São Miguel do Oeste	São Lourenço do Oeste	Xanxerê	Joaçaba	Videira
Área:	132,91km ²	93,06km ²	166,45km ²	298,61km ²	377,85km ²
Data de criação:	26/04/1989	04/01/1988	16/03/1964	30/03/1992	31/12/1943
Data de instalação:	01/01/90	01/06/89	21/04/64	01/03/93	01/03/44
Data de comemoração:	26/abr	04/jan	21/abr	31/mar	01/mar
Lei de criação:	7.583 - 26.04.1989	1.104 - 04.01.1988	954 - 16.03.1964	8.553 - 30.03.1992	941 - 31.12.1943
Município de origem:	Itapiranga	Coronel Freitas	Faxinal dos Guedes	Catanduvas	Campos Novos, Caçador e Joaçaba
Altitude:	430 m	462 m	890 m	880 m	750 m
Latitude:	26°58'08"	26°45'40"	26°51'49"	27°00'24"	27°00'30"
Longitude:	53°38'21"	52°51'19"	52°09'18"	51°44'24"	51°09'06"
População:	4416	3336	3437	4835	45699
Website:				http://www.vargembonita.sc.gov.br	

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>

Nº de ordem:	116	117	118
Município:	Xanxerê	Xavantina	Xaxim
Associação (1):	AMAI	AMAUC	AMAI
Secretaria regional:	Xanxerê	Concordia	Xanxerê
Área:	377,55km ²	215,07km ²	294,72km ²
Data de criação:	30/12/1953	13/12/1953	30/12/1953
Data de instalação:	27/02/54	02/02/0064	22/02/54
Data de comemoração:	27/fev	02/fev	20/fev
Lei de criação:	133 - 30.12.1953	945 - 13.12.1963	133 - 30.12.1953
Município de origem:	Chapecó	Seára	Chapecó
Altitude:	800 m	545 m	770 m
Latitude:	26°52'37"	27°04'07"	26°57'42"
Longitude:	52°24'15"	52°20'31"	52°32'05"
População:	39812	4118	24432
Website:			http://www.xaxim.sc.gov.br

(1) Associações:

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

<http://www.fecam.org.br/municipios/index.php>